

*Revista do*  
ARQUIVO PÚBLICO DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



*Revista do*  
ARQUIVO PÚBLICO DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### Governador

José Renato Casagrande

#### Vice-governador

Jaqueline Moraes

#### Secretário de Estado da Cultura

Fabício Noronha

#### Subsecretário de Gestão Administrativa

Pedro Sobrino Porto Virgolino

#### Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Cilmar Cesconetto Franceschetto

#### Diretor Técnico Administrativo

Luiz Gonsaga Pimentel Fraga

© 2019 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo  
Rua Sete de Setembro, 414  
CEP 29.015-905 - Vitória - ES - Brasil  
Tel. (27) 3636-6100  
E-mail: revista@ape.es.gov.br  
Site: www.ape.es.gov.br

R454 Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ano. 3, n. 6, (jul./dez.2019).  
Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2019.

Semestral  
ISSN 2527-2136

1. Documentos históricos do Espírito Santo - Periódico. 2. Instituição Pública – Periódico. 3. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Periódico. 4. Gestão de documentos – Periódico. 5. Preservação de documentos – Periódico.  
I. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

CDD – 981.52

As ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta revista são de inteira responsabilidade dos autores, não representando necessariamente o posicionamento deste Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

#### Editor Executivo

Cilmar Cesconetto Franceschetto

#### Coordenação Editorial

André Malverdes  
Departamento de Arquivologia - UFES  
Julio Bentivoglio  
Departamento de História - UFES

#### Editor Gerente

Bruno César Nascimento  
Jória Scolforo  
Michel Caldeira de Souza

#### Projeto Gráfico e Editoração

Alexandre Matias

#### Pesquisa e Seleção Iconográfica

Lucas Rodrigues Barreto  
Sergio Oliveira Dias

#### Revisão de estrutura e linguagem

Stefano Favarato - Língua inglesa  
Jória Scolforo



#### Conselho Editorial

Alexandre de Sá Avelar (UFU), Aline Lopes de Lacerda (Casa Oswaldo Cruz), André Malverdes (UFES), André Porto Ancona Lopez (UNB), Arno Wehling (IHGB), César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM), Fábio Franzini (UNIFESP), Joan Boadas i Raset (Girona-Espanha), João Eurípedes Franklin Leal (UFF), João Gualberto Vasconcellos (UFES - SECULT), José Antonio Martinuzzo (UFES), Julio Bentivoglio (UFES), Jurandir Malerba (UFRGS), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maria Beatriz Nader (UFES), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Raquel Glezer (USP), Renzo M. Grosselli (PUC-RS), Rita de Cássia Maia (UFES - Diretora da Biblioteca Pública Estadual - SECULT), Taiguara Aldabalde Vilella (UFES), Telma Campanha de Carvalho Madio (UNESPE-MARILIA), Ueber José de Oliveira (UFES) e Valdei Lopes de Araújo (UFOP).

#### Conselho Consultivo

Agostino Lazzaro (ex-Diretor Geral - APEES), Andrea Lisly (UFOP), Antônio Carlos Queiroz do Ó (UFES), Bruno César Nascimento (UFES), Bruno Santos Conde (IFES), Camila Mattos da Costa (IBICT-UFRRJ), Cláudio Zanotelli (UFES), Cristiano P. Alencar Arrais (UFG), Danilo José Zioni Feretti (UFSJ), Dr. Estilague Ferreira dos Santos (UFES), Helena Mollo (UFOP), Isabel Lustosa (Casa Rui Barbosa), Janice Gusmão (PUC-SP), José Eustáquio Ribeiro (UFG), Jorge Vinícius Monteiro Vianna (SABERES), Dra. Kátia Sausen da Motta (UFES), Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (UFES), Dra. Maria Cristina Dadalto (UFES), Dr. Pedro Ernesto Fagundes (UFES), Rodrigo Aldeia Duarte (Arquivo Nacional), Rodrigo da Silva Goularte (IFES), Rodrigo Mello de Moraes Pimenta (PMVV), Rogério Rosa (UNESC), Sérgio Marlow (Faculdade Unida), Dra. Sonia M. Mattos (UFES), Dra. Vânia Maria Losada (UFRRJ) e Dr. Vitor de Ângelo (UVV).

# SUMÁRIO

6	<b>EDITORIAL</b> <i>Cilmar Cesconetto Franceschetto</i>	109	<i>Saberes tradicionais e acesso à educação escolar no quilombo: análise das trajetórias e processos de identificação de duas lideranças - Osvaldo Martins De Oliveira</i>
11	<b>ENTREVISTA</b> <i>Gustavo Forde: diversidades e movimento negro no Espírito Santo - Marluce Leila Simões Lopes e Lucas Rodrigues Barreto</i>	125	<i>O impacto da mediação cultural na qualidade de vida dos servidores aposentados do município de Vitória - Aline Trancoso Machado, Leandra Nascimento Fonseca E Taiguara Aldabalde Villela</i>
19	<b>ARTIGO</b> <i>Trajatória e desafios dos arquivos das universidades brasileiras - Eduardo Luiz Dos Santos</i>	137	<i>A capela de Nossa Senhora da Penha: contributo para um projeto de revitalização - Ivan Petri Florentino</i>
35	<i>Auditoria e diagnóstico em arquivos: um estudo sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria arquivística ao diagnóstico de arquivos correntes da Universidade Federal do Espírito Santo - Ana Caroline Tenorio Gomes, Rodrigo Dos Santos Nobres e Taiguara Villela Aldabalde</i>	149	<b>COLABORAÇÃO ESPECIAL</b> <i>Areias monazíticas de Guarapari a maravilha da natureza: Os aspectos históricos-científicos da cidade e de suas areias radioativas - Davi Maciel Mantovaneli - Aline Ramos Brandão e Lúcia Horta</i>
49	<i>Inspetoria de higiene pública do Espírito Santo: políticas de assistência à saúde em tempos de epidemias - Karolina Dias Da Cunha, Sebastião Pimentel Franco e Margarete Farias De Moraes</i>	155	<b>DOCUMENTO</b> <i>O fundo governadoria e a análise da demografia escrava na província - Rafaela Domingos Lago</i>
67	<i>O assassinato do fazendeiro José da Rosa Machado da fazenda Boa Vista (1886): conflitos entre senhores e escravos no sul do Espírito Santo nos últimos anos da escravidão - Ademildo Gomes</i>	163	<b>RESENHA</b> <i>Territorialidade negra no Espírito Santo</i> Thiara Bernardo Dutra
79	<i>O barão de Itapemirim e as contradições na política capixaba do século XIX - Laryssa Da Silva Machado e Lucas Da Silva Machado</i>	169	<b>REPORTAGEM</b> • <i>Arquivo Público recebe as coleções 'Hugo Borges' e 'O Continente'</i> • <i>O Cachoeirano' festeja e anuncia: está proclamada a República!</i> • <i>O folclore no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo</i> Jória Motta Scolforo
95	<i>Trajatória política e perfil dos primeiros juizes de paz da Província do Espírito Santo (1827-1841) - Kátia Sausen da Motta</i>		

## EDITORIAL

Caros leitores,

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) possui 111 anos de história contada nos diversos itens que compõem o seu acervo, como: processos, papéis oficiais, cartas, fotografias, negativos, livros, películas, vinis e fitas de áudio e vídeo, em seus suportes originais ou reproduzidos em papel, microfilme ou em formato digital. Citamos aqui, como exemplo, a reprodução de 2,2 milhões de documentos de conteúdo genealógico, sem qualquer custo para a instituição, em parceria com a FamilySearch, trabalho concluído neste segundo semestre de 2019 e que muito vai contribuir para facilitar o acesso e difundir a documentação do APEES.

Dar visibilidade às pesquisas feitas na instituição e democratizar o acesso os nossos documentos, por meio da publicação dos artigos acadêmicos, a diferentes mãos e olhares, assim como promover um espaço para a divulgação dos estudos, preferencialmente em História e Arquivologia, são as principais motivações da “Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo”. Com muita satisfação lançamos o nosso 6º Número!

Nesta edição contamos com pesquisadores que muito contribuem para o fortalecimento da produção científica, enriquecendo a nossa publicação com novas perspectivas e informações. Dentre os temas abordados estão as trajetórias, desafios, auditorias e diagnósticos nos arquivos das instituições públicas; os conflitos entre senhores e escravos no Sul do Espírito Santo; o projeto de revitalização da capela de Nossa Senhora da Penha; o perfil e atuação dos primeiros juizes de paz da Província; os saberes tradicionais e a perspectiva da educação escolar nos quilombos; os impactos da mediação cultural entre aposentados; o Barão de Itapemirim e a política capixaba e as ações da Inspeção de Higiene Pública no século XIX, período em se identifica a presença das epidemias de febre amarela, cólera e varíola, em grande parte do território do Espírito Santo.

Recebemos também um trabalho sobre os aspectos históricos-científicos da cidade de Guarapari e suas areias monásticas realizado por alunos do Ensino Médio, dentro do “Projeto Radiante”, da Escola Estadual Dr. Silva Mello, sob a supervisão das professoras Aline Ramos Brandão e Lúcia Horta. Inserimos o estudo em nossa Revista, na sessão “Colaboração Especial”, com muita gratificação, por observarmos o interesse na realização de pesquisas em alunos que estão iniciando os caminhos das suas formações. Parabenizamos o colégio por incentivar essa prática e, com isso, auxiliar no surgimento de novos cientistas!

Neste número, temos ainda, uma entrevista com o Doutor em Educação, Gustavo Forde, que desenvolve estudos em afrodescendência e relações étnico-raciais. Em sua fala, Forde traz uma grande contribuição às reflexões sobre as diversidades e o Movimento Negro no Estado.

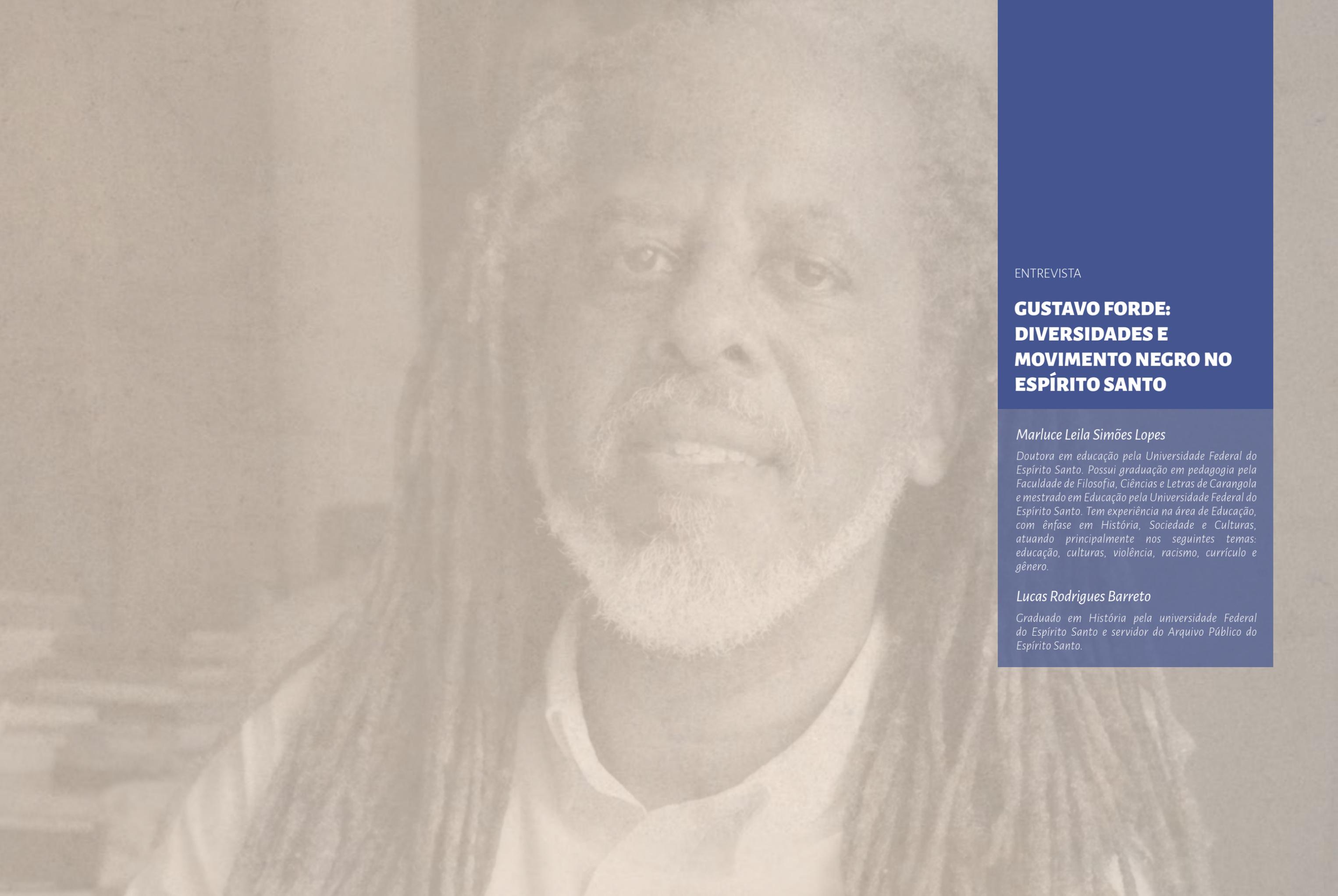
Na sessão “Resenha”, por sua vez, a doutoranda em História, Thiara Bernardo Dutra, traz à cena o livro “Projeto Político de um Território Negro”, de Osvaldo Martins de Oliveira, que por meio da observação participante, confere visibilidade aos Benvindos, moradores de uma comunidade localizada em Retiro e suas lutas em torno da efetivação do direito à propriedade das terras.

Por fim, tem-se a sessão “Documentos”, que nesta edição mostra a transcrição feita pela Doutora em História, Raíssa Domingos Lago, em dois manuscritos do Fundo Governadoria do APEES, que permitem obter dados sobre a demografia escrava na província capixaba.

Uma boa leitura a todos!

**Cilmar Cesconetto Franceschetto**  
Editor Executivo



A close-up, slightly faded portrait of Gustavo Forde, a man with a beard and mustache, looking directly at the camera. The background is a textured, light-colored wall.

ENTREVISTA

**GUSTAVO FORDE:  
DIVERSIDADES E  
MOVIMENTO NEGRO NO  
ESPÍRITO SANTO**

*Marluce Leila Simões Lopes*

*Doutora em educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Possui graduação em pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História, Sociedade e Culturas, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, culturas, violência, racismo, currículo e gênero.*

*Lucas Rodrigues Barreto*

*Graduado em História pela universidade Federal do Espírito Santo e servidor do Arquivo Público do Espírito Santo.*



*Gustavo Henrique Araújo Forde é capixaba, Doutor em Educação e professor do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Desenvolve estudos e pesquisas em afrodescendência e relações étnico-raciais na educação, com interesse especial nos campos da história da educação da população negra, do movimento negro e do ensino de matemática. Foi Diretor de Cidadania e Direitos Humanos da Ufes e, atualmente, é Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Cidadania.*

**Marluce Simões:** *Você, enquanto docente do ensino superior e pesquisador, acha que o tema da diversidade tem avançado no Brasil?*

**Gustavo Forde:** Primeiro, gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de dialogar com os leitores da Revista do APEES. Para mim é uma honra conceder esta entrevista para o APEES, local que me acolheu e onde realizei parte da produção de dados da pesquisa que fiz no meu doutoramento.

É importante destacar que a categoria diversidade é muito ampla e contempla uma multiplicidade de temas e sujeitos. Nela, é comum encontramos temáticas que envolvem diferenças de gênero, étnico-raciais, sexualidades, população do campo, jovens e adultos, pessoas com deficiência e outras. Dito isto, sim, a partir da primeira década do século XX, as questões da diversidade, diferenças, identidades culturais e inclusão social avançaram e foram tratadas com uma maior relevância das pesquisas e estudos – em especial – no campo educacional.

Este avanço foi muito importante, pois, ele possibilitou um amplo conjunto de contribuições para a promoção da dignidade humana dos diversos grupos sociais constituídos a partir de suas diferenças e especificidades no âmbito das políticas sociais e da agenda pública do Estado Brasileiro. Entretanto, nos

últimos anos, este avanço tem sofrido retaliações com o crescimento de um projeto conservador em setores da sociedade e, especialmente, no atual Governo Federal.

**MS:** *Qual sua opinião sobre as políticas públicas que estabelecem cotas na Ufes? Tem acontecido de forma qualificada?*

**GF:** As políticas de cotas na Ufes, ou as chamadas políticas de reserva de vagas, possuem uma historicidade desde a década de 1990, quando o movimento social negro capixaba formulou e apresentou a reivindicação de cotas para negros e negras no ensino de graduação.

Todavia, este debate só será de fato institucionalizado na primeira metade dos anos 2000 e, em 2007, será aprovado um Sistema de Inclusão Social na Ufes (reserva de vagas) que irá refutar o recorte étnico-racial e a compreensão de que o racismo se constitui um dos problemas estruturantes de produção de desigualdades no Brasil e, se restringirá, tão somente no recorte de origem e de renda, ou seja, estudantes de escola pública que apresentassem determinada renda econômica familiar. Recentemente, o sistema de cotas foi aperfeiçoado com a Lei Federal 12.711/2012, garantindo a reserva de vagas para alunos de escola pública e, dentre estes, estabelecen-

do reserva de vagas para estudantes de baixa renda, estudantes pretos pardos e indígenas e estudantes com deficiência.

Como percebemos, no seu percurso histórico, as políticas de cotas negligenciaram a dimensão estrutural do racismo e o seu impacto na produção das desigualdades sociais que afetam estruturalmente a população negra no Brasil. Outrossim, as atuais políticas de cotas na Ufes tem proporcionado a qualificação da democratização do acesso ao ensino superior e requerido um conjunto de avanços nas dimensões materiais e simbólicas. Tais avanços, a meu ver, requerem a consolidação das ações afirmativas como um princípio ético-político orientador das ações e políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão no âmbito da universidade, com foco na sustentabilidade e equidade sociocultural, territorial, educacional, científica e tecnológica dos estudantes cotistas.

**MS:** *O que justificaria a implantação do sistema de cotas?*

**GF:** As políticas de cotas se inserem em um conjunto mais amplo de políticas públicas, as chamadas políticas de ações afirmativas. Vou pedir permissão para delimitar a minha resposta às ações afirmativas em benefício da população negra, uma vez que esta população tem sido protagonista neste debate no Brasil. É sabido que a população negra (pretos + pardos), maioria da população brasileira, após 130 anos do fim da escravidão, permanece excluída dos espaços socialmente qualificados e seus membros são tratados como sujeitos supostamente portadores de uma humanidade inferior e, portanto, são vistos como sujeitos de menor valor social por uma ampla parcela da sociedade.

Tal tratamento social inferiorizado, por um lado é fortemente determinado pelo racismo (interpessoal, institucional e estrutural) e, por outro lado, é mantido pela falta de políticas públicas para esta parcela da sociedade. Nesse contexto, as ações afirmativas na sociedade brasileira se justificam para combatermos as desigualdades na qualidade de vida entre

*“Não vejo como, a não ser com grandes prejuízos, produzir uma compreensão e leitura da história da humanidade e, em particular, da história do Brasil sem o estudo da história e da cultura africana. Será na África, berço da humanidade, que encontraremos boa parte das matrizes civilizatórias, científicas e tecnológicas da ciência ocidental”.*

brancos e negros. Dito de outro modo, as ações afirmativas visam oferecer um tratamento diferenciado aos grupos sociais historicamente discriminados e marginalizados, por meio de mudanças de posturas reais e efetivas do Estado e das Instituições em benefício dos socialmente excluídos, que, no caso dos negros, correspondem à maioria da população brasileira.

**MS:** *A discriminação racial afeta de diferentes formas homens e mulheres?*

**GF:** Sim, afeta de maneira profunda. Homens negros e mulheres negras compartilham de experiências

*“Desconheço a existência de pessoas negras no Brasil que nunca tenham sofrido discriminação racial. O que ocorre, é o fato de muitas vezes algumas pessoas não compreenderem que várias das situações de preconceito, discriminação ou quaisquer outros tratamentos desqualificadores estão permeadas por estigmas e estereótipos de natureza racista”.*

comuns diante de uma sociedade racista como a brasileira. Entretanto, a interseção raça e gênero expõe as mulheres negras a um tipo de discriminação racial potencializada pelo machismo. Não podemos esquecer que o racismo e o machismo constituem armas ideológicas de dominação utilizadas por um determinado grupo social hegemônico (no caso do Brasil, o grupo branco europeu), contra os chamados grupos outsiders. Entretanto, vale destacar, que se as mulheres negras são as mais vulneráveis na sociedade brasileira, também são estas mulheres que ao longo da história têm sido as grandes guardiãs da nossa memória e ancestralidade africano-brasileira, além

de exercerem importante protagonismo nos movimentos de resistência, afirmação e emancipação do povo negro ao longo de todo período imperial, colonial e republicano brasileiro.

**MS:** Na sua opinião, qual a melhor forma de lidar e combater a discriminação racial?

**GF:** Costumo dizer que eu gosto de pensar em duas estratégias complementares: uma de caráter repressivo e outra de caráter promocional. Após três décadas de sancionada a Lei 7.716/1989, a chamada Lei Caó, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, são raros os casos de racismo que são de fato registrados e tratados no escopo desta lei. Tais comportamentos sociais e jurídicos, de certa maneira já naturalizados e institucionalizados, tal como o racismo também o é em diversos setores sociais e institucionais brasileiros, precisam ser revistos e aperfeiçoados, visando a garantir a repressão a este crime previsto em Lei, que tantas mortes e sofrimentos continuam causando no Brasil.

Por outro lado, faz-se necessário também promover uma cultura antirracista e livre de etnocentrismo em contraposição à cultura racista e eurocêntrica ainda hegemônicas na sociedade brasileira. A promoção de uma cultura antirracista e que promova a equidade étnico-racial requer políticas públicas que promovam a implementação de ações e serviços nas áreas de educação, saúde, segurança pública, cultura etc., capazes de reeducar brancos e não brancos visando à promoção de relações étnico-raciais positivas e, sobretudo, à promoção de igualdade de oportunidades entre brancos e não brancos. Vale destacar aqui, a Lei 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira que, após mais de uma década e meia, ainda não é tratada de maneira adequada por um conjunto amplo de instituições, estabelecimentos e redes de ensinamentos.

**MS:** Como a ética e a diversidade étnico-racial estão relacionadas?

**GF:** Há, sem dúvida, uma dimensão ética e moral

quando tratamos das tensas relações e desigualdades étnico-raciais brasileiras. Porém, meus estudos e pesquisas, apontam a necessidade de compreender que não se trata apenas de uma questão ética, trata-se sobretudo de uma questão ideológica e de relações de poder, que constituem matriz estruturante do Projeto de Nação brasileiro forjado na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Neste projeto, a nação foi pensada e desejada como uma nação branca ou uma nação mestiça “quase branca”.

Naquele momento, e ainda hoje, o projeto de nação foi formulado com base no genocídio e no epistemicídio negro e indígena. Ainda hoje, convivemos com tipos de relações sociais herdadas das relações entre a Casagrande e a Senzala. Trata-se de um projeto de Nação que emerge na crença da existência de raças superiores e inferiores. Se há uma dimensão ética neste processo, não há dúvida, porém, que o debate ético me parece insuficiente para compreendermos o modo como o racismo opera e estrutura a nação brasileira.

**MS:** Você acha importante que a história e a cultura africana e afro-brasileira estejam presentes no currículo escolar? Como a escola deve tratar estes temas?

**GF:** Não vejo como, a não ser com grandes prejuízos, produzir uma compreensão e leitura da história da humanidade e, em particular, da história do Brasil sem o estudo da história e da cultura africana. Será na África, berço da humanidade, que encontraremos boa parte das matrizes civilizatórias, científicas e tecnológicas da ciência ocidental. Este tema deve ser tratado como uma das bases curriculares e epistemológicas para a produção e organização do currículo escolar. Não se trata de simples tema transversal, trata-se de uma das matrizes de pensamento e da história do mundo.

Esta matriz de conhecimento deve estar presente nos currículos, não apenas das áreas de humanas, mas, igualmente nas áreas de exatas. Durante a realização do meu mestrado em educação investiguei a



Gustavo Henrique Araújo Forde. Foto de Zélia Siqueira.

presença africana no ensino da matemática, naquela ocasião um dos nossos objetivos foi investigar a contribuição negro-africana no desenvolvimento do conhecimento matemático e identificamos dezenas de descobertas matemáticas de matriz africana nas áreas de geometria, aritmética e álgebra. Tratam-se de conhecimentos que apresentam matrizes africanas e, quase sempre, professores e estudantes os tratam como conhecimentos europeus de matriz greco-romana.

Reposicionar tais matrizes de conhecimentos nos berços civilizatórios africanos, além de uma necessidade histórica e ética, contribuirá para a desconstrução de estigmas e estereótipos produzidos contra africanos e seus descendentes nas diásporas africanas. Além, é claro, de contribuir para que os nossos estudantes possam construir uma imagem justa sobre seus antepassados e sobre si mesmos.

*“As ações afirmativas visam oferecer um tratamento diferenciado aos grupos sociais historicamente discriminados e marginalizados, por meio de mudanças de posturas reais e efetivas do Estado e das Instituições em benefício dos socialmente excluídos, que, no caso dos negros, correspondem à maioria da população brasileira”.*

**MS:** *Você já sofreu discriminação racial? Caso tenha sentido, você acha que isso interferiu na sua trajetória escolar?*

**GF:** Desconheço a existência de pessoas negras no Brasil que nunca tenham sofrido discriminação racial. O que ocorre, é o fato de muitas vezes algumas pessoas não compreenderem que várias das situações de preconceito, discriminação ou quaisquer outros tratamentos desqualificadores estão permeadas por estigmas e estereótipos de natureza racista.

No Brasil, por ser muitas vezes velado e naturalizado, a discriminação racial é confundida com a situação de pobreza (classe social). De outro modo, a discriminação racial pode ocorrer de maneira direta ou indireta. Classifico como direta, por exemplo,

tratamentos discriminatórios dirigidos diretamente à minha pessoa. Classifico como indireta – por exemplo – quando a discriminação se constitui na ausência de referenciais africano-brasileiros nas produções cinematográficas, nos materiais didáticos, nas produções acadêmicas, no parlamento brasileiro, nos espaços de gestão etc.

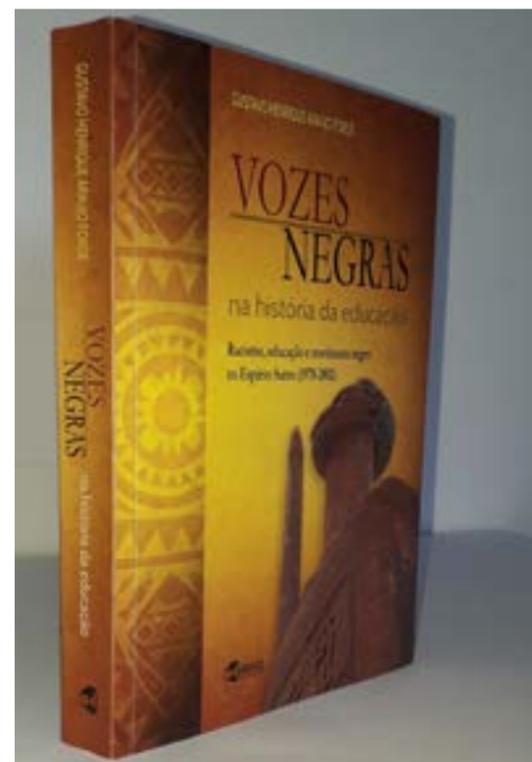
Na minha trajetória escolar e, ainda hoje, sofri e sofro os efeitos da discriminação racial tanto direta quanto indireta e, claro, interferiu não apenas na minha trajetória escolar, mas também na forma como toda a sociedade se constituiu em como nós – povo brasileiro – somos hoje.

É sabido que, os processos de socialização nos espaços escolares, ainda permeados pelo racismo e eurocentrismo, produzem marcas nas trajetórias em como a parcela branca da sociedade usufrui de uma rede de privilégios materiais e imateriais. Mas, especialmente, o racismo e o eurocentrismo compreendidos como elementos fundantes nos processos de socialização hegemônicos brasileiros, definem cotidianamente a nossa maneira de *ser*, de *estar*, de *conviver*, de *sentir* e, até mesmo de *amar* ou de *desprezar*.

**Lucas Barreto:** *Por fim, sabendo que sua tese de doutorado foi sobre o Movimento Negro no Espírito Santo, gostaríamos que você falasse sobre as características desse movimento e como ele está presente no cotidiano capixaba.*

**GF:** A minha tese de doutoramento, recentemente publicada em livro que se encontra na 2ª edição, foi intitulada “Vozes negras na história da educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)”; a partir de um conjunto de fontes e documentos, demonstro que, tal como nas demais unidades federativas do Brasil, o movimento negro capixaba é um movimento amplo e plural, nele, estão reunidas, organizações explicitamente de luta política e, outras de caráter recreativo, religioso, cultural etc.

Em linhas gerais, podemos definir Movimento Negro como o conjunto de grupos, núcleos, coletivos, organizações e entidades com o objetivo de



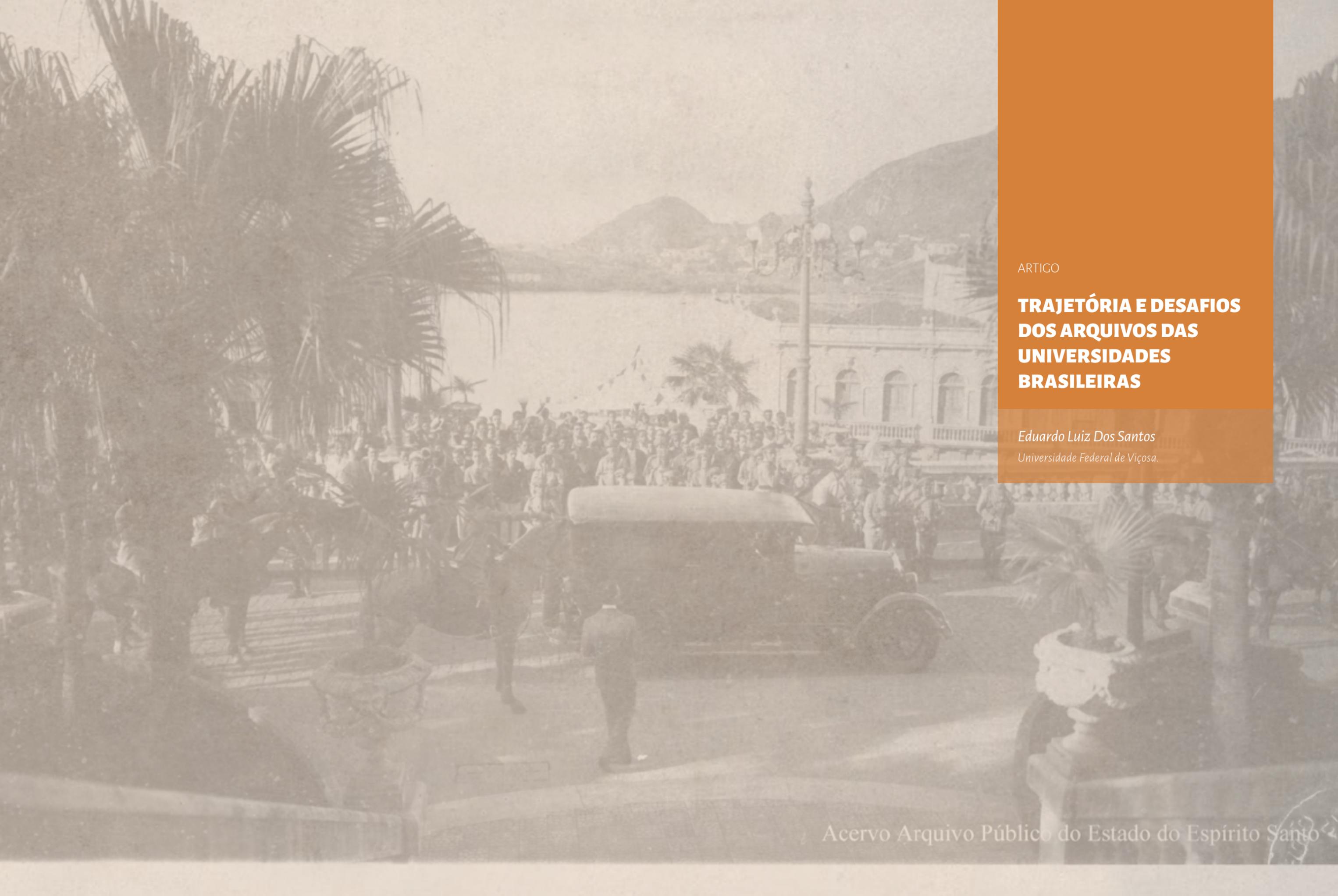
combater o racismo e as desigualdades étnico-raciais; promover os valores históricos e culturais de matriz africana; defender os direitos sociais e civis da comunidade negra; dentre outros objetivos. Este movimento se organizou no Espírito Santo desde as primeiras décadas do período republicano, encontramos registros de atuação no Estado, por exemplo, da “Frente Negra Brasileira” na década de 1930 e, da “União de Homens de Cor”, na década de 1940; ambas as organizações atuaram em nível nacional com presença em diversos estados.

Mais tarde, nos anos 1970, encontraremos no Espírito Santo o surgimento do “Movimento Negro Unificado (MNU)”, também uma organização com atuação em vários estados brasileiros e, nos anos 1980, como uma “onda negra” o protesto negro na Grande Vitória se amplificou com a criação de diversas entidades negras, tais como: Grupo Gangazumba, Centro de Estudos da Cultura Negra (CECUN), Grupo Raça, Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo, Grupo Afrocultural Abi-Dudu, Agentes Pasto-

*“Ainda hoje, convivemos com tipos de relações sociais herdadas das relações entre a Casagrande e a Senzala. Trata-se de um projeto de Nação que emerge na crença da existência de raças superiores e inferiores”.*

rais Negros e outros. No início do século XXI o movimento negro capixaba, concomitantemente ao processo de qualificação acadêmica de seus quadros, cada vez mais investe na consolidação da interlocução, ações e projetos na agenda estatal do Espírito Santo, em especial, com a realização de encontros, comissões de trabalho, controle social, formação de professores etc.

Não há dúvidas que o movimento negro capixaba tem sido um importante sujeito coletivo na historiografia social e política do Espírito Santo, todavia, mesmo as respostas governamentais ainda são insuficientes. Quero dizer, as ações e políticas efetivamente implementadas pelos poderes públicos em benefício da população negra, que representa cerca de 63,6% da população do Espírito Santo, ainda são escassas. Esta escassez, nos diz muito do modo como o racismo institucional opera as instituições governamentais e, me parece que, combater o racismo institucional tem sido o desafio atual deste movimento social.



ARTIGO

## **TRAJETÓRIA E DESAFIOS DOS ARQUIVOS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

*Eduardo Luiz Dos Santos*  
*Universidade Federal de Viçosa.*

## Resumo

*Trata-se de uma análise sobre a trajetória dos Arquivos e serviços arquivísticos das universidades públicas brasileiras nas últimas três décadas, tendo como baliza algumas questões lançadas por Bellotto em 1989 em comparativo aos resultados de recentes publicações que revelam a realidade da gestão de documentos nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) no cenário atual. O período de realização do estudo apresentado pela autora nos remete ao início da implantação de alguns marcos normativos que contribuíram para o desenvolvimento das práticas arquivísticas no Brasil, por esse motivo, foi necessário apresentar alguns aspectos globais do desenvolvimento da arquivologia no Brasil. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica das questões relativas à reflexão proposta em livros, artigos e marcos legislativos voltados à Arquivologia. Recorreu-se, também, aos recentes estudos, publicados até 2017, realizados por grupos e espaços que acompanham tais questões.*

*Palavras-chave:* Arquivos; Universidades; Gestão de documentos; Arquivistas.

## Resumen

*Este es un análisis de la trayectoria de los archivos y servicios de archivo de las universidades públicas brasileñas en las últimas tres décadas, con algunas preguntas planteadas por Bellotto en 1989 en comparación con los resultados de publicaciones recientes que revelan la realidad de la gestión de documentos en las instituciones de educación superior (Ifes) en el escenario actual. El período del estudio presentado por el autor nos lleva al comienzo de la implementación de algunos marcos normativos que contribuyeron al desarrollo de prácticas de archivo en Brasil, por lo tanto, fue necesario presentar algunos aspectos globales del desarrollo de la archivología en Brasil. Se realizó una investigación bibliográfica de las preguntas relacionadas con la reflexión propuesta en libros, artículos y marcos legislativos relacionados con la Archivología. Los estudios recientes (publicados hasta 2017) Llevados a cabo por grupos y espacios que acompañan a estos temas.*

*Palabras-clave:* archivos; Universidades; Gestión de documentos; Archiveros.

## Introdução

Ao elaborar os marcos teóricos da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)<sup>1</sup> tivemos contato com a publicação da estudiosa da arquivologia, Heloísa Liberalli Bellotto, de uma importante pesquisa datada de 1989, denominada “Universidades e Arquivos: Perfil, história e conver-

gência”, na qual, buscando analisar o perfil e a evolução das universidades e dos arquivos, a autora apresentou qual era a posição das funções da arquivística dentro das instituições de ensino superior no Brasil.

A autora analisou a origem, o desenvolvimento e a importância das universidades para o avanço do conhecimento social e elaborou uma reflexão semelhante sobre os arquivos, destacando a importância destes para o desenvolvimento das universidades naquele contexto. Pontuou, com foco nas finalidades das instituições de ensino superior, as potencialidades dos arquivos em promover a eficiência nas ações administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, assim como para manutenção da memória universitária. Além disso, assinalou algumas convergências entre a função social das universidades e a colaboração

dos arquivos para o alcance de tais objetivos, o que se traduziu em um ideal a ser alcançado por parte das universidades e de seus serviços arquivísticos.

Os principais desafios apontados por Bellotto (1989), naquele contexto, foram: a necessidade da “configuração do Arquivo como sistema da informação administrativa e científica”; o desenho de um sistema de arquivos que orientasse as atividades de arquivo de todas as universidades; o desenvolvimento do ensino arquivístico do nível técnico ao especializado (mestrado e doutorado); a inserção do arquivista nos quadros funcionais das universidades; a adesão às práticas de gestão de documentos por meio da implantação de Programas de Gestão de Documentos (PGD) e o desenvolvimento de uma legislação arquivística consistente. Tais desafios se configuram os principais pontos a serem analisados neste artigo.

Em busca de subsídios para análises comparativas desenvolveu-se, neste estudo, uma reflexão sobre a trajetória dos Arquivos e serviços arquivísticos das universidades públicas brasileiras com foco nos avanços obtidos daquele cenário do final da década de 1980 até o contexto atual. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica das questões relativas à reflexão proposta em livros, artigos e marcos legislativos voltados à arquivologia publicados ou produzidos no período de 1989 até 2017. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória de cunho bibliográfico.

Considerando que entre as potencialidades da pesquisa bibliográfica, é possível “[...] traçar a moldura dentro da qual o objeto se situa: a busca de vários pontos de vista, dos diferentes ângulos do problema que permitam estabelecer definições, conexões e medições e demonstrar o estado da arte” (MINAYO, 1992, p. 97), e criar subsídios para análises comparativas, examinou-se, também, os recentes estudos quantitativos realizados por grupos e espaços que monitoram, entre outras questões, a situação arquivística das Instituições Federais de Ensino Superior

(Ifes), como a consulta<sup>2</sup> realizada pelo Observatório de Documentos Digitais (ODD)<sup>3</sup> e o Relatório de Atividades de Seccional<sup>4</sup> realizado pela Subcomissão Setorial do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo do Ministério da Educação (Siga-MEC), ambos datados de 2017.

Considerando que a abordagem qualitativa sobre dados coletados por meio de uma análise comparativa “é extremamente importante para acompanhar e aprofundar algum problema levantado por estudos quantitativos” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 245), os dados coletados foram organizados, analisados e interpretados por meio de análise comparativa com abordagem qualitativa, visto que as principais fontes consultadas apresentavam indicadores consideráveis para análise.

Por esse caminho, inicialmente, abordou-se alguns aspectos da “trajetória” da gestão de documentos e do ensino superior no Brasil. E a reflexão sobre a evolução dos marcos normativos da arquivologia foi sendo diluída ao longo do estudo, pois, a nosso ver, conduziu o desenvolvimento dos principais pontos ausentes naquele cenário do final da década de 1980, por meio das seções e das considerações finais os dados recentes que traduzem a realidade encontrada em 2017 foram acionados, quando necessário, complementando esta análise.

<sup>1</sup> Iniciou-se a revisão, preliminar, de dados bibliográficos para compor este artigo durante o Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade Produto Técnico-Científico, desenvolvido durante o ano de 2016 e apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em Fevereiro de 2017. Além disso, o autor, que é Arquivista de uma Instituição Federal de Ensino Superior, seguiu, após a defesa do seu TCC, atento às publicações referentes à temática, visto que se dispõe a seguir pesquisando sua prática.

<sup>2</sup> Pesquisa realizada nas 104 (cento e quatro) IFES registradas pelo sistema e-MEC e teve como referência o primeiro semestre de 2017. A coleta de dados foi realizada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (e-SIC) durante o período de 01/03/17 a 30/06/17. (fonte: <https://observatoriodedocumentosdigitais.wordpress.com/gestao-e-preservacao-de-documentos-nas-ifes/>. acesso em: 18 nov. 2019).

<sup>3</sup> Surgiu na Universidade Federal de Santa Maria, mas atualmente está vinculado ao Grupo CNPQ UFF GedA, devido à migração para a Universidade Federal Fluminense (UFF) do Professor que lidera o grupo.

<sup>4</sup> Em atendimento à demanda do órgão central do SICA/Arquivo Nacional os representantes titulares ou suplente das instituições seccional (53 Ifes) responderam, via formulário eletrônico, as questões elaboradas pelo órgão central – referentes ao “Relatório de Atividades Trimestral (abril a junho/2017). As respostas foram recebidas até 21 de julho de 2017.

## Instituições Federais de Ensino Superior

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) tem a incumbência de auxiliar a Presidência da República no que tange ao ensino civil (básico e superior) e de conduzir o magistério observando a Constituição Federal (sobretudo os artigos 205 a 214) e seus desdobramentos legais. Sua estrutura organizacional compreende órgãos da administração direta e entidades da administração indireta.

As Universidades públicas brasileiras respondem juridicamente como Autarquia ou Fundação Pública. A Autarquia, no Decreto-Lei 200, de 1967, art. 5º, corresponde ao “[...] serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”. Já as fundações, segundo a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, são dotadas de:

[...] personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

A investida nesses modelos de personalidades jurídicas (Autarquias ou Fundação), dentre outros fatores, emergiu da necessidade de se potencializar as instituições públicas por meio de gestões descentralizadas em busca do desenvolvimento com recursos próprios, cabendo-lhes a responsabilidade de promover estratégias que as tornassem mais competitivas e autossustentáveis. Por esse motivo, a maioria das Universidades buscam parcerias com fundações e institutos para otimizar a gestão administrativa-financeira de projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como para comercializar produtos e tecnologias.

As Universidades, os Centros de Formação, as Escolas Superiores, as Faculdades e um Hospital são categorizados pelo MEC como Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Essas instituições têm finalidade e competência para promover a educação superior, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão, e compõem uma parcela da estrutura da administração indireta do MEC.

Os modelos de administração das universidades não acompanharam os níveis de avanço que a Administração Pública Federal (APF) adquiriu durante o século XX. Segundo Shwartzman (1984), o sistema universitário brasileiro passou por forte crise orçamentária ao final do governo Figueiredo (primeira metade da década de 1980), crise que não atingiu apenas o aspecto financeiro: “A qualidade do ensino caiu assustadoramente e faltavam padrões de acompanhamento e avaliação do que era desenvolvido”, assinalando, ainda, que as universidades públicas funcionavam naquele período “com níveis baixíssimos de eficiência gerencial e administrativa” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 4).

Os caminhos percorridos pelas Ifes no sentido de modernizar seu modelo de gestão durante a década de 1980 e 1990 não lograram êxito (SANTOS, 2017, p. 61-67), e as universidades eram enxergadas pela APF com capacidade orçamentária ociosa, o que levou o MEC a pensar estratégias no sentido de incentivar as Ifes a se modernizarem administrativamente para atenderem às características do modelo de locação de recurso e aos marcos normativos de planejamento e orçamento prescritos para as unidades que compõem a APF. Neste caminho o MEC aderiu a um instrumento de planejamento, denominado Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), instituído pelo Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006, que prevê, por meio de seu artigo 15, inciso II, alínea “b”, a existência de um plano de desenvolvimento institucional (PDI) como requisito para o processo de credenciamento ou recredenciamento das Instituições de Ensino Superior.

5 Ver Santos, 2017.

No mesmo estudo (Santos, 2017, p. 59-57), além de situar o enquadramento das Ifes dentro da APF e verificar as transformações ocorridas em sua gestão administrativa, assinalou que a literatura sobre a trajetória das universidades em relação aos modelos de administração pública merece ser ampliada e que o aperfeiçoamento de um modelo adequado de administração do MEC e das Ifes ainda está em curso, assim como em toda a APF, e considerou que teoricamente o modelo gerencial está em “vigor”, e no caso das Ifes, mesmo que conceitualmente, o PDI se aproxima deste modelo.

## Gestão de Documentos

A literatura arquivística evidencia que a valorização dos arquivos administrativos só ganhou destaque em meados do século XX, por ocasião da crise econômica dos Estados Unidos da América. Isso porque, nesse período, as grandes potências reconheceram a importância administrativa de seus arquivos para o bom andamento da economia.

Do ponto de vista global, a preocupação com a manutenção e organização dos arquivos denota apreensão com o bom andamento do Estado, que na contemporaneidade se traduz na busca da eficiência nas ações administrativas, bem como na preocupação com a transparência das ações públicas.

No Brasil, o tratamento da documentação pública e, conseqüentemente, a valorização dos arquivos, só ganhou respaldo normativo a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 por meio do parágrafo 2º do Artigo 216, ao estabelecer que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Nas universidades, naquele contexto, o amparo normativo em relação às políticas arquivísticas era disperso, segundo Bellotto (1989), o único marco normativo para as universidades com essas prerrogativas estavam dispostos em 10 artigos de uma portaria do

MEC que previam metodologia para o arquivamento de alguns livros e documentos voltados para o ensino, não contemplando a pesquisa e a extensão, tampouco abarcava as questões de gestão de documentos como forma de apoio a gestão administrativa.

Os preceitos estabelecidos no Artigo 216 da Constituição Federal (CF) ganharam força com a homologação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como “Lei de Arquivos”. Esta lei define a gestão de documentos apontando-a como prática a ser empreendida no controle de cada estágio do ciclo de vida dos documentos de uma instituição, que se traduzem em três fases – produção, utilização e destinação. Para a operacionalidade das três fases da gestão de documentos é fundamental a aplicação das funções arquivísticas<sup>6</sup>, principalmente a classificação e a avaliação, a correta operacionalização da transferência e do recolhimento, assim como o desenvolvimento das atividades de destinação de documentos.

Para que os documentos cumpram as funções para as quais foram produzidos e sigam úteis à administração sem perder suas características, assim como para garantir o desenvolvimento das principais funções arquivísticas ao longo do seu ciclo de vida - a classificação e a avaliação -, é necessário planejar e articular ações por meio de um Programa de Gestão Documental (PGD). No PGD são previstas e coordenadas todas as operações técnicas de gestão documental, desde o treinamento de pessoal até o controle de acesso e uso dos documentos. O programa deve proporcionar à gestão de documentos a abertura à interoperabilidade, visto que, em harmonia com outros sistemas de gestão administrativa, potencializa sua capacidade de apoiar a instituição a atingir o máximo de eficiência em suas ações. Os programas de gestão de documentos são essenciais ao pleno funcionamento da administração pública e privada.

6 Englobam todas as atividades técnicas, norteadas por metodologia arquivística, empreendidas para organização, tratamento, preservação e acesso aos documentos e arquivos. A gestão de documentos articula-se por meio de tais funções.

Para sua execução, deve-se garantir o uso de tecnologia, de infraestrutura de material e de recursos humanos necessários, assim como devem ser adotadas normas e procedimentos técnicos para disciplinar as atividades dos serviços arquivísticos.

As Ifes são responsáveis pela gestão e preservação dos documentos de arquivo oriundos de suas funções administrativas e finalísticas. Nesse contexto, Belloto (1989, p. 23-24) já destacava que as atribuições de um arquivo de universidade são “reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, à história e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade”. A autora apontou ainda os benefícios promovidos pela implantação dos programas de gestão de documentos nessas instituições:

[...] as universidades, tal como outras instituições públicas e privadas, devem implantar seus programas de gestão de documentos. Assim, serão sistematizados os procedimentos administrativos para que se alcance o controle da produção documental, sua utilização, seus prazos de vida e sua destinação (BELLOTO, 1989, p. 23-24).

Buscou-se, apenas<sup>7</sup>, pontuar que a gestão de documentos “nasceu” como premissa para o alcance do princípio da eficiência na administração pública e, como parte do recorte deste estudo, destacou-se que desde o final da década de 1980 as universidades

também careciam desta premissa, sobretudo, para superar aquele quadro denunciado por Schwartzman em 1984.

### Análise da “evolução”

Entre as ações do Programa de Modernização do Arquivo Nacional, iniciado na década de 1980, se destaca a proposta de “elaborar uma legislação federal” (KECSKEMÉTI, 1988, p.7) voltada às práticas arquivística.

Reflexo desse novo contexto e persistência de importantes atores sociais<sup>8</sup> ligados à arquivologia, surgiram aqueles ditames do Artigo 216, parágrafo 2º da Constituição de 1988 e no início da década seguinte essa atribuição ao poder público foi acentuada com a promulgação da Lei de Arquivos que, em seu artigo 1º, estabelece que “são deveres do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração”.

A Lei de Arquivos trata, também, da política nacional de arquivos públicos e privados e formula as competências dos agentes responsáveis pela promoção da política nacional de arquivos, como o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). As competências, a forma de organização e o funcionamento do Conarq estão regulamentados pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002<sup>9</sup>.

O advento desses importantes marcos normativos não foi suficiente, como veremos a seguir, para superar em sua totalidade os demais pontos do quadro encontrado nas universidades no cenário abordado por Bellotto em 1989.

<sup>8</sup> Entre outros atores destacamos importante atuação da extinta Associação dos Arquivistas Brasileiros.

<sup>9</sup> Este Decreto consolidou as atribuições previstas em Decretos anteriores (1.173, de 29 de junho de 1994; 1.461, de 25 de abril de 1995; 2.182, de 20 de março de 1997; e 2.942, de 18 de janeiro de 1999 – todos revogados).

### Sistema/autoridade que coordene as atividades arquivísticas:

No cenário nacional, a primeira investida para conceber um sistema que articula as atividades de gestão de documentos ficou conhecida como “Sistema Federal de Arquivos do Poder Executivo” (Sifar). Isso ocorreu ainda na década de 1990. Esse sistema, assim como outros sistemas que dele se originaram, não obteve êxito até o início dos anos 2000<sup>10</sup>, tais sistemas tinham como finalidade estruturar as funções arquivísticas no âmbito da APF.

Em 12 de dezembro de 2003, por meio do Decreto nº 4.915, foi criado o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga) da Administração Pública Federal, com o principal objetivo de promover atividades de gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades.

O Arquivo Nacional exerce a função de Órgão Central do Siga, os serviços arquivísticos encarregados da gestão de documentos no âmbito dos ministérios e órgãos equivalentes exercem a função de órgãos setoriais e os órgãos vinculados aos ministérios equivalentes integram o Sistema como órgãos seccionais.

Além dos órgãos integrantes, foi instituído, junto ao Órgão Central, a Comissão de Coordenação do Siga<sup>11</sup>, que tem como encargo principal assessorar o

<sup>10</sup> Segundo Silva (2015, p. 33), a “construção” efetiva do SIFAR foi discutida no âmbito do Ministério da Justiça e na Secretaria de Administração Federal (SAF), depois no Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), porém não logrou êxito. “Entre 2000 e 2002, o Arquivo Nacional faz nova tentativa de criação de um sistema estruturante para a área, o Sistema de Gestão de Documentos e Informações (SGDI), mais uma vez sem sucesso” (Ibid., p. 33).

<sup>11</sup> Conforme o Artigo 7º do Decreto 4.915, é formada pelos seguintes componentes: I – o Diretor-Geral do Arquivo Nacional, que a presidirá; II – um representante do órgão central, responsável pela coordenação do Siga, designado pelo Diretor Geral do Arquivo Nacional; III – um representante do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISIP), indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; IV – um representante do Sistema de Serviços Gerais (SISG), indicado pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; e V – os coordenadores das subcomissões dos Ministérios e órgãos equivalentes”.

Órgão Central no cumprimento de suas atribuições. No âmbito do Siga, o MEC constitui sua Subcomissão, configurando o Siga-MEC, da qual as Ifes são participantes como seccionais, sendo responsáveis pela gestão e preservação de seus documentos de arquivos oriundos de suas funções administrativas e funções promovidas por suas finalidades: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Apesar da existência conceitual do Siga-MEC, ainda existem diversas lacunas na realidade arquivística das Ifes. Por exemplo: a necessidade do alargamento da interlocução do sistema com as seccionais, o que está evidenciado nas fontes elencadas para esse estudo, visto que no “Relatório de atividades trimestral (abril a junho /2017)”<sup>12</sup> o Siga-MEC, por meio de formulário eletrônico, só obteve retorno de 53 Ifes, enquanto a consulta independente do ODD obteve respostas de 104 Ifes em uma consulta realizada no mesmo ano.

A ausência de interlocução pode ser oriunda do próprio formato dos sistemas<sup>13</sup> adotados pela APF ou da falta de compreensão do “papel” ou comprometimento dos órgãos e entidades que deles fazem parte. Em relação à falta de conhecimento, Indolfo (2013, p. 272), ao realizar um exaustivo e elucidativo trabalho sobre a configuração política e arquivística da avaliação de documentos na Administração Pública Federal, percebeu nas falas dos entrevistados uma grande dificuldade na identificação dos papéis, das funções e das ações desenvolvidas pelos agentes elencados em seu objeto de pesquisa naquele recorte temporal, responsáveis (Conarq, Sinar, AN, Siga, CGU, MPOG) pela formulação ou implementação de políticas arquivísticas no âmbito do Governo Federal.

E Jardim (2013, p. 1), ao desenvolver uma ampla pesquisa no âmbito de 24 ministérios e 13 secretarias da Presidência da República, identificou que apenas

<sup>12</sup> Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLsdAzs-TdmKziSymLo-f5hbwkppqKuffznqQiUPgrfD7k6dxPDHg/viewanalytics>. Acesso em: 20/10/2019.

<sup>13</sup> Que, segundo Jardim (2013, p. 38), carrega fortes marcas do “sistemismo” herdado do período autoritário (ditatorial).

8,1% dos órgãos que fazem parte do Siga dispõem de um instrumento formal com elementos conceituais e operacionais de uma política arquivística. Identificou também que é grande o desconhecimento sobre a adoção de políticas arquivísticas por parte dos diversos órgãos do Poder Executivo Federal.

Em relação à figura da “autoridade” arquivística em cada Ifes, segundo os resultados obtidos pelo ODD (2017, p. 3), aparentemente, são dados otimistas, pois 66% das 104 Ifes informaram que possuem um “setor de arquivo” formalmente instituído e responsável pela gestão de documentos arquivísticos da instituição, no entanto, no tópico seis do mesmo estudo, encontra-se a seguinte ressalva:

Nota-se pelas respostas, que em uma parcela das IFES ainda não foi constituído um Setor de Arquivo responsável pela coordenação da gestão arquivística da instituição como um todo, existindo vários casos em que, em instituições multicampi foram constituídos setores nos Campus, e não na sede, ou seja, aparentemente há uma “compartimentação” das ações de gestão documental, com setores atuando isoladamente, sem amparo de uma política e de uma unidade que coordene e oriente os procedimentos arquivísticos para toda a Instituição (ODD, 2017, p. 3).

Ou seja, além da necessidade de realizar uma melhor análise do quantitativo apresentado, observa-se que as fragilidades encontradas no Siga-MEC resvalam no entendimento das Ifes em relação às funções dos seus setores de arquivo (autoridade arquivística).

No entanto, no que diz respeito aos avanços normativos e estruturais da arquivologia no cenário nacional fica evidente, ao menos no campo conceitual, a superação de duas das principais questões lançadas por Bellotto (1989), pois contamos com a existência da configuração de um sistema incumbido de orientar as atividades de arquivo de todas as universidades, o Siga, e com o notável “desenvolvi-

mento de uma legislação arquivística”. Mas, lamentavelmente, tanto o sistema quanto a legislação não vêm se mostrando tão “consistentes” no sentido de superar os quadros encontrados em relação à ausência de políticas arquivísticas e de práticas de gestão de documentos.

Para que a normatização se materialize é necessário mudança da cultura de administração pública e, sobretudo, nos servidores envolvimento com a produção e recebimento de documentos nas Ifes, pois também “acreditamos que o cumprimento da legislação de acesso e gestão da informação governamental, arquivística ou não, padece de uma decisão institucional da Administração Pública e do próprio servidor público [...]” (CRUZ, 2016, p. 112;181).

Pode-se dizer que avançamos em relação à inexistência elencada no final da década de 1980, porém ainda não superamos as incompreensões aferidas nos estudos de Indolfo e de Jardim publicados no ano de 2013 e não alcançamos os objetivos estruturais e operacionais.

### Ensino arquivístico e arquivistas de Ifes:

A inserção do profissional arquivista nos quadros técnicos das Ifes esteve bastante atrelada ao desenvolvimento do ensino superior da Arquivologia no Brasil, naquele cenário constatado por Bellotto (1989) só existiam três cursos de graduação em arquivologia - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal Fluminense (UFF) - ambos os cursos foram institucionalizados na década de 1970.

Da década de 1990 até 2012 surgiram 13 novos cursos, crescimento expressivo que atingiu as cinco macrorregiões geográficas do Brasil espalhados em 11 estados. No âmbito da pós-graduação stricto sensu, a realidade ainda é desafiadora, pois só contamos com a existência de um Programa específico de arquivologia surgido em 2012 na Unirio (RIDOLPHI, 2014, p. 53).

Além dos fatores políticos e estruturais, certamente o aumento significativo da oferta de cursos em arquivologia no Brasil favoreceu o advento desses profissionais nos quadros técnicos de pessoal das Ifes, o resultado encontrado por meio da consulta do ODD (2017, p. 4) é bastante otimista, pois, das 104 instituições consultadas, 82% afirmaram que contam com arquivistas e/ou técnicos de arquivo atuando em seu quadro de servidores administrativos.

Considerando as constantes transformações da área é necessária a capacitação técnica e especializada contínua, tanto aos profissionais de arquivo, quanto aos demais colaboradores ligados às funções básicas de arquivo, como por exemplo, aos servidores envolvidos na produção ou recebimento de documentos. Tal questão pode ser considerada como um desafio, visto que das 53 Ifes que responderam ao Siga-MEC (2017, p. 9;11) apenas 38,8% afirmaram ter ocorrido ações de capacitação em gestão de documentos em sua instituição naquele período aferido. Além disso, o mesmo estudo aponta que 84,9% das Ifes consideraram ser necessário promover ações específicas de capacitação.

Destaca-se que essa ausência pode ser atribuída às gestões superiores de tais instituições, visto que o Arquivista vem se mostrando um profissional sensível à necessidade de capacitação continuada e atualização, o que pode ser percebido nos eventos promovidos na área (congressos, encontros e seminários) e constatado nos números apresentados em 2017 pelos representantes do mestrado em arquivologia da Unirio<sup>14</sup> em seu primeiro balanço quinzenal:

Os 69 alunos já matriculados no PPGARQ até 31/12/2017 atuam em diferentes instituições, tais como: Arquivo Nacional; Biblioteca Nacional; Cefet; Degase; Fiocruz; Força Aérea Brasileira; FSB Comunicações; Fundação Casa de Rui; INTO; Marinha do

Brasil; Museu do Índio; Petrobras; Prefeitura de Macaé; Transpetro; TRT; UFF; UFJF; UFMS; UFRJ; UFV; Unirio<sup>15</sup>. Desse universo, 23% atuam em instituições federais de ensino (SILVA; LOUSADA, 2017, p. 23) grifo nosso

Algumas questões em relação à formação do arquivista, capacitação e treinamento na área precisam ser melhor aprofundadas, pois ainda não temos o curso de graduação em arquivologia em todos os estados da federação brasileira, o curso de técnico em arquivo é praticamente inexistente e a formação continuada para servidores que recebem, produzem e tramitam documentos ainda é bastante incipiente.

As 286 vagas de arquivistas disponibilizadas para as universidades no período de 2006 e 2014 (RIDOLPHI, 2014, p. 89) foram um ganho expressivo para a área e para a profissão, no entanto, existe um descompasso em relação à ausência de políticas e programas de gestão de documentos, o que compromete o desenvolvimento da carreira desse profissional, uma vez que as universidades que não tem esse quadro minimamente delineado relega o profissional ao desvio de função ou às funções mais simples, que poderiam ser desenvolvidas por técnicos de arquivo.

A falta de política arquivística e a alocação equivocada desses profissionais em cenários periféricos aos ambientes de gerenciamento e controle das Ifes comprometem o desenvolvimento das funções arquivísticas e aplicabilidade dos principais instrumentos de gestão de documentos, em consequência, essa gestão passa despercebida quanto a uma ação primordial para geração de eficiência das ações administrativas.

<sup>14</sup> Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da Unirio criado em 2012.

<sup>15</sup> Faltou ser mencionada a UFES, visto que fizeram parte da primeira turma do mestrado do PPGARQ dois alunos que compõem o corpo docente daquela Universidade.

## Programa de Gestão de Documentos:

O Conarq em sua trajetória emitiu 43 resoluções até o primeiro trimestre de 2016, das quais 13 incidem sobre os procedimentos de gestão de documentos, como a classificação e a avaliação. Destacaram-se seis aplicáveis a qualquer unidade de arquivo que compõe a APF. Destas seis, quatro tratam dos instrumentos técnicos de gestão de documentos - o Código de Classificação e Destinação de Documentos (CCD) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos de arquivo (TTD-Meio).

A maioria das Resoluções do Conarq, voltadas para a gestão de documentos, passaram a ser legalmente prescritas ao Poder Executivo Federal em meados da década de 1990, por meio da expedição de decretos, dentre eles o Decreto nº 2.182, de 20 de março de 1997, que foi atualizado pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Neste Decreto, por meio do capítulo intitulado “Da Gestão de Documentos da Administração Pública Federal” (Capítulo IV, Seção I), todos os procedimentos relativos à classificação e avaliação de documentos, bem como a adesão dos instrumentos normativos, como a TTD-Meio, elencados pelas Resoluções do Conarq, se tornaram obrigatórios.

Mesmo com o importante processo evolutivo da legislação arquivística, notado entre o início da década de 1990 e meados dos anos 2000, as impressões sobre nível de adesão das Ifes aos instrumentos normativos de gestão de documentos voltados para a administração pública, seguiram pessimistas em meados dos anos 2000.

Indolfo (2012, p. 18), ao apresentar os resultados da entrevista feita no Workshop das Ifes<sup>16</sup> realizada em 2006, assinalou que, até aquele ano, os problemas com relação às práticas arquivísticas eram preocupantes. Entre seus apontamentos, destaca-se que, de 31 universidades, apenas 42% utilizavam o CCD e a TTD relativos às atividades-meio aprovados pela

Resolução nº 14/2001 do Conarq, e que somente 29% informaram ter Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD)<sup>17</sup> instituída.

Por iniciativa da CPAD da Universidade Federal da Paraíba, iniciada em 1999<sup>18</sup>, suscitou-se a necessidade da criação de instrumentos de gestão arquivística (CCD e TTD) direcionados às atividades finalísticas de todas as Ifes (ensino, pesquisa e extensão). Com o objetivo de pensar essa demanda foi promovido, por iniciativa do Arquivo Nacional, entre os dias 26 e 29 de setembro de 2006, na sede do Arquivo Nacional, o I Workshop com as Ifes<sup>19</sup>. Para operacionalizar as indagações surgidas durante esse evento foi criado um grupo de trabalho denominado GT-Ifes-AN. Após análise e incorporações das sugestões, o GT-Ifes-AN finalizou o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Docu-

17 Ressalta-se que, no Brasil, tanto as Ifes quanto qualquer instituição que compõe a Administração Pública Federal devem constituir Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD) para proceder às atividades de avaliação de documentos, em observância aos atos normativos que tratam do tema, entre os quais se destaca o Artigo 18 do Decreto nº 4073, de 2002.

18 Ver Santos, 2017

19 O tema central do evento foi “Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivos Relativos às Atividades-Fim”. Participaram do evento 45 técnicos de Ifes, representando 30 instituições federais e uma estadual, além de 24 técnicos do Arquivo Nacional. Com base na TTD da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) lançada em 2001 elaborou-se, durante o evento, a versão preliminar de uma proposta única de CCD e TTD relativos às atividades-fim das Ifes. A partir de então, constituiu-se um Grupo de trabalho no âmbito do Siga, denominado GT-Ifes-AN, coordenado pela Coordenação-Geral de Gestão de Documentos do Arquivo Nacional (Coged/AN) integrado por técnicos do Arquivo Nacional e por representantes das Instituições de Ensino Superior (IES) – 11 federais e uma estadual. Este grupo de trabalho se propôs a fazer o levantamento da produção documental, o estudo dos prazos de guarda e destinação final e a análise de documentação acumulada em cada instituição, assim como passou a enviar contribuições que foram discutidas e sistematizadas em Reuniões Técnicas. Entre maio de 2007 e junho de 2009 ocorreram seis Reuniões Técnicas, cujos trabalhos eram acompanhados pelos representantes do GT, da CPDA/UFPB e do SubSiga/MEC, sempre com foco na construção dos instrumentos de gestão de documentos propostos. Entre 15 de março e 28 de maio de 2010, os instrumentos técnicos elaborados pelo GT foram colocados em consulta pública para que os integrantes da SubSiga/MEC e os servidores que desempenham atividades na área de gestão de documentos das Ifes, que não haviam participado do GT-Ifes-AN, pudessem encaminhar contribuições e sugestões para seu aprimoramento (SANTOS, 2017, p. 46; 47).

mentos de Arquivos relativos às atividades-fim, instrumento que foi lançado em 2011, por ocasião do II Encontro Nacional de Arquivistas das Ifes, realizado após a aprovação dos instrumentos, no Estado da Paraíba.

A utilização do CCD e da TTD relativos às atividades-fim das Ifes vem se tornando um desafio nas unidades de arquivo das Ifes. Para estimular sua utilização, o MEC, por meio da Portaria nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013, ratifica a obrigatoriedade de sua aplicação:

Art. 1º – Fica determinado que o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), aprovado pela Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011, do Diretor Geral do Arquivo Nacional, é de uso obrigatório nas Ifes, ficando a cargo destas dar publicidade aos referidos instrumentos técnicos.

Apesar do esforço normativo e surgimento de novos instrumentos operacionais, o aumento percentual da adesão das práticas das principais atividades de gestão de documentos por parte das Ifes pode ser considerado diminuto se compararmos o percentual de adesão – do CDD e TTD das atividades meio - apontado por Indolfo 2006, que foi de 42%, com o cenário encontrado em ODD (2017, p. 5), que foi de 53% (atividades-meio e fim), obteve-se no período de uma década o aumento percentual de apenas 11%. Pode-se considerar que o número de adesões estagnou ou retrocedeu, pois na consulta de 2006 o universo consultado não representava um terço do universo de 2017, além disso, em 2006 não contávamos com a tabela e código específicos para documentos oriundos das atividades-fim das Ifes.

O que agrava o quadro é o fato de apenas 13% das 104 Ifes respondentes afirmarem que a adoção do CCD meio da APF ou Fim das Ifes foram institucionalmente formalizados como prática a ser aplicada. (ODD, 2017, p. 5). Mas o pior cenário não é o descum-

primento de atos normativos legalmente prescritos, e sim, o não alcance da plenitude que a adesão de tais instrumentos poderia proporcionar à gestão administrativa das universidades.

Junto ao cenário que se desenvolveu nas últimas duas décadas, que é a busca por tecnologias no desenvolvimento da administração pública, ressalta-se a existência de oito resoluções que tratam dos documentos arquivísticos digitais - resultado das ações empreendidas pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) -, sobretudo a partir de 2002, ano de sua reestruturação<sup>20</sup>. Dessas, destacam-se cinco que tratam de programas de gestão de documentos, dos procedimentos de transferência e recolhimento e das atividades de destinação de documentos arquivísticos digitais:

- Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004, que dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos<sup>21</sup> dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos.
- Resolução nº 24, de 3 de agosto de 2006, que estabelece diretrizes para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas.
- Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – eARQ Brasil, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar).

20 Criada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), em 1995, pela Portaria nº 8, de 23 de agosto de 1995, e reestruturada em 2002 por meio da Portaria nº 60, de 7 março de 2002, contando com especialistas de vários setores do governo e da sociedade civil.

21 Segundo Jardim (2015, p. 28), a CTDE considera “gestão arquivística de documentos” como sinônimo de “gestão de documentos”, ressaltando a característica arquivística dessa gestão para diferenciá-la de outros tipos de gerenciamento de documentos.

16 Ver Santos, 2017.

- Resolução nº 32, de 17 de maio de 2010, que dispõe sobre a inserção dos Metadados na Parte II do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil.
- Resolução nº 43, de 4 de setembro de 2015, que altera a redação da Resolução do Conarq nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos.

No entanto a realidade da gestão de documentos arquivísticos digitais produzidos nas Ifes também é desafiadora, visto que, segundo o resultado obtido em ODD (2017, p. 6), apenas em 6% das 104 Ifes, os documentos arquivísticos estão incluídos na política de gestão de documentos das instituições.

A ausência das duas principais atividades arquivísticas propulsoras da gestão de documentos, a classificação e avaliação de documentos, tanto em formato físico quanto digital, é reflexo da quase inexistência de ações coordenadas por meio de um PGD. Visto que, em comparação ao cenário do final da década de 1980, (Bellotto, 1989) a adesão a tais programas seguem estagnadas, pois, apenas 10% das 104 Ifes respondentes afirmaram possuir política ou programa de gestão de documentos (ODD, 2017, p. 2).

Além disso, a equipe do ODD destacou que ao analisar as justificativas das respostas observou uma concepção reducionista do que seria uma política ou programa de gestão de documentos, visto que muitos respondentes atribuíram esta falta à inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), incompreensões semelhantes às encontradas em 201322.

22 Conforme já mencionado em Indolfo (2013) e em Jardim (2013).

Um dos caminhos para superar tal quadro seria prezar pela interoperabilidade dos PGDs, Santos & Indolfo (2017) perceberam que na prática a intercessão entre os PDIS e os PGDs nas Ifes não vem ocorrendo. Constataram ainda que, dentro do recorte elencado para aquele estudo, nas únicas Ifes (UFJF e UFGM) em que a gestão de documentos estava prevista como estratégia dentro do PDI, as questões principais elencadas por Bellotto (1989) foram minimamente superadas. Visto que, ambas possuem um número significativo de arquivistas em seus quadros, contam com a “autoridade” arquivística, com CPAD constituída e em atividade, assim como, a aplicação dos principais instrumentos de gestão de documentos.

Para tanto, perpassam os desafios de articular a maior participação do público envolvido (gestores, especialistas, técnicos, colaboradores, funcionários, cidadãos etc.), por meio de canais de participação contínua, utilizando quando necessário as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS), em busca de construções coletivas e participativas que garantam maior transparência durante os processos e tomadas de decisões. Tal iniciativa deve partir do Arquivista, que ao contrário do contexto do final da década de 1980, hoje está presente na maioria das Ifes, o que pode ser considerado nosso maior alento nas últimas três décadas.

## Considerações

Verificaram-se avanços, mesmo que em passos lentos, em relação às inquietações lançadas por Bellotto, principalmente em relação à evidente legislação arquivística construída ao longo das últimas três décadas, seguido pelo aumento significativo dos cursos de graduação em arquivologia, que naquele contexto só era oferecido por três universidades no Brasil e sobre o expressivo número de arquivistas atuando nos quadros funcionais das universidades. No entanto, é evidente que os desafios ainda são enormes em relação à efetivação de um

sistema nacional de arquivos proposto na legislação arquivística, assim como aos sistemas regionais/institucionais, visto que tais ausências tornam a realidade da gestão de documentos como uma prática de apoio ao alcance de eficiência nas Ifes inócua, e que os programas de gestão de documentos neste cenário ainda são incipientes.

Evidenciou-se a existência de proposições colaborativas por parte da comunidade arquivística no sentido de superar os desafios existentes, mas fica evidente a necessidade de inserção do debate sobre o Programa de Gestão de Documentos dentro da principal estratégia gerencial das Ifes, o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Apesar das dificuldades, não há mais espaço para lamentações, o cenário é mais promissor que o encontrado no final da década de 1980 e a “boa notícia” é que, nos últimos 10 anos, as políticas públicas arquivísticas se tornaram objeto de pesquisa no Brasil, posto que, antes disso, eram temas presentes apenas nos discursos dos agentes públicos responsáveis pela gestão de arquivos (JARDIM, 2013, p. 36).

Este debate, contudo, não deve se limitar às instituições arquivísticas, universitárias e científicas, pois se tratando de políticas, teorias e metodologias com características de aplicabilidade empírica acentuada será necessário que se amplie o debate com a sociedade de classes (associações, fóruns, grupos e comitês de arquivistas) e com a sociedade em geral.

Esta breve explanação não teve a intenção de esgotar o tema, e sim, de alimentar o debate e instigar outras abordagens em estudos mais amplos e ações mais combativas.

## Referências:

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Portaria nº 092, de 23 de setembro de 2011. Aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) [Apresentação e Metodologia]. Disponível em: <[http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/codigos\\_tabelas/portaria\\_n0922011\\_apresentacao\\_e\\_metodologia.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/codigos_tabelas/portaria_n0922011_apresentacao_e_metodologia.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. In: BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos: Estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFGM. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/delo200.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/delo200.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. Brasília, DF, 1987. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7596.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7596.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 18 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos: Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm)>. Acesso em: 25 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 246, p. 2, 13 Dez. 2003. Seção 1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulamentação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 24 maio. 2006.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1261, de 23 de dezembro de 2013. \_\_\_\_ que o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, aprovado pela Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional, é de uso obrigatório nas IFES. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, Seção 1, p. 11, 24 dez. 2013.

CRUZ, Emília Barroso. *Acesso e gestão da informação governamental do tipo arquivístico: aspectos técnicos e a visão de gestores e servidores de duas instituições governamentais*. 2016. 226f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2016.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. *Arquivística.net*, v. 3, p. 28 - 60, 2007.

\_\_\_\_\_. *O uso das normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal*. 2008. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, RJ, n. 6, p. 13 - 37, 2012.

\_\_\_\_\_. Vinte anos da lei de arquivos: a questão da gestão de documentos. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Org.). *Universidades e arquivos – Gestão e ensino: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte, MG: ECI-UFMG, 2012. p. 09-22.

\_\_\_\_\_. *Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na administração pública federal (2004-2012)*. 2013. 312f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

JARDIM, José Maria. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal. *Ciência da Informação*, v. 42, p. 35 - 49, 2013.

\_\_\_\_\_. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. *Acervo*, Rio de Janeiro, RJ, v. 28, n. 2, p. 19 - 50, Jul./Dez. 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/607/640>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

KECSKEMÉTI, Charles. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 2, p. 5-9, jul./dez. 1988.

LLANSÓ Í SANJUAN, Joaguim. *Gestión de documentos. Definición y análisis de modelos*. Bergara: Editora IRARGI, 1993.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. *Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais*. Rio de Janeiro, RJ: AAB, 2013.

MINAYO, M. C. S. Fase exploratória da pesquisa. In: \_\_\_\_\_. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, SP: Rio de Janeiro, RJ: Hucitec/Abrasco, 1992. p. 89 - 104.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: *Oposição ou Complementaridade?* Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239 - 262, jul/set., 1993.

Ministério da Educação (Brasil). *Relatório de atividades trimestral (abril a junho /2017) do Siga-MEC*. Brasília, DF: Ministério da Educação; 2017. Disponível em: <<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLsdAzsTdmKziSymLo-f5hbwkppqKuFFznQQjUPgrfD7k6dxPDHg/viewanalytics>>. Acesso em: 20 out. 2019.

SANTOS, Eduardo Luiz dos. *Diagnóstico da situação arquivística da Universidade Federal de Viçosa*. 2017. 149f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de

Janeiro, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. *As teorias da universidade brasileira*. 1984. Disponível em: <[www.schwartzman.org.br/simon/teorias.htm](http://www.schwartzman.org.br/simon/teorias.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SILVA, Eliezer Pires; LOUSADA, M. A experiência do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos na Unirio. In: Renato Pinto Venâncio; Welder Antônio Silva; Adalson Nascimento. (Org.). *Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos*. 1 ed. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018, v. 1, p. 16-19.

SILVA, Jaime Antunes da. *Evolução dos Sistema de Documentação, Informação e Informática da Administração Pública Federal: SISC – SINAR – SISP – SIGA*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, Ago. 2015. Disponível em: <<http://www.Siga.arquivonacional.gov.br/index.php/o-que-e-o-Siga>>. Acesso em: 28 maio 2016.

RIDOLPHI, Wagner Ramos. *A profissionalização do arquivista no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. 2016. 124f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Gestão e Preservação de Documentos Digitais nas IFES*. Observatório de Documentos Digitais/ CNPQ UFF GedA. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://observatoriodedocumentosdigitais.wordpress.com/gestao-e-preservacao-de-documentos-nas-ifes/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

Recebido em: 26/12/2019

Aprovado em: 31/01/2020



ARTIGO

**AUDITORIA E  
DIAGNÓSTICO EM  
ARQUIVOS: UM ESTUDO  
SOBRE A APLICAÇÃO DOS  
PROCEDIMENTOS DE  
AUDITORIA ARQUIVÍSTICA  
AO DIAGNÓSTICO DE  
ARQUIVOS CORRENTES  
DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO ESPÍRITO  
SANTO**

*Ana Caroline Tenorio Gomes*

*Graduanda em Arquivologia na Universidade Federal do Espírito Santo.*

*Rodrigo Dos Santos Nobres*

*Graduando em Arquivologia na Universidade Federal do Espírito Santo.*

*Taiguara Villela Aldabalde*

*Doutor em Ciência da Informação, professor e pesquisador da Universidade Federal do Espírito Santo.*

## Resumo

O objetivo é verificar em que medida os procedimentos de auditoria de arquivo contribuem para o diagnóstico dos arquivos correntes, particularmente para o Arquivo Setorial do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo. O procedimento metodológico adotado para este estudo foi a pesquisa documental com abordagem exploratória. Os resultados foram obtidos através de uma análise com os dados extraídos a partir do seguinte: os itens verificados, os requisitos, a base legal, a conformidade, a não-conformidade ou a conformidade parcial. Conclui que os procedimentos de auditoria de arquivo têm potencial para contribuir para o diagnóstico dos arquivos correntes na medida em que os itens verificados viabilizaram a construção de um quadro de diagnóstico para arquivos setoriais com precisão, e neste caso com pontos técnicos a serem iniciados e desenvolvidos visto a não conformidade de 10% dos itens verificados e a conformidade parcial de 45% dos mesmos. Conclui-se também que o Arquivo Setorial já atende ao menos ao total de 45%.

**Palavras-chave:** Auditoria Arquivística, Diagnóstico, Gestão de Documentos, Arquivos Correntes..

## Abstract

The objective is to what extent the archival audit procedures contribute to the diagnosis of current records, particularly to the Sectorial Archive of the Center of Legal and Economics Sciences at the Federal University of Espírito Santo. The methodologic procedure adopted for this study was documentary research with the exploratory approach. The results were obtained through an analysis with the extracted data of the verified items, requirements, legal basis and the conformity, non-conformity or partial conformity. It's concluded that the archival audit procedures have potential to contribute to the diagnosis of current records in a proportion which the verified items made it viable to build a diagnostic framework with a technical and specific points based on archival requirements, legal basis and in the follow percentages of conformity: 10% of non-conformities, 45% of partially conformities and 45% of conformities.

**Keywords:** Archival Audit, Diagnosis, Record Management, Current Records.

## Introdução

Com base no levantamento dos termos “Auditoria e Diagnóstico”, na base de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), apenas quatro ocorrências de estudos foram encontradas, nomeadamente: Auditoria e diagnóstico de modelos para controladores preditivos industriais (BOTELHO, 2015); Implantação de gestão da qualidade no serviço de hemoterapia em um hospital público do Estado de São Paulo (PALUDETTO, 2015); Manutenção de modelos para controladores preditivos industriais (FRANCISCO, 2017); *Novel methodologies for assessment and diagnostics in control loop management* (FARENZENA, 2008). Isto posto, justifica-se essa inves-

tigação, pois há uma lacuna referente a esse tema no campo da Ciência da Informação e da Arquivologia.

Em que pese a falta de literatura sobre diagnóstico de arquivos correntes a partir de procedimentos de auditoria arquivística, ainda persistem os desafios para implantação dos Arquivos Setoriais e metodologias que permitam a identificação dos problemas cotidianos mais técnicos arquivísticos destas repartições. Uma vez que Sistemas de Arquivos e Arquivos Centrais encontram a diversidade para a implantação de Arquivos Setoriais, optou-se por estudar o objeto Arquivo Setorial do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (AS-CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Vale salientar que o conceito de Arquivo Setorial corresponde na tradição ibérica arquivística, ao menos de acordo com o *Guía para la auditoria archivística* (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2015), ao Arquivo de Trâmite/ *Archivo de trámite*.

Considerando o impacto de sistemas informáticos para o funcionamento do Arquivo Central e, conseqüentemente ao Sistema de Arquivos da UFES (SIARQ), desde fins da década de 1990, cabe destacar que o uso do termo “arquivo”<sup>1</sup> se tornou banal, pois os objetos digitais em microcomputadores são comumente entendidos como arquivos. No entanto, este uso não visibiliza os Arquivos e nem faz reconhecer imediatamente a sua devida relevância, porque a adesão do termo é irrefletida.

Neste contexto adverso, os Arquivos têm um papel fundamental na sociedade, pois lhes é devido fazer conhecer os documentos sob sua custódia levando em conta determinadas qualidades intrínsecas, isto é: a imparcialidade, a autenticidade, a naturalidade<sup>2</sup>, o inter-relacionamento<sup>3</sup> e a unicidade<sup>4</sup>. Isso é relevante, pois, a sociedade civil deve, ao menos em tese, ser informada ou ter o conhecimento de que o documento imparcial não é aquele cujo conteúdo é imparcial, mas é aquele cuja razão de produção está em um dado contexto. Além desta qualidade há outras de interesse público, tais como a autenticidade. Essa por sua vez é relevante pois estão vinculados à custódia, possuem poder de testemunho e de prova (DURANTI, 1994).

Assim, os documentos de arquivo merecem devido processamento digno de ser auditado, pois provam as ações que lhe deram origem e competência

da instituição que os produziu, ou seja, o documento serve como prova legal e registro de fatos que ocorreram. Nesta direção, o AS-CCJE da UFES está sendo instituído através da parceria da Direção do CCJE, do SIARQ com o Curso de Arquivologia, e nota-se que este Arquivo ainda está em via de consolidação.

Busca-se estudar procedimentos de auditoria arquivística como meios para se chegar a um quadro de diagnóstico. Com isto também se pretende, em termos práticos, contribuir para implantação de Arquivos Setoriais, particularmente do AS-CCJE: uma unidade de informação responsável pelo arquivamento de documentos acumulados com a competência de custodiar a documentação arquivística. Portanto, objetiva-se testar em que medida os procedimentos de auditoria arquivística contribuem para o diagnóstico dos arquivos correntes com base no *Manual de Auditoria Arquivística do Arquivo Nacional do México* (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2015).

## Procedimentos Metodológicos

Para tanto, em um primeiro momento, foi recorrido à pesquisa bibliográfica incluindo Moraes e Jantorno (2018), Duranti (1994), Archivo General de la Nación (2011) e Gadelha (2017).

Em um segundo momento, ocorreu a pesquisa empírica, adotando-se a pesquisa documental e exploratória tendo o AS-CCJE da UFES como *locus* investigativo, que foi estruturada em três partes: a primeira etapa consistiu na adaptação do instrumento de auditoria adotado de acordo com os pontos associados à seção três, denominada “*Archivo de Trámite*” (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2015, p.11-12), especificamente da bateria de perguntas pertinentes ao seguinte intervalo: do código 3.1 ao código 3.4 (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2015, p.126-142), ocorrendo adaptação pelos autores, com os seguintes campos: a) Item verificado; b) Requisitos; Fundamentos legais; Verificação de conformidade: cumpre, cumpre parcialmente e não cumpre.

1 Arquivos com “a” minúsculo entende-se arquivo permanente, arquivo intermediário, arquivo corrente, ou seja, conjunto de documentos conforme a Lei. 8.159/91. Os Arquivos com “A” maiúsculos são as instituições arquivísticas representada também nos Arquivos Setoriais e Sistemas de Arquivos.

2 Maneira como os documentos são produzidos no curso das transações de acordo com as atividades.

3 Os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades.

4 O documento é único no conjunto ao qual pertence.

Nos campos designados por “Item verificado” e “Requisitos” foram consideradas respectivamente as categorias denominadas por “Procedimiento” e “Actividad” no referido *Guía para la auditoría archivística* (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2015). Portanto, a proposta de verificação e análise, busca estudar o universo de dados alocados em três possibilidades de subcampos: cumprimento, não cumprimento ou cumprimento parcial. Somado a isto, foi procedida a análise dos dados coletados a fim de apontar um diagnóstico a partir dos elementos verificados no procedimento de auditoria. Cabe ressaltar que as adequações executadas, no campo de Fundamento Legal, deram-se na direção da realidade nacional e da legislação brasileira, em específico, de normas atinentes à UFES.

A segunda etapa refere-se à aplicação do instrumento de coleta de dados formulado com base nas questões de conformidade explicitadas no manual, ou seja, foi aplicado o questionário para validar a eficácia das questões de conformidade no sentido de esclarecer um quadro diagnóstico dos arquivos correntes. Dentre as categorias arquivísticas abarcadas estão implicitamente as seguintes: preservação, classificação, acondicionamento, acesso e gestão documental. Isto é relevante, pois a partir disto foi definido o intervalo 3.1 - 3.4 (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2015, p.126-142).

Por se tratar de uma pesquisa preliminar não se buscou percorrer todo o Manual de Auditoria (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2015), contudo, abriu-se um campo de estudos para investigar o binômio auditoria-diagnóstico. Por fim, realizou-se a sistematização de dados em quatro quadros obtidos a partir dos resultados das questões de conformidade com os cabíveis apontamentos.

### O diagnóstico e a auditoria de arquivos correntes: breves apontamentos

De acordo com o *Archivo General de la Nación* (2011), o processamento arquivístico de arquivos correntes

se inicia com o estabelecimento dos prazos de guarda no qual as unidades produtoras de documentos passam a ser notificadas. Assim, uma vez que os prazos estão estabelecidos, os primeiros acionados são os arquivos correntes e os dados referentes à tramitação destes documentos devem, em tese, ser registrados permanentemente. Após isso, há a identificação de séries documentais e posteriormente, há o tratamento de dados relativos à documentação, e dos registros sob a custódia do arquivo. Na realidade brasileira, esta operação ocorre com as listagens de transferência e recolhimento, ou seja, quando os documentos são enviados dos arquivos setoriais para os arquivos intermediário ou centrais, ou ao arquivo permanente.

Ainda segundo o *Archivo General de la Nación* (2011) se recompilam os volumes e unidades documentais que podem variar como simples e compostos (processos, dossiês) com vista em uma organização serial, objetivando levar a cabo a destinação tendo em vista a temporalidade definida. Seguidamente, ocorre a atualização da listagem com o total de transferências do arquivo setorial para o arquivo intermediário juntamente com a lista de eliminação. Por fim, há o cálculo e registro total dos documentos, ou seja, quantos foram destruídos e quantos foram transferidos. Com isto, se integram as informações sobre a composição das séries e processos de avaliação, eliminação ou preservação dos documentos.

Isto posto, e levando em consideração as correlações e similaridades entre os arquivos setoriais e os chamados arquivos de trâmite, é possível afirmar que há óbices comuns. Dentre esses, pode-se achar, por exemplo a ausência ou erros de classificação dos documentos, impactando listas de recolhimentos e de transferências provenientes destes arquivos. Assim, possivelmente, os responsáveis que operam nesses arquivos, não dominam uma cultura arquivística mínima e desconhecem o elementar da Ciência Arquivística ou Arquivologia, que por sua vez vem sendo cobrada como uma disciplina em concursos públicos no Brasil. Portanto, no caso do AS-CCJE e dos Arqui-

vos Correntes da Ufes. os funcionários deveriam, em tese, conhecer, operações técnicas básicas da área.

Dado que a implantação dos arquivos setoriais é uma meta, dentro do escopo das políticas de gestão documental para administração pública, e, portanto, aos Arquivos Centrais, Arquivos Públicos e Sistemas de Arquivo, estes arquivos estão sujeitos a serem auditados para averiguação do cumprimento de seus deveres. Dentre os desafios para implantação, encontra-se verificar com precisão o estado em que se encontram os acervos e o diagnóstico específico do processamento arquivístico. Neste sentido, é possível apontar o seguinte sobre o assunto em tela: “[...] o diagnóstico tem o papel de fornecer subsídios para a aplicação da gestão de documentos e pode ser considerado como parte primordial do processo, incluindo-se como base e ferramenta de otimização e economia” (GADELHA, 2017, p. 398).

Logo, o diagnóstico de arquivo pode ser posto em uso para fundamentar as decisões tomadas no contexto da gestão de documentos, sobretudo a partir das intervenções arquivísticas no espaço físico, nas condições de armazenamento e outros aspectos funcionais pertinentes à estrutura operacional do arquivo. Dado isso, se prosseguirá a contextualização do objeto estudado e a verificação dos procedimentos de auditoria como ferramentas para o seu diagnóstico.

### A aplicação dos procedimentos de auditoria arquivística ao diagnóstico de arquivos correntes da Universidade Federal do Espírito Santo

O produtor do acervo sob custódia legal do AS-CCJE, isto é, o CCJE e da Secretaria Geral, consta dos planos deste centro universitário. Remonta-se à data de março de 2013, quando houve o start do projeto da implantação após a o Centro de Documentação (CEDOC) ser desativado. De acordo com Moraes e Jantorno (2018, p. 9):

Era um setor que não mais agregava valor ao CCJE e não mais atendia às demandas dos alunos. Essa ação pôde dar mais visibilidade ao projeto de implantação do Arquivo Setorial do CCJE, que, a partir de então, tomou fôlego para o desenvolvimento de outras ações importantes.

Portanto, devido à inativação, colocar em prática o projeto do Arquivo Setorial se tornou algo possível e urgente, essencialmente pela utilização do espaço físico do CEDOC para constituição do Arquivo (MORAES e JANTORNO, 2018). Isto posto, a primeira adversidade notada foi relativa à questão da ausência de gestão de documentos na UFES, pois o recém-criado Arquivo Setorial recebeu documentos por via de transferências e recolhimentos dos colegiados, departamentos e da Secretária Geral, em que maioria da documentação não dispunha de uma organização mínima ou identificação.

Cabe destacar que no período de 2013 a 2016, houve a efetivação do AS-CCJE, que se originou da colaboração do Curso de Arquivologia, SIARQ e Direção do CCJE. Em resumo, segundo Moraes e Jantorno (2018, p. 9-12), deram-se as seguintes ações:

- Tratamento dos documentos administrativos da Secretaria Geral do CCJE;
- Desativação do Centro de Documentação (CEDOC);
- Avaliação e tratamento de massa documental acumulada em depósito nas dependências da Secretaria Geral do CCJE;
- Criação do Arquivo Setorial e
- A Comissão de Implementação da Política de Informação do CCJE.

Dados os itens incontornáveis para a implantação do Arquivo e sua criação de fato, caberia um diagnóstico preciso sobre quais destes itens deveriam ser desenvolvidos, por atenderem parcialmente os requisitos de uma auditoria arquivística, quais deveriam ser iniciados ou estartados, e, enfim, aqueles que deveriam ser mantidos, pois já estão adequados às operações cotidianas que atendem às demandas e aos padrões mínimos de um Arquivo Setorial.

ITENS VERIFICADOS	REQUISITOS	FUNDAMENTOS LEGAIS	VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE	
			CUMPRE	CUMPRE PARCIALMENTE
ESTRUTURA OPERACIONAL DO ARQUIVO CORRENTE	FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO: PRESENÇA DE UM ARQUIVO CORRENTE FORMALMENTE ESTABELECIDO	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		X
	RESPONSÁVEL PELO ARQUIVO CORRENTE	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		
	CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DO RESPONSÁVEL	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		

Quadro 1 – Verificação de conformidade da estrutura operacional. Fonte: elaborado pelos autores com base no Archivo General de la Nación (2015)

No que diz respeito à estrutura e ao pessoal mínimos, tais padrões, podem ser representados no Quadro 1:

No que se refere ao funcionamento de Arquivo, verifica-se que há um Arquivo enquanto estrutura física de armazenamento, porém não está devidamente formalizado na estrutura organizacional do CCJE. Com isso, pode-se afirmar que tal item cumpre parcialmente a exigência da legislação arquivística particularmente sobre os Arquivos Correntes.

Já no caso do pessoal responsável do AS-CCJE, verificou-se que não há nenhuma portaria ou documento que comprove que há responsabilização de um funcionário pela gestão e condução dos procedimentos atinentes a este Arquivo Setorial. Portanto, trata-se aparentemente de um não cumprimento.

Acerca da infraestrutura de custódia, tais padrões, podem ser representados no Quadro 2:

No que diz respeito às infraestruturas, em maioria, arquivos correntes da UFES não possuem condições básicas para que o documento seja administrado de forma correta. Nesta direção é possível

observar que há óbices ao AS-CCJE: carência de infraestrutura pessoal, de equipamento e de custódia.

Nota-se ainda que há estantes e mobiliários para que o documento seja acomodado e sua informação assegurada, no entanto, não em quantidade suficiente e nem em bom estado. Devido a isso, cumpre apenas parcialmente a conformidade em questão. Já no caso da custódia documental, percebe-se a inexistência de divisões estruturais adequadas dentro do Arquivo, podendo haver a mescla de recepção e/ou setor de protocolo, sala para higienização e desinfestação de documentos, área de pesquisa e estudo, entre outros, compactado em um único espaço de aproximadamente 100 metros quadrados.

Apesar de possuir uma impressora com scanner, esse equipamento não é utilizável para digitalização no Arquivo, pois isso compete à autoridade da Comissão de Digitalização na UFES, respaldada na Portaria nº 162, de 14 de fevereiro de 2019 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2019, p. 1).

Cabe destacar que há um equipamento de ar refrigerado, mas não existe um controle contínuo

ITENS VERIFICADOS	REQUISITOS	FUNDAMENTOS LEGAIS	VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE	
			CUMPRE	CUMPRE PARCIALMENTE
INFRAESTRUTURA DE CUSTÓDIA	INSTALAÇÃO SUFICIENTE PARA GUARDA	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		X
	MOBILIÁRIO À PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		X
	INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTO: EQUIPAMENTO PARA CLIMATIZAÇÃO	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		X
	SEGURANÇA DO ACERVO E DE FUNCIONÁRIOS	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		X
	SEGURANÇA ELÉTRICA	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91	X	
	INFRAESTRUTURA DE HARDWARE: AMBIENTE EQUIPADO COM MICROCOMPUTADORES	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91	X	
	INFRAESTRUTURA DE SOFTWARE: SISTEMA COMPUTACIONAL PARA ADMINISTRAÇÃO	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91	X	
	INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTO: EQUIPAMENTO PARA DIGITALIZAÇÃO	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		X
	ARMAZENAMENTO NO ASPECTO DE CUSTÓDIA	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91	X	
	INFRAESTRUTURA PESSOAL	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		

Quadro 2 - Verificação de conformidade de armazenamento, segurança e infraestrutura. Fonte: elaborado pelos autores com base no Archivo General de la Nación (2015)

ITENS VERIFICADOS	REQUISITOS	FUNDAMENTOS LEGAIS	VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE	
			CUMPRE	CUMPRE PARCIALMENTE
NORMATIVIDADE ARQUIVÍSTICA	CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS RECEBIDOS DE ACORDO COM O PCD <sup>1</sup>	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91 PORTARIA Nº 092/2011 (SIGA <sup>2</sup> )		X
	ORDENAÇÃO DE ACORDO COM QUADRO DE ARRANJO <sup>3</sup>	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		X
	CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA INTEGRADA <sup>4</sup> DE ACORDO COM O PCD	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		X
	INVENTARIAMENTO DOS DOCUMENTOS PRODUZIDOS E RECEBIDOS	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91	X	
	UNIDADE DE ACONDICIONAMENTO COM IDENTIFICAÇÃO <sup>5</sup>	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		X
	PADRÃO DE METADADOS PARA CAPA DO PROCESSO: UNIDADE ADMINISTRATIVA; FUNDO; SEÇÃO; SÉRIE; Nº DO DOCUMENTO; DATA DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DOCUMENTO; ASSUNTO; VALOR DOCUMENTAL; VIGÊNCIA DOCUMENTAL; Nº DE PÁGINAS; LEGENDA DE CLASSIFICAÇÃO.	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		X
	PADRÃO DE METADADOS PARA AS ETIQUETAS: SEÇÃO; SÉRIE; Nº DO DOCUMENTO; DATA DE ABERTURA E ENCERRAMENTO; ASSUNTO.	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91		X
	ELABORAÇÃO DE LISTAS DE TRANSFERÊNCIA RECOLHIMENTO E ELIMINAÇÃO	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91	X	
CONTROLE DE ACESSO À DOCUMENTOS CLASSIFICADOS <sup>6</sup>	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ART 23º, 24º, 25º, 27º, 28º)	X		

Quadro 3 – Verificação de conformidade de classificação documental e acondicionamento.

Fonte: elaborado pelos autores com base no *Archivo General de la Nación* (2015).

1 - Plano de Classificação dos Documentos da Administração Pública Federal - Código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das instituições federais de ensino superior.

2 - Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal.

3 - Esquema ou quadro para a organização dos documentos de um arquivo a partir das funções ou atividades da entidade produtora, dentre outras categorias de classificação arquivística tais como: forma, formato, gênero, suporte, tipo, espécie, dentre outras. O arranjo ou organização pode se configurar por séries tipológicas.

4 - Nota-se que a tabela do CONARQ contemplava apenas o assunto e mais recentemente passou a estar vinculada ao tipo documental.

5 - Pastas, maços, capilhas, se o processo possui capa com número, código de classificação.

6 - Documento submetido a um sistema de classificação, no qual foi atribuído grau de sigilo.

para temperatura e umidade, expondo os documentos a riscos que podem ser irreversíveis. A vista disso, os requisitos estão em conformidade parcial.

Convém registrar que atualmente, dentro do AS-CCJE, o contato inicial é apenas do documento e estagiário, pois não há pessoal ou funcionário contratado para executar esta função.

Também, vale destacar, que embora o ambiente seja equipado com microcomputadores para que a gestão documental seja realizada, as máquinas não possuem acesso ao Sistema de Informações para o Ensino (SIE). Portanto, apenas a função simples de descrição é feita na documentação, em uma tabela elaborada no software do sistema operacional Windows, o Excel, compartilhada online pelos estagiários em contrato.

Quanto à normatividade arquivística, tais padrões, podem ser representados no Quadro 3:

Acerca da normatividade arquivística, particularmente sobre as normas de descrição ou classificação de documentos, o AS-CCJE começa tardiamente a ser posta em prática de acordo com o Plano de Classificação de Documentos (PCD) a partir de 2018, já que antes, havia uma tabela organizada por assuntos, e a organização se dava de forma cronológica como único modo de controle. Já no caso de transferência de documentos para o Arquivo Central, há o controle realizado por relatórios no sistema ou relatórios descritivos, em casos de documentos sem Número Único de Protocolo (NUP).

No que se refere ao acondicionamento, todos os documentos possuem capas e etiquetas com dados de: unidade administrativa, número do documento, assunto, data de abertura, série, entre outros que possam ser utilizados para identificação. No entanto, essas informações estão registradas, em sua maioria, apenas no SIE. Assim sendo, atende-se parcialmente à conformidade esperada com base no *Archivo General de la Nación* (2015).

A respeito do Franqueamento de consulta, tais padrões, podem ser representados no Quadro 4:

Observa-se que o AS-CCJE conta com um controle para a localização dos documentos e credenciamento desses acessos conforme previsto no Art. 25 §1º. A consulta é franqueada regularmente, ou seja, há um controle do usuário ao retirar para empréstimo o documento, sendo o seu acompanhamento por meio de protocolo registrado no sistema Lepisma.

Além disso, verifica-se que tem sido praticada a inspeção e a revisão, isto é, a verificação dos documentos que chegam e a conferência antes do arquivamento. Foi possível distinguir etapas que consistem na verificação da integridade do documento, do número de folhas, dos anexos em relação da presença física destes no processo ou dossiê.

Vale lembrar, que no caso em que forem encontradas irregularidades, procede-se com uma notificação para o titular da unidade administrativa solicitada, de modo que ele proceda com medidas

ITENS VERIFICADOS	REQUISITOS	FUNDAMENTOS LEGAIS	VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE	
			CUMPRE	CUMPRE PARCIALMENTE
FRANQUEAMENTO DE CONSULTA	CONTROLE PARA LOCALIZAÇÃO CÉLERE DOS REGISTROS	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ART. 6º, 10º, 15º, 16º, 28º, 33º, 40º, 42º) LEI Nº 8.159/91	X	
	CREDENCIAMENTO E AUTORIZAÇÃO DE ACESSO	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ART. 37) LEI Nº 8.159/91	X	
	ACOMPANHAMENTO DO PROTOCOLO DE EMPRÉSTIMO	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91	X	
	INSPEÇÃO E LEITURA DOS DOCUMENTOS EMPRESTADOS.	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO ART. 305 DO CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI 2848/40 LEI Nº 8.159/91	X	
	CONTROLE DE PRAZO DE EMPRÉSTIMO	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ART.11 § 2º) SEGUNDO NORMA INTERNA 10 DIAS (PRORROGÁVEIS) LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO		X
	INSPEÇÃO DO DOCUMENTO DEVOLVIDO	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91	X	
	NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE	LAI: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO LEI Nº 8.159/91	X	

Quadro 4 - Verificação de conformidade de Franqueamento de Consulta  
Fonte: elaborado pelos autores com base no *Archivo General de la Nación* (2015).

cabíveis segundo parâmetros das normas do Direito Administrativo aplicado internamente.

Nota-se a existência da falta de controle sobre o prazo de empréstimos que segundo a LAI, Art.11 §2º, o prazo referido no §1º deveria ser de 10 dias, ou seja, o prazo de devolução do documento deveria ser limitado, podendo ser prorrogado, conforme solicitação do usuário. Neste caso, esses itens não atendem totalmente às conformidades da legislação arquivística.

### Conclusão

Conclui-se que os procedimentos de auditoria arquivística podem contribuir para o diagnóstico dos arquivos correntes na medida em que os itens verificados viabilizaram o traçado de um quadro de diagnóstico com base em requisitos, fundamento legal e nas variações de atendimento a tais requisitos. Esta variação corresponde à “10% não atende, 45% atende parcialmente e 45% atende totalmente”.

Também é possível concluir que os óbices para a gestão dos arquivos correntes podem ser encontrados nas seguintes categorias analisadas: Estrutura operacional do arquivo corrente, infraestrutura de custódia, normatividade arquivística e franqueamento de consulta. Cabe destacar que por um lado a proporção de conformidade pode fundamentar a tomada de decisões dos gestores sobre as intervenções arquivísticas mais urgentes ou de uma pronta iniciação de trabalhos tendo em vista o não atendimento ou não conformidade (45%). Por outro os procedimentos de auditoria trazem à tona que há um atendimento pleno (10%) a ser preservado e um atendimento parcial (45%), o que significa, consequentemente, que há possibilidade de desenvolvimento para o que já existe em andamento.

Por fim, buscou-se evidenciar que os procedimentos de auditoria arquivística podem ser adotados nos Arquivos para traçar um quadro de diagnóstico especializado por intermédio desses procedimentos. Foi possível analisar itens do fun-

cionamento do Arquivo, nomeadamente os seguintes: presença ou ausência de um arquivo setorial formalmente estabelecido; presença ou ausência de responsável pelo arquivo; capacitação contínua do responsável; instalação suficiente para guarda, mobiliário à proteção e conservação, infraestrutura; equipamento para climatização; segurança do acervo e de funcionários; segurança elétrica; ambiente equipado com microcomputadores; sistema computacional para administração; equipamento para digitalização; armazenamento no aspecto de custódia; infraestrutura de pessoal; presença ou ausência de classificação dos documentos recebidos de acordo com o PCD; ordenação de acordo com quadro de arranjo; classificação arquivística integrada de acordo com o PCD; inventariamento dos documentos produzidos e recebidos; unidade de acondicionamento com identificação; padrão de metadados para capa do processo; unidade administrativa, fundo, seção, série, número do documento, data de abertura e encerramento documento, assunto, valor documental, vigência documental, número de páginas e legenda de classificação; padrão de metadados para as etiquetas: seção, série, número do documento, data de abertura e encerramento e assunto; elaboração de listas de transferência, recolhimento e eliminação; controle de acesso a documentos classificados; controle para localização célere dos registros; credenciamento e autorização de acesso; acompanhamento do protocolo de empréstimo; inspeção e leitura dos documentos emprestados; controle de prazo de empréstimo, inspeção do documento devolvido e notificação de penalidade.

Além disso, contactou-se que os resultados obtidos com a aplicação do instrumento de coleta de dados, com base nos procedimentos de auditoria arquivística, podem contribuir para a identificação de um panorama mais preciso da situação técnica arquivística do AS-CCJE. Cabe destacar que parte dos óbices identificados podem ser associados à carência da administração de documentos e a indispensabilidade de que haja um conjunto de operações técnicas

adequadas ou de boas práticas juntamente com o acompanhamento de um profissional na área arquivística para garantia a funcionalidade do Arquivo.

### Referências

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (México). Guía para la auditoría archivística. México: Archivo General de la Nación, 2015. 215 p. Disponível em: [https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/146403/Guia\\_para\\_la\\_auditoria\\_archivistica.pdf](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/146403/Guia_para_la_auditoria_archivistica.pdf). Acesso em: 04 dez. 2019

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (México). Guía para la salvaguarda de documentos en circunstancias de riesgo. México: Archivo General de la Nación, [2011]. Disponível em: [https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/54328/CU\\_A\\_PARA\\_LA\\_SALVAGUARDA\\_DE\\_DOCUMENTOS\\_EN\\_CIRCUNSTANCIAS\\_DE\\_RIESGO.pdf](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/54328/CU_A_PARA_LA_SALVAGUARDA_DE_DOCUMENTOS_EN_CIRCUNSTANCIAS_DE_RIESGO.pdf). Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm). Acesso em: 24 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo. Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 23 set. 2011. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/index.php/legislacao-e-normas/legislacao-portarias/337-portaria-an-mj-n-92-de-23-de-setembro-de-2011>. Acesso em: 03 dez. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública. [Rio de Janeiro: Arquivo Nacional], 2001. 156 p. Disponível em: [http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Codigo\\_de\\_classificacao.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo_de_classificacao.pdf). Acesso em: 04 dez. 2019.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jul. 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>. Acesso em: 03 dez. 2019

GADELHA, Adriane da Silva. O diagnóstico em arquivos e sua relação com a gestão de documentos no setor público. Re-

vista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 13, p. 395-418, 2017. Disponível em: [http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2018/02/ACCR1\\_revista\\_180201-1-69-92.pdf](http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2018/02/ACCR1_revista_180201-1-69-92.pdf). Acesso em: 02 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT. Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=auditoria+e+diagn%C3%B3stico+para+arquivo&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 14 nov. 2019.

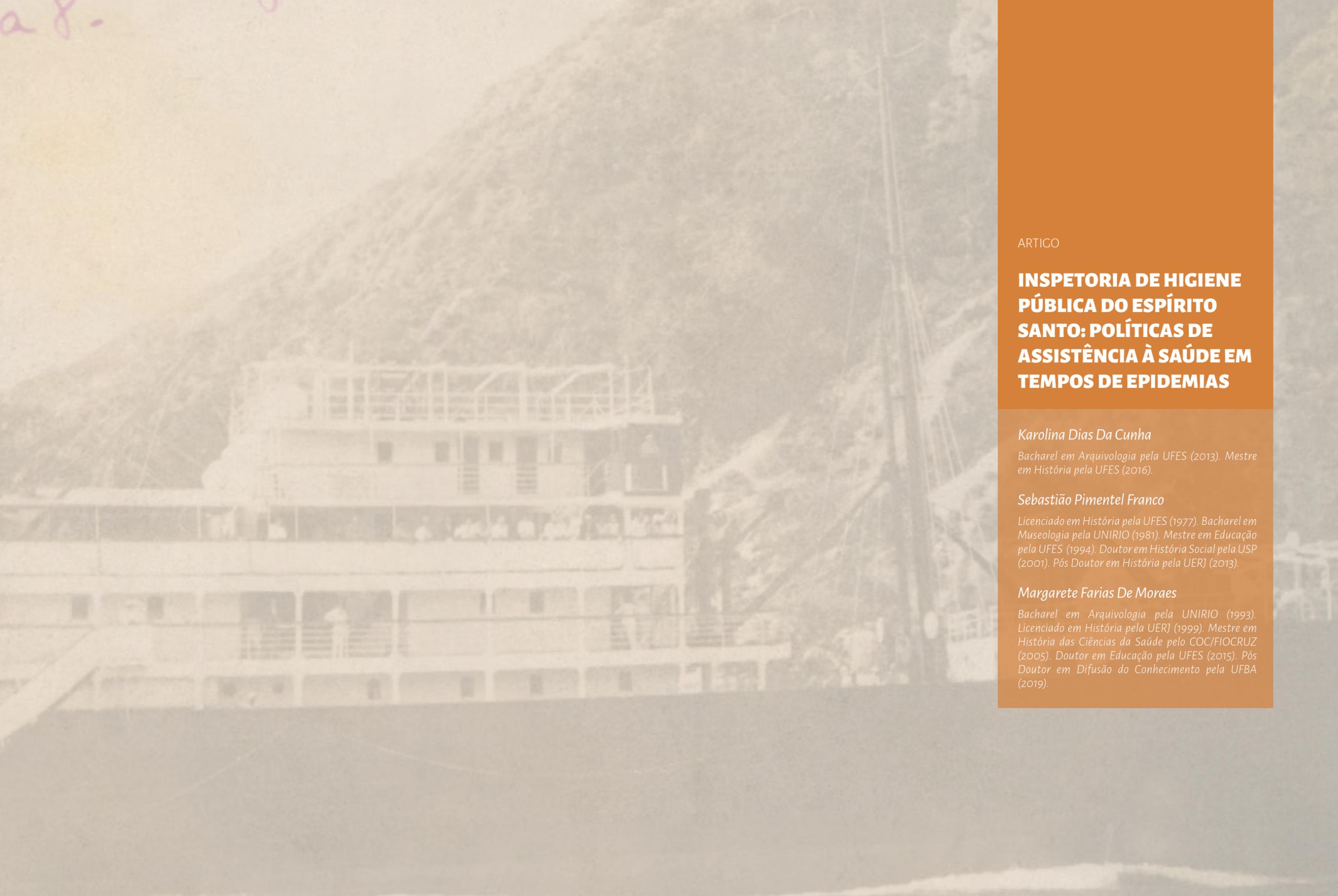
MORAES, Margarete Farias de; JANTORNO, Edma. A implantação do Arquivo Setorial do CCJE: desafios da gestão de documentos nas instituições federais de ensino superior. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 8., 2018, João Pessoa. Anais [...]. Revista Analizando em Ciência da Informação - RACIN, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 827-841, out. 2018. Disponível em: [http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6\\_nesp/racin\\_v6\\_nesp\\_RE\\_CTO2\\_0827-0841.pdf](http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_RE_CTO2_0827-0841.pdf). Acesso em: 24 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Boletim de Gestão de Pessoas. Portaria nº 162, de 14 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a designação de membros para compor a Comissão Especial de Digitalização de Processos - DIGITALIZA UFES. Vitória: Boletim de Gestão de Pessoas, 2019. Disponível em: [http://siarq.ufes.br/sites/siarq.ufes.br/files/field/anexo/portaria\\_162\\_2019\\_digitalizaufes.pdf#overlay-context=legislacao-instrumentos-arquivisticos](http://siarq.ufes.br/sites/siarq.ufes.br/files/field/anexo/portaria_162_2019_digitalizaufes.pdf#overlay-context=legislacao-instrumentos-arquivisticos). Acesso em: 29 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Universitário. Resolução nº 33/2008, de 14 de novembro de 2008. Dispõe sobre a instituição do Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Espírito Santo (SIARQ/UFES). Vitória: Conselho Universitário, 2008. Disponível em: [http://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao\\_33.2008\\_1.pdf](http://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_33.2008_1.pdf). Acesso em: 24 nov. 2019.

Recebido em: 03/01/2020      Aprovado em: 10/02/2020





ARTIGO

## **INSPETORIA DE HIGIENE PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM TEMPOS DE EPIDEMIAS**

*Karolina Dias Da Cunha*

*Bacharel em Arquivologia pela UFES (2013). Mestre em História pela UFES (2016).*

*Sebastião Pimentel Franco*

*Licenciado em História pela UFES (1977). Bacharel em Museologia pela UNIRIO (1981). Mestre em Educação pela UFES (1994). Doutor em História Social pela USP (2001). Pós Doutor em História pela UERJ (2013).*

*Margarete Farias De Moraes*

*Bacharel em Arquivologia pela UNIRIO (1993). Licenciado em História pela UERJ (1999). Mestre em História das Ciências da Saúde pelo COC/FIOCRUZ (2005). Doutor em Educação pela UFES (2015). Pós Doutor em Difusão do Conhecimento pela UFBA (2019).*

## Resumo

Este artigo realizou estudos sobre a Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo, órgão destinado a instituir as políticas públicas de saúde durante a segunda metade do século XIX. Em uma pesquisa histórico-documental, tentou-se explicitar e analisar as medidas adotadas pela Inspetoria de Higiene Pública para sociedade capixaba, especificamente nas últimas décadas dos Oitocentos, período em se identifica a presença das epidemias de febre amarela, cólera e varíola, em grande parte do território do Espírito Santo. Os manuscritos da Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo possibilitaram a constatação da existência de Delegacias de Higiene municipais, que atuaram como importantes instâncias de organização de políticas públicas de saúde nos últimos anos do século XIX, nos municípios capixabas.

**Palavras-chave:** Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo, Epidemias, Delegacias Sanitárias.

## Introdução

Segundo Rosen (1994), diversos fatores deram origem àquilo que chamamos de saúde pública. Esses fatores estão associados com a vida humana em comunidade e com as ações tomadas por seus membros para melhorar suas condições de vida. Entre essas ações, destaca-se [...] o controle de doenças transmissíveis, o controle e a melhoria do ambiente físico (saneamento), a provisão de água e comidas puras, em volume suficiente, a assistência médica e o alívio da incapacidade e do desamparo” (ROSEN, 1994, p. 31).

As bases do que conhecemos hoje como saúde pública, foram constituídas somente a partir do século XIX, quando começaram a aparecer, no próprio corpo teórico da medicina acadêmica, concepções que argumentavam a favor da noção de que causas sociais estavam por trás da produção e do desenvolvimento das doenças. Ainda que a medicina sempre tivesse demonstrado uma preocupação com os pro-

## Abstract

This article conducted studies on the Inspectorate of Public Hygiene of Espírito Santo, a body designed to institute public health policies during the second half of the nineteenth century. In a historical-documentary research, it was tried to explain and analyze the measures adopted by the Public Hygiene Inspectorate for Espírito Santo society, specifically in the last decades of the Eight Hundreds, period in which the epidemics of yellow fever, cholera and smallpox were identified. part of the territory of the Holy Spirit. The manuscripts of the Inspectorate of Public Hygiene of Espírito Santo made it possible to verify the existence of municipal hygiene precincts, which acted as important instances of the organization of public health policies in the last years of the nineteenth century, in the municipalities of Espírito Santo.

**Keywords:** Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo, Epidemics, Sanitary Precincts.

blemas ambientais, é somente a partir dessa época que ela começa a se constituir como uma ciência da sociedade.

Neste sentido, a Inspetoria de Higiene Pública (IHP) instituição criada a partir da ordem do Governo Imperial, quando, em 1851, foi criada a Junta Central de Higiene Pública<sup>1</sup> para combater a febre amarela que arrasava a população da então capital do Brasil, o Rio de Janeiro. Foram estabelecidos serviços semelhantes em outras províncias e, no caso da Província do Espírito Santo, foi criada a IHP, que tinha como função criar e coordenar ações que levassem a um maior controle sanitário do ambiente e da população capixaba, com o objetivo de incrementar o nível de salubridade e prestar assistência à população nos pe-

<sup>1</sup> Ver Lycurgo Santos Fillho. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.v.2, p. 499.

ródos em que epidemias de febre amarela, varíola, cólera e outras assolavam o cotidiano capixaba.

O acervo documental da IHP é custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e o primeiro contato dos autores com esse acervo deu-se por meio de um projeto, fruto de uma parceria dos Departamentos de Arquivologia e Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), financiado pelo Edital universal nº 12/2011 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES). Posteriormente, já no formato de projeto de pesquisa de mestrado aplicado ao Programa de Pós Graduação em História da UFES (PPGHIS), em 2014, um dos autores se debruçou sobre o acervo do IHP, no qual parte do resultado da pesquisa defendida em 2016 pôde gerar este artigo.

Este artigo tem como objetivo geral apresentar as estratégias e ações implementadas pela IHP, que visavam solucionar os problemas relacionados com a saúde da população do Espírito Santo na última década do século XIX. Como objetivos específicos este trabalho pretendeu identificar as tensões produzidas entre os paradigmas médicos e as ações da IHP no último quartel do século XIX no Espírito Santo, bem como apresentar as epidemias que impuseram modificações nas estruturas do governo no que tange à saúde dos brasileiros e mais especificamente, dos capixabas.

Este trabalho intencionou suprir parcialmente a lacuna que existe a respeito da IHP do Espírito Santo e das políticas de assistência à saúde da população capixaba, ao investigar sobre a estrutura organizacional que coordenava a assistência à saúde devido à constante ocorrência de surtos epidêmicos.

O século XIX inaugurou no Brasil um período de construção das instituições públicas de saúde. Especificamente nesse período, podemos acompanhar o aparecimento das doenças epidêmicas que assolavam a população. Na medida em que surtos de febre amarela, cólera e varíola dizimavam a população, o problema ganhou fôlego e proporcionou condições

para a institucionalização do saber médico<sup>2</sup> no país, que apresentava discussões e paradigmas para auxiliar a prevenção e o tratamento de vítimas das doenças epidêmicas.

Assim, os representantes do Poder Público, inicialmente do governo provincial imperial e posteriormente do governo republicano brasileiro, mobilizaram-se para a constituição de órgãos públicos de saúde, com o intuito de providenciar assistência à população vitimada pelas doenças que rapidamente se espalharam por várias regiões brasileiras, fazendo até mesmo com que a medicina se atualizasse (BENCHIMOL, 1990), no sentido de buscar soluções para as epidemias de cólera, febre amarela e varíola. Algumas dessas soluções diziam respeito também às mudanças na forma de viver da população e até mesmo na intervenção no espaço urbano pelo poder público.

Para a realização da pesquisa, delimitamos as últimas décadas do século XIX, compreendendo a fase final do Império e início da República brasileira. A escolha do recorte cronológico se deu pela confluência da estruturação da IHP com as tentativas do governo imperial primeiro, e depois do governo republicado, em debelar as epidemias que estavam afetando a população e a economia brasileira e especificamente para este trabalho, a capixaba.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa, cujos procedimentos técnicos se enquadram como bibliográfica e documental. A fonte documental principal foi o acervo da IHP do Espírito Santo, fundado datado de 1840 a 1957, com 22 caixas boxes de documentos manuscritos e tipográficos, na sua maioria correspondências, ofícios e relatórios.

Acreditamos que este trabalho pode colaborar para alargar o conhecimento sobre a temática da História das Doenças e da Saúde Pública capixaba.

<sup>2</sup> Sobre a expansão do saber médico ao longo do século XIX, Figueiredo (2008, p.20) pontua, em sua obra, que “[...] uma série de transformações se processam e se consolidam ao longo da segunda metade do século. Um marco nessas mudanças foi a criação e consolidação das primeiras escolas de cirurgia, e posteriormente, de medicina e cirurgia no País [...]”.

Para tanto, utilizaremos, como campo privilegiado de reflexão, a cidade de Vitória, tendo em vista não só a sua condição de capital, mas também o fato de se constituir no pólo político, socioeconômico e cultural do Estado.

### As epidemias e as ações da Inspecção de Higiene Pública do Espírito Santo em frente aos surtos epidêmicos

A sociedade oitocentista sentiu-se acuada com a epidemia de febre amarela do verão de 1849-1850, então as autoridades públicas perceberam a necessidade de uma organização institucional, que visava à erradicação eficaz da doença. A partir de então, ficou clara a necessidade de formalização de uma unidade administrativa única, pois, anteriormente, os serviços eram cumpridos de maneira difusa. De acordo com Ribeiro (1992, p. 93), tais serviços restringiam-se “[...] basicamente aos serviços de Inspecção de Saúde do Porto e ao Instituto Vacínico, destinado a cuidar do processo de vacinação da população desde 1846”. A Junta Central de Higiene Pública foi formada com o objetivo de centralizar em um órgão todos os serviços referentes à saúde pública da Corte.

A Junta Central de Higiene Pública trabalhou em diversas esferas públicas da cidade do Rio de Janeiro, cuidando desde o indivíduo até o espaço urbano. Procurou, assim, controlar todas as instâncias que competissem à saúde. Desse modo, muito repercutiu no propósito de que ações semelhantes fossem estabelecidas nas demais províncias brasileiras. No Espírito Santo, criou-se a Inspecção de Higiene Pública (IHP), que também exercia funções de coordenar políticas de saúde semelhantes às da Junta Central no Rio de Janeiro.

Para melhor compreender a atuação da IHP do Espírito Santo, é importante entender o século XIX, época marcada pelo aparecimento das grandes epidemias de febre amarela e cólera no Brasil. Nesse período, observa-se o crescimento do comércio marí-

timo transatlântico, além da expansão colonial, e [...] pode ser considerado como um marco representativo da política imperial na observação das epidemias, da organização dos médicos e de sua institucionalização” (KODAMA, 2013, p. 35).

A partir desse momento, em que as epidemias se tornaram uma realidade, houve necessidade de o governo imperial brasileiro não só observar com mais afinco as políticas de assistência médica, mas também organizar, por meio de instituições governamentais, a atuação dos médicos, a fiscalização, a regulamentação e o controle dos espaços sociais interiores e urbanos.

No Espírito Santo, era a IHP que realizava tais tarefas. A IHP decidia sobre as providências quanto ao que poderia ser considerado perigoso para a saúde pública, como se percebe em um ofício de 2 de abril de 1894, enviado ao juiz seccional da Capital. Por meio desse documento, o inspetor de higiene interno, Gelio Ferreira de Paiva, comenta sobre a descarga de um pacote contendo grande quantidade de gêneros alimentícios deteriorados: “Deverá ser descarregado um pacote contendo grande quantidade de gêneros alimentícios deteriorados a fim de evitar o desenvolvimento de quaisquer epidemias na capital.” (APEES Fundo Inspecção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1894, Caixa 1, p. 21).

A partir desse ofício, nota-se que o papel do inspetor de Higiene Pública, era fiscalizar a Capital, municípios próximos e o interior do Espírito Santo com a finalidade de buscar entender a raiz do aparecimento das doenças e estudar quais medidas deveriam ser tomadas para evitá-las e/ou solucioná-las.

Considerando a leitura dos ofícios da IHP, principalmente dos relatórios sobre a higiene da Capital, percebe-se que as autoridades sanitárias acreditavam que a causa das doenças era motivada por uma certa desordem. Assim, pessoas, lugares e objetos deveriam ser fiscalizados, regulados e controlados. Ruas, praças, quintais, cemitérios, matadouros, portos, farmácias e vendas de produtos alimentícios tornaram-se fonte de inquietação da IHP, que tinha de

fiscalizá-los, para que fossem considerados ambientes limpos, era a teoria infeccionista (FRANCO, 2013, p.84). Nesse período do século XIX, é perceptível uma preocupação da administração competente e da gestão técnica da “coisa pública”<sup>3</sup>.

Aos poucos, foi-se formando uma instituição de caráter controlador do meio social, que desenvolveu ideias e políticas que nos levam a refletir sobre possíveis práticas que objetivavam serem higienizadoras. Ademais, foi também nesse contexto que se desenvolveu, de forma mais organizada, uma medicina de Estado no Brasil, em que o Estado era visto como [...] objeto de conhecimento e como instrumento e lugar de formação de conhecimentos específicos” (FOUCAULT, 1979, p. 81). O Estado passaria a controlar e ditar os saberes médicos e, ao mesmo tempo, exigir da população obediências a estes saberes.

A IHP do Espírito Santo atuava no processo de reorganização social e também política. Podemos entendê-la como parte de uma estrutura governamental que articulou, criou e buscou executar políticas públicas de assistência à saúde para a população capixaba.

A assistência à saúde indicada pela IHP na metade do século XIX articula-se com o período em que era proposto instituir um saber médico no país. Tal saber era acadêmico. O saber dos que estudavam nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Consequentemente era esse o saber que a IHP do Espírito Santo representava (FIGUEIREDO, 2008, p. 42).

O acervo da IHP indica o percurso do saber médico acadêmico no Espírito Santo por meio de diversos registros que enfatizam sua forma de atuação em relação às doenças. A instituição atuou como instância de poder que desenvolvia no Espírito Santo, o saber médico na qualidade de um saber com condições de se impor socialmente, muito mais do que [...] arte de curar, mas também por ter-se imposto em vários espaços da sociedade um verdadeiro projeto social (FIGUEIREDO, 2008, p. 44).

O século XIX também se destaca por ser o período em que houve uma disposição para o aumento das epidemias. Os surtos epidêmicos de febre amarela, varíola, cólera e também de outras doenças espalharam-se atingindo as regiões do país de forma indistinta, provocando medo, angústias e, principalmente, mortes.

Acreditamos que seja possível afirmar que houve preocupação da IHP quanto às doenças como febre amarela, cólera, varíola, além de outras que estavam presentes no cotidiano da população capixaba oitocentista. Assim, a IHP buscava não só prestar assistência médica, mas também impor à população medidas preventivas, pois [...] a ocorrência dos surtos epidêmicos assustava não somente a população, mas também os governantes, que, em frente a tantos pedidos de socorro em assistir as vítimas da doença, não sabiam ao certo o que fazer (FRANCO, 2013, p. 78).

As ações governamentais estavam na ordem do controle, inspeção e orientação às instituições e populações, como:

Limpeza e o asseio das casas, dos quintais, das praças e das fontes; retirada de entulhos e lixo encontrados nas praias, eliminação dos enterramentos dentro das igrejas; inspeção da venda de alimentos; uso de fogueiras para purificar o ar e afastar os miasmas, uso de cloro e caiação das casas para desinfecção de ambientes (FRANCO, 2013, p. 78).

Verificar a ocorrência das doenças e analisar as medidas adotadas pelos governantes e por integrantes da sociedade quando elas surgem, denotam a importância de novos estudos sobre as doenças para um melhor entendimento do passado. Segundo Barbosa (2010, p. 89), [...] por meio da saúde e da doença, temos acesso a características particulares de uma sociedade, até então inexploráveis por outros meios”. De acordo com Nascimento e Silveira (2004, p. 20), o estudo sobre doenças:

3 Ver CHALHOUB (1999).

Possibilita o conhecimento sobre as estruturas e mudanças sociais, dinâmicas demográficas e de deslocamento populacional, reações societárias, constituição do Estado e de identidades nacionais, emergência e distribuição de doenças, processos de construção de identidades individuais, constituição de campos de saber e disciplinas (NASCIMENTO E SILVEIRA, 2004, p. 20)

Nesse caminho de compreensão da dinâmica social brasileira acerca do olhar sobre as doenças, Kodama (2013) traz uma narrativa interessante sobre a discussão da origem da febre amarela no Brasil, caracterizando-a como grande e complexa durante toda a segunda metade do século XIX. Em seu trabalho sobre os debates que ocorriam durante a epidemia dessa febre (1849-1850), a autora comenta que a imprensa, mais especificamente o periódico *O Philantropo*, publicou, em 1850, afirmações baseadas em teses médicas que acusavam o tráfico de escravos como a causa da febre amarela. Tal periódico também demonstrou que a origem da febre amarela por meio do contágio decorria, principalmente, de um foco infeccioso presente nos porões dos navios negreiros, o que encontrou respaldo na opinião do médico militar francês Audouard. Tal opinião exerceu grande influência nas publicações dos periódicos brasileiros, que passaram a afirmar, constantemente, que a doença teve origem no Brasil e se espalhou por suas regiões a partir da segunda metade do século XIX, como consequência do tráfico de escravos que desembarcavam em Salvador e no Rio de Janeiro.

Tendo em vista que a febre amarela se fez constante ao longo do século XIX, constata-se a sua presença de forma epidêmica em diversos municípios capixabas. A Vila de Santa Cruz é um exemplo. A localidade foi atacada pela epidemia em 1890, relatada em ofícios enviados pelo inspetor de Higiene Pública, Ernesto Mendo, ao secretário do Governo do Espírito Santo, entre 27 de março de 1890 e 10 de abril, data em que o inspetor informa os números que a doença produziu em Santa Cruz:

Neste mês de abril houve uma melhora considerável do estado sanitário. Assim retornei meus trabalhos na capital. [...] 73 medicados, 65 curados, 4 em tratamento, 3 convalescentes, 2 falecidos. [...] (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 1, p. 46).

A presença da febre amarela foi notável desde o começo de 1890 na Capital do Espírito Santo, como encontramos em um ofício de 21 de janeiro, no qual o inspetor de higiene solicita ao governador reparos e melhorias na estrutura do Convento de São Francisco, para que fossem estabelecidas enfermarias, as quais deveriam recolher e medicar as doentes vítimas da moléstia:

Na presente data solicito ao governador reparos e melhorias na estrutura do convento de São Francisco pra lá se estabelecerem as enfermarias para o recolhimento e medicação dos desvalidos da febre amarela (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 1, p.13).

Podemos observar por meio do ofício nº 38, do mesmo ano, que a doença chegou ao interior do Espírito Santo. Em Vila de Cachoeiro de Santa Leopoldina fora confirmado um caso da doença: “Houve a confirmação de caso de febre amarela em um alemão falecido na Villa de Cachoeiro de Santa Leopoldina.” (APE/ES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 1, p. 29). Já em 25 de março, outros distritos foram atacados pela epidemia, Pau Grande e Bocayuva, o que culminou na ida do inspetor de higiene, Ernesto Mendo, à Vila de Santa Cruz para averiguar a situação gerada, como visto no documento a seguir:

Comunico por este telegrama o desenvolvimento de febre de mau caracter em pau grande, distrito de bocayuva, com 13 obitos e 53 casos. População de imigrantes de 89 esmolando. Solicito socorros urgentes àquela villa.[...] na villa de Santa Cruz, 25 doentes e

nenhum obito (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 1, p. 43).

Com relação à presença da doença na Capital, o ofício nº 39, expedido em 3 de março de 1890, pelo inspetor de higiene, comunicou ao governador um possível restabelecimento do estado sanitário da Capital, o que resultaria em uma celebração pelas medidas tomadas na contenção do surto de febre amarela. Segundo o inspetor, isso também poderia resultar na recomendação da abertura das aulas de instrução pública e particular, que haviam sido suspensas por ocasião da epidemia, bem como no fechamento do Lazareto de São Francisco e no encerramento do uso da verba denominada de socorros públicos na Capital:

Informo na presente data o restabelecimento do estado sanitário da capital e celebro as medidas tomadas para a contenção do surto de febre amarela. Recomendo a abertura das instrução publica e particulares. O fechamento do lazareto de São Francisco e o encerramento do uso da verba socorros publicos (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 1, p. 33).

Ofícios e telegramas de 1890 podem evidenciar que a IHP teve o papel de desenvolver ações de controle e assistência durante os surtos de febre amarela, providenciando locais para internação de doentes, como o Lazareto de São Francisco, localizado na Capital do Estado nos últimos anos dos Oitocentos. Também ficava a cargo do inspetor de higiene pública visitar municípios do interior do Espírito Santo, levando medicamentos aos doentes, segundo relatado no ofício nº 41, de 17 de março 1890: “Casos de febre amarela e um falecimento na villa do Espirito Santo. Tomei providencias como relacionar medicamentos e providenciar ambulancia.” (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 1, p. 55).

A partir da análise de ofícios e, principalmente, de correspondências expedidas pela IHP ao governo

capixaba, podemos perceber que, no Espírito Santo, os imigrantes, os marinheiros, os “praças” (forma nominal da época para se referir aos policiais) e a população que residia em áreas litorâneas foram as principais vítimas dos surtos de febre amarela. Notamos ainda, que em sua maioria, essas vítimas eram pessoas pertencentes a estratos sociais desprivilegiados economicamente. Ernesto Mendo, em correspondência já citada enviada ao governador do Estado, em março de 1890, faz referência aos doentes de febre amarela, qualificando-os de “desvalidos” que esmolavam.

Assim sendo, nessa correspondência, encontramos as localidades onde a febre amarela fez vítimas, juntamente com o contingente de pessoas em situação esmolar. Muitas delas eram imigrantes que, ao serem atacadas pela doença, não conseguiam trabalhar. Foi urgente a solicitação de socorros (verba para tratamento da população) do inspetor Ernesto Mendo ao governador para atender às necessidades dos distritos de Pau Grande, Bocayuva e Vila de Santa Cruz.

Outra doença epidêmica no Espírito Santo que apresentou demanda para a IHP foi o cólera. A chegada do cólera ao Brasil foi bastante conturbada, pois a enfermidade *colerina* havia sido noticiada na Capital do Império em 1855, quando a Junta Central de Higiene admitiu a existência de pessoas suspeitas de terem contraído essa doença. Segundo os médicos do governo, a *colerina* seria uma forma mais branda do cólera e foi utilizada como um contorno para explicar os agravamentos que o cólera gerava.

Pimenta (2004) descreve que as autoridades médicas consideravam que o cólera poderia ser uma doença infecciosa, propagada pelo ar. Poderia ser, também, uma doença contagiosa transmitida pelo contato com uma pessoa doente ou por meio de seus pertences. Essa discussão, alimentada pelos médicos acadêmicos, gerava controvérsias: ora criavam-se e desenvolviam-se medidas de caráter contagionista, ora de caráter infeccionista. Sobre as medidas tomadas na Capital do país por ocasião do surto epidêmi-

co da cólera, Pimenta afirma que:

Considerar uma doença infecciosa - que se propagava por meio de miasmas presentes no ar- ou contagiosa- transmitida por pessoas doentes ou por seus objetos usados - implicaria, à primeira vista, defender medidas profiláticas bem diferentes. No primeiro caso, seriam priorizadas a melhoria do estado sanitário da cidade e a adoção de regras higiênicas com respeito a habitação, alimentação, trabalho e diversão. No segundo, seriam fundamentais as quarentenas e o sequestro de doentes, com o objetivo de isolá-los da população (PIMENTA, 2004, p. 34)

Levando em consideração essas características das medidas, podemos perceber possíveis ressonâncias nas prioridades propostas pelo inspetor de higiene, Ernesto Mendo, no Espírito Santo. No início 1890, Ernesto Mendo, responsável pela direção da IHP, propôs, em documento enviado ao governador do Espírito Santo, a remoção do matadouro público do perímetro urbano para um lugar mais afastado, que, de acordo com suas palavras, contribuiria para a prosperidade física e moral do Espírito Santo.

Notamos que a adoção dessa medida poderia estar relacionada com a ideia de que o matadouro público fosse um local considerado pelo inspetor de más condições e que poderia causar danos à saúde pública, o que significaria o adoecimento da população. Por isso, a necessidade do distanciamento do local, conforme observou o inspetor Ernesto Mendo, em 3 de março de 1890:

Convicto das melhores intesões que nutri em todo sentido de utilidade e prosperidade physica e moral deste Estado, attendendo que tendes ligado louvável interesse à causa da saúde pública - ocupando-nos e pondo em prática a execução de medidas benéficas à hygiene pública; apoiando- nos vossos sentimentos de patriotismo; venho solicitar de vós a remoção do matadouro para fóra do perimetro desta cidade.

Não pode escapar ao mais indiferente ou ignorante as más condições em que se acha aquele edificio; não offerece proporções de acomodação para o fim a que destina. (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 1, p. 34).

Ao longo dos Oitocentos, uma doença como o cólera se tornou não só um elemento capaz de causar medo à população e às autoridades públicas em todo o país, mas também auxiliou no fortalecimento de muitos órgãos públicos de higiene no Brasil. No caso do Espírito Santo, a IHP se tornava uma instância cada vez mais importante para coordenar políticas de saúde pública.

Em cópia de Ofício nº 2847, de 21 de junho de 1890, o Ministério dos Negócios do Interior do Rio de Janeiro informou ao governador do Estado do Espírito Santo um surto de cólera nos portos, espanhóis e africanos, e solicitou que os navios saídos a partir do dia 7 daquele mês fossem recebidos somente após quarentena no Lazareto de Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Assim, os navios advindos desses portos deveriam ficar em quarentena antes do desembarque (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 1, p. 35).

A varíola, doença que também gerou muita preocupação no oitocentos, encontrava-se presente desde os tempos coloniais no Brasil. Lycurgo (1977) aponta que o primeiro surto de varíola teria ocorrido em 1563, na Bahia, tendo sido os índios as maiores vítimas. Houve, também, o aparecimento da varíola no Espírito Santo nos tempos coloniais, quando, em 1558 e 1559, uma epidemia dessa doença teria matado tanta gente que os jesuítas sepultavam até cerca de dez cadáveres por dia, de acordo com Derenzi (1965).

Dessa forma, podemos perceber que a presença da varíola no Espírito Santo foi longa e, no século XIX, teve uma intensificação, quando se tornou uma endemia em diversas localidades, logo resultando num expressivo número de vítimas por todos os cantos do estado.

Na análise do acervo da IHP, foi possível verificar que a prática da vacinação se fez presente em grande parte do território capixaba. Ocorreram muitos registros de envio e recebimento da chamada *linfa vacínica*, como também foram frequentes as solicitações de remessas da *linfa*. Apresentamos a exemplo, o ofício nº 17, datado de setembro de 1887, quando a Câmara Municipal de Guarapari, por meio do cidadão Jacinto Marques Ramallete, solicitou o envio de “lympha vaccínica” a Guarapari, para a prevenção do surto de varíola, a fim de evitar que o “terrível mal” chegasse ao município:

Achando-se grassando em varios pontos da Provincia a variola, e para evitar tão terrível mal chegue a este municipio, resolveu a Camara Municipal solicitar de V<sup>a</sup> a remessa de algumas limphas vaccínicas a fim de serem enoulados os que necessitarem deste preservativo contra tão terrível mal. (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1887, Caixa 1, p. 42).

É interessante notar que o inspetor da higiene pública era quem coordenava e articulava com outras instâncias do Poder Público do Espírito Santo a distribuição de remessas das vacinas, vindas do Rio de Janeiro, sob responsabilidade da Junta de Instituição Vacínica<sup>4</sup>.

Com a possibilidade de prevenção da varíola por meio do recebimento de “lymphas”, a IHP do Espírito Santo tinha a demanda de realizar a sua aplicação. Porém, mesmo com a vacina, os problemas não estavam resolvidos, conforme correspondência do inspetor de higiene ao governador do Espírito Santo, relatando sua visita à Vila de Anchieta, em de outubro de 1889. A vacinação, segundo ele, não teve resultado satisfatório

4 Criada pelo Decreto de 4 de abril de 1811, sob a inspeção do físico-mor e do intendente-geral da polícia, a Junta da Instituição Vacínica da Corte tinha por atribuição a propagação da vacina antivariólica.

Senhor Governador. Chegando aquella localidade procedi a minunciosas visitas domiciliarias chegando por ellas ao conhecimento do numero exato de doentes e seo estado. Feitas as primeiras applicações procedi immediatamente a vaccinação em larga escala, não tendo, infelizmente desse trabalho colhido nenhum resultado em consequencia da má qualidade da lympha. (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1889, Caixa 1, p. 4).

Outra ação que se verificou, quando casos de varíola no interior do Espírito Santo ainda se faziam presentes em 1908, foi a desinfecção de malas dos correios vindas do interior, antes de serem distribuídas na capital (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1908, Caixa 4, p. 30). Imaginavam que poderia haver a possibilidade de transmissão da varíola por meio de objetos infectados, no caso as correspondências oriundas do sul do Espírito Santo. Assim, era necessária a desinfecção.

### Teoria e política das práticas higienistas da Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo

Tomando como reflexão o questionamento de Le Goff (1974), o que sabemos sobre as doenças? Poderíamos verificar, por meio de nossas fontes oficiais da IHP, o que a instituição afirmava sobre a ocorrência dos surtos epidêmicos que acometeram a população capixaba no decorrer do século XIX? Em que as autoridades higiênicas acreditavam a respeito da origem das doenças? Qual a influência dos chamados *miasmas* na difusão de medidas relacionadas com os paradigmas médicos da época: infecionismo e contagionismo.

O governo do Estado do Espírito Santo, no oitocentos, delegava à IHP todas as ações de assistência aos doentes nos momentos dos surtos epidêmicos, como também proposição de soluções, as quais, muitas vezes, poderiam intervir diretamente no es-

paço urbano tanto da Capital como nos municípios interioranos, por meio das Delegacias de Higiene Municipais.

Tanto o conceito de miasmas como o de outros paradigmas médicos eram o pano de fundo que orientava as ações das instituições governamentais que tentavam resolver as questões de saúde pública no Brasil e consequentemente no Espírito Santo. Guimarães (2008, p. 6), em seu trabalho sobre os manuais de medicina produzidos pelo Dr. Chernoviz<sup>5</sup>, indica que [...] os manuais muito mais do que o contato regular com os médicos, foram um instrumento essencial de penetração de saberes e práticas sancionadas pelas instituições médicas oficiais”.

Sobre a definição médica acadêmica conferida aos *miasmas*, podemos considerá-la como a chave do paradigma do infeccionismo. Os médicos adeptos a tal paradigma, tendo como exemplo o Dr. Chernoviz, entendiam que a infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação deixavam no ar. Ao longo dos Oitocentos, grande parte dos médicos acadêmicos reconhecia que muitas doenças poderiam ser decorrentes dos *miasmas*, produzidos por matéria orgânica em decomposição e águas estagnadas.

Os argumentos a favor da eliminação dos miasmas, por meio da desinfecção do ar, das águas e dos ambientes, foram, ao longo dos Oitocentos, desenvolvidos e bastante difundidos pelas autoridades higiênicas. Tais propostas poderiam ter tanto caráter infeccionista, como também contagionista. Assim, muitas vezes, ocorriam juntas e resultavam nas medidas higiênicas, como encontramos na documentação da IHP do Espírito Santo, em 20 de fevereiro de 1890, quando um ofício foi encaminhado pelo inspetor de higiene do Espírito Santo, solicitando desocupação da casa do cidadão Manuel de Couto Teixeira, onde ocorreram casos de febre amarela que ocasionaram

obitos, logo a residência deveria ser desocupada, pois existiria o receio de que a enfermidade viesse vitimar outras pessoas.

Cidadão Manuel de Couto Teixeira. Solicito com urgência que os proprietários das casas que tiveram casos da molestia febre amarela que ocasionaram obitos desocupem para o inspetor possa proceder de acordo com o regulamento do decreto 169 sobre caiar, pintar e lavar as residências. (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 01, p.11).

Esses procedimentos teriam o intuito de renovar e desinfetar o ambiente, espantando, a possibilidade da infecção da febre amarela por miasmas presentes na residência. Dessa forma, o ofício exposto proporciona conferir que o conceito médico acadêmico de miasmas se encontrava nas medidas higiênicas no Estado do Espírito Santo, ainda nos anos de 1890. Durante grande parte do século XIX, os médicos acadêmicos, ao tentarem explicar o aparecimento das doenças, por meio dos paradigmas do contágio e da infecção, promoveram muitos e acirrados debates.

Visto que ainda não se conhecia a natureza de grande parte das doenças que ameaçavam toda a sociedade brasileira, as medidas utilizadas pelas instituições higiênicas para prevenir ou evitar o agravamento das moléstias variaram de acordo com as teorias médicas acadêmicas em voga na época. Ao longo dos Oitocentos, a necessidade de compreender a etiologia das enfermidades trouxe à tona um acirrado debate entre os médicos acadêmicos, que se dividiam entre as premissas da teoria infeccionista, segunda a qual estava na infecção, provocada pelas alterações do ar atmosférico, os agentes causadores dos flagelos; e a teoria contagionista, que defendia a tese da transmissibilidade das doenças pelo contágio de um indivíduo a outro.

Conforme Chalhoub (1999, p. 66), “os doutores pareciam endossar as teses infeccionistas quando

enfaticavam que o surgimento da moléstia se devia, em primeiro lugar, à negligência geral em relação às condições sanitárias”. Logo, podemos perceber que o infeccionismo discutido pelos médicos no Rio de Janeiro, em 1850, ainda estava influenciando o inspetor de higiene do Espírito Santo, no final do século XIX, uma vez que Ernesto Mendo, em ofício nº 129, de 13 de agosto de 1890, informou ter encontrado na Capital diversos terrenos baldios contendo lixo e solicitou à intendência municipal a fiscalização e a limpeza dos locais. Tal atitude do inspetor de higiene demonstra a influência da infecção, por meio dos miasmas, sobre as medidas da Inspeção de Higiene Pública, a fim de evitar os surtos epidêmicos.

Em correção sanitária que estou procedendo nesta cidade deparei hoje com uns terrenos urbanos, a oeste da praça ‘Dr. Marcellino Tostes’ outros laterais e fronteiras a capella de ‘São Gonçalo’ e com um, entre as casa nº 6 e 8, no final da ‘Ladeira Varcã’ cobertos de lixos e varias impurezas que, já por sua natureza despendem principios infectuosos, entrando em decomposição com diversas outras materias organicas que são também nelles arremessadas, constituem-se por este conjunto de substancias favorecidas pela ação do calor e da humidade, poderosos focos de emanações toxicas, cujo effeito é essencialmente nocivo a saude publica. Reclamo o, pois, de vosso zelo e rigorosa fiscalização, tantas vezes revelada em proveito dos interesses e dos melhoramentos deste muncipaes, dos proprietarios dos referidos terrenos, que estão reduzidos a méros esterquilinos, a fecha-los, depois de convenientemente desobstruídos das impurezas, que, o deleixo de uns e da audacia de outros, vão alli depór com a mais ostensiva offensa à moral e a hygiene publica. (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 01, p. 114).

Ao verificarmos esse ofício, notamos a preocupação do inspetor de higiene pública com relação às condições ambientais da Capital. Monitoravam-se os

terrenos onde poderia ser acumulado lixo, no qual haveria, conseqüentemente, decomposição de matéria orgânica que possibilitaria o desenvolvimento de doenças. Logo, medidas profiláticas visando à adoção de regras higiênicas foram tomadas, principalmente devido ao entendimento da infecção provocada, de acordo com Ernesto Mendo, por:

[...] varias impurezas que, já por sua natureza despendem principios infectuosos, entrando em decomposição com diversas outras materias organicas [...] poderosos focos de emanações toxicas, cujo effeito é essencialmente nocivo a saude publica.” (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 01, p.114).

Na concepção dos médicos acadêmicos, defensores do infeccionismo, a moléstia não se transmitia diretamente de um enfermo para uma pessoa sã, mas era disseminada por exalações emanadas pelo doente ou pelo ambiente infecto. Ou seja, entendia-se que o contato com substâncias orgânicas em decomposição e suas emanações poderia causar as doenças. Essas ideias são notadas nos ofícios da IHP, nas solicitações à limpeza urbana e nas formulações de medidas higiênicas. Já os médicos acadêmicos denominados contagionistas admitiam que a doença poderia ser transmitida de pessoa a pessoa, por meio do contato físico, ou indiretamente, pela proximidade com objetos contaminados pelos doentes. O historiador afirmou em sua pesquisa:

Os contagionistas achavam que o aparecimento de uma determinada doença sempre se explicava pela existência de um veneno específico que, uma vez produzido, podia se reproduzir no indivíduo doente e assim se espalhar na comunidade, e isso independente da continuação das causas originais reinantes quando da produção do veneno (CHALHOUB, 1999, p.64)

Segundo o paradigma do contágio, as doenças eram transmitidas diretamente de um indivíduo a

<sup>5</sup> Pedro Luiz Napoleão Chernoviz foi um médico polonês que migrou para o Brasil no século XIX. Produziu manuais de medicina, que foram muito utilizados em um tempo de carência total de médicos, frente ao problema de saúde pública no Brasil do século XIX (GUIMARÃES, 2005).

outro, e o contágio poderia ser imediato, ou seja, o toque ou a aproximação mínima de uma pessoa doente com uma pessoa sã poderia acarretar doenças. Dessa forma, pelo discurso da transmissão, a propriedade contagiosa das moléstias epidêmicas proporcionava o potencial de deslocar-se facilmente de um lugar a outro, podendo explicar a rápida contaminação e o perigo que elas representavam à saúde pública.

O paradigma do contágio pode ser encontrado ao analisarmos o documento que informava sobre o início do ano letivo de 1890. No ofício de 27 de janeiro, o inspetor de higiene solicitou ao governador do Espírito Santo o adiamento das aulas, devido ao surto epidêmico de febre amarela, e apresentou, como justificativa, o fato de a “infantil humanidade” desconhecer o que chamou de preceitos higiênicos (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 01, p. 21).

O surto de febre amarela ocorrido na capital e nos municípios interioranos do Espírito Santo, no começo da última década dos Oitocentos, demandou o adiamento das aulas, medida que foi tomada na perspectiva de controlar uma possível propagação da doença entre os alunos das instituições escolares públicas e particulares. Percebemos, ao longo da verificação dos ofícios expedidos pelo inspetor de higiene, que a população muitas vezes carregava certa culpa em relação à propagação das doenças epidêmicas.

Além dessa ação, a qual podemos avaliar como de caráter contagionista, a assistência aos atacados da moléstia foi organizada de forma que o lazareto no Convento de São Francisco recolhesse as pessoas, conforme o Ofício de nº 25, de 22 de janeiro de 1890:

Visitei os aposentos do convento de S. Francisco e verifiquei que para nelles se estabelecerem as enfermarias destinadas ao recolhimento e medicação dos desvalidos acometidos da febre amarela que nesta cidade vai tomando proporção epydemicas (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 1, p. 13-14).

Para o recolhimento dos “desvalidos” doentes de febre amarela, o inspetor de higiene procurou edifícios para instalar as enfermarias e os prédios, muitas vezes, não tinham uma estrutura adequada. O edifício do Convento de São Francisco necessitava de reparos nas paredes, no telhado e em seu assoalho. Nesse contexto, percebemos que as ações de controle sanitário propostas pela Inspeção de Higiene Pública baseavam-se na necessidade do recolhimento das pessoas doentes em instalações nem sempre apropriadas. Como informou o inspetor de higiene, a enfermaria foi montada em um “arruinado edifício”.

Dessa forma, podemos identificar que o recolhimento de pessoas vítimas de febre amarela ocorria, em Vitória, nos anos de 1890, devido à influência do paradigma do contagionismo, ou seja, prevalecia uma ideia do contágio de pessoas doentes com pessoas sãs. Logo os afetados, notadamente os pobres, denominados no documento do inspetor de higiene, como desvalidos, foram recolhidos para serem atendidos em enfermarias destinadas ao atendimento dos acometidos “[...]da febre amarela que nesta cidade vai tomando proporção epydemicas[...]”, segundo consta no ofício da autoridade higiênica (1890).

Sobre a epidemia de febre amarela, no contexto do Rio de Janeiro, em meados dos Oitocentos, o historiador Chalhoub (1999) alega que o paradigma dos miasmas foi muito bem recebido pelos médicos acadêmicos no Brasil, principalmente por aqueles responsáveis pelas políticas públicas de prevenção das doenças. Segundo o autor:

Além da rega às ruas, os homens sisudos discutiam e propunham várias outras medidas para evitar a produção e liberação de miasmas no solo. O ministério do Império restringiu as obras de calçamentos das ruas; achava-se que o revolvimento do solo da cidade era fator de liberação de partículas deletérias à saúde (CHALHOUB, 1999, p. 69).

Ademais, encontramos diversos exemplos de medidas tomadas pela Inspeção de Higiene Pública

do Espírito Santo, que visavam a dar conselhos sobre a saúde pública e impor tais medidas, muitas vezes sob pena de multas a serem pagas para a Instituição. A cópia de Ofício nº 67, de 26 de julho de 1890, é um exemplo, pois o inspetor de higiene solicitou ao cidadão José Ferreira Dias o cumprimento de providências relacionadas com o espaço físico de sua propriedade.

Senhor Cidadão José Ferreira Dias. A casa de vossa propriedade sita a rua ‘Domingos Martins’ nº 3 necessita de pintura e asseio; bem como, que seja a área calçada e cimentada, dando esgoto a áreas pluviais. Estes defeitos são de imprescindíveis reparações à bem da salubridade publica e privada, pelo que confio que mandeis no prazo de 15 dias improrrogáveis sanar aquelles defeitos para que vos intimo confiando que deveis tomar na devida consideração o que vos recomendo, afim de poupar-me da imposição da multa a que ficareis sujeito na falta desse dever (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 01, p. 72).

O termo “salubridade” estava presente no cotidiano da Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo e como destacou a historiadora sobre o sentido da salubridade:

Vale destacar que ‘saúde’ e ‘salubridade’ não são sinônimos: a segunda pode ser definida como o estado das coisas, do meio e de seus elementos constitutivos, estado que permite a melhor saúde possível; a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos (VIOTTI, 2012, p. 83)

Logo, a salubridade poderia corresponder, no contexto da Inspeção de Higiene Pública, a uma base material que precisava ser adaptada por meio das medidas, como calçada cimentada, dando esgoto a áreas pluviais, para que conseguissem assegurar a saúde da população, ou seja, prevenir o aparecimento das epidemias. A IHP, representante do Poder Público, teve como responsabilidade atuar na con-

tenção de doenças, assistência às vítimas dos surtos epidêmicos e também a tarefa de identificar as enfermidades e entendê-las. No decorrer do século XIX, os médicos estavam à frente das instituições higiênicas. Dessa forma, eles definiam as políticas públicas de saúde adotadas em momentos em que parte do país passava por surtos epidêmicos.

Ao longo da atuação da IHP do Espírito Santo, notamos que a instituição foi dirigida e suas ações propostas por médicos com formação superior. Os manuscritos oficiais assim os identificavam. O exemplo de médico com formação superior, ao qual nos recorreremos ao longo de nosso trabalho é o inspetor Ernesto Mendo, já mencionado na pesquisa, e cuja trajetória profissional procuramos examinar por meio da documentação institucional pesquisada.

O inspetor de higiene Ernesto Mendo teve a responsabilidade de instruir as demais autoridades higiênicas designadas em diversas cidades do Espírito Santo. Sobre a instrução fornecida, notamos que boa parte delas reconhecia, nas condições ambientais, um dos fatores principais do desenvolvimento das doenças, como verificamos na análise do relatório que demonstra a inquietação e a necessidade de priorizar a melhoria das condições ambientais das localidades. Ernesto Mendo descreveu os elementos da natureza, como a água: “[...] indispensável a água à vida dos seres, ao asseio da cidade e das casas[...]” (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 02, p. 1).

Além disso, com relação à salubridade do Espírito Santo, percebemos que essa foi uma preocupação constante da Inspeção de Higiene Pública: em ofício de 26 de julho de 1890, Ernesto Mendo escreveu uma intimação, solicitando melhorias, que objetivavam não prejudicar a saúde pública da população, ou seja, evitar o aparecimento de doenças:

Vos intimo para que mandeis desobstruir completamente o cano de esgoto existente na casa do sobrado de vossa propriedade sita a rua ‘Domingos Martins’ nº 28, por não terem conveniente saída as águas e o

mais que n'elle se depositão e que, como verifiquei, vão ter em uma escavação no pavimento terrão da mesma propriedade. Sendo isto prejudicial a salubridade, podendo favorecer o aparecimento de doenças. Confio que tomeis na devida considerações o que vos recomendo e para o que vos concedo o prazo de oito dias improrrogaveis sob penas impostas no Regulamento sanitario dos Estados Unidos do Brasil. (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 01, p. 73).

Dessa forma, o inspetor de higiene pública encaminhou o ofício ao cidadão Francisco de Souza Lopes, residente da Capital do Estado do Espírito Santo, solicitando a desobstrução do cano de esgoto de sua propriedade no prazo de oito dias. As exigências do inspetor de higiene no documento objetivavam obedecer ao regulamento sanitário, que visava a manter a salubridade do Estado. Também foi possível identificar que o termo “salubridade” se apresentava fundamental, pois indicava para as autoridades higiênicas, como o inspetor Ernesto Mendo, a ausência de doenças.

Associado à ideia da necessidade de um ambiente salubre, houve, similarmente, outra explicação para o aparecimento de doenças epidêmicas no século XIX, não só em solo capixaba, mas em todas as demais regiões brasileiras. Essas explicações vão de encontro às reflexões da pesquisadora Kodama (2013) em um estudo intitulado “Epidemias e tráfico: considerações sobre os discursos médicos e os debates na imprensa durante a epidemia de febre amarela (1849-1850)”:

A associação entre tráfico e epidemias foi recorrente tema que atravessou o pensamento médico ao longo do século XIX. Talvez um exemplo que reforce a presença desta associação possa ser encontrado no médico higienista João Francisco Xavier Sigaud, um dos expoentes da geografia médica e do período científico no Brasil (KODAMA, 2013, p.43).

Além disso, para a pesquisadora, o médico higienista Sigaud mostrou, naquele contexto, não só uma perspectiva ambientalista das causas das doenças, como também salientou que algumas ocorrências epidêmicas no país estavam ligadas ao tráfico negreiro, ao mesmo tempo em que as doenças estavam associadas a uma má alimentação e poderiam ter uma identidade própria, “[...] sendo capazes de ser introduzidas através do deslocamento humano e do contato homem a homem [...]” (KODAMA, 2013, p. 44). Desse modo, ao observarmos as atividades da Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, podemos notar que os conhecimentos e as providências tomadas em decorrência aos surtos epidêmicos eram fundamentados de acordo com os paradigmas do saber médico acadêmico/científico.

Levando em consideração essas concepções e, principalmente, a ideia da necessidade de higienização do ambiente e das pessoas, o Poder Público atribuía à falta de asseio, à falta de limpeza de áreas públicas e particulares e à alimentação precária dos “desvalidos” a origem das doenças. Assim, o Poder Público tomava a responsabilidade de prestar assistência às pessoas doentes, bem como aconselhar sobre as medidas higiênicas que a população deveria seguir. Para que isso ocorresse, a providência de maior importância era a presença da Inspeção de Higiene, por meio da figura do médico inspetor nas localidades onde houvesse pessoas doentes.

Ao observarmos os manuscritos da Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, no fim do século XIX, percebemos que as ações da instituição foram se tornando mais abrangentes e complexas. Logo, passou sob a responsabilidade da instituição a criação e a regulação de serviços de saneamento, medicação da população, aplicação de vacinas, licenciamento dos serviços de farmácia, controle das taxas de natalidade e mortalidade da população, implantação de cemitérios em áreas afastadas do núcleo urbano, criação de quadros estatísticos das doenças, regulação sanitária dos produtos alimentícios, inspeção de mercadorias descarregadas no

porto e estabelecimento de lazaretos para assistência em períodos de epidemias.

Os recursos utilizados pela Inspeção de Higiene em períodos de epidemias foram chamados pelo Governo de “socorro público”, que enviava verbas, de forma mais sistemática, para serem usadas em necessidades gerais do controle sanitário, em momentos de piora do estado sanitário. Na década de 1880, quando a Inspeção de Higiene precisava receber tais verbas, de acordo com os documentos administrativos, o Governo enviava os socorros que eram destinados aos cuidados com os enfermos dos surtos de febre amarela, varíola ou outras doenças específicas. Essas verbas só eram enviadas mediante um relatório estatístico definindo o quadro do surto.

Entretanto, o teor dos ofícios não era apenas o pedido de verbas entre a Inspeção de Higiene Pública e o Gabinete do governante. Muitos pedidos de reforços, como o uso de pessoal militar, foram feitos para o tratamento dos enfermos em decorrência dos surtos e também para realizar visitas às residências para a verificação das condições sanitárias. Notamos que foi necessário o uso dos praças, justamente porque a Inspeção de Higiene não contava com um grande número de pedidos. Alguns eram atendidos; outros, negados, conforme indicou o Ofício nº 270, de 1889, expedido pelo então governador do Espírito Santo, Afonso Cláudio:

Em resposta ao vosso officio de hoje, declaro-vos que não posso conceder as praças que me requisitais, por não haver ainda chegado o fardamento de que carece e serem actualmente insufficiente para o serviço da guarnição os que se acham devidamente fardados, dando-se muitas vezes a circumstancia de dobrarem o serviço (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1889, Caixa 01, p. 28).

Ao mesmo tempo, em relação ao controle social, o principal foco de atuação da Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo eram os estabelecimentos comerciais e as residências da população: havia

inspeção sanitária nas casas. Certa vez ocorreu uma solicitação com urgência para que os proprietários de casas em que acontecera óbito, devido à febre amarela, desocupassem suas casas para o inspetor proceder de acordo com o regulamento do Decreto 169, de 18 janeiro de 1890<sup>6</sup>. É válido salientar que tal documento concedia poder ao inspetor para exigir a desinfecção das casas e efetuar as melhorias necessárias. Além disso, eram estabelecidos prazos e multas para cumprimento das medidas, como indicou este ofício:

O artº 8352 do Regulamento que baixou com o Decreto nº 169, de 18 de janeiro do corrente ano, autoriza-me a ordenar aos proprietários das habitações em que se têm casos de molestia transmissíveis para que as mande desinfetar e proceder outras beneficiações, sem o que não poderás ser mais habitadas ou alugadas, sob penas impostas no referido artigo, ora, como na propriedade, sita a rua do General Osorio, nº 43, que se acha sob vossa administração se derão diversos casos de febre amarela e obitos ocasionados por esta enfermidade. Peçovos que com urgencia a mandeis caiar, pintar e lavar, como determina a lei que me cumpre fazer executar. (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 01, p. 10).

Por meio da análise dos ofícios, caminhamos na perspectiva de enxergar um pouco da trajetória da instituição, ficando evidente sua dimensão, sua posição hierárquica na vida da sociedade capixaba oitocentista. E, mais ainda, é possível compreender como a Inspeção de Higiene Pública trabalhava não só para coordenar políticas públicas de prestação de assistência à saúde, como também para exercer, por meio da

<sup>6</sup> De acordo com o decreto em que o marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, constituiu o Conselho de Saúde Publica e reorganizou o Serviço Sanitário Terrestre da Republica. Encontrado no endereço <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-169-18-janeiro-1890-541634-publicacaooriginal-47261-pe.html>.

ciência médica e do crescente discurso do saber médico-acadêmico, o controle dos que constituíam a sociedade capixaba na segunda metade dos Oitocentos.

O controle social que buscamos compreender ocorria na coordenação dos serviços hospitalares oferecidos à população. Eventualmente, o Gabinete do Governador fazia sua solicitação ao inspetor de higiene que, conforme sua demanda requeria o recebimento de diárias pelo serviço prestado, ou seja, pelos atendimentos realizados às pessoas que não poderiam pagar pelo tratamento. Dessa forma, o inspetor de higiene cumpria a tarefa de dirigir não só a instituição, mas também os lazaretos estabelecidos.

O inspetor de higiene, Ernesto Mendo, considerou seu serviço prestado ao Lazareto de São Torquato um trabalho “árduo” e “penoso”, como relatou em ofício ao governador do Estado. Essa afirmação do inspetor facilita o entendimento do discurso médico, com a finalidade de controlar e socorrer os que estavam acometidos de algum mal, principalmente as pessoas que foram denominadas pelo inspetor, de indigentes. Ao citarmos a fala do inspetor de higiene, percebemos, nesse discurso, que ele passou a se considerar o “médico dos pobres”:

Encarregado por vós da direção e serviço do Lazareto de S. Torquato estabelecido do outro lado da capital para o tratamento das pessoas indigentes atacadas das febres de mau carácter que reinão n’esta cidade com character epydemico, desde os ultimos dias do mes de novembro do ano proximo passado, Venho pedir-vos me arbiteis uma remuneração diária por esse arduo e penoso trabalho, attendendo a que faço todos os dias uma e mais visitas ao mesmo estabelecimento, muitas dellas alta noite, sem prejuizo do serviço de que sou obrigado como “médico dos pobres” residente no perimetro d’esta cidade em tempo normal e não epydemico, como o que atravessamos. (APEES Fundo Inspeção de Higiene Pública do Espírito Santo, 1890, Caixa 1, p. 65).

Por fim, o relato do inspetor de higiene, Ernesto

Mendo, que mencionamos acima, já aponta um pouco do desenvolvimento de suas atividades em frente à IHP, bem como parte do esforço que ele considerava realizar para atender a população mais pobre da Capital, seja no Lazareto de S. Torquato, seja ao administrar a instituição.

### Considerações finais

A constituição da Junta Central de Higiene Pública no Rio de Janeiro, em 1851, foi formada devido ao terror causado pela epidemia de febre amarela. As autoridades públicas da Corte sentiram necessidade de uma organização institucional que objetivasse a centralização de todos os serviços referentes à saúde pública. As atividades dessa Junta Central eram administrativas, reguladoras e estavam relacionadas não só com o controle da febre amarela, como também de outras doenças. Com a formação da instituição, a discussão sobre a salubridade do Rio de Janeiro era tema de debates médico-científicos.

A partir desse momento, a segunda metade do século XIX, a febre amarela acometeria outras províncias brasileiras. Desse modo, ações semelhantes foram estabelecidas nas demais regiões do País e, no caso do Espírito Santo, a centralização das políticas de saúde pública para enfrentar as epidemias se deu com a constituição da IHP do Espírito Santo.

A variedade das fontes do acervo da IHP do Espírito Santo permitiu-nos analisar as políticas de saúde pública estabelecidas pela instituição higiênica capixaba, ao longo das últimas décadas do século XIX, período em que não cessou o aparecimento das epidemias de cólera, febre amarela e varíola. Pela análise do acervo foi possível conhecer as medidas do Poder Público capixaba, por meio da IHP para proposição de políticas de prevenção de doenças bem como os tratamentos de enfermos, à época, vítimas dos surtos epidêmicos de febre amarela, cólera, varíola e outras doenças, ocorridas tanto na Capital, quanto em municípios interioranos.

Além disso, buscamos compreender um pouco sobre os paradigmas médicos, infeccionismo, contagionismo e higienismo, uma vez que faziam parte do discurso médico e estavam atrelados à defesa da eliminação dos *miasmas* e da necessidade de desinfecção do ar, das águas e das habitações. A partir dos ofícios da instituição, foi possível constatar, que ações como a desocupação de residências e higienização dos espaços físicos da Capital estavam orientadas por paradigmas médicos da época.

Preocupado com as condições ambientais da Capital, o inspetor de higiene pública tinha o papel de monitorar os locais de comércio, residências, praias e praças para que os ambientes não fossem considerados focos dos *miasmas*, produzidos por matéria orgânica em decomposição, entendidos, essencialmente, como nocivos à saúde pública. A tarefa de aconselhar sobre saúde pública e impor medidas também foi responsabilidade do inspetor de higiene pública. Por meio da análise do acervo da IHP, verificamos a notória presença de doenças, como a febre amarela, varíola e cólera e as formas de combatê-las por parte da IHP.

Não obstante, constatamos que a IHP do Espírito Santo ainda não tinha sido foco de estudo dos historiadores, ao verterem suas pesquisas à história das doenças e saúde pública capixaba. Tal evidência impôs dificuldades no andamento do nosso trabalho, entretanto, ao mesmo tempo tivemos maior motivação devido à curiosidade e interesse na procura do entendimento sobre essa instituição, tendo em vista seu amplo e inédito acervo. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa, especificamente, no recorte temporal das últimas décadas do século XIX, podem contribuir para amenizar as lacunas no conjunto de produções historiográficas referentes à instituição pública higiênica presente no Estado do Espírito Santo, ao longo da segunda metade dos Oitocentos, além de instigar futuras pesquisas sobre a história das doenças e das práticas de cura ocorridas em terras capixabas, nos séculos passados.

### Referências

- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pangetii, 1965.
- FIGUEIREDO, Betânia G. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. 2.ed. Brasília, DF: Capes; Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FRANCO, Sebastião. Cólera e surtos epidêmicos no oitocentos, na província do Espírito Santo 1855-1856. In: FRANCO, Sebastião; NASCIMENTO, Dilene; MACIEL, Ete. *Uma história brasileira das doenças*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013. p. 69-89.
- GUIMARÃES, Maria. *Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. Revista, v.12, p. 501-14, maio-ago. 2005.
- KODAMA, Kaori. Epidemias e tráfico: considerações sobre os discursos médicos e os debates na imprensa durante a epidemia de febre amarela (1849-1850). *Uma história brasileira das doenças*. In: FRANCO, Sebastião; NASCIMENTO, Dilene; SANTOS FILLHO, Lycurgo. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.v.2.
- LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. v. 3. [original: 1974].
- PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 11, 2004.
- RIBEIRO, Márcia M. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- ROSEN, George. *Da polícia médica à medicina social*. São Paulo: Unesp-Hucitec/Abrasco, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Ed. Unesp: Hucitec, 1994.
- SILVEIRA, Anny. A varíola no Brasil do século XIX. *Uma história brasileira das doenças*. In: FRANCO, Sebastião; NASCIMENTO, Dilene; MACIEL, Ete. *Uma história brasileira das doenças*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013. p. 51-68.

Recebido em: 06/01/2020

Aprovado em: 28/03/2020



ARTIGO

**O ASSASSINATO DO  
FAZENDEIRO JOSÉ DA  
ROSA MACHADO DA  
FAZENDA BOA VISTA  
(1886): CONFLITOS ENTRE  
SENHORES E ESCRAVOS  
NO SUL DO ESPÍRITO  
SANTO NOS ÚLTIMOS  
ANOS DA ESCRAVIDÃO**

*Ademildo Gomes*

*Ademildo Gomes. Mestre em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Lateranense de Roma (Itália), Doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), integrante do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório da UFES (LEMM)..*

## Resumo

O presente artigo analisa o assassinato do fazendeiro José da Rosa Machado, proprietário da fazenda Boa Vista, atualmente chamada Fazenda da Serra, localizada no município de Cachoeiro de Itapemirim, pelo seu escravo de nome José, no dia 30 de dezembro de 1886. Esse assassinato foi relatado pelos dois jornais localizados ao sul do Espírito Santo: *O Cachoeirano*, editado e publicado em Cachoeiro de Itapemirim e *O Constitucional*, editado e publicado em Itapemirim. Esses jornais, com propostas políticas diferentes, registraram o assassinato, a prisão do “assassino” José e seu primeiro julgamento na condição de escravo em 1887, e o seu segundo julgamento e sua absolvição por legítima defesa em 1889, já na condição de ex-escravo. Tendo como referência esse caso particular, apresentamos alguns elementos que caracterizavam a relação entre senhores e escravos no Sul do estado do Espírito Santo nos últimos anos da escravidão.

**Palavras-chaves:** escravidão; abolição; assassinato; escravos; fazendeiros.

## Introdução

O presente artigo analisa o assassinato do fazendeiro José da Rosa Machado, proprietário da Boa Vista, atualmente chamada Fazenda da Serra, localizada no município de Cachoeiro de Itapemirim, pelo seu escravo de nome José, no dia 30 de dezembro de 1886. Esse assassinato foi relatado pelos dois jornais localizados ao sul da província, *O Cachoeirano*, produzido em Cachoeiro de Itapemirim e *O Constitucional*, produzido em Itapemirim. Esses jornais possuíam propostas políticas diferentes. *O Constitucional* era um jornal do “partido conservador” e como tal, favorável à escravidão. Por isso, não registrava violências contra os escravos, mas sim, aquelas realizadas pelos escravos contra os seus senhores. E na sua narrativa desses fatos, procurava depreciar a imagem dos escravos, inclusive não os nomeando e exaltar a imagem dos

## Abstract

This article analyses the murder of farmer José da Rosa Machado, owner of Boa Vista farm, currently called Fazenda da Serra, located in Cachoeiro de Itapemirim town, by his slave named José, on December 30, 1886. This murder was reported by the two newspapers of the south of the Espírito Santo. *O Cachoeirano*, edited and published in Cachoeiro de Itapemirim and *O Constitucional*, edited and published in Itapemirim county. These newspapers, with different political proposals, registered the murder, the arrest of the “murderer” José, his first trial, as a slave in 1887, his second trial and his acquittal for self defense in 1889, already as a liberated. Taking this particular case as a reference, we present some elements that characterized the relationship between slave owners and slaves in the South of the Espírito Santo during the last years of slavery.

**Keywords:** slavery, abolition, murder, slaves, farmers.

senhores, atribuindo-lhes diversas qualidades pessoais e sociais. *O Cachoeirano* se identificava como “órgão do povo”, favorável à abolição, ainda que não de forma imediata e que comprometesse a lavoura ou prejudicasse os fazendeiros. Esse jornal, nos últimos anos da escravidão, registrava casos de violência produzidos por ambas as partes, isto é, tanto dos escravos contra seus senhores, como também, dos senhores contra seus escravos e incentivava a abolição, reconhecendo-a como melhor caminho para apaziguar essa conflituosa situação. Na narrativa do assassinato feita pelo *O Cachoeirano* o escravo é nomeado como José e o jornal se limita a chamar o senhor José da Rosa Machado de fazendeiro. Os jornais registram o assassinato de 1886, a prisão, o primeiro julgamento do “assassino” José na condição de escravo em 1887 e o segundo julgamento e a absolvição por legítima defesa em 1889, já na condição de

ex-escravo. A análise da narrativa desse assassinato, de acordo com os jornais da época, nos apresenta alguns elementos que caracterizavam a relação entre senhores e escravos no Sul do Espírito Santo no final do século XIX.

## Metodologia e fontes

A nossa abordagem segue a linha metodológica da micro-história. A partir de uma situação específica, isto é, o assassinato do senhor José da Rosa Machado, em um lugar determinado, ou seja, a Fazenda da Serra, queremos vislumbrar como os fazendeiros e os escravos enfrentavam a iminência da abolição, que estratégias usavam, tanto em vista da manutenção do poder (fazendeiros), como na luta para escapar da violência física e psicológica da submissão (escravos), e ainda, como tudo isso era retratado nos principais jornais da região. Como afirma Giovanni Levi:

Nos intervalos entre sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las (LEVI, 2000, p. 45).

Utilizaremos, para a nossa análise, duas fontes historiográficas. A primeira é o Diário pessoal de Isabel de Almeida Ramos Serrano, intitulado *Memórias da Fazenda da Serra 1857/1987*. Isabel era bisneta de José da Rosa Machado, filha de Celsa Machado Ramos com Pedro de Almeida Ramos. No seu diário, Isabel relatou lembranças de seu tempo de criança e de jovem nas cercanias da Fazenda da Serra, assim como, traçou um perfil individual de seus familiares mais próximos e das fazendas que tiveram influência na vida de sua família (SERRANO, 2009)

Segundo Maria Teresa, “os diários pessoais são fontes (escritas ordinárias) que permitem aos histo-

riadores rastrear muitas das maneiras de viver e de pensar de determinada época” (PINKY; DE LUCA, 2012, p. 252- 253). Os diários são importantes fontes de pesquisa porque oferecem uma visão do contexto, embora sempre haja a necessidade de discernir a dimensão objetiva da meramente subjetiva, isto é, o que corresponde à realidade e o que fazia parte somente do imaginário ou da intenção de quem os escreveu. É preciso, portanto, submetê-los a uma operação historiográfica: construir hipóteses, cruzar dados, considerar o passado ali descrito como uma representação do vivido (PINKY; DE LUCA, 2012).

Outra fonte historiográfica que utilizaremos são os jornais da época: *O Cachoeirano*, que seguia a linha do Partido liberal e *O Constitucional*, que se auto-identificava como “órgão do partido conservador”, ambos desenvolvidos e publicados no Sul da província: *O Cachoeirano* em Cachoeiro de Itapemirim e *O Constitucional* em Itapemirim.

Segundo Durval, todos os documentos devem ser submetidos a uma análise externa e outra interna. A análise externa implica perguntar ao documento sobre as relações que o cerca (tempo, espaço, sociedade, cultura, relações políticas, econômicas etc), seu pretexto, sua situação e objetivos pelos quais foram emitidos, e, ainda, que relações de poder e de saber o autor do discurso está envolvido. A Análise interna implica tomar o discurso ou o pronunciamento não apenas como algo que remete a algum acontecimento, mas como sendo, em si mesmo, um acontecimento que merece ser problematizado enquanto tal (PINKY; DE LUCA, 2012). Os documentos nos aproximam de um passado distante de nosso contexto, contudo não são isentos de intenções políticas, muito menos neutros diante das redes de poder.

## O Sul do Espírito Santo no final do século XIX

No Espírito Santo, a grande totalidade das terras começou a ser povoada nos meados do século XIX com

a introdução da cultura cafeeira e a imigração estrangeira. Nos séculos anteriores, apenas uma estreita faixa litorânea era esparsamente ocupada. Conforme Almada (1984) foi a expansão do café o fator fundamental que impulsionou a mudança demográfica da Província, proporcionando, praticamente, a duplicação das populações livre e cativa.

Outro acontecimento importante foi a chegada de imigrantes europeus a partir do final da década de 1840, formando os núcleos coloniais: Santa Isabel (1847), Rio Novo (1855), Santa Leopoldina (1857) e Castello (1880) (ROCHA, 2000).

A economia do Espírito Santo baseou-se na cafeeicultura desde meados do século XIX substituindo em algumas regiões os velhos canaviais, infiltrando-se nas roças ao lado da mandioca e do milho. O impulso econômico proporcionou o incremento na população, que passou de 49.092, em 1856, para 81.889, em 1872 (RIBEIRO, 2019).

Nos vales do Itapemirim e Itabapoana o café não só substituiu o açúcar, mas também avançou a fronteira agrícola, desbravando terras incultas e regiões de matas até então virgens. Cachoeiro de Itapemirim, de pequena povoação, transformou-se em epicentro de uma série de freguesias situadas ao sul, uma espécie de “boca de sertão”, de uma extensa zona cafeeira em formação (FALEIROS, 2018).

Robson Martins (1997, p. 66) afirma que, “só no ano de 1886, a exportação da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim atingiu o total de 10.899.467 kg, enquanto o total do café exportado por toda a Província no mesmo ano foi de 18.498.115 kg”. A importância econômica de Cachoeiro, conforme Adilson Silva Santos (2018), residia no fato de possuir um porto localizado no último trecho navegável do rio Itapemirim, o que favorecia a captação de todo o café da região daquele rio, isso garantia a primazia econômica e política na região, e também, o desenvolvimento de um importante centro comercial e urbano.

“Com o café vinham os escravos” (FALEIROS, 2018, p. 153). Segundo Ribeiro (2019), na década de 1850, o Espírito Santo contabilizava 12.269 escravos,

o equivalente a 25% de sua população. Em 1872, quando foi realizado o primeiro censo no Império e registraram-se 1.510.086 cativos no Brasil, os capixabas registraram 22.552 escravos em suas posses. Com esse número de cativos, a província ocupava a segunda colocação na concentração escrava. Enquanto se registrava em âmbito nacional 5,5 pessoas livres para cada escravo, o Espírito Santo possuía 2, 6 livres na mesma situação.

É notável que esse crescimento tenha ocorrido no período imediatamente posterior à lei Eusébio de Queirós de 1850 que proibia o tráfico internacional de escravos. Isso aponta para o fato de que o Espírito Santo estava adquirindo novos cativos no mercado nacional, provavelmente advindos do Rio de Janeiro ou das regiões decadentes à época, como o nordeste, provavelmente a Bahia (FALEIROS, 2018).

As margens do rio Itabapoana e Itapemirim se tornaram verdadeiros redutos das grandes propriedades cafeeicultoras, formadas por senhores fluminenses e mineiros que migraram para a região, em meados do século XIX, em busca de terras férteis e disponíveis para o cultivo desse novo e promissor produto (RIBEIRO, 2019).

Os fazendeiros levaram para o sul do Espírito Santo o seu apego ao sistema escravocrata e o defenderam da forma que puderam, com diversas estratégias, até a última hora, que na verdade, não planejavam que fosse em 1888, mas sim em anos posteriores, quando já tivessem encontrado outra forma de solucionar o problema de mão de obra na lavoura, sem comprometê-la (RIBEIRO, 2019).

O mais famoso líder do abolicionismo capixaba Afonso Cláudio de Freitas Rosa, por exemplo, era filho e neto de fazendeiros proprietários de escravos. Seu combate ao escravismo ocorreu de acordo com sua visão de mundo legalista e jusnaturalista (RIBEIRO, 2019). Em 27 de abril de 1884, Afonso Cláudio proferiu uma conferência onde afirmou que não acreditava na imigração espontânea e que o poder público deveria controlar a vagabundagem. Sua fala revelava a maneira pela qual os abolicionistas do Espírito San-

to pretendiam por fim ao trabalho escravo, ou seja, sem alteração da ordem e sem atentar contra a propriedade dos senhores (MARTINS, 1997).

De acordo com Martins (1997), os líderes revolucionários do processo de emancipação no Espírito Santo existiram, mas saíram do meio da própria massa escrava, esses agiam usando armas, organizando fugas de outros escravos e promovendo revoltas, que na maioria das vezes, nunca chegaram a se concretizar, por serem sufocadas pelo poder imperial.

Lynn Hunt (2009) mostra que as pessoas do século XVIII estimuladas pela leitura dos romances, tais como *Pamela* e *Clarissa* de Richardson e *Júlia* de Rousseau, aprendiam a sentir empatia cruzando fronteiras sociais tradicionais entre os nobres e plebeus, entre senhores criados, entre homens e as mulheres, adultos e crianças e a se identificar com personagens desconhecidas, criando um senso de igualdade. Nessa semelhante perspectiva, a partir dos anos 1880, os jornais capixabas, especialmente *O Cachoeirano* e *A Província do Espírito Santo*, procuravam através de seus editoriais sensibilizar as pessoas quanto aos males do trabalho escravo, com o objetivo de fazê-las aceitar a ideia da abolição, embora condenassem a iniciativa dos próprios escravos que viam na fuga ou na insurreição, caminhos para combaterem a escravidão e alcançarem a liberdade (MARTINS, 52).

Os fazendeiros do sul, mesmo estimulados através dessa narrativa e de exemplos de libertação que, corriqueiramente, passaram a ser anunciados, só se renderam ao abolicionismo pelos próprios escravos e somente na última hora, quando não havia outros recursos (RIBEIRO, 2019).

Segundo Ribeiro (2019), no Sul as ações abolicionistas eram contestadas, enquanto as ações dos senhores justificadas. *O Constitucional*, que representava o partido conservador, seguia claramente essa linha, atacando sempre os escravos e os abolicionistas e defendendo o senhor. Neste jornal, enquanto o escravo dificilmente era nomeado, o senhor era exaltado e destacado pelas suas virtudes de homem de família, humano, trabalhador, honesto e generoso.

Situação semelhante foi encontrada por Lilia Schuwarcz (2008), a partir da análise que a pesquisadora realizou sobre a imagem de negros nos jornais paulistas *O Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo* e *A Redenção*, entre os anos de 1875 a 1900. Segundo a autora, ao elemento de cor não se forneciam dados específicos como nome, idade, condição, que pudessem precisar o conhecimento. Nos jornais, o negro sempre era retratado como elemento violento, pervertido e ofensor. Por outro lado, o senhor era omeado e destacado como vítima absoluta, indivíduo estimado, conhecido, civilizado, homem de família. Todos esses enunciados pareciam partir de pressupostos e concepções comuns e aceitos coletivamente.

Ao lado do negro violento, também aparecia a representação do negro dependente e fiel e, como tal, incapaz de sobreviver sem os “bons cuidados” de seus senhores. Mesmo nessas “narrativas positivas”, isto é, nos casos em que os negros se destacavam por sua obediência, fidelidade e gratidão, a exceção só servia para confirmar a regra, já que esses indivíduos eram descritos como objetos exóticos e pitorescos, que em nada contribuíam para alterar a imagem negativa predominante. De fato, a maioria dos artigos insistiam não em exaltar as exceções, mas antes em desmascará-las, buscando provar, nesse sentido, a impossibilidade da igualdade, ou reafirmando a polaridade entre brancos e negros, escravos e senhores (SCHWARCZ, 2008).

O assassinato do fazendeiro José da Rosa Machado da Fazenda Boa Vista pelo seu escravo José, é um caso que nos mostra claramente essa diferença na forma das narrativas.

### José da Rosa Machado: fazendeiro da fazenda Boa Vista

Segundo Isabel Serrano (2009), José da Rosa Machado nasceu em Portugal, na Ilha do Faial, do arquipélago dos Açores, em 08 de janeiro de 1819, era casado com Maria Rosa Florinda, também de Portugal, da

Ilha Torceiro. Devem ter aportado ao Brasil, segundo Serrano, por volta de 1849. Com eles vieram uma filha de três anos de idade chamada Maria, duas irmãs de José (Ana e Rosa) e dois primos, sendo um chamado Francisco, já casado com Rosa. Inicialmente, estabeleceram-se em Valença, no Estado do Rio de Janeiro. Em Valença nasceu-lhes o outro filho que recebeu o nome de José da Rosa Machado Júnior (avô de Isabel Serrano).

Em 1850, alguns membros da família Vieira Machado da Cunha, que haviam mudado para o Espírito Santo, animaram José da Rosa a ir também fixar-se na província, o que ele fez, tornando-se administrador da Fazenda da Prata, propriedade de Joaquim Vieira Machado da Cunha, situada no território de Cachoeiro e que atualmente pertence ao Município de Castelo. Na Fazenda da Prata nasceu o terceiro filho do casal, de nome Custódio. Mais tarde, José da Rosa adquiriu uma área que fazia limite com a Fazenda da Independência e a Fazenda do Destino, que fica no local onde hoje é o povoado de São Vicente, e se mudou para lá com sua família, levando um casal de escravos que tinha trazido de Valença (Luiz Caetano e Joana Maria). Empolgado pela majestade e beleza do local, deu o nome à sua propriedade de Boa Vista. Na fazenda Boa Vista, nasceram mais dois filhos (Francisco e Joaquim). A primeira filha Maria, casada com Joaquim José Araújo, adquiriu a propriedade de Bocaiúva-Sossego. José e Custódio receberam as primeiras terras em 1876. Os dois irmãos casaram-se com as irmãs Ana e Cecília, filhas de Agostinho Ferreira dos Santos e Violante, proprietários da fazenda dos Alpes de Castelo e formaram as propriedades da Fazenda Vista Alegre e Bela Vista (SERRANO, 2009).

Ao falecer José da Rosa, em 1886, as propriedades foram divididas entre a viúva e os herdeiros. Posteriormente, com o falecimento da viúva Maria Rosa Florinda, os descendentes de José da Rosa, aos poucos, foram se desfazendo das terras herdadas e a fazenda desmembrando-se. Do imenso patrimônio da família, hoje apenas a Fazenda Vista Alegre, agora denominada Fazenda da Serra, continua pertencen-

do aos descendentes de José da Rosa Machado e Maria Rosa Florinda (SERRANO 2009).

### O assassinato de José da Rosa Machado

De acordo Serrano (2009), no dia 30 de janeiro de 1886, José da Rosa Machado fora com a esposa Maria Rosa Florinda à Bela Vista, propriedade do seu filho Custódio, deixando a esposa na casa do filho voltou à sua lavoura, na fazenda Boa vista, onde encontrou o escravo José, que havia sido comprado em Vitória, capinando preguiçosamente no meio do cafezal, separado dos demais companheiros. José da Rosa admoestou o escravo, que não gostando da admoestação de seu senhor, o replicou. O fazendeiro, indignado com aquela atitude que considerava “indisciplinada do escravo”, ameaçou-o com a bengala. O escravo José, imediatamente, ergueu a enxada com que limpava o cafezal e a atirou violentamente contra a cabeça do seu senhor derrubando-o. Vendo-o caído, sacou uma faca e golpeou-o várias vezes, até que definitivamente o matasse. Após o assassinato o escravo desapareceu. Mais tarde se espalhou a notícia que havia sido preso na Fazenda da Prata, sendo julgado e condenado. De acordo com o relato do escravo Canuto, testemunha desse trágico acontecimento, José da Rosa Machado fora um senhor sempre boníssimo para os escravos, inclusive nutria especial predileção por aquele “negrinho” que o matara, chamando-o às vezes para conversar e ouvi-lo ler. Portanto, para Canuto, ninguém podia explicar o procedimento daquele “negro”, até parecia que ele estava com o “diabo no corpo”.

Podemos destacar alguns elementos importantes na narrativa do assassinato do fazendeiro José Rosa Machado, seguindo o Jornal O Constitucional. A notícia é de 1886 e vem com o título “A última hora. Assassinato”:

Foi assassinado hontem a facadas por um seu escravo, o importante fazendeiro proprietario da fazenda

denominada- Serra- José da Rosa Machado. Consta-se que um crioulo o qual encontrara a victima distanciado dos outros que iam para o trabalho, exprobara e castigara-o com um pequeno relho que trazia, isso foi o bastante para o preto enfurecer-se a ponto de esfaquear o velho José Machado. Sentimos profundamente a morte desse *optimo fazendeiro, quao estimado e respeitável pai de família*. Enviamos nossos pezames a seus *dignos filhos*” (O CONSTITUCIONAL, 31 de Dezembro de 1886, n. 21, p. 3, grifo nosso).

Conforme Ribeiro (2019), *O Constitucional*, publicado no município de Itapemirim entre os anos 1885 e 1889, como vimos, declarava-se “órgão do Partido Conservador”. Seu conteúdo refletia a posição do partido cujo esforço esteve durante todo o período na direção da preservação da escravidão, vinculando essa defesa à segurança e à riqueza da lavoura. Os anúncios de fugas e vendas de escravos eram comuns no *O Constitucional*, mesmo em 1887, às portas da abolição, enquanto os jornais de posição antiescravista já haviam deixado de publicar tais anúncios na capital desde 1885. Esse jornal, ao mesmo tempo que defendia a legalidade da escravidão, percebia a inevitabilidade do processo da abolição, por isso procurava alternativas para a substituição dos braços escravos. A imigração foi uma delas, especialmente a partir de 1887, mas não foi a única. Procurou-se, também, atacar especialmente a vadiagem dos negros como uma maneira de assegurar trabalhadores para a lavoura.

Nesse sentido, notícias sobre a violência contra os escravos não eram divulgadas em *O Constitucional*. Pelo contrário, esse jornal usava suas páginas para defender os senhores, não para denunciá-los (RIBEIRO, 2019). A única violência que era denunciada dentro do sistema escravista era dos escravos contra seus senhores, não o contrário. Aquilo que Lilia Schuwarcz (2008) encontrou nos jornais Paulistas referente às imagens de escravos e senhores, também encontramos em *O Constitucional*, isto é, esse jornal apresentava uma narrativa com a qual procurava desmoralizar

o escravo, não especificando nem sequer o seu nome, tratando-o sempre a partir de atributos negativos (*escravo, crioulo, preto*) e moralizar os senhores, chamando-os pelo nome e sobrenome, exaltando suas qualidades pessoais e atributos sociais, colocando-os sempre na posição frágil de vítimas, que quando reprimiam seus escravos, o faziam por necessidade pedagógica por causa de sua indisciplina e rebeldia (*José da Rosa Machado, importante fazendeiro, vitima, velho, ótimo fazendeiro, estimado e respeitável pai de família e que possuía dignos filhos*).

O julgamento do escravo José aconteceu no dia 25 de junho de 1887. A narrativa do julgamento não foi diferente. José continuou sem ser nomeado, apenas o fazendeiro é identificado com o seu nome completo.

No dia 25 compareceu à barra do tribunal o *réu escravo* dos herdeiros de José da Rosa Machado, acusado de haver assassinado a seu senhor. A pronúncia era no artigo 1º da lei de 10 de junho de 1835. O promotor pediu a pena ultima (morte) de conformidade com a lei e libello[...] E entrando o conselho a uma hora para sala secreta, voltou a tres decidindo unanimemente o primeiro quesito e afirmando os dois ultimos por oito votos. O Dr. Juiz de direito condenou o réo a galés perpetuas, pena imediatamente menor, desde que não foi unanime a decisão a todos os quesitos na forma da lei e apelou (O CONSTITUCIONAL, 28 junho de 1887, n. 40, p. 1, grifo nosso).

Segundo Almada (1984), a Lei n. 4, de 10 de junho de 1835, estabelecia a pena de morte aos escravos, que não somente tivessem matado seus senhores, mas também àqueles que fizessem qualquer ofensa física a seu senhor, à sua mulher, a seus descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, ao administrador, ao feitor e às suas mulheres.

O assassinato de José da Rosa Machado também foi comunicado pelo Jornal *O Cachoeirano*. A primeira notícia é de janeiro de 1887 com o título “Assassinato”.

Em sua fazenda - Boa Vista, foi assassinado à facadas no dia 30 de dezembro *ultimo o respeitável fazendeiro José da Rosa Machado, chefe de numerosa família*. O autor de barbaro assassinato foi *um de seus escravos*. As autoridades prosseguem nas diligencias legais não tendo nós ainda conhecimento do resultado” (O CACHOEIRANO, 2 de janeiro de 1887, n. 1, p. 1, grifo nosso)

A narrativa do crime realizada pelo *O Cachoeirano*, inicialmente, segue a mesma tendência do *O Constitucional*, isto é, de não nomear o assassino, chamando-o apenas de *um dos escravos* e exaltar o senhor, atribuindo-o alguns títulos, *respeitável fazendeiro e chefe de numerosa família*. É possível que até esse momento não tivessem sido divulgadas muitas informações sobre o escravo, nem sequer sobre o seu nome, pois o texto diz que as autoridades estavam cumprindo o seu dever e que o jornal não tinha conhecimento do resultado.

Posteriormente, o jornal deve ter recebido mais informações sobre o caso e apresenta uma narrativa diferente, isto é, menos depreciativa em relação ao escravo e menos exaltante em relação ao senhor, em comparação com a narrativa do *O Constitucional*. Os textos que representam essa realidade é o do anúncio da prisão do escravo feito pelo *O Cachoeirano* no dia 9 de janeiro de 1887, com o título “Preso”: “Foi recolhido à cadeia desta villa no dia 1º do corrente o *pardo* de nome *José* escravo do finado *fazendeiro José da Rosa Machado* por haver no dia 30 do passado assassinado seu senhor à facadas” (O CACHOEIRANO, 9 de janeiro de 1887, n. 2, p. 2, grifo nosso). E a notícia sobre o resultado do julgamento do escravo com o título “Jury”, de julho de 1887, na qual diz o jornal que o “*reo José, escravo dos herdeiros de José da Rosa Machado*, incurso no art. 1º da lei de 10 de junho de 1835, por ter assassinado a seu senhor, foi condenado a galés perpétuas”(O CACHOEIRANO, 3 de 1887, n. 27, p. 2- grifo nosso).

*O Cachoeirano* caracteriza o escravo de *pardo* e, acima de tudo, nas duas últimas notícias, tanto na prisão, como no julgamento, indica o seu nome José,

enquanto *O Constitucional* o identifica, na primeira notícia, como *crioulo e preto*. E nas duas narrativas, o anúncio do assassinato e o julgamento, não menciona o seu nome. *O Cachoeirano* se limita a chamar José da Rosa Machado de *fazendeiro e senhor*, *O Constitucional*, como vimos, atribui outras diversas qualidades pessoais e sociais ao senhor, com o objetivo de enaltecê-lo e, possivelmente, defendê-lo perante o leitor, pois o assassinato aconteceu logo após o escravo ter sido admoestado e castigado pelo seu senhor.

O assassinato do fazendeiro José da Rosa Machado também foi registrado pelo jornal *A Província do Espírito Santo*, com o título “Scenas da Escravidão”, de 9 de janeiro de 1887. O periódico da capital, no entanto, segue mais a linha do *O Cachoeirano*, indica o nome do escravo (José) e se limita a chamar José da Rosa Machado de “abastado fazendeiro” (A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, 9 de janeiro de 1887, p. 3).

A memória do fazendeiro José da Rosa Machado permaneceu viva e seu nome apareceu em diversos momentos nos jornais dos anos subsequentes ao seu assassinato. No dia 1º de janeiro de 1887, os senhores Machado & Gama convidavam seus amigos e aos amigos do finado José da Rosa Machado para realizarem um ato de “religião e caridade” comparando à missa que pela alma de seu saudoso e velho amigo seria celebrada na Igreja Matriz da Villa às 8 horas da manhã do dia 05 do corrente mês (O CACHOEIRANO, 2 de janeiro de 1887, n. 1, p.4)

No dia 21 de dezembro de 1890 encontramos o convite para a missa em honra do finado José da Rosa Machado feito pela viúva Maria Rosa Florinda, seus filhos e genros. A missa seria realizada na capela do Senhor dos Passos, no dia 30 do corrente mês, às 7 1/4 horas da manhã (O CACHOEIRANO, 21 de dezembro de 1890, n. 51, p.3)

Em 1893 o corpo do fazendeiro José da Rosa Machado foi exumado e transladado da Fazenda da Prata para a Fazenda Independência, a pedido do seu filho José da Rosa Machado Júnior. Esse fato foi registrado no artigo do *O Cachoeirano*, de 1893, intitulado “agradecimento”:

Cruciado pela mais dolorosa saudade e cheio do mais profundo reconhecimento, venho por meio desta publicação, do íntimo do peito a todas as pessoas que se dignarão, movidas de sentimentos de *amidade* e caridade, assistir a *exumação* dos restos *mortaes* do meu idolatrado e sempre lembrado *pae*, José da Rosa Machado, sepultado no cemitério da Prata, e os acompanharam até o seu novo jazigo no cemitério da fazenda *independencia*. Minha eterna gratidão. (O CACHOEIRANO, 8 de outubro de 1893, ano XVI, p. 3).

Um fato interessante é que o “suposto assassino” José foi submetido a um outro julgamento em 1889, portanto, após a abolição, agora na condição de ex-escravo e foi absolvido pelo júri que reconheceu que ele agiu em legítima defesa. Esse novo julgamento foi registrado pelo jornal *O Constitucional*, com o título “Tribunal do jury”, que como veremos, apresenta outra narrativa após a abolição, nomeando o ex-escravo (José) e sendo mais direto e discreto em relação ao fazendeiro José da Rosa Machado. A abolição, inicialmente combatida, pode ter provocado nos redatores do jornal uma nova postura política. E os legisladores não podiam mais enquadrar o ex-escravo José na lei de 1835, pois não era mais escravo, portanto possuía outra situação jurídica. Acreditamos que esta é a razão da mudança tão radical do primeiro para o segundo julgamento, isto é, da condenação à prisão perpétua à absolvição por legítima defesa.

No dia 3 do corrente, installou-se a sessão do jury d'este termo, sendo submetidos a julgamento os processos em que eram réos José, ex-escravo dos herdeiros de José da Rosa Machado e Francisco Moreira, ambos acusados de crime de assassinato, o primeiro na pessoa de seu ex-senhor, o fazendeiro José da Rosa Machado, morador da fazenda Bôa-Vista, no Castello, e o segundo, um sexagenário que o protegia, na freguesia do Calçado. O primeiro foi absolvido, reconhecendo o jury a legitima defeza, por nove votos, mas o juiz de Direito appellou para

o Tribunal da Relação. O segundo foi condenado a sete annos de prisão (O CONSTITUCIONAL, 7 de julho de 1889, n. 51, p. 2, grifo nosso).

Notícias de assassinato de capitães do mato por escravos também eram frequentes nos jornais do Sul na década a partir da década 1880. E as narrativas eram semelhantes àquelas dos assassinatos de senhores. Em 1882, *O Cachoeirano* anunciou ter recebido cartas de Ibabapoana, nas quais se registravam que os escravos Dionísio e Clementino haviam assassinado o Capitão do mato Antônio Gomes da Silveira e Souza e ferido gravemente o Sr. Manoel Gomes da Silveira e Souza. Segundo o jornal, o informante acrescentava o seguinte:

Assim acaba um pacífico lavrador, homem inoffensivo, brando cuja mulher disem que até não gostava que se castigasse os escravos, entretanto, ella chorava e supplicava aos que estavam em casa(de onde se ouviam gritos no meio do conflicto) que fossem acudir seu marido, e nenhum se moveo! (CACHOEIRANO, 12 de novembro de 1882, n. 46, p. 2- grifo nosso).

Assassinatos de escravos também eram registrados pelo *O Cachoeirano*, especialmente a partir de 1887, embora os julgamentos enfrentassem condições e os senhores dificilmente eram condenados. A lei não era aplicada com a mesma seriedade e rigor quando o objetivo era conter o excesso de violência dos senhores contra os escravos. A lei não poderia diminuir o respeito e a subordinação do escravo (ALMADA, p. 134).

Um exemplo que ilustra essa situação é acusação do Sr. João Cândido Borges de Athayde pelo assassinato de um escravo de nome Martiniano. Segundo a acusação, esse escravo morreu no dia 14 de janeiro de 1883 por causa dos bárbaros castigos que recebeu de seu senhor. No entanto, no exame de corpo de delito, os peritos disseram que encontraram somente duas feridas crônicas nas pernas e

nenhum sinal de castigo recente e foram da opinião que a morte de Martiniano tinha sido consequência de gangreno nas mesmas feridas. A testemunha, tenente Theodosio Gomes do Nascimento, presente no corpo de delito, declarou que “nunca lhe constou que o escravo Martiniano fosse castigado” e que isso fosse origem de sua morte. As informações de outros escravos do Sr. João Cândido Borges disseram que Martiniano faleceu por causa das feridas que tinha nas pernas e não de castigos, pois o senhor castigava “moderadamente” seus escravos. O juiz de direito, no dia 12 de janeiro de 1887, portanto, quatro anos depois da morte de Martiniano, arquivou o processo por falta de provas (O CACHOEIRANO, 20 de fevereiro de 1887, n. 8, p. 2).

A diferença das narrativas corresponde à distinção entre as propostas políticas que cada jornal possuía. O *Constitucional* era um jornal do “partido conservador” e como tal, favorável à escravidão. Em contrapartida, O *Cachoeirano* se identificava como “órgão do povo”, favorável à abolição, ainda que não de forma imediata, nem por iniciativa dos escravos, mas sim, conduzida pelos senhores e de maneira que não compromettesse a lavoura.

## Considerações finais

Schwarcz e Starling (2015) afirmam que um sistema como o escravismo só se enraizava com o exercício da violência. A atividade produtiva desgastante, o trabalho compulsório baseado na submissão e na rigorosa vigilância, logrado pelo castigo disciplinar muitas vezes aplicado coletivamente, geram um clima de medo e violência.

Tendo em vista essa realidade do sistema escravista, longe de nos espantarmos com a reação da massa escrava, deveríamos sim nos surpreender se ela não existisse (AMADA, 1884). Como afirma Adriana Campos “a tese do escravo como sujeito incapaz é fruto de uma ideologia muito antiga, colocada a serviço de uma classe (que nem mais existe) e ain-

da presente no imaginário popular” (CAMPOS, 2000 p.43). Mas a realidade é que os escravos reagiam de diversas formas contra os seus senhores, tais como: ironia, roubo, desperdício, sabotagem ao trabalho, aborto, suicídio, fuga, revolta e assassinato.

No Sul do Espírito Santo, a situação não foi diferente. A relação entre senhores e escravos, muitas vezes, era marcada por pressões, revoltas e mortes. Fatos que, nos últimos anos da escravidão, passaram a ser anunciados com frequência pelos jornais locais. No entanto, as narrativas eram diferentes, variavam de acordo com o contexto, o partido político dos jornais e os objetivos que se pretendiam alcançar com os anúncios. O caso do assassinato do fazendeiro José da Rosa Machado, proprietário da Fazenda Boa Vista, pelo seu escravo José, é um exemplo, dentre tantos outros, que revelam os trágicos fins que, às vezes, chegavam esses conflitos nos últimos anos da escravidão e também como a legislação teve que trabalhar com as diferentes situações jurídicas de escravos para ex-escravos.

## Referências

### Fontes

O CACHOEIRANO. *Órgão Imparcial*. Columnas francas a todas as inteligências. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

O CONSTITUCIONAL. *Órgão do partido Conservador*. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

SERRANO, Isabel de Almeida Ramos. *Memórias da Fazenda da Serra 1857/1987*. Vitória: GSA, 2009.

### Obras de apoio

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição: O Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: 1984.

CAMPOS, Adriana Pereira. Abolicionistas, Negros e Escravidão. In *Dimensões*. Revista de História da UFES. n. 10. Jan/jul 2000, 31-45

FALEIROS, Rogério Naques. *A cafeicultura capixaba na primeira República: complexo econômico e extraterritorialidade*. 139-178. In SILVA, Igor Vitorino da; QUINTÃO, Leandro do Carmo (Org.). *O Espírito Santo da Primeira República*. Serra: Milfontes, 20018.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no

Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

MARTINS, Robson Luís Machado. *Os Caminhos da Liberdade: Abolicionistas, escravos e senhores na Província do Espírito Santo 1884-1888*. Campinas: UNICAMP, 1997.

PINKY, Carla Bassanezzi; DE LUCA, Tania Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. “Um sonho impossível”: O fim da escravidão no Brasil nas páginas de O Constitucional - órgão do Partido Conservador do Sul do Espírito Santo, 231-255. In CAMPOS, Adriana Pereira, RIBEIRO, Geisa Lourenço; SIQUEIRA, Karulliny Silverol; MOTTA, Kátia Sausen da (Org.). *Entre as Províncias e a Nação. Os diversos significados da Política no Brasil do oitocentos*. Vitória: Milfontes, 2019.

ROCHA, Gilda. *Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Vitória: [s.n], 2000.

SANTOS, Adilson Silva. *Cachoeiro de Itapemirim nos primeiros anos da República: da fase de instabilidade ao quadriênio da luz (1889-1904)*, 179-2008. In SILVA, Igor Vitorino da; QUINTÃO, Leandro do Carmo (Org.). *O Espírito Santo da Primeira República*. Serra: Milfontes, 20018.

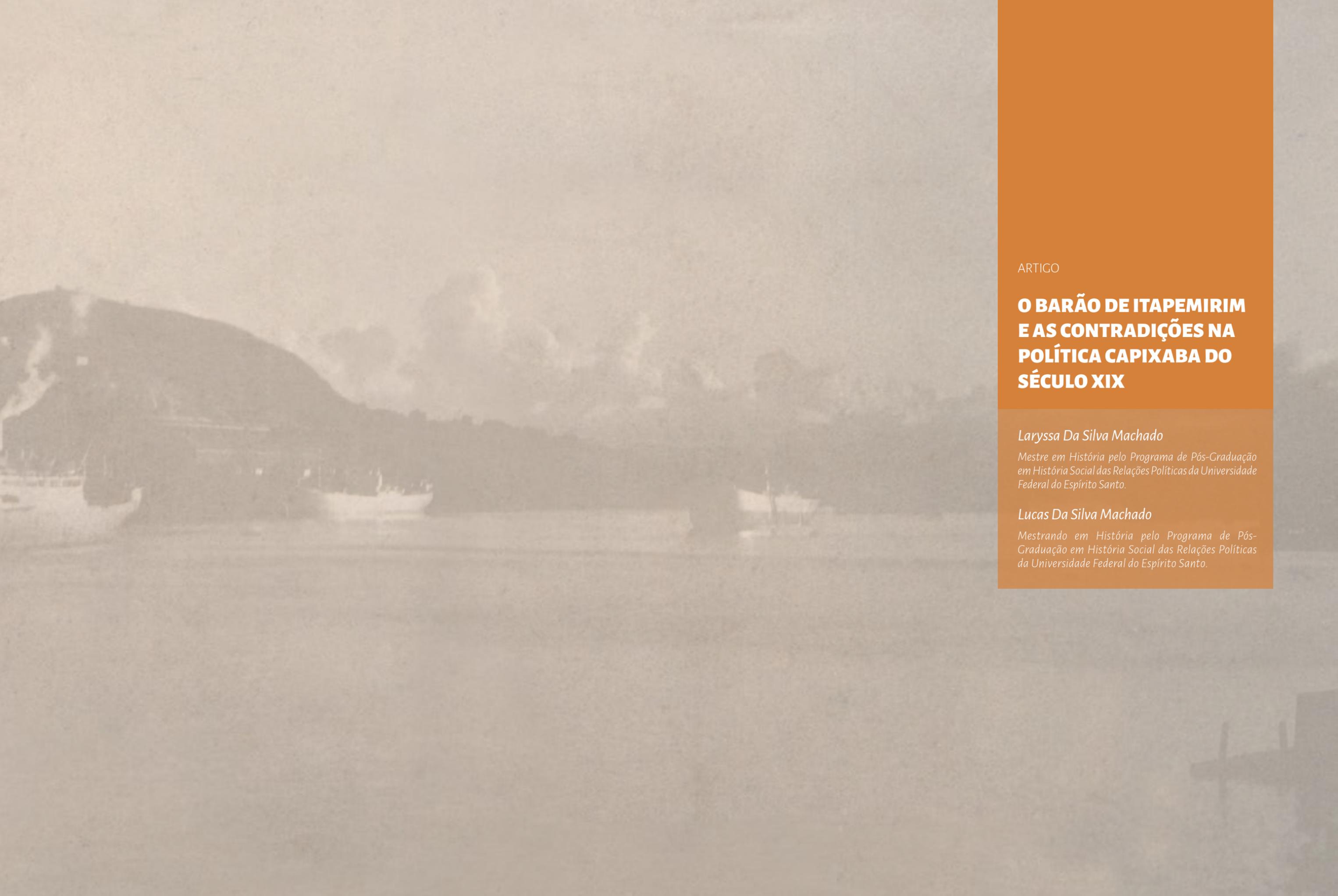
SCHWARCZ, Lília. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

Recebido em: 30/12/2019

Aprovado em: 05/03/2020





ARTIGO

## **O BARÃO DE ITAPEMIRIM E AS CONTRADIÇÕES NA POLÍTICA CAPIXABA DO SÉCULO XIX**

*Laryssa Da Silva Machado*

*Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.*

*Lucas Da Silva Machado*

*Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.*

## Resumo

Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim, é taxado pela historiografia tradicional capixaba como o principal traficante de escravos do Espírito Santo e um dos maiores negreiros do Sudeste. Muitas denúncias sobre o assunto existem contra ele. Porém, enquanto foi vice-presidente da província, denunciou o contrabando, exigindo medidas imperiais para acabar com a fragilidade do litoral espírito-santense. O presente artigo pretende discutir essas contradições, bem como a origem das denúncias contra o Barão. Além disso, conforme será demonstrado, Silva Lima não era o único envolvido no infame comércio, outros grandes fazendeiros itapemirinos também o praticavam e utilizavam das denúncias como meios de realizar as atividades de contrabando.

**Palavras-Chaves:** Barão de Itapemirim; Tráfico de Escravos no Espírito Santo; História de Itapemirim

## Abstract

Joaquim Marcelino da Silva Lima, the Baron of Itapemirim, is taxed by the traditional historiography of Espírito Santo as the principal slave trader of Espírito Santo and one of the largest slave traders in the Southeast. Many denunciations on the subject exist against him. However, while he was vice-president of the province, he denounced the smuggling, demanding imperial measures to end the fragility of the coast of Espírito Santo. The present article intends to discuss these contradictions, as well as the origin of the denunciations against the Baron. Moreover, as will be shown, Silva Lima was not the only one involved in the infamous trade, other large Peruvian farmers also practiced and used the complaints as a means of carrying out the smuggling activities.

**Keywords:** Barão Itapemirim; Trafficking of slaves in Espírito Santo; History of Itapemirim.

## Introdução

Desde os anos 1970 e 1980 estudos historiográficos desenvolvidos no Brasil passaram a usar fontes que antes eram descartadas: “livros tombo, livros paroquiais de registros de nascimento, de batismo, de matrimônio e de óbitos; inventários e testamentos *post-mortem*, listas de escravos, cartas e registros de alforrias, entre outros”<sup>1</sup>. Com isso, personagens antes subalternos passaram a ter destaque enquanto nomes da elite tiveram sua biografia questionada. Mattos<sup>2</sup>, ao analisar o período colonial brasileiro,

concluiu que esses estudos apresentam novos significados a história política.

Outro tema que ganhou novos estudos foi a relação entre senhores e escravos. As estratégias sociais da elite e dos escravizados destacam-se, já que ambos criaram diversos mecanismos para sua sobrevivência. Florentino e Góes<sup>3</sup> colocam essas estratégias como políticas e que não podem ser resumidas a análises econômicas. A polarização da relação senhor-escravo não contempla os pormenores dessa relação. Slenes<sup>4</sup> acrescenta que esses novos estudos

traz historicidade ao escravismo, já que os atores sociais são múltiplos.

A expansão do café no Brasil vai inaugurar um novo modelo de classe senhorial e, consequentemente, novas formas de relações entre cativos e senhores. O retrato da classe senhorial, especificamente, é passível de análise mais minuciosa, já que a trama tecida nas relações escravocratas revelam o governo ou desgoverno dos senhores e as estratégias de sobrevivência dos escravos.

Slenes<sup>5</sup>, sobre a classe senhorial do Oeste Paulista afirma que “da análise das vivências emerge o retrato de uma classe senhorial prepotente e frequentemente arbitrária e ardilosa: uma classe que brande a força e o favor para prender o cativo na armadilha de seus próprios anseios”. Para ele, os incentivos dados pelos senhores eram estratégias para tornar os escravos reféns de sua vontade. Ao mesmo tempo, “essa política de domínio é relativamente bem-sucedida. Por isso mesmo, talvez ela subverta a autoridade dos senhores ao mesmo tempo que contribui para dominação do cotidiano”. A análise de Slenes demonstra a flexibilidade dos senhores em relação aos cativos já que utilizam de estratégias para impor ou subverter autoridade.

A elite senhorial do império, que emerge de um arranjo feito para a estabilização da Monarquia brasileira como constatou Mattos<sup>6</sup>, detinha privilégios junto ao Imperador, interferindo nas políticas do Estado. Essa elite, espalhada por todo o território, comandava as localidades com apoio do governo imperial. E estes inspiravam-se na corte. Percebe-se essas características na elite itapemirina, principalmente na figura de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim. Este era uma das principais figuras políticas capixabas e tinha grande influência junto ao Imperador.

Salles<sup>7</sup>, ao escrever sobre a elite senhorial fluminense, afirma que a construção do império brasileiro resultou na formação de uma classe senhorial escravista, existente em toda nação, com o mesmo estilo de vida e que se inspirava nos proprietários do Rio de Janeiro, a sede administrativa. As províncias mais afetadas eram as que se localizavam no entorno, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Assim, surgem nesses lugares figuras senhoriais que se destacaram em suas localidades. Estes se inspiravam nos grandes senhores do império, ligados à Coroa, como bem demonstraram Mattos<sup>8</sup> e Carvalho<sup>9</sup>, e em escala local, copiavam a classe senhorial da Corte, nas regras políticas, social e culturais.

Esse trabalho pretende analisar a figura pública de Silva Lima, o Barão de Itapemirim, personagem importante na história política capixaba do século XIX. Além de um dos maiores escravocratas capixabas, ocupou por inúmeras vezes o cargo de vice-presidente provincial e recebeu em 1846 o título de Barão. Tradicionalmente, a historiografia capixaba o caracteriza como o maior traficante de escravos espírito-santense após 1850. Porém, enquanto ocupou a vice-presidência provincial, reclamou à Corte sobre a presença de traficantes no litoral capixaba. A intenção desse artigo é questionar essas fontes e revelar as contradições que envolvem esse personagem, bem como toda a flexibilidade de suas relações sociais, políticas e culturais.

1 FILHO, A. J. F.; FILHO, P. A. O. Registros Eclesiásticos e Cartoriais, Fontes e Documentação: Possibilidades, Perspectivas e Desafios para as Pesquisas em Escravidão no Brasil – Triângulo Mineiro – MG. VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, UFPI, Teresina, Piauí, 24 a 28/06/2012, p. 2.

2 MATTOS, H. Colonização e escravidão no Brasil – Memória e Historiografia. In: FRAGOSO, J.; COUVÊA, M. F. (org.). *O Brasil Colonial*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.85.

3 FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 30.

4 SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 54.

5 SLENES, R. W. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: NOVAES, F. A. (coord.), ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 236.

6 MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

7 SALLES, R. *E o Vale era escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 46-47.

8 MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

9 CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

## O Século XIX no Espírito Santo e em Itapemirim

O Oitocentos inaugura uma nova fase na política e na economia capixaba. Nos primeiros anos, esta baseava-se na produção de alimentos que eram exportados para a Corte e outras províncias<sup>10</sup>. Também havia produção de açúcar e cachaça. As lavouras de cana, bem como os engenhos, foram introduzidas no território capixaba desde o início de sua colonização em 1535, com a chegada de Vasco Fernandes Coutinho, capitão donatário capixaba<sup>11</sup>. A partir de 1800, ainda que com muita dificuldade, iniciou-se um período de prosperidade, pois foi exatamente naquele momento, fim do século XVIII e início do séc. XIX, que se deu um primeiro e decisivo passo no sentido de definição de uma identidade territorial do Espírito Santo enquanto unidade administrativa e política distinta, dotada, inclusive, de um projeto de desenvolvimento próprio<sup>12</sup>.

O café foi o grande responsável pela transformação da economia capixaba. Introduzido em meados de 1815<sup>13</sup>, tornou-se cultura dominante por volta de 1840, e substituiu gradualmente o cultivo de cana, que predominava até então. Entre 1856 e 1872, houve uma grande expansão da cafeicultura concentrada na região sul, especificamente no Vale do Rio Itapemirim. A transição da primeira para a segunda metade do século XIX, período em que o café despontou como principal cultura é classificado por Oliveira<sup>14</sup>

como o “início de uma nova era”. De acordo com o autor, “foi assim, enfrentando dificuldades de toda ordem – em sua grande maioria derivadas da deficiência de recursos – que o Espírito Santo alcançou o fim da primeira metade do século XIX”<sup>15</sup>.

O Vale do Rio Itapemirim, região que concentrou as lavouras de café e que trouxe uma nova era para a economia capixaba, estava entre as primeiras sesmarias doadas por Coutinho. Segundo Daemon, em 1539 “estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de Itapemirim, no lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação”<sup>16</sup>. Porém, os primeiros sinais de colonização efetiva acontecem por volta do século XVIII com Domingos Freitas Bueno Caxangá. Moreno<sup>17</sup> afirma que Caxangá e seus agregados “construíram aqui uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá [...] a sede da fazenda foi estrategicamente localizada no alto de um morro na margem sul do rio, denominado mais tarde de Fazendinha”.

Mas foi no fim do século XVIII que a colonização se concretizou com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo, região no interior do Espírito Santo, onde o bandeirante Pedro Bueno Cacunda realizava a mineração de ouro. Após ataque dos índios puris, os sobreviventes desceram o Rio Castelo, afluente do Rio Itapemirim, e chegaram à Barra deste rio<sup>18</sup>. A chegada dos bandeirantes de Castelo é que efetiva a colonização itapemirina. “Antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que se estendia por toda a barra do Itapemirim, de um e outro lado do rio”<sup>19</sup>.

Esses eventos dão o pontapé inicial para o desenvolvimento de Itapemirim, através do cultivo

da cana e da instalação de engenhos produtores de açúcar e aguardente, além de lojas de secos e molhados<sup>20</sup>. Muitos migrantes mineiros, paulistas e fluminenses, em busca de melhores condições de vida e de terras férteis, vieram para o Vale do Itapemirim. Trouxeram consigo seus familiares, maquinários e escravos<sup>21</sup>. Entre esses novos moradores da região está Joaquim Marcelino da Silva Lima, personagem desse artigo, que terá sua trajetória analisada posteriormente. Por agora, é importante destacar, que os fazendeiros que chegaram para a região trouxeram o cultivo do café<sup>22</sup>. Além disso, houve um nítido crescimento da população, onde se criou condições para a emancipação política. Através então do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em nove de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho<sup>23</sup>.

As lavouras de café foram, inicialmente, implantadas na área litorânea dos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana. A priori, substituíram as plantações de cana de açúcar, que eram mais custosas e trabalhosas. O café, por sua vez, além de oferecer uma margem de lucro maior, exigia menos capital e cuidados<sup>24</sup>. Porém, a expansão das lavouras seguirá na direção das terras do interior da região sul, já que oferecia condições naturais mais propícias, principalmente o solo massapê, mais consistente e resistente à erosão. Além disso, as ondulações do relevo eram mais suaves e propícias, e o clima, úmido e com chuvas regulares, propiciava condições favoráveis ao plantio<sup>25</sup>.

A região litorânea retornou o cultivo da cana como principal lavoura, enquanto que no Alto Itapemirim, especialmente nas freguesias novas como as de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, Nossa Senhora da Conceição do Alegre e São José do Veado (atual Guaçuí), as plantações de café se desenvolveram com sucesso<sup>26</sup>. Além do café, a região sul capixaba abasteceu o Espírito Santo com açúcar e aguardente ao longo do século XIX, além de exportar esses produtos para o Rio de Janeiro.

No ano de 1856 Cachoeiro de Itapemirim se tornou freguesia, separando-se definitivamente de Itapemirim em 1864<sup>27</sup>. Economicamente, essa separação gerou uma perda para a região. Porém, graças à proximidade de Itapemirim com a Corte, a exportação de café pelo Porto de Itapemirim conferia destaque à localidade, que acabava por se transformar em um importante entreposto de produtos agrícolas para o Rio de Janeiro<sup>28</sup>.

A proximidade da região com a Corte vai trazer influências para a região, principalmente no que se refere à cultura senhorial, como demonstrou Salles<sup>29</sup>. Além disso, a importância econômica adquirida ao longo do século XIX deu aos homens abastados de Itapemirim prestígio político. Muitos ocuparam cargos de destaque na política provincial, como o personagem desse artigo, que em 1846, recebia o título de Barão de Itapemirim<sup>30</sup> e, ao longo de sua vida, foi nomeado oito vezes como Primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo pelo Imperador D. Pedro II. Outro nome de destaque foi o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, que também ocupou o cargo de Terceiro Vice-Presidente da Província,

10 CARVALHO, E. F. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, p. 59-60.

11 DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatísticas*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 111.

12 SANTOS, E. F. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002, p. 153.

13 ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983, p. 15-16.

14 OLIVEIRA, J. T. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p. 354.

15 Ibidem, p. 354.

16 DAEMON, Op. Cit. .p.114.

17 MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016, p.19.

18 OLIVEIRA, Op. Cit. p. 222.

19 BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006., p. 78.

20 VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. P 36.

21 MORENO, Op. Cit. p. 32.

22 ROCHA, COSSETTI, Op. Cit., p. 18.

23 MORENO, Op. Cit., p. 33.

24 ROCHA, COSSETTI, Op. Cit. p. 16.

25 SALETTO, N. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade de no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996, p. 35.

26 ROCHA, COSSETTI, Op. Cit. p.35.

27 O Decreto Provincial nº 11, de 16/07/1856 cria a freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, que estava subordinada a Itapemirim até que foi elevada a categoria de Vila, pelo Decreto Provincial nº 11, de 23/11/1864.

28 MORENO, Op. Cit., p. 86.

29 SALLES, Op. Cit. 46-47.

30 MARINS, A. *Itapemirim*. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p. 212.

além de ter sido deputado provincial<sup>31</sup>. Ambos eram rivais, e o fruto dessa discórdia é responsável por contradições que envolvem o nome de Silva Lima.

### Quem foi o Barão de Itapemirim?

Joaquim Marcelino da Silva Lima era natural da Província de São Paulo. Seus pais eram o Alferes Joaquim José da Silva e D. Anna Fernandes. Mudou-se para o Espírito Santo em 1802, quando tinha o título de sargento-mor, e foi residir em sua fazenda denominada Três Barras, localizada em Benevente, cuja as terras foram obtidas por sesmaria. Casou-se primeiramente com D. Francisca do Amaral e Silva e teve com ela dois filhos: Claudina e Bellarmino. Anos mais tarde enviuvou, casando-se novamente com D. Leocádia Tavares da Silva, filha do Capitão José Tavares de Brum e D. Thomazia da Silva Medella. O Capitão Brum foi um dos principais fazendeiros de Itapemirim no início da colonização. Este comprou a Fazendinha, primeira fazenda instalada na região, que se estendia por toda a Barra do Itapemirim. Com as núpcias, Silva Lima passou a residir em Itapemirim e herdou as terras da Fazendinha após a morte de seu sogro<sup>32</sup>.

De sargento-mor, Silva Lima tornou-se Barão em dezembro de 1846. Era Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, e tinha honras de Brigadeiro, por ter sido Diretor Geral dos Índios Purys do Aldeamento Imperial Afonsino<sup>33</sup>. Oliveira o destaca como um belo exemplar de bandeirante do século XIX<sup>34</sup>. Era dono das fazendas Fazendinha e Queimada, que eram anexas e se localizavam na Barra do Itapemirim, além das fazendas do Ouvidor, do Morro Grande, do Bananal, de Fruteira do Norte e da célebre fazenda Muqui, sua residência, adquirida em 1827, onde possuía um suntuoso palacete e uma

Capela dedicada a Santo Antônio. Em todas elas, segundo Marins, possuía mais de 400 escravos<sup>35</sup>.

Foi deputado provincial por quatro mandatos e ocupou por oito vezes o cargo de vice-presidente, onde assumiu a presidência interina durante os anos de 1853-1854 e 1856<sup>36</sup>. Sobre seu tipo físico e personalidade, Marins comenta que

O seu typho physico bem que denotasse a sombria austeridade do valido de outr'ora, guardava todavia uma alma não inteiramente limpa de preconceitos do meio e do tempo, mas pendida sempre para as longanimidades e para actos generosos. Cioso das suas prerrogativas, pois era grande do Império, Commendador da Ordem de Christo, Official da Imperial Ordem as Rosa, Brigadeiro Director Geral dos Índios, sabia guardar a sua linha fidalga sem que ella o isolasse do povo com quem lhe aprazia trazer fazendo negócios, interessando-se pelo viver da gente humilde, não raro para prestar-lhe favores<sup>37</sup>.

Como historiador de seu tempo, Marins exalta as qualidades do Barão. Completa seu relato dizendo que os traços que formara a personalidade de Silva Lima foram a política e a família. “O seu cuidado era vêr crescer a prole ao seu lado promovendo a formação das novas famílias entre a parentella numerosa”<sup>38</sup>. Interessante observar que Marins o classifica com os predicados que os bons líderes deveriam ter: “alma limpa de preconceitos”, seus atos generosos, um fidalgo que estava próximo do povo, que levava uma vida humilde, traços que não são percebidos na análise das fontes. Era o homem mais rico de uma região extremamente pobre, onde a maioria da população não possuía terras próprias e habitavam em casas de palha<sup>39</sup>.

35 MARINS, Op. Cit. p. 212-214.

36 DAEMON, Op. Cit. p. 546-547, p. 386, p. 393, p. 399.

37 Ibidem, p. 213.

38 MARINS, Op. Cit., p. 213.

39 Segundo a Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, 49% das lavouras de Itapemirim estavam em terras foreiras e 74% dos habitantes moravam em casas de palha.

Além de Claudina e Bellarmino, filhos do primeiro casamento, Silva Lima teve outros herdeiros com D. Leocádia, sendo estes: Maria, Leocádia, Thomazia, Izabel, Joaquim Marcellino, José Marcelino, Francisco Bernardes e Luiz Siqueira. Suas filhas casaram-se com fazendeiros importantes do Império. Quanto aos seus herdeiros homens, Joaquim Marcelino tornou-se Coronel, era moço fidalgo da casa Imperial<sup>40</sup>, e ocupou por vezes o cargo de deputado provincial, assim como José Marcelino<sup>41</sup>. Luiz Siqueira era doutor e foi senador da república<sup>42</sup>.

Em 1834, o então Juiz de Paz de Itapemirim, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou um levantamento da população daquele município batizado de “Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833”<sup>43</sup>. Esse documento traz o nome dos 2.931 habitantes, sendo estes cativos e livres, que se dividiam em 303 fogos, além de informações referentes às propriedades de cada família. Joaquim Marcelino, que ainda não era Barão, aparece como maior proprietário de escravos: ao todo eram 304 cativos. Analisando o plantel de Silva Lima, encontramos os seguintes números: havia 138 homens adultos, 121 mulheres adultas e 45 crianças de 0-10 anos; sobre o estado civil, 89 eram casados e 170 solteiros; 294 cativos trabalhavam na roça, seis eram carpinteiros, dois eram pedreiros, um era resteiro e um alfaiate. Quanto à origem dos cativos, 227 eram africanos e apenas 77 crioulos.

A presença de africanos na região era elevada. Nesta mesma lista constavam 1.596 cativos, onde 1.046 africanos (65%), 526 crioulos (32%) e 60 pardos (3%). Anos mais tarde, em 1839, o presidente da Província capixaba, Silva Coito, junto com o secretário de governo, Barbosa de Oliveira, enviaram ao governo imperial um mapa populacional do Espírito Santo<sup>44</sup>

40 Ibidem, p. 212.

41 DAEMON, p. 554.

42 MARINS, p. 212.

43 APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

44 Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por

com números semelhantes aos de 1833. Havia 1.635 cativos: 1.026 africanos (63%), 567 crioulos (34,5%) e 42 pardos (2,5%). A grande quantidade de cativos africanos em Itapemirim, por toda primeira metade do século XIX, foi um empecilho para que a lei Eusébio de Queirós se cumprisse na região, assunto que será discutido mais a frente.

Voltando à fortuna de Joaquim Marcelino em 1833, além dos 304 cativos, ele possuía a Fazenda Muqui, com engenho de açúcar e cachaça, máquina de serra, balandeira, lavouras de cana, além de 592 animais, dentre eles um urso panda, provavelmente trazido junto com os chineses que migraram para o Espírito Santo no mesmo período<sup>45</sup>. Também possuía duas situações de plantações de mandioca e cercados, tudo em terras próprias. Com o passar dos anos, sua fortuna aumentou além da conquista de grande prestígio na região e no império<sup>46</sup>.

Há um ponto a se considerar. Será ou quantos destes escravos/cativos do barão eram negros e quantos eram índios? A historiografia sobre a escravidão no Império, entre os séculos XVII e início do XIX padece desse problema. Em diversas regiões do território brasileiro muitos cativos eram índios e não exatamente negros africanos ou crioulos nascidos por aqui.

Devido à sua importância política e social na Província e no Império, figuras ilustres da Corte se hospedaram em sua fazenda. No ano de 1860, Silva Lima foi um dos responsáveis por preparar a visita do Imperador D. Pedro II ao Espírito Santo. Ele e seu desafeto político, o Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, também de Itapemirim, patrocinaram a preparação do Palácio do Governo Provincial para

Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015\_000\_78, página 48)

45 PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_walter\\_luiz\\_carneiro\\_mattos\\_pereira\\_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espirito-santo-1850\\_1860.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espirito-santo-1850_1860.pdf), p. 5-6.

46 APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

receber o imperador<sup>47</sup>. Bittencourt era líder do Partido Conservador e Silva Lima líder do Partido Liberal. Na cerimônia de recepção de D. Pedro, em Vitória, contou com a presença do Barão e do Coronel Gomes Bittencourt. Segundo Rocha<sup>48</sup>, a comitiva de Itapemirim era a segunda maior na recepção, atrás apenas de Vitória. O Imperador chegou ao Espírito Santo em 26 de janeiro e partiu de volta à Corte em nove de fevereiro de 1860. Uma das suas paradas foi na Vila de Itapemirim, caminho para colônia de Rio Novo do Sul, um dos destinos de sua visita.

Em oito de fevereiro, após passar por outras localidades da Província, D. Pedro desembarcou em Itapemirim. A vila se preparou por semanas para a chegada do Imperador<sup>49</sup>, que foi recebido na Igreja Nossa Senhora do Amparo, já que o prédio da Câmara de Vereadores estava em reforma. Tanto Silva Lima quanto Gomes Bittencourt esperavam que Vossa Majestade se hospedasse em suas fazendas, mas este preferiu ficar em casa de um terceiro, evitando brigas políticas. Se hospedou no sobrado do capitão José Tavares de Brum e Silva, que ficava na sede da vila de Itapemirim<sup>50</sup>. Não pernitoou na vila, seguindo viagem para a Colônia de Rio Novo. Lá se hospedou na fazenda Pau d'Alho, do major Caetano Dias da Silva.

Sua visita foi rápida, pois chegou no dia oito e partiu no dia nove de fevereiro. Em seu trajeto, o imperador avistou as propriedades do Barão e fez algumas observações sobre as mesmas. Logo ao desembarcar no Porto de Itapemirim, registrou em seu diário a Fazendinha, que pertencia ao Barão e se localizava nas margens do rio<sup>51</sup>. Ao retornar de Rio Novo, avista a fazenda Muqui, e a descreve como “uma casa, que é um palacete de 2 torreões<sup>52</sup>”. Rocha

traz a seguinte observação sobre a passagem do Imperador pela Fazenda do Barão:

Na Santo Antônio, do outro lado do rio, quase de frente, numa das torres do seu soberbo palacete, no feitio dos castelos medievais, construído a cavaleiro sobre uma colina, o barão de Itapemirim, binóculo em punho, observava a estrada. Os 120 negros escravos trabalhadores dos canais daquela fazenda, cuja produção e alicerces econômicos começavam a derruir, haviam capinado a alameda de bambus da chegada e tapetado de folhas aromáticas o caminho, enfeitando de flores a cerca até a margem do rio. As escadarias de mármore e os dois leões de louça vidrada do Porto, em tamanho natural, à entrada do palacete, estavam lustrosos. O dourado que revestia o interior da capela reluzia, como reluziam os metais das salas de armas, as baixelas de prata pesada, trabalhadas a fio de ouro, os talheres também de prata e as louças brasonadas. A poeira fora removida da tapeçaria persa, biblioteca, salões de bilhar, móveis em madrepérola e marfim. As finas iguarias e bebidas importadas da Europa juntavam-se à fartura das frutas do pomar e dos recursos da cozinha da fazenda. No salão principal do portentoso palacete reservava o barão uma surpresa ao augusto visitante: os retratos dos imperadores, ricamente moldurados, pintura a óleo mais ou menos recente, em tamanho quase ao natural, executada por renomado artista da Corte. Mal continha sua impaciência e a curiosidade em observar a reação de agrado de D. Pedro ao valioso trabalho e à sua entusiástica vassalagem. A decepção do macróbio, ao ver o imperador passar ao largo, teria apressado a causa que o vitimaria em ataque apoplético, naquele mesmo ano<sup>53</sup>.

Meses após a visita do Imperador, o Barão veio a óbito. Marins<sup>54</sup>, assim como Rocha, também

culpa o desgosto de não ter recebido a visita de D. Pedro, a causa-mortis de Silva Lima. Para ele “*era a vendeta política posta em acção contra o Barão pelos seus temíveis adversários, e aquelle ferido no seu orgulho, não pode resistir a tão duro golpe mortal, baqueando para o túmulo com seu ódio, poucos meses depois, após uma viagem que fez ao Bananal*”. Entre a visita do Imperador e a morte do Barão, se passaram alguns meses, e nesse período outros visitantes ilustres se hospedaram na pomposa Fazenda Santo Antônio do Muqui.

Após sua visita, o imperador contratou o fotógrafo Jean Victor Frond, francês que instalado no Rio de Janeiro, veio ao Espírito Santo registrar os locais que foram visitados pelo imperador, meses antes. Acompanhado de outro francês, Alexandre Jouanet, chegaram a Itapemirim em 27 ou 29 de outubro<sup>55</sup> e dirigiram-se para a Fazenda Santo Antônio do Muqui, que pertencia ao Barão. Deveriam fotografar outras fazendas da região, para evitar brigas políticas, e visitar a Colônia de Rio Novo do Sul. Mas, devido a falta de tempo, Frond só fotografou a Fazenda Muqui<sup>56</sup>.

No mês seguinte, recebeu o primo suíço do imperador, o Barão de Tschudi<sup>57</sup>. Ele também iria visitar a Colônia de Rio Novo e partiu de Vitória para o sul da província com cavalos emprestados pelo Barão de Itapemirim. O destino da comitiva também era a fazenda Santo Antônio de Muqui, na qual foram recepcionados com festa. O barão de Tschudi descreveu o exagero do palacete do barão de Itapemirim, ao comentar que era de um estilo soberbo, mas de bom gosto<sup>58</sup>.

A residência da fazenda, semelhante a um palácio, construída num morro causa uma impressão imponente. Raras vezes vi no Brasil fazendas num estilo tão grandioso e, ao mesmo tempo, com tanto bom gosto. A parte interna, porém, não corresponde à parte externa tão imponente. Sente-se falta da praticidade da divisão interna, da comodidade e principalmente do asseio de moradias europeias semelhantes. A capela consagrada ao padroeiro da fazenda está abarrotada de lantejoulas, de acordo com os costumes locais<sup>59</sup>.

Silva Lima queixa-se com Tschudi da baixa produtividade da lavoura naquele período. Possuía 120 escravos que trabalhavam na lavoura e outros no serviço doméstico. O suíço comenta em seus registros, como o Barão de Itapemirim começou sua carreira “com pouquíssimo capital e havia conseguido aos poucos ser dono de uma fortuna bastante significativa e, conseqüentemente, de uma grande influência política, sem muitos escrúpulos na escolha dos meios e caminhos<sup>60</sup>”. Tempos depois, o Barão faleceu, segundo Tschudi, de um ataque epilético<sup>61</sup>.

Se o motivo de sua morte foi o desgosto de não receber o imperador, nunca se saberá. O fato é que Silva Lima tinha grande prestígio político, não apenas em Itapemirim, mas na Província e na Corte, possuía muitos inimigos políticos, e é certo que seu prestígio junto ao Imperador provocava inveja de seus desafetos. Essas brigas regionais, parte importante em sua biografia, demonstram as contradições que envolviam seu nome, já que as denúncias e os comentários contra ele são contrários às suas falas oficiais e a opinião daqueles que o conhecem. O próximo tópico pretende apontar essas diferenças.

47 ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008, p. 51.

48 Ibidem, p. 70.

49 Ibidem, p. 231-246.

50 Ibidem, p. 231.

51 Ibidem, p. 233.

52 D. PEDRO II, apud ROCHA, 2008, p. 242.

53 Ibidem, p. 243-244.

54 MARINS, Op. Cit., p. 224.

55 Não existe registro que disponha da data correta em que Frond e Jouanet estiveram em Itapemirim, que foi o último ponto da viagem dos franceses ao Espírito Santo.

56 FRANCESCHETTO, C. *Victor Frond – 1860: uma aventura fotográfica pelo itinerário de D. Pedro II na Província do Espírito Santo*. Vitória-ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2015, p. 209-221.

57 ROCHA, L. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA, 1971 p. 112-115 / TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818-1889. *Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

58 ROCHA, Op. Cit. p. 112.

59 TSCHUDI, Op. Cit. 97.

60 Ibidem, p. 97.

61 Ibidem, p. 98.

## O Barão de Itapemirim e suas contradições

A historiografia tradicional capixaba classifica o Barão de Itapemirim como um dos maiores contrabandistas de escravos após 1850. Segundo Santana<sup>62</sup>, Silva Lima era um dos maiores negreiros do Sudeste e o litoral de Itapemirim recebeu desembarque de navios negreiros até 1860. Oliveira<sup>63</sup> também relaciona o nome do Barão ao tráfico de escravos, sendo ele “apontado como negociante de escravos e apauador de negreiros”.

O litoral do sul capixaba está relacionado à permanência do tráfico após 1850. Pereira<sup>64</sup>, ao pesquisar o tráfico de escravos após 1850 com base nos documentos presentes no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, encontrou evidências de que na região compreendida entre o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo as tentativas de desembarque continuaram por alguns anos após 1850.<sup>65</sup> Fontes relatam que, após o fim do tráfico oficial, entraram no Brasil cerca de 8.812 africanos no litoral brasileiro<sup>66</sup>, e boa parte destes cativos podem ter chegado pelo sul do Espírito Santo. A permanência do tráfico no litoral de Itapemirim não servia apenas às lavouras de café capixabas, mas estes cativos

seriam enviados ao norte do Rio de Janeiro e as Minas Gerais.

Podemos inferir que os interesses no tráfico ilegal nessa região fluíam pela fronteira entre as duas províncias, com destaque pelo lado capixaba, pelo seu vasto litoral que unia o delta do rio Itabapoana a Guarapari, banhado por uma grande faixa do Atlântico. Por outro lado, seu interior era percorrido por bacias fluviais cujas águas tocavam a Zona da Mata mineira, alcançado por afluentes primários e secundários e braços de rios que seguiam por terras fluminenses e capixabas. Portanto, entendemos que, sejam por suspeitas, tentativas ou pelos efetivos desembarques, a tríplex fronteira era uma escala que se articulava plenamente a partir de interesses diversos: o município de Itapemirim e o município de Campos dos Goytacazes transformaram-se em verdadeiras zonas de confluência do tráfico ilegal de africanos, enveredando uma teia de acusações, suspeições e apreensões entre correspondências, ofícios e diligências. Minas Gerais não ficaria fora dessa escala, mesmo que estivesse na retaguarda da linha praieira<sup>67</sup>.

A quantidade de correspondências relacionadas a este assunto é grande, o que comprova a preocupação das autoridades da época. Muitas delas envolvem o Barão de Itapemirim<sup>68</sup>. Em 29 de novembro de 1851, em ofício foi enviado pelo Chefe e Polícia da Corte ao presidente José Bonifácio Nascentes de Azambuja, era comunicado que forças policiais do Império foram enviadas à Vila de Itapemirim a respeito da seguinte denúncia:

desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denúncia teve o delegado da Vila, assim como ordem para va-

rejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila<sup>69</sup>.

Essa denúncia é uma das que envolvem o nome do Barão de Itapemirim, que ocorriam tanto na província quanto na Corte. Em 06 de abril de 1851, o presidente da Província do Espírito Santo, Felipe José Pereira Leal, informa em correspondência confidencial ao ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, o desembarque de “cento e tantos” africanos em Barra do Itabapoana. Estes pertenciam a José Bernardino de Sá, comerciante de escravos, e foram enviados a Itapemirim para a fazenda do Barão. Lá, seriam revendidos por Aurélio Jorge da Silva Quintaes e pelo alferes Custódio Luiz de Azevedo a outras pessoas. A denúncia foi enviada pelo coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt e seu cunhado, o major Caetano Dias da Silva, ambos desafetos do barão, de acordo com o próprio Leal. Este também chama a atenção de Queiroz, para a amizade do barão com traficantes<sup>70</sup>.

O Coronel Gomes Bittencourt e seu cunhado, o Major Dias da Silva, denunciadores, eram rivais políticos de Silva Lima, conhecidos como os “Moços da Areia”<sup>71</sup>. Apesar de uma das filhas do barão ter sido casada com o irmão do coronel João Nepomuceno<sup>72</sup>, ainda assim mantinham a rivalidade. Além de partidos divergentes, Silva Lima era líder do Liberal e Gomes Bittencourt era líder do Conservador, aquele possuía prestígio político provincial enquanto este possuía importância local. Marins<sup>73</sup> comenta que os “Areia” faziam uma “guerra” política, impedindo o barão de vencer as eleições dentro de Itapemirim, aliciando toda gente que podiam, usando até de “violência a empregar ne às vindictas sobre os contrários”.

Além disso, o major Dias da Silva, português fundador da Colônia de Rio Novo, viera para Itapemirim como traficante negreiro. Marins cita uma notícia do Jornal S. João da Barra, de 1882, onde relata que o primeiro navio negreiro que aportou em Itapemirim chamava-se Paula e chegou a este porto em fevereiro de 1831. Era comandado pelo então capitão Dias da Silva e pelo piloto Herculano, que era baiano<sup>74</sup>. Rocha também descreve o major Caetano como traficante negreiro, em 1860 durante a visita do Imperador a Itapemirim<sup>75</sup>. Dias da Silva era português e chegou ao Brasil em 1828, e desde então, empreendia viagens a Angola<sup>76</sup>. Tinha relações com Joaquim Ferreira de Oliveira, conhecido contrabandista de escravos<sup>77</sup>.

Dias da Silva, havia sido chamado em uma coluna do jornal “Correio de Vitória”, de 1852, de “tigre sanhudo atrás da presa”, devido à sua relação com o tráfico ilegal de africanos<sup>78</sup>. Quanto ao seu cunhado, o coronel Gomes Bittencourt, denúncias com seu nome também ocorreram após 1850. Em 3 de novembro de 1852, o presidente Azambuja alerta o delegado de polícia de Itapemirim “sobre um projeto para desembarque de africanos livres atribuídos aos Gomes Bittencourt”<sup>79</sup>. Em outro ofício, de 10 de setembro de 1852, o delegado de polícia de Itapemirim realizou denúncias ao presidente da Província contra os Gomes Bittencourt e o Barão, pois de acordo com ele, ambos protegiam o tráfico de escravos em Itapemirim<sup>80</sup>.

As denúncias dos “Moços da Areia” contra o Barão também ocorreram durante a visita do imperador a Itapemirim. Um dos membros da comitiva de D. Pedro II era João de Almeida Pereira, conselheiro im-

62 SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306, p. 304.

63 OLIVEIRA, Op. Cit., p. 372.

64 PEREIRA, W. L. C. M. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: SC, 15-18 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>; PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_walter\\_luiz\\_carneiro\\_matos\\_pereira\\_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espirito-santo-1850-1860.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_matos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espirito-santo-1850-1860.pdf)

65 PEREIRA, 2013, p. 2.

66 Disponível em <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

67 PEREIRA, 2013 p. 2.

68 Ibidem, p. 4.

69 APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

70 PEREIRA, 2013, p. 6.

71 MARINS, Op. Cit., p. 215.

72 Ibidem, p. 212.

73 MARINS, Op. Cit., p. 214.

74 MARINS, Op. Cit. p.225.

75 ROCHA, 2008, p. 239.

76 PEREIRA, 2013, p. 10.

77 PEREIRA, 2013 p. 10-11.

78 PEREIRA, 2015, p. 15.

79 APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

80 APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

perial e parente dos Gomes Bittencourt. Este reforçou a campanha negativa contra Silva Lima na Corte, acusando-o de envolvimento com o tráfico de escravos após 1850. Seus simpatizantes em Vitória, porém, se mobilizaram para reaver essa imagem negativa, publicando artigos em jornais para sua defesa<sup>81</sup>.

As contradições que envolvem a figura do barão são demonstradas nessas denúncias sobre o tráfico de escravos. Isso porque, enquanto foi vice-presidente da Província, denunciou e cobrou medidas mais enérgicas para solucionar o problema. Em relatório apresentado pelo mesmo à Assembleia Legislativa Provincial, fez o seguinte pronunciamento sobre o assunto:

Trafico de africanos: Supposto seja muito conhecida a extensão das praias desta província, a falta de força publica, e o quanto se prestão certos lugares para um fácil desembarque de africanos, nem um se tem dado desde 1851, em que se malogrou a ultima empresa, graças aos esforços e dedicação do então delegado de policia Dr. Rufino Rodrigues Lapa, que em Itabapoana apprehendeu cento e tantos africanos, e bem assim toda a tripulação do barco que os trasia; e pois se pode considerar extincto na província esse criminoso comércio. Todavia esta presidência não tem cessado de recomendar a todas as autoridades a maior vigilancia a tal respeito, com especialidade, ás de Itapemirim, e seria para desejar-se que o governo imperial assumindo aos pedidos ultimamente feitos, houvesse de facilitar certos meios indispensáveis para profligar os traficantes, se por ventura ousarem reaparecer nesta província<sup>82</sup>.

De acordo com o barão, os desembarques foram encerrados em 1851 e o delegado Rufino Rodrigues Lapa fez o possível para extinguir o mesmo no

sul da província. Se de fato os desembarques se encerraram neste ano não há comprovação. De certo é que o barão, enquanto presidente provincial, não se cansava de cobrar do ministro da Justiça providências sobre a fragilidade da região, conforme também cita em seu discurso. Pedia ao ministro que designasse um juiz municipal para servir como delegado de polícia, que fosse enviado um bacharel para atuar como promotor, além de oitenta a cem praças da confiança do ministro e um vapor de guerra para ficar parado em águas capixabas. Foi atendido nos primeiros pedidos, que sugeriu a convocação imediata da Guarda Nacional para atuar exclusivamente no combate ao tráfico de africanos<sup>83</sup>.

Outro fato intrigante sobre Silva Lima diz respeito às observações feitas pelo Barão de Tschudi ao conhecê-lo. Ouvira falar muito mal do barão de Itapemirim por seus adversários políticos, e se surpreendera quando o conheceu. Além disso, ao contrário dos seus inimigos, não teceu comentários negativos sobre seus adversários, mesmo sabendo que Tschudi visitaria a fazenda do major Dias da Silva, seu rival.

O barão de Itapemirim era muito estimado por seu partido, mas também mais odiado que temido por seus adversários. Neste aspecto, por várias vezes tive a oportunidade de ouvir falarem mal dele, e de acordo com estes comentários eu deveria imaginá-lo como um verdadeiro monstro. Pessoas imparciais enalteciam a sua generosidade, sua benevolência, sua amizade e dedicação por seus colegas de partido e sua ilimitada hospitalidade. Quando o conheci, ele era um octogenário robusto com uma fisionomia inteligente e um humor excelente, mas que muitas vezes acabava num sarcasmo mordaz [...] a família do barão de Itapemirim era inimiga mortal da família Bittencourt. Caetano Dias da Silva tinha parentesco com a família Bittencourt. Em virtude da expressão violenta e desrespeitosa que as inimizades políticas habitualmente adquirem no

83 PEREIRA, 2013, p. 7.

Brasil, fiquei muitíssimo surpreso pelo fato de o barão de Itapemirim jamais ter mencionado a minha pessoa frente aos seus adversários, nem ter feito a menor observação em minha presença sobre a louca economia em Rio Novo, embora tivesse tido centenas de oportunidades<sup>84</sup>.

Nunca se saberá ao certo qual a participação do barão de Itapemirim no tráfico de escravos, ou sua real postura diante dos inimigos políticos. O fato é que as fontes referentes a sua vida e postura política são contraditórias, já que ao mesmo tempo em que é acusado de ser o maior traficante de escravos capixaba foi um dos denunciadores da fragilidade do litoral capixaba diante dos navios negreiros. Não se pode negar o fato de que, o barão enquanto presidente da província tinha por obrigação alertar o governo imperial. Além disso, tais denúncias poderiam ser um disfarce aos seus interesses escravistas. O fato é que suas fazendas eram repletas de cativos, maioria africanos. É de se questionar se as denúncias feitas por seus adversários eram infundadas, uma vez que ele era um dos principais interessados na permanência do tráfico, não apenas para abastecer suas lavouras, mas também a de seus aliados.

Enquanto seus adversários manchavam sua imagem, os visitantes que se abrigavam em sua residência, como o fotógrafo Victor Frond e o barão de Tschudi, testemunham que o mesmo era hospitaleiro e gentil. É preciso destacar, que Frond e Tschudi visitaram um senhor octogenário, que já havia alcançado riqueza, prestígio e poder que um homem de seu tempo gostaria de ter. A falta de relatos do período de sua juventude não permite que esses traços de personalidade sejam confrontados.

O importante aqui não é defender ou atacar o barão, mas confrontar as informações sobre o mesmo. O mesmo homem que denunciava o tráfico no litoral capixaba e era diretor dos índios do Aldeamento Afonsino, tinha seu nome arrolado às denún-

84 TSCHUDI, Op. Cit., p. 98, 116.

cias como traficante de escravos. É apresentado por alguns historiadores e visitantes como um homem bom e benevolente, mas ostentava riquezas em uma sociedade extremamente pobre. O barão era um homem do seu tempo, que viveu todas as contradições da sociedade Oitocentista brasileira.

## Considerações Finais

Seria extremamente ingênuo acreditar que as denúncias sobre o envolvimento do barão de Itapemirim com o contrabando de escravos, após 1850, eram falsas. O mesmo, um dos maiores escravocratas do Espírito Santo, lucrou muito com a utilização de mão de obra cativa, além de possuir uma quantidade gigantesca de africanos em seu plantel. Porém, é importante destacar, que não apenas ele estava envolvido no infame comércio. Itapemirim, como bem destacou Pereira<sup>85</sup>, era parte de uma complexa rede de contrabando ilegal de africanos após 1850. Cativos eram importados e desembarcavam no litoral de Itapemirim e em outras partes da costa capixaba, enviados posteriormente, ao norte do Rio de Janeiro e a Minas Gerais. A "Tríplice Fronteira", como o mesmo coloca, preocupou autoridades imperiais durante a década de 1850.

Além disso, ao contrário do que a historiografia tradicional trata, não era apenas o barão de Itapemirim que realizava este tipo de comércio ilegal de pessoas. Outros grandes fazendeiros, como o coronel Gomes Bittencourt, e seu cunhado, o major Dias da Silva, fundador da colônia de Rio Novo do Sul, também eram envolvidos. Outros nomes itapemirinos podem ter sido responsáveis por este comércio, que destacou apenas o barão de Itapemirim, por ter maior prestígio na época. Mas ao que parece, a trama era muito maior e envolvia outros grandes fazendeiros locais, que talvez nunca sejam descobertos pela ausência de documentos.

85 Ibidem.

81 MORENO, Op. Cit., p. 66.

82 Relatório com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, entregou a administração da mesma no dia 28 de março de 1856. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/242/000032.html>.

Homens envolvidos no tráfico ilegal atuavam no controle de instituições vinculadas à repressão aos traficantes. Não por outro motivo, algumas autoridades locais tinham consciência de que as denúncias e as suspeitas estavam relacionadas a desencontros e rivalidades entre potentados locais. Em relatório de 13 de agosto de 1852, o chefe de polícia da província, Antônio de Tomaz Godoy, alertara que tais manifestações sobre o tráfico ilegal de africanos eram frutos de intrigas entre os “dois partidos locais”, em que “um serviria de sentinela ao outro”, com o intuito de levantar suspeitas ou apresentar denúncias sobre o comércio ilegal de africanos<sup>86</sup>.

A rede de intrigas e calúnias era o que movia e sustentava a política escravista de Itapemirim e que acabou por difamar apenas o nome do Barão, principal nome da região. Mas, fica claro que essa rede envolvia outras pessoas. Silva Lima, homem do seu tempo, alcançou riqueza e prestígio social que poucos conseguiram na província capixaba. Era um respeitado na corte e na capital provincial e, consequentemente, odiado por muitos em Itapemirim.

### Referências Bibliográficas

- APEES. *Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim*, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.
- APEES. *Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia*. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).
- ARQUIVO NACIONAL. *Mapa da população da Província do Espírito Santo*, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015\_000\_78, página 48)
- BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006
- CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, E. F. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008

- DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatísticas*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010
- ESPÍRITO SANTO. *Relatório* com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma no dia 28 de março de 1856, Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/242/000032.html>.
- FILHO, A. J. F.; FILHO, P. A. O. Registros Eclesiásticos e Cartoriais, Fontes e Documentação: Possibilidades, Perspectivas e Desafios para as Pesquisas em Escravidão no Brasil – Triângulo Mineiro – MC. VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, UFPI, Teresina, Piauí, 24 a 28/06/2012
- FLORENTINO, M., CÔES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997
- FRANCESCHETTO, C. *Victor Frond – 1860: uma aventura fotográfica pelo itinerário de D. Pedro II na Província do Espírito Santo*. Vitória-ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2015
- MARINS, A. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920
- MATTOS, H. Colonização e escravidão no Brasil – Memória e Historiografia. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (org.). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014
- MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016, p.19.
- OLIVEIRA, J. T. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008
- PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_walter\\_luiz\\_carneiro\\_mattos\\_pereira\\_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850\\_1860.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf)
- PEREIRA, W. L. C. M. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis: SC, 15-18 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>; PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_walter\\_luiz\\_carneiro\\_mattos\\_pereira\\_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850\\_1860.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf)
- ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008
- ROCHA, L. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA, 1971 p. 112-115 / TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818-1889. *Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

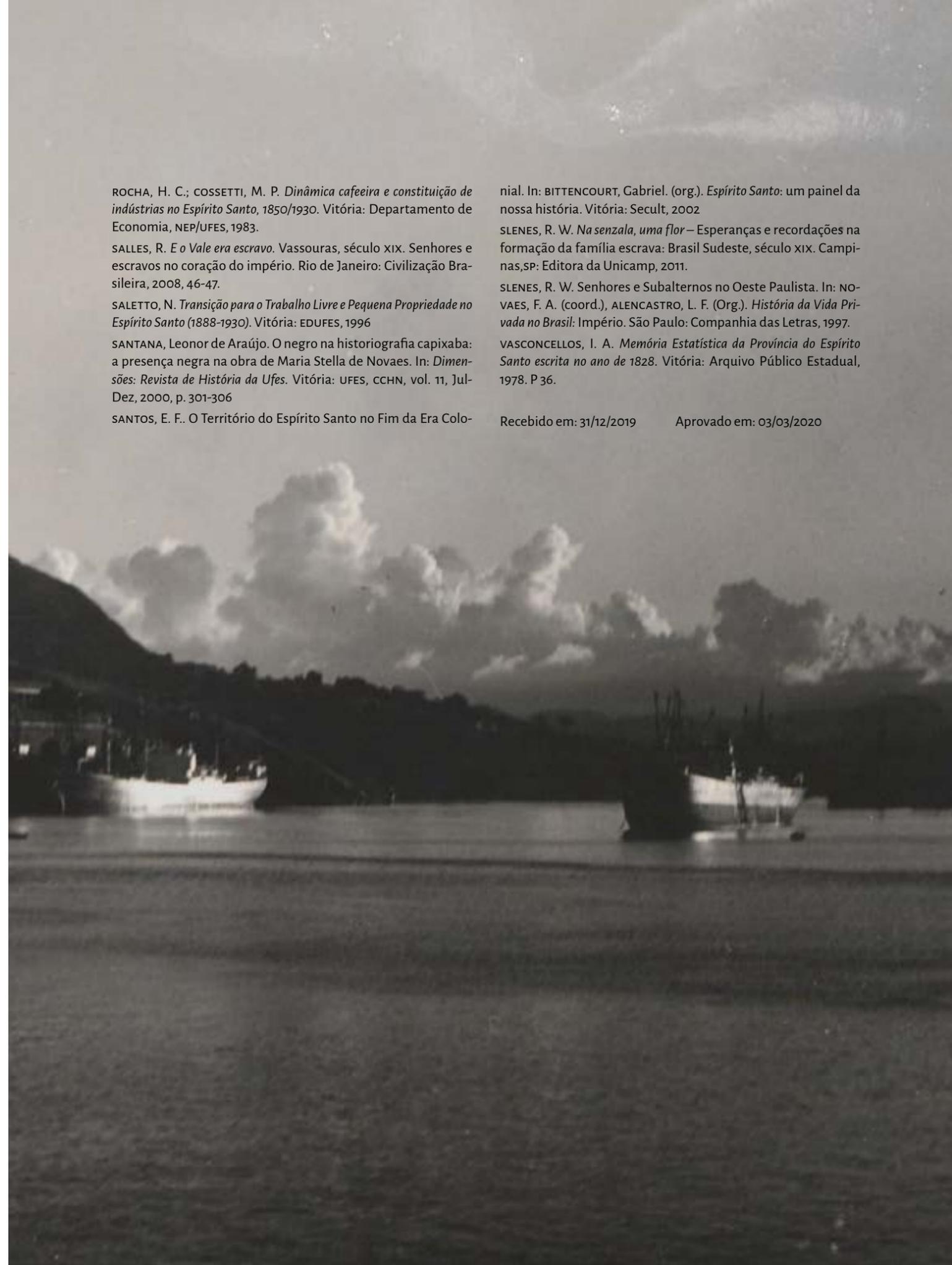
- ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.
- SALLES, R. *E o Vale era escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 46-47.
- SALETO, N. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996
- SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306
- SANTOS, E. F. *O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colo-*

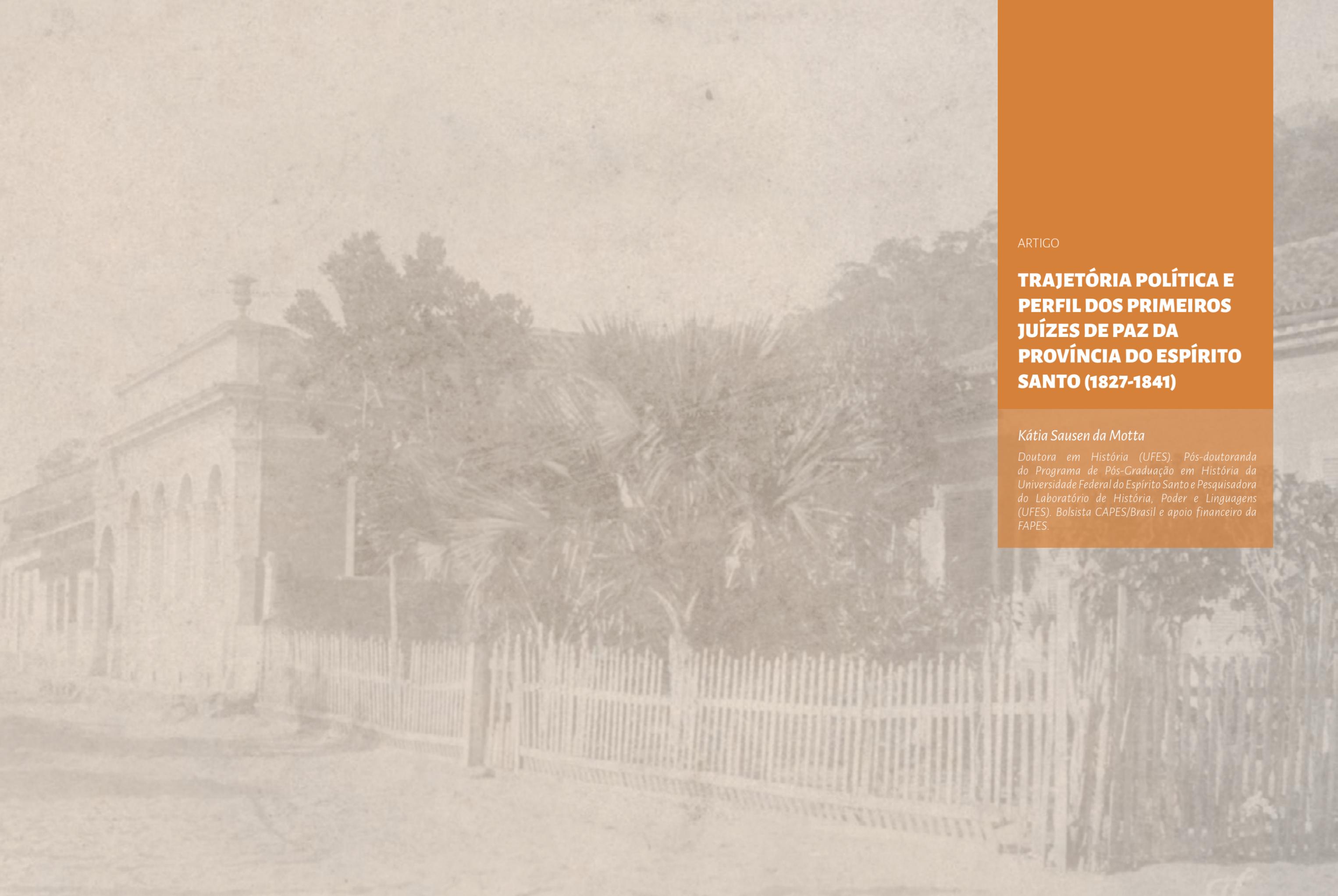
- nia. In: BITTENCOURT, Gabriel. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002
- SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- SLENES, R. W. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: NOVAES, F. A. (coord.), ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. P 36.

Recebido em: 31/12/2019

Aprovado em: 03/03/2020

86 PEREIRA, 2015, p. 16





ARTIGO

## **TRAJETÓRIA POLÍTICA E PERFIL DOS PRIMEIROS JUÍZES DE PAZ DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1827-1841)**

*Kátia Sausen da Motta*

*Doutora em História (UFES). Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo e Pesquisadora do Laboratório de História, Poder e Linguagens (UFES). Bolsista CAPES/Brasil e apoio financeiro da FAPES.*



## Resumo

Com a Constituição de 1824 iniciou-se no Brasil a construção dos princípios norteadores das formas de participação política dos cidadãos no novo Estado, dentre as quais se destaca o Juiz de Paz. Tratava-se de magistrado leigo e eleito localmente. O objetivo do artigo é discutir a experiência do juizado de paz na província do Espírito Santo no período inicial de seu funcionamento, entre os anos de 1827 e 1841. Buscou-se identificar quem foram os homens eleitos para atuarem como juizes de paz. Para tanto, utilizou-se o método prosopográfico no intuito de revelar as características comuns desse grupo de atores da justiça local. Levando em consideração as limitações das fontes, a discussão concentrou-se na trajetória política e judiciária dos atores e, quando possível, em sua formação educacional. Ao avaliar tais elementos, buscou-se lançar luz sobre o significado de ocupar a função de juiz de paz em diferentes freguesias capixabas nos primórdios do Brasil Império.

**Palavras-chave:** Juiz de Paz, História da Justiça, Província do Espírito Santo, Século XIX.

## Abstract

With 1824's Constitution began in Brazil the construction of the guiding principles of the citizens' political participation forms in the new State, including the Judge of Peace - a locally elected lay magistrate. The aim of this article is to discuss the experience of the judge of peace in the province of Espírito Santo in the initial period of its operation, between 1827 and 1841. We sought to identify who were the men elected to act as judges of peace. Therefore, the prosopographic method was implemented to reveal the common features of this group of local justice actors. Taking into account the limitations of the sources, the discussion focused on the political and judicial trajectory of the actors and on their educational background when possible. By evaluating these elements, we can clarify the significance of occupying the role of judge of peace in different parishes of Espírito Santo in the early days of Brazilian empire.

**Keywords:** Judge of Peace, Justice History, Province of Espírito Santo, XIX century.

## Introdução

Com a Constituição de 1824, inaugurava-se um novo instituto na ordem jurídica do Brasil: o juiz de paz. A Carta Magna definia que nenhum processo seria iniciado sem a tentativa de conciliação, sendo tal função de responsabilidade de um magistrado leigo e local.<sup>1</sup> A tarefa de definir as esferas de atuação e a forma de eleição do novo juiz foi, contudo, delegada à Assembleia Geral que lhe atribuiu formatação liberal de uma “justiça cidadã” nas primeiras décadas do Império (CAMPOS, SLEMIAN, MOTTA, 2017). Delineado inicialmente como conciliador, o magistrado contraiu amplos poderes logo em seus anos iniciais. A Constituição de 1824, os Códigos de 1830 e 1832 e as consecutivas leis ordinárias substituíram as antigas Ordenações portuguesas e forneceram a base da organização judicial do novo país e, conseqüentemente, estabeleceram as atribuições do juizado de paz.

Tratava-se de magistrado eleito localmente com tarefas deveras múltiplas que se estendiam entre as esferas policiais, judiciárias, administrativas e eleitorais. Nele concentravam-se amplos poderes de vigilância, como prender e julgar transgressores à lei e comandar a forças armadas em defesa da ordem pública. No campo jurídico, além da conciliação,<sup>2</sup> também realizava os procedimentos iniciais de processos criminais e cíveis. Na esfera eleitoral, o juiz de paz destacava-se como o responsável pela organização dos sufrágios. Com a reforma judicial intentada em 1841, consideráveis poderes da magistratura eleita e local foram repassados a outras autoridades. Sua eleição, definida pela Lei de 1º de outubro de 1828, marcou a forma direta do sufrágio e estabeleceu como condição eletiva a qualificação do cidadão em eleitor.<sup>3</sup> Processo

eleitoral que se manteve inalterado durante quase todo o Oitocentos.

Em vista das mudanças do seu funcionamento na primeira metade do século XIX, a historiografia comumente associa o juiz de paz aos processos de centralização e descentralização do Império. Nessa esteira interpretativa insere-se Thomas Flory (1986). O autor acredita que “la historia de la institución refleja toda la complejidad de las tensiones políticas y sociales del Brasil del siglo XIX” (FLORY, 1986, p. 81). Assim, no momento da sua criação, o instituto do juiz de paz tornou-se o estandarte das reformas descentralizadoras. Em vista do seu caráter eletivo e dos poderes judiciais mais amplos, o novo magistrado distanciou-se da influência da rama executiva do governo e proporcionou certa autonomia às localidades. Em 1841, porém, com a Reforma do Judiciário, ocorreu a transferência dos poderes do juiz de paz às autoridades nomeadas pelo Poder Central, como delegados e subdelegados.<sup>4</sup> A alteração fora vista, pelo estudioso, como resultado das políticas de centralização empreendidas a partir do final da década de 1830.

Sobre o pensamento político da época, Marcello Basile (2004, p. 448-452) destaca a Regência como momento de efervescência dos debates políticos. Diversos projetos, entre eles conservadores e liberais, disputavam a tarefa de definir as bases de constituição do novo Estado. Motivados pela abdicação de D. Pedro I, tais propostas refletiam as expectativas de grupos políticos, em sua maioria, influenciados pela atmosfera do ideário liberal. Conforme elucida Marco Morel (2003, p. 7), o cenário político na década de 1830 se destacou pelo experimento de diversas fórmulas políticas pelos mais variados grupos sociais.

res. As eleições aos cargos locais, juiz de paz e vereadores eram diretas. No período contemplado pelo artigo, a renda exigida para ser votante era de 100 mil réis, já para eleitores, 200 mil réis. Os libertos poderiam participar do primeiro turno de votação, mas estavam excluídos da qualificação de eleitores (Cf. MOTTA, 2020).

4 Apesar da limitação dos poderes policiais e judiciários dos juizes de paz, imposta pela Reforma de 1841, o magistrado continuou atuando de forma ampla no processo eleitoral ao longo do Império do Brasil (Cf. SOUZA, 2013; NASCIMENTO, 2015).

1 O juizado de paz é tema dos artigos 161 e 162 da Constituição de 1824.

2 Sobre a atuação de juizes de paz em conciliações conferir: CAMPOS & SOUZA, 2016; CAMPOS & FRANCO, 2017; NASCIMENTO, 2015.

3 O processo eleitoral até 1881 era dividido em dois graus. No primeiro, os votantes elegiam os eleitores. Estes, por sua vez, finalizavam o processo decisório ao eleger os deputados provinciais/gerais e senado-

O instituto do juizado de paz insere-se, portanto, nesse contexto de experimentações políticas relacionadas ao pensamento liberal da época. Tratava-se de novo ator político, leigo e eleito localmente. Diante desse panorama, o objetivo deste artigo é discutir a experiência do juizado de paz na província do Espírito Santo entre os anos de 1827 e 1841. Pela leitura de fontes manuscritas, grande parte alocada em acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, buscou-se identificar quem foram os homens eleitos pelos cidadãos capixabas para atuarem como juizes de paz. Para tanto, utilizou-se o método prosopográfico no intuito de revelar a existência (ou não) de características comuns desse grupo de atores da justiça local.<sup>5</sup> Levando em consideração as limitações das fontes, a discussão concentrou-se na trajetória política e judiciária dos atores e, quando possível, em sua formação educacional. Ao avaliar tais elementos, buscou-se lançar luz sobre o significado de ocupar a função de juiz de paz em diferentes freguesias capixabas nos primórdios do Brasil Império.

### Magistrados da Paz em Vitória

A Mesa Eleitoral desta Paróquia tem honra de trazer à Câmara desta cidade que na apuração dos votos a que ponho, para Juiz de Paz desta dita paróquia na forma da lei obteve a maioria dos votos para Juiz de Paz Luiz da Silva Alves d'Azambuja Suzano, e para suplente Manoel de Moraes Coutinho.

Victória 1º de Fevereiro de 1829 (AMV. Ofícios enviados e recebidos pela Câmara de Vereadores de Vitória. 1829. Cx.2)

O primeiro registro das eleições de juizes de paz de Vitória revela os eleitos ao cargo principal e suplente. Membros da elite política provincial,<sup>6</sup> Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano e Manoel de Mo-

raes Coutinho evidenciam a mobilização de homens de destaque da política capixaba pela nova função.

Suzano elegeu-se para Junta do Governo Provisório, em 1821, e desempenhou papel importante nos momentos que marcaram o processo de independência do Brasil.<sup>7</sup> Em 1822, na posição de secretário dessa Junta, recomendou à Câmara Municipal de Vitória a realização de festejos em razão da decisão do príncipe de permanecer no Brasil (CAMPOS & VELLASCO, 2011, p. 390-391). No ano seguinte, após a aclamação de D. Pedro I na Corte, Suzano propôs aos camarários que a aclamação também fosse realizada na capital da província capixaba (GOULARTE, 2008, p. 64). À exceção de São Mateus, as Câmaras Municipais de diversas localidades da província manifestaram, por meio de ofícios, o apoio à causa do Brasil. Azambuja Suzano e Manoel de Moraes Coutinho assinaram o termo enviado pela Câmara da capital.

A trajetória política e o perfil do primeiro juiz de paz de Vitória merecem atenção. Nascido no Rio de Janeiro, no ano de 1791, Azambuja Suzano estudou no Seminário de São Joaquim. Após finalizar os estudos mudou-se para Vitória, capital do Espírito Santo, em 1811, quando passou a atuar no ensino das primeiras letras, ocupando a cadeira de gramática e língua latina em Vitória (SILVA, 1858, p. 325). Dez anos depois, em 1821, assumiu a Junta do Governo Provisório Provincial, posto que ocupou até 1825. Na mesma época também fora admitido na Contadoria da Junta da Fazenda da Província.

Em 1821, quando deputados eleitos no Brasil se preparavam para ir às Cortes de Lisboa participar da confecção de Constituição para o então Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, Azambuja Suzano remeteu uma Memória ao deputado representante da província do Espírito Santo, João Fortunato Ramos dos Santos.<sup>8</sup> No documento, Suzano registrou indicações de melhorias para a província no que tange,

principalmente, à agricultura. Ele observou a importância de efetuar medições das terras férteis, concentrar a mão de obra escrava no campo, limitando o número de cativos nas vilas, sugeriu também a criação da função de Inspetor instrutor de Agricultura para auxiliar tecnicamente os lavradores da região. Curioso observar que apesar da ausência de tipografias em terras capixabas naquela época,<sup>9</sup> Suzano solicitou a impressão do documento em Salvador, Bahia, na tipografia da Viúva Serva e Carvalho.

Conjuntamente à primeira eleição de juiz de paz, ocorrida em 1829, Luiz Azambuja Suzano também se elegeu vereador. Devido a incompatibilidade de acumulação entre os cargos,<sup>10</sup> optou por atuar na magistratura popular.<sup>11</sup> A passagem pelo juizado de paz, contudo, foi breve. Em menos de um ano, Suzano viu-se impelido na escolha entre funções da justiça e optou pelo juizado de órfãos.<sup>12</sup> Após as experiências nas magistraturas, continuou trilhando carreira política, destacando-se ainda mais no panorama provincial. Azambuja Suzano foi o deputado mais votado para a primeira legislatura da Assembleia Província do Espírito Santo, em 1835, reelegendo-se para o exercício de outros sete mandatos na casa legislativa (DAEMON, 1879).

Seu empenho não se restringiu à esfera política, no campo intelectual Suzano se destacou pela publicação de obras literárias e jurídicas. Na temática do direito, adveio de suas penas o Código das Leis e Regulamentos Orphanológicos (1847), Repertório das Leis, Regulamentos e Ordens da Fazenda (1854), Digesto Brasileiro ou Extrato e Comentário das Ordenações e Leis Posteriores até o presente (1856) e o

Guia do Processo Policial e Criminal (1859).<sup>13</sup> Na terceira edição do Digesto, publicada pela Laemmert em 1866, os editores comemoraram a recepção da obra pelo público, observando a vendagem rápida, inclusive com remessas ao exterior (SUZANO, 1866). Cumpre observar que Suzano não era bacharel em Direito, mas passou a exercer a função de advogado mediante provisão imperial (BLAKE, 1970, p. 465).

No âmbito literário também escreveu alguns romances, como O Capitão Sylvestre e Frei Velloso (1847), A Baixa de Mathias (1859), Um roubo na Pavuna (1843), conforme indica Innocêncio Silva em seu Dicionário Bibliográfico (1884, p. 325). De cunho pedagógico, são de sua autoria manuais de instrução utilizados no ensino das primeiras letras, como: Compendio da Orthographia, extrahido de vários autores, para facilitar à mocidade o estudo desta parte da grammática (1826), Syllabario para ensinar a ler a língua portuguesa (1848), Compendio da Grammatica portuguesa para uso das escholas primarias (1848), Princípios de Arithmetica mercantil para ensinar nas escolas primárias (1860).

Em 1873, Basílio Carvalho Daemon registrou em suas memórias o falecimento de Azambuja Suzano. As linhas dedicadas à lembrança do finado ilustram a vida intelectual e dedicada à política do primeiro juiz de paz de Vitória.

Fina-se no dia 16 de Agosto deste ano o ilustrado cidadão Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, que ocupou nesta província diversos cargos civis e administrativos, como fosse membro e Secretário da Junta Provisória, Professor de Latim, Inspetor da Tesouraria, Deputado Provincial, Advogado e muitos outros cargos. Publicou algumas obras sobre jurisprudência, linguística e literatura, deixando traduzidos diversos textos do latim, francês, espanhol e italiano, uns publicados e outros que ainda não tiveram

5 Sobre o método da prosopografia e seu emprego em análises históricas, conferir: STONE, 2011.

6 Neste artigo considerou-se como membros da Elite Política indivíduos que ocuparam cargos de direção na administração e governo.

7 O decreto de 29 de setembro de 1821 extinguiu o cargo de Governador de Capitania e organizou o Governo Provisório Provincial.

8 Trata-se de documento impresso com o título Memória sobre o restabelecimento da Província do Espírito Sancto.

9 Sobre a imprensa no Espírito Santo, cf. SIQUEIRA, 2011; BASTOS, 2016.

10 O Imperador D. Pedro I determinou em 24 de março de 1829 a incompatibilidade do exercício simultâneo dos cargos de Vereador e Juiz de Paz (BRASIL, Câmara dos Deputados. Coleção de Leis do Império do Brasil).

11 AMV. Ofícios recebidos pela Câmara de Vereadores de Vitória.. Doc.13. Cx.2. 1829

12 AMV. Ofícios recebidos pela Câmara de Vereadores de Vitória.. Doc.61. Cx.2. 1829

13 O levantamento foi realizado na base dados Opinio Doctorum. CAMPOS, Adriana Pereira; SLEMIAN, Andrea; GARRIGA, Carlos; MOTTA, Kátia Sausen da. Livros de Direito do Brasil do Oitocentos. Base de Dados Opinio Doctorum [online], UFES, Brasil. Disponível em: <http://opinio-doctorum.ufes.br/>.

QUATRIÊNIO	JUIZ DE PAZ	OCUPAÇÃO	CARGO ANTERIOR AO EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA	CARGO POSTERIOR AO EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA
1829-1832	LUIZ DA SILVA ALVES DE AZAMBUJA SUZANO	-	MEMBRO DA JUNTA DO GOVERNO PROVISÓRIO (1822-1825)	JUIZ DE ÓRFÃOS (1829); DEPUTADO PROVINCIAL EM OITO LEGISLATURAS (1835 - 1853) PROMOTOR PÚBLICO (1870)
1829-1832 1841-1844	MANOEL DE MORAES COUTINHO	-	MEMBRO DO CONSELHO DE GOVERNO – PROMOTOR PÚBLICO (1830);	DEPUTADO PROVINCIAL EM UMA LEGISLATURA (1835-1837)
1833-1836 1837-1840	CAPITÃO JOÃO ANTÔNIO DE MORAES	-	MEMBRO DO CONSELHO DE GOVERNO (1831)	-
1833-1836	JOÃO MALAQUIAS DOS SANTOS AZEVEDO	-	-	DEPUTADO PROVINCIAL EM QUATRO LEGISLATURAS (1838 - 1849); ADMINISTRADOR DO CORREIO (1858)
1837-1840 1841-1844	JOSÉ DA SILVA VIEIRA RIOS	-	-	DEPUTADO PROVINCIAL EM SETE LEGISLATURAS (1838-1851); VEREADOR (1841)
1837-1840	DR. CAPITÃO JOSÉ MONTEIRO RODRIGUES VELHO	NEGOCIANTE	-	DEPUTADO PROVINCIAL EM UMA LEGISLATURA (1842-1843)
1841-1844	JOSÉ RIBEIRO COELHO	-	-	DEPUTADO PROVINCIAL EM DUAS LEGISLATURAS (1848-1853); DELEGADO (1843); VEREADOR (1848, 1854)
1841-1844	JOÃO TEIXEIRA MAYA	-	-	DEPUTADO PROVINCIAL EM TRÊS LEGISLATURAS (1844-1851)

Quadro 1. Cargos ocupados pelos juizes de paz da Freguesia de Vitória (1829-1842)

Fonte: AMV. Ofícios recebidos e enviados da Câmara Municipal de Vitória/ES, 1827-1842. APEES. Série Accioli. Livro 41. AN. Série Interior, Correspondência das Câmaras Municipais, 1822-1870. DAEMON, 1879.

publicidade até hoje, mas que são conservados por sua família (DAEMON, 1879).

A trajetória política de Suzano após a experiência no juizado de paz forneceu o tom àqueles que viriam a exercer a função em Vitória. Os três primeiros juizes da localidade (1829-1833) desempenharam papel na administração provincial nos anos precedentes ao cargo. Antes, contudo, de avaliar a informação é importante fazer algumas observações acerca da natureza da documentação. Os ofícios enviados pela Câmara Municipal de Vitória às outras autoridades municipais nem sempre contavam com a relação dos vereadores, dificultando a identificação de todos os indivíduos que ali atuaram. Em relação às correspondências camarárias direcionadas à Corte foram contabilizados 18 registros.<sup>14</sup> Nos ofícios encontram-se registrados os membros da vereança de alguns anos,<sup>15</sup> o que favoreceu a inserção das informações. A disponibilidade da relação de vereadores entre 1821 e 1826 permite perceber que nenhum deles ocupou o posto de juiz de paz até 1841. Dos oito magistrados de paz de Vitória, apenas dois viriam a exercer a vereança nos anos seguintes, como se vê no quadro ao lado<sup>16</sup>.

O segundo ponto que salta à vista é a trajetória de ascensão política desses homens. Como se observa, todos, à exceção do Capitão João Antônio

Moraes, tomaram assento na Assembleia Legislativa da província. Além de Azambuja Suzano, José da Silveira Rios também se destacou como deputado, elegendo-se seis vezes ao cargo. O intervalo entre o fim da magistratura e o início na casa legislativa variou entre um e sete anos. Diante desse cenário, observa-se que o juizado de paz em Vitória se constituiu caminho de projeção política. Homens eleitos como magistrados ou já apresentavam carreira política em nível provincial ou viriam a construí-la.

Em São João Del Rei, província de Minas Gerais, os nomeados ao cargo em 1829 também seguiram caminho ascendente. Consoante informação de Adriana Campos e Ivan Vellasco (2011, p. 396), os juizes Caetano e Martiniano Severo de Barros, titular e suplente, lançaram-se posteriormente à vida política na Corte. Nas décadas próximas ao fim do Império assiste-se a mudança na trajetória política dos juizes de paz em Vitória. De acordo com Alexandre Bazílio de Souza (2013, p.115), entre 1871 e 1889, o ofício do juizado foi ocupado por ex-membros da Assembleia Provincial e também por homens sem experiência em cargos públicos. Para os primeiros, o exercício da magistratura da paz marcou o ponto final da carreira política, enquanto para os segundos configurou-se única experiência.

### Os juizes de paz das freguesias rurais

O cenário geral da freguesia central de Vitória diferenciou-se das freguesias rurais. Na página seguinte é possível acompanhar os eleitos ao cargo em Carapina e as funções desempenhados pelos eleitos. A existência de listas de Qualificação de Votantes para esta localidade permitiu também verificar a idade e ocupação dos personagens.

Dos dez indivíduos elencados, há informações acerca da trajetória política de apenas três. O primeiro e último juiz de paz do período em tela seguiu tendência similar aos magistrados de Vitória. Francisco Coelho de Aguiar fora eleito ao cargo após atuar no

<sup>14</sup> AN. Correspondência das Câmaras Municipais, 1822-1870. Série Interior; AN. Ofícios das Câmaras Municipais ao Ministério do Império, 1822-1823. Série Interior.

<sup>15</sup> Anos 1821-1823; 1825-1826; 1841-1843; 1845-1848; 1854; 1859.

<sup>16</sup> As eleições para juiz de paz ocorreram em Vitória em 1829 (Quatriênio 1829-1832), 1833 (Quatriênio 1833-1836), 1836 (Quatriênio 1837-1840), 1840 (Quatriênio 1841-1844). Em 1832, Carapina e Cariacica também passaram a eleger seus juizes de paz. No primeiro pleito foram eleitos um juiz de paz e um suplente. Contudo, os pleitos ocorridos em 1833 foram responsáveis por eleger quatro juizes de paz. Cada um desempenharia a função por um ano e nos outros três atuaria como suplente. Pela leitura dos ofícios é difícil estabelecer quando o eleito ao cargo desempenhava funções como titular ou suplente, visto que por diversas vezes o juiz de paz assinou como suplente e titular em um único ano. Dessa forma, por questão metodológica, a investigação norteou-se a partir do quatriênio estabelecido pela função, elemento que também facilitou perceber o número de vezes que a mesma pessoa fora reeleita para a função.

QUATRIÊNIO	JUIZ DE PAZ	IDADE	OCUPAÇÃO	CARGO ANTERIOR AO EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA	CARGO POSTERIOR EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA
1832 1833-1836	FRANCISCO COELHO DE AGUIAR	-	-	JUIZ DE ÓRFÃOS (1828); MEMBRO DO CONSELHO DE GOVERNO (1830)	-
1832 1837-1840	JOSÉ RODRIGUES ATALAIA	-	-	-	MEMBRO DA COMISSÃO SANITÁRIA (1856) SUBDELEGADO SUPLENTE (1853)
1833-1836	FRANCISCO DA SILVA VASCONCELOS	-	DONO DE ENGENHO DE CACHAÇA	-	-
1833-1836	CYRILLO PINTO HOMEM DE AZEVEDO	28	DONO DE ENGENHO DE CACHAÇA	-	JUIZ DE PAZ (1850/1855/1857-1864) SUBDELEGADO (1853)
1833-1836	JOAQUIM DUARTE CARNEIRO	58	DONO DE ENGENHO DE CACHAÇA	-	-
1837-1840	CAPITÃO JUSTINIANO MARTINS MEYRELLES	34	LAVOURA	-	-
1837-1840	FRANCISCO JOSE PINTO	61	LAVRADOR	-	-
1841-1844	JOÃO PINTO DE SANTA ANNA	45	LAVOURA	-	-
1841-1844	MANOEL PINTO RANGEL E SILVA	41	FAZENDEIRO E NEGOCIANTE	JUIZ MUNICIPAL (1833); DEPUTADO PROVINCIAL EM TRÊS LEGISLATURAS (1835-1841)	DEPUTADO PROVINCIAL EM DUAS LEGISLATURAS (1842-1845)
1841-1844	JOAQUIM VIEIRA MACHADO	-	-	-	-

Quadro 2. Cargos ocupados pelos juízes de paz da freguesia de Carapina (1832-1842)

Fonte: AMV. Ofícios recebidos e enviados da Câmara Municipal de Vitória/ES, 1827-1842; Atas de formação da Mesa Eleitoral de Qualificação de Carapina, 1849-1864. DAEMON, 1879.

Conselho de Governo. Elemento que reitera o interesse de homens de destaque da política provincial em ocupar o espaço de poder. Após a magistratura, contudo, não há mais relatos ou indícios da sua participação na esfera política. Outro juiz de paz de destaque no cenário provincial foi Manoel Pinto Rangel Silva. Membro da Assembleia Provincial em quatro legislaturas, elegeu-se magistrado popular no intervalo dos mandatos de deputado. Os dois personagens também compartilhavam experiência prévia na administração da justiça. Antes de serem eleitos para o juizado de paz, Coelho de Aguiar foi juiz de órfãos, em 1829, enquanto Rangel Silva foi juiz municipal no ano de 1833. Cumpre ressaltar que a formação superior em Direito também não se configurava exigência obrigatória para o desempenho de tais funções.

Para os demais indivíduos arrolados, a magistratura de paz pareceu constituir a primeira ou única experiência em cargos públicos. Cyrillo Pinto Homem de Azevedo se torna exemplar da questão. Eleito com 28 anos, provavelmente o juizado de paz marcou o início de sua carreira. Interessante é perceber sua permanência na função durante os anos de 1850 e 1860. Apesar do corpo documental não apresentar outras informações dos caminhos políticos destes indivíduos, alguns sobrenomes como *Pinto Homem de Azevedo*, *Duarte Carneiro* e *Martins Meyrelles* sinalizam o seu vínculo às famílias importantes da região e que ocupavam postos de poder desde a época colonial.<sup>17</sup>

Do quadro também se pode depreender indícios da vida econômica desses homens. Dos dez magistrados, seis possuíam lavoura ou engenho, meio de produção de riqueza recorrente entre os indivíduos mais abastados do lugar. E apenas um recebeu a denominação de lavrador, revelando posses um pouco mais modestas.

17 Capitão Inácio Martins Meyreles (Segundo Regimento de Milícias, 1813); Capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo (Segundo Regimento de Milícias, 1813; Vice Presidente da Província e Deputado Provincial em várias legislaturas); Alferes Joaquim Duarte Carneiro (Segundo Regimento de Milícias, 1813); Capitão Inácio Pereira Duarte Carneiro (Corpo de Pedestres, 1814) (DAEMON, 1879). Alguns sobrenomes também podem ser conferidos em CONDE, 2011.

Carapina era uma freguesia com poucos habitantes, em 1856 a população totalizava 1.330 residentes (MOTTA, 2013). De acordo com listas de qualificação da década de 1840 e 1850, 93% dos votantes viviam dos frutos da terra, enquanto a ocupação dos demais se relacionava ao pequeno comércio e profissões manuais. Nessa área ruralizada, os juízes de paz não se diferenciavam do perfil ocupacional dos votantes, contudo, eram eleitos os homens cuja riqueza figurava-se mais expressiva e que, por consequência, contemplava os requisitos necessários para o cargo. Justiniano Martins Meyrelles ilustra bem o assunto. Meyrelles destacava-se na freguesia pelas suas propriedades e extensa escravaria. Estudos sobre a escravidão no Espírito Santo o apontam como importante proprietário de cativos da região central da província (LAGO, 2013). Notabilizou-se por ter urdido ampla rede de padrinhos para seus cativos. De acordo com o levantamento dos batizados de Vitória, essa rede projetava-se além da propriedade de Justiniano, abarcando terras de pelo menos trinta outros senhores. Era homem de posses e largas alianças de sociabilidade, as quais englobavam não só a cidadania, mas o próprio universo dos escravos. Seu prestígio também pode ser avaliado por ocasião da visita de Dom Pedro II ao Espírito Santo. Em 1859, Justiniano fora selecionado pelo presidente da província para participar da reunião dos “cidadãos mais notáveis desta capital” e, assim, organizar a recepção do monarca (HEMEROTECA DIGITAL, *Correio da Victoria*, n.81, 1859).

Sobre os juízes de paz de Cariacica, há poucas informações. O perfil, no entanto, se mostra próximo ao visualizado em Carapina. Dentre os sete indivíduos arrolados, apenas um se destacou no panorama político da província. Francisco Ladislau Pereira atuou em três legislaturas na Assembleia Provincial. Assim como em Carapina, o cargo possivelmente marcou a primeira experiência de homens no cenário político local. A falta de informações, contudo, dificulta fazer outras ilações.

QUATRIÊNIO	JUIZ DE PAZ	CARGO ANTERIOR AO EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA	CARGO POSTERIOR AO EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA
1833-1836	JOÃO PINTO RIBEIRO PEREIRA	-	-
1833-1836	JOAQUIM PEREIRA DAS NEVES	-	-
1833-1836 1837-1840	JOAQUIM PEREIRA PINTO	-	-
1837-1840	FRANCISCO DE SIQUEIRA DUTRA	-	-
1837-1840	FRANCISCO DE MONTEIRO DE MORAES	-	-
1841-1844	FRANCISCO LADISLAU PEREIRA	-	DEPUTADO PROVINCIAL EM TRÊS LEGISLATURAS (1852-1859)
1841-1844	JOAQUIM PEREIRA TRANCOSO	-	-

Quadro 3. Cargos ocupados pelos juízes de paz da freguesia de Cariacica (1833-1842). Fonte: AMV. Ofícios recebidos e enviados da Câmara Municipal de Vitória/ES, 1827-1842.

## Reeleições

Ao focalizar a investigação no período do mandato dos juízes de paz e relacioná-los à realização dos pleitos nas freguesias, é possível constatar que a maioria dos eleitos exerceu o cargo apenas uma única vez. Contudo, também se observa a recorrência de alguns cidadãos no exercício da função. Das quatro eleições ocorridas entre 1828 e 1842, o que totalizaria, em tese, a escolha de 14 magistrados para as vagas de titular e suplente, três voltaram a ocupar o cargo em Vitória, isto é, 21,4% dos juízes eleitos no período.

Nas freguesias rurais a estimativa de reeleições foi menor. Em Carapina, duas pessoas elegeram-se novamente, ou seja, 14,3% dos magistrados retornaram à função. Já em Cariacica apenas uma, isto é 7,1% do universo de juízes de paz. Com a repetição de alguns cidadãos no cargo, observa-se que a magistratura da paz representava posto com certos atrativos.

A ocupação da suplência do juizado não despertava o mesmo interesse. Dentre as fontes analisadas encontraram-se quinze solicitações de escusas da função nas freguesias em tela. Os pedidos de dispensa baseavam-se na alegação de impedimento le-

gal, seja por motivos de saúde e idade avançada (dez solicitações) ou pela ocupação de outro cargo público (cinco solicitações).<sup>18</sup> Explicação possível para falta de atração da suplência pode residir no fato do ofício não ser remunerado e exigir disponibilidade de tempo caso o responsável pela vaga titular se ausente. A documentação corrobora a assertiva na medida em que aponta certa predileção à ocupação principal. O caso narrado nas linhas abaixo ajuda na explicação.

No final de 1832, João Antônio de Moraes enviou ofício à Câmara de Vereadores solicitando escusa da suplência do juizado de paz de Vitória.<sup>19</sup> Como argumento, alegou estar doente e com idade avançada que o impossibilitariam de assumir a função.

18 Art. 4º - Ao eleito não aproveitará escusa alguma, salvo doença grave prolongada, ou emprego civil e militar que seja impossível exercer conjuntamente, devendo provar perante a Câmara a legitimidade destes impedimentos, para ela então chamar o imediato em votos, a fim de servir de suplente; e no caso contrário poderá ser constrangido, impondo-lhe as mesmas penas cominadas aos Vereadores. Aquele, porém, que tiver servido duas vezes sucessivamente, poderá escusar-se por outro tanto tempo (Lei de 15 de Outubro de 1827).

19 A escusa do cargo foi registrada no ofício datado de 3 de agosto de 1832. A tentativa em ocupar o cargo está relatada nos ofícios de 27 de maio e 29 de agosto de 1833 (AMV. Ofícios recebidos e enviados da Câmara Municipal de Vitória/ES. Cx. 4 e 5).

Curiosamente, outros registros datados do início do ano seguinte evidenciam seu empenho em ocupar a vaga principal. Na eleição realizada em maio de 1833, Moraes destacou-se como o candidato mais votado para a magistratura da paz. A posição favorável no sufrágio, contudo, não lhe garantiu a posse imediata do cargo. Em ofício, a Câmara de Vereadores comunicou sua exclusão da votação por morar em Cariacica, razão pela qual não poderia participar da disputa eleitoral de outra freguesia. Após alguns dias, Moraes respondeu a correspondência informando que sua residência era em Vitória e não em outro distrito, embora lá mantivesse estabelecimento rural. Em seus escritos, revelou indignação pela exclusão e teceu severas críticas ao colegiado camarário. Em suas palavras:

[...] na Câmara não existe autoridade para tão estranho procedimento, nem tão pouco para chamar Suplente, a Lei não tem criado procedimento que se evitaria se a Câmara não desse maior expansão e elasticidade a Legislação a respeito de semelhantes eleições, e (ilegível) princípios, defenderei meus direitos, exercendo quando me competir o cargo de Juiz de Paz do Distrito desta Cidade para que me elegeram os meus concidadãos (AMV. Ofícios recebidos e enviados pela Câmara Municipal de Vitória. Cx. 5. 1833).

O impasse não fora resolvido imediatamente. Em agosto daquele ano, a Câmara relatou a dúvida à Secretaria da Justiça, na Corte, e solicitou as orientações necessárias para solucionar a questão. A resposta do ministro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho não tardou a chegar ao Espírito Santo e esclareceu que competia unicamente à Mesa Paroquial elucidar se o referido cidadão era ou não domiciliado na localidade para a qual fora eleito. Ademais, a autoridade imperial reprovou as atitudes do órgão municipal, “que nenhuma autoridade tem para alterar as eleições populares”, e ordenou a nomeação de João Antônio de Moraes ao cargo. A ordem foi res-

peitada e os registros revelaram Moraes no exercício da magistratura logo após a decisão.

É possível conjecturar, com base nas disputas relatadas em eleições das províncias do Espírito Santo, que os suplentes pudessem ocupar posição dissidente em relação ao titular. O declínio do cargo afigurava-se, possivelmente, numa ação política de resistência ou de oposição. O caso de João Antônio de Moraes exemplifica a questão. Se no ano de 1832 ele fez questão de se desvincular do cargo de suplente de juiz de paz, no ano seguinte lutou bravamente para ocupar o de titular, agora que se encontrava vago. Não se pode, com efeito, observar os ofícios de pedido de afastamento literalmente, mas como possíveis jogo de interesses e demarcação de posições políticas.

## Considerações finais

Eleito diretamente pelos votantes da freguesia, o cargo da magistratura de paz na província do Espírito Santo afigurava-se objeto de ambição de parcela importante da elite política local nos primeiros anos do Império. Muitos homens de projeção na política provincial iniciaram suas carreiras nas disputas para o novo juizado local. Os Eleitores e Juízes de Paz se constituíam nos nomes mais conhecidos das comunidades nesse período marcante em que os homens comuns ganhavam acesso às urnas.

Obviamente que ser juiz de paz na freguesia central de Vitória, capital do Espírito Santo e sede do governo provincial, apresentava diferenças se comparada à posição ocupada em freguesias consideradas mais ruralizadas. Em Vitória, o peso da instituição pareceu contribuir no alargamento da influência política. Certamente a diversificação das funções forneceu certa relevância ao cargo, principalmente por estabelecer proximidade e vínculos de sociabilidades da autoridade com os moradores locais. Azambuja Suzano, por exemplo, pródigo em galgar postos de prestígio por meio da política, tornou-se o

primeiro magistrado eleito de Vitória. Depois disso, permaneceu na esfera jurídica e política, perfil semelhante aos demais atores que atuaram como juizes de paz na localidade nos anos iniciais da instituição. Já nas freguesias consideradas fortemente ruralizadas, pelo menos na região central do Espírito Santo, a tendência fora o cargo legitimar a importância de “cidadãos notáveis” e de famílias tradicionais que, não necessariamente, buscavam novas posições administrativas e políticas.

No Espírito Santo, distante das primeiras Faculdades de Direito do Império, localizadas em São Paulo e Pernambuco, e que começavam a se estruturar naquela época, não se pode deixar de apreciar a natureza pedagógica do cargo de juiz de paz. A passagem pela função certamente constituiu oportunidade de aprendizado da nova ordem jurídica. A diversidade das esferas de atuação, o contato com a legislação e o exercício diário das atividades judiciais contribuíam para a instrução dos cidadãos leigos na lei e formação de agentes para a esfera da Justiça.

## Referências

### Fontes

- ARQUIVO MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Ofícios recebidos e enviados pela Câmara Municipal de Vitória, 1829-1842*. Cx.1-15.
- ARQUIVO NACIONAL. *Correspondência das Câmaras Municipais, 1822-1870*. Série Interior;
- ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios das Câmaras Municipais ao Ministério do Império, 1822-1823*. Série Interior.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Série Accioli*. Livro 41.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. 1ª edição de 1883. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. *Coleção de Leis do Império do Brasil*.
- CAMPOS, Adriana Pereira; SLEMIAN, Andrea; GARRIGA, Carlos; MOTTA, Kátia Sausen da. *Livros de Direito do Brasil do Oitocentos*. Base de Dados Opinião Doctorum [online], UFES, Brasil. Disponível em: <<http://opiniodoctorum.ufes.br/>>.
- CONSTITUIÇÃO Política do Império, 1824. Disponível em: <[http://www2.camara.gov.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/antiores.html](http://www2.camara.gov.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/antiores.html)>. Acesso em dezembro de 2019.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL, *Correio da Victoria*, n. 81, 1859.

SILVA, Innocencio Francisco. *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo Quinto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

SUZANO, Luiz da Silva Alves de Azambuja. *Digesto Brasileiro ou Extrato e Comentário das Ordenações e Leis Posteriores até o presente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1866.

### Obras de apoio

BASILE, Marcelo Otávio N. de C. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

BASTOS, Fabíola Martins. *A Política na antessala do Parlamento: Imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, nos anos de 1840 a 1889*. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, UFES, Vitória, 2016.

CAMPOS, Adriana Pereira; FRANCO, João Vitor Sias. A conciliação no Brasil e a sua importância como tratamento adequado de conflitos. *Revista de Direito Brasileira*, São Paulo, v. 18, n. 7, p.263-281, 2017.

CAMPOS, Adriana Pereira; SLEMIAN, Andrea; MOTTA, Kátia Sausen da. *Juizes de Paz: um projeto de justiça cidadã nos primórdios do Brasil Império*. Curitiba: Juruá, 2017.

CAMPOS, Adriana Pereira; SOUZA, Alexandre de Oliveira Bazilio de. A Conciliação e os Meios Alternativos de Solução de Conflitos no Império Brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 271-298, Mar. 2016.

CAMPOS, Adriana Pereira; VELLASCO, Ivan. Juizes de Paz, mobilização e interiorização da política. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana (Orgs.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CONDE, Bruno Santos. *Depois dos jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, UFES, Vitória, 2011.

FLORY, Thomaz. *El juez de paz y El jurado em El Brasil imperial (1808-1871)*. México: Fondo de Cultura Economía, 1986.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da Terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo do Oitocentos*. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, UFES, Vitória, 2008.

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, UFES, Vitória, 2013.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOTTA, Kátia Sausen da. *Ao alcance das urnas: a amplitude do voto nas paróquias da Província do Espírito Santo (1824-1864)*. In: CAMPOS, Adriana Pereira; VIANNA, Karulliny Silverol Siqueira; MOTTA, Kátia Sausen; LAGO, Rafaela Domingos. (Org.). *Memórias, traumas e rupturas*. 1 ed. Vitória: LHPL/UFES, 2013, v. 1, p. 1-23.

MOTTA, Kátia Sausen da. *Eleições no Brasil do Oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. *A política eleitoral e judiciária na construção do Estado Imperial. Minas Gerais. (Mariana, 1828-1848)*. 2015. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da Província do Espírito Santo, 1860-1880*. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Alexandre de Oliveira Bazilio de. *Das urnas para as urnas: juizes de paz e eleições no Espírito Santo (1871-1889)*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

STONE, Lawrence. *Prosopografia*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

Recebido em: 08/01/2020

Aprovado em: 22/01/2020





ARTIGO

**SABERES TRADICIONAIS  
E ACESSO À EDUCAÇÃO  
ESCOLAR NO QUILOMBO  
ANÁLISE DAS  
TRAJETÓRIAS E  
PROCESSOS DE  
IDENTIFICAÇÃO DE DUAS  
LIDERANÇAS**

*Oswaldo Martins De Oliveira*

*Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005) e professor associado da área de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador associado à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB)/UFES e coordenador do projeto Africanidades Transatlânticas.*

## Resumo

O artigo é uma análise das trajetórias e dos processos de identificação étnica de duas lideranças da comunidade quilombola de Retiro, Santa Leopoldina (ES). Essas lideranças demarcam suas identidades a partir da cultura tradicional local e, mais recentemente, em um dos casos, também pelo acesso aos saberes da educação escolar. Além de analisar os temas dos direitos constitucionais à terra-território, identidade e cultura proporcionadas pelo acesso à leitura e escrita, a análise sobre os saberes tradicionais e o acesso à educação escolar colocará em debate se as tradições culturais transmitidas pelos mestres estão sendo levadas em consideração pelas lideranças jovens. Neste sentido, o artigo tem por objetivo contribuir para os estudos das trajetórias de lideranças e mestres de saberes tradicionais no contexto dos direitos ao território e ao patrimônio cultural das comunidades dos quilombos.

**Palavras-chave:** Quilombo, saberes tradicionais, educação escolar, trajetórias de lideranças.

## Abstract

The article is an analysis of the trajectories and processes of ethnic identification of two leaders of the Retiro quilombola community, Santa Leopoldina (ES). These leaders demarcate their identities from the local traditional culture and, more recently, in one case, also by access to the knowledge of school education. In addition to analyzing the themes of constitutional rights to land-territory, identity and culture afforded by access to reading and writing, the analysis of traditional knowledge and access to school education will debate whether the cultural traditions conveyed by teachers are being brought into play. Consideration for young leaders. In this sense, the article aims to contribute to the study of the trajectories of leaders and masters of traditional knowledge in the context of the rights to the territory and the cultural heritage of quilombos communities.

**Keywords:** Quilombo, traditional knowledge, school education, leadership trajectories.

## Introdução

O presente artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa “Africanidades Transatlânticas: cultura, história e memórias afro-brasileiras a partir do Espírito Santo”<sup>1</sup>, que tem desenvolvido trabalho de campo etnográfico junto às comunidades quilombolas no mesmo estado e pesquisa historiográfica em arquivos nos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

O artigo visa responder parte de pelo menos dois dos objetivos específicos da pesquisa etnográfica do referido projeto que consiste em: a) realizar

estudos de casos em comunidades quilombolas no Espírito Santo para identificar as trajetórias de acesso à saúde, à educação e ao trabalho; b) estudar as trajetórias e narrativas de vida de lideranças e mestres de saberes tradicionais, prioritariamente de comunidades quilombolas, descrevendo suas formas de fazer e transmitir o patrimônio cultural.

Os referenciais teóricos e metodológicos utilizados estão relacionados aos conceitos de memória (POLLAK, 1989), cultura, identidade e lideranças (CUCHE, 2002; BARTH, 1994; WEBER, 2000), narrativas de vida (BERTAUX, 2010) e trajetórias (BOURDIEU, 2006) que, no presente artigo, se aplicam aos mestres de saberes tradicionais e lideranças quilombolas. Essas teorias e metodologias sobre trajetórias sociais, memórias, narrativas de vida e documentos de acervos pessoais são usadas para debater temas

relacionados à identidade e projetos de lideranças e mestres de saberes nos quilombos e em agrupamentos culturais afro-brasileiros.

Na pesquisa de campo, empregamos as seguintes técnicas para a obtenção de dados: a) realização de entrevistas gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas; b) anotações em diário de campo; c) preenchimentos de roteiros e questionários sobre a situação de saúde, educação e trabalho com perguntas estimuladoras de diálogos, quando necessário, que, no caso de Retiro, foram aplicados a 10 (dez) famílias; d) registros de imagens (fotografias e vídeos). Além disso, recorreremos à revisão da literatura sobre comunidades quilombolas, agrupamentos culturais afro-brasileiros no Espírito Santo e seus eventos festivos.

No trabalho de campo, que teve início em 2018, realizei apenas uma entrevista formal e uma conversa informal com o mestre Mário; sendo que esta última ocorreu quando ele estava hospitalizado vítima de um câncer que o levou a óbito em poucos dias. A segunda entrevista estava agendada para 08 de dezembro de 2018, mas na madrugada desta data o mestre veio a falecer. Por isso, a maior parte dos dados aqui analisados foram obtidos na pesquisa para minha tese de doutorado (OLIVEIRA, 2005; 2019) e em entrevistas com as filhas do mestre após sua morte. A partir das entrevistas com Mário e Marina desenvolvo a análise preliminar sobre as relações entre os saberes tradicionais e o acesso de filhas/os de lideranças à educação escolar. Esta análise preliminar levou-me a levantar a seguinte questão: em que medida as tradições culturais herdadas e transmitidas pelo mestre Mário Raimundo influenciaram o desejo de sua filha Marina em acessar níveis mais elevados de educação escolar que outros jovens da comunidade e em que medida influenciam os desejos desta jovem liderança e professora de inserir a história e a cultura afro-brasileira e quilombola na educação escolar?

Para responder a questão acima, organizei os resultados parciais da pesquisa neste artigo em três partes: 1ª) uma breve análise sobre mestres de saberes tradicionais e lideranças jovens presente em

alguns estudos etnográficos sobre comunidades quilombolas no Espírito Santo; 2ª) apresentação de uma síntese sobre os mestres dos saberes tradicionais em Retiro que precederam ao mestre Mário Raimundo Pereira e os saberes e tradições herdadas por ele, bem como suas memórias sobre essas heranças, principalmente no que toca a Banda de Congo local; 3ª) o objetivo desta parte é descrever e analisar a trajetória de uma professora e liderança quilombola, Marina Raimundo dos Santos, filha do mestre Mário, e seu acesso à educação escolar até a inserção, permanência e conclusão do curso universitário de pedagogia, bem como sua pós-graduação na alfabetização infantil e atuação enquanto professora da educação básica. Na perspectiva desta professora, os saberes tradicionais devem ser transmitidos como um desejo de ensinar modos de vida e tradições do quilombo para a construção de uma sociedade sem racismo.

## Saberes tradicionais e lideranças jovens em quilombos no Espírito Santo

A pesquisa etnográfica desenvolvida pelo projeto Africanidades Transatlânticas verificou que existem dois tipos de lideranças em comunidades quilombolas. O primeiro tipo se refere aos mestres de saberes tradicionais, especificamente das práticas culturais de “bandas de congo”<sup>2</sup>, “baile de congos de

<sup>2</sup> Congo em Retiro, como se verifica em Oliveira (2005; 2019), é uma celebração festiva constituída de rezas de ladainha, cantigas, danças, toque de instrumentos musicais, cortejo com bandeira e imagem de São Benedito, seguido de fincada e retirada de um tronco de madeira denominado mastro. O evento celebrativo, realizado por um grupo denominado “Banda de Congo de Retiro”, ocorre todos os anos em 26 de dezembro para fincar o mastro de São Benedito e em 20 de janeiro, dia de São Sebastião, para a retirada do mastro que fica na casa de um guardião o restante do ano.

No congo realizado em Retiro não se representam e nem são coroadas “rainhas”, “príncipes” ou “reis”, mas celebra-se apenas um ritual composto dos elementos elencados acima. Por meio das interpretações dos símbolos deste ritual, as lideranças quilombolas afirmam a identidade étnica da comunidade de herdeiros e descendentes de africanos. Na pesquisa etnográfica realizada pelo projeto Africanidades Transatlân-

São Benedito<sup>3</sup> e “rodas de jongo” (também conhecido como roda de caxambu e tambor)<sup>4</sup>, que vem sendo recriadas por mais de um século nessas comunidades. O segundo tipo se refere às lideranças que tiveram acesso à cultura da escrita transmitida pela escola, entre as quais se encontram professoras/es quilombolas, que também herdaram os saberes tradicionais de seus pais e avós. Ambos os tipos de lideranças atuam na gestão das identidades, memórias e práticas culturais formadas a partir de múltiplas ordenações simbólicas e que vêm sendo coordenadas nas comunidades dos quilombos. As lideranças jovens, entre as quais estudantes e professores, têm atuado em diferentes frentes de engajamento político local e nos órgãos das administrações públicas

ticas, encontramos as figuras de “rainhas do congo” na banda de congos da comunidade quilombola de São Pedro, no município de Ibirajú.

3 Conforme escreve Oliveira (2016), o “baile de congos de São Benedito”, popularmente conhecido como “ticumbi”, é uma celebração festiva afro-brasileira específica do Estado do Espírito Santo, que acontece todos os anos, de 30 de dezembro a 20 de janeiro, no município de Conceição da Barra (ES). Ele é definido por seus integrantes como uma tradição cultural de origem africana recriado pelos escravizados e quilombolas. A preparação do baile para São Benedito (o santo padroeiro dos pretos) tem duração de dois meses de ensaio no mato ou na roça. A estrutura do baile é composta de discursos poéticos, danças e canções acompanhadas ao som de pandeiros e viola. O baile, se estiver completo, é composto por dezoito personagens, a saber: dois reis, dois secretários, doze congos tocadores de pandeiros, um violeiro e um porta-bandeira. Todos se vestem de branco e portam capacetes enfeitados com fitas e flores coloridas na cabeça. O mestre é um dos integrantes do baile, sendo ele o responsável pela gestão da festa, iniciando pela criação dos versos, composição das canções e da realização dos ensaios aos dias propriamente da festa.

4 Oliveira (2016) escreve que, a partir dos estudos sobre jongos e caxambu da Região Sudeste, é possível afirmar que jongos e caxambu são referências culturais criadas no Brasil pelas capacidades poéticas e artísticas de povos africanos de origem bantu e seus descendentes, que foram escravizados nas fazendas de café localizadas nesta região. No Espírito Santo, o nome jongo se refere às cantigas entoadas nas “rodas de jongos” ou “rodas de caxambu”. Caxambu, na região sul do Espírito Santo, é o nome atribuído ao tambor, o principal instrumento tocado nessas “rodas” e celebrações ritualísticas. Os jongueiros se definem como grupos de jongo, referindo-se ao conjunto dos elementos do ritual. As “rodas” de caxambu ou jongo são realizadas por comunidades jongueiras que se reúnem para tocar instrumentos musicais (tambor, ganzá ou reco-reco), dançar e cantar de forma poética e desafiadora às diversas situações sociais vividas por eles. Desse modo, o termo “jongo-caxambu” refere-se a esse círculo ritualístico, dinâmico e mutável nas regiões norte e sul do mesmo Estado.

municipais, estadual e federal para garantirem algumas políticas públicas que assegurem os direitos culturais que consideram fundamental para a afirmação das identidades quilombolas e afro-brasileiras.

Em algumas comunidades dos quilombos do Espírito Santo, existem experiências de ensino dos saberes e práticas da cultura tradicional às crianças nas escolas. Entre os exemplos dessas práticas pedagógicas, recorrendo às tradições culturais e aos mestres dos saberes tradicionais, temos as seguintes escolas: 1ª) duas escolas e um Centro de Educação Infantil na comunidade quilombola de Cacimbinha e Boa Esperança, no município de Presidente Kennedy, onde os mestres jongueiros velhos têm sido convidados para falarem e ensinarem o jongo para crianças; 2ª) uma escola na comunidade negra de São Mateus, no município de Anchieta, onde uma das professoras tem um projeto em que leva os mestres mais velhos a ensinarem jongo para as crianças; 3ª) uma escola na comunidade quilombola de São Cristóvão, município de São Mateus, onde dois professores trabalham com um projeto de ensino das habilidades dos jongueiros para desenvolver as potencialidades argumentativas com as crianças; 4ª) três escolas no município de Conceição da Barra, onde um mestre de ticumbi e um mestre de jongo ensinam tais práticas culturais às crianças.

Apesar da validade dessas iniciativas de transmissão da cultura tradicional nas escolas enquanto espaços burocráticos e da cultura escrita moderna destituídos de afeto, os mestres dos saberes tradicionais defendem que, antes de chegar à escola, o maior processo de transmissão desses saberes ocorre, essencialmente, em duas outras instâncias: em primeiro lugar, ocorre nas pequenas unidades sociais das famílias, principalmente quando os pais e mães integram e transmitem as práticas das culturas tradicionais, e ensinam às crianças desde cedo as habilidades criativas relacionadas à arte de cantar, tocar os instrumentos e expressar suas cosmologias nos movimentos dos corpos; em segundo lugar ocorre nos eventos celebrativos de tais tradições culturais

nas comunidades locais, onde reúnem os praticantes e suas famílias; e, por fim, em terceiro lugar é que tais práticas culturais chegam à escola. No entanto, entende que a escola pode e deve reforçar os saberes transmitidos pelas famílias e a comunidade.

Aparentemente, as categorias mestres de saberes tradicionais e lideranças jovens se aproximam do que Weber (2000) denominou tipos puros da dominação legítima, estando o primeiro tipo próximo à dominação tradicional e o segundo se aproximaria à dominação legal, burocrática e/ou moderna, visto que as lideranças jovens se qualificaram como tais pelo acesso à cultura moderna da escolarização.

O primeiro tipo, na teoria Weberiana, se caracteriza pela dominação do patriarcado, legitimado pelas tradições, patrimonialismo, costumes e pela autoridade dos homens mais velhos. No entanto, para os casos em análise, existem elementos que são anteriores a tal teoria e que a superam, visto que em diferentes agrupamentos afro-brasileiros verificamos uma forte presença de mulheres mais velhas, desde o período da escravidão, exercendo o papel de lideranças seja em agrupamentos familiares, religiosos e/ou de práticas culturais, como constataram Amorim e Oliveira (2017) e Batista (2014) nas zeladoras dos templos religiosos de matrizes africanas e Guimarães e Oliveira (2017) observaram nas mestras e mestres dos grupos de jongos e caxambu no estado do Espírito Santo.

O segundo tipo, o das lideranças que tiveram acesso à cultura da escrita, apesar da aproximação do que Weber chamou de dominação legal, também apresenta elementos surpreendentes aos weberianos que estiverem dispostos a inovarem seus cânones da racionalização da autoridade moderna. Amorim e Oliveira (2017) e Batista (2014) verificaram em suas pesquisas estudiosos/as que concluíram o ensino universitário, alguns dos quais, em nível de mestrado e doutorado, nas áreas de Direito, História, Psicologia, Ciências Sociais, Medicina, Medicina Veterinária, Arquitetura, Geografia, Pedagogia, Letras, Enfermagem, Administração, Artes, Contabilidade

e outros, “batendo cabeça”, empregando um termo das lideranças religiosas de matrizes africanas, para zeladores cujos saberes não foram aprendidos nas instituições modernas de ensino, mas nas comunidades tradicionais de matrizes africanas.

Para entender os diferentes níveis de relações nos quais essas lideranças se formaram e onde a transmissão dos saberes continuam ocorrendo, cabe observar que as sociedades que estudamos se encontram em fluxos permanentes e seus membros assumem posições políticas contraditórias e incoerentes. Entendo ainda, a partir da teoria de Barth (1994), que os processos de formação da identidade quilombola dessas lideranças, nos níveis individuais e sociais, transformam-se constantemente, sendo vistos como um fenômeno que resulta da interação social e que organiza as diferenças culturais.

Observei ainda que, ao estudar lideranças quilombolas na perspectiva antropológica de Barth (1994), estou lidando com o campo do empreendimento político, com suas retóricas e posicionamentos. Assim, essa análise focaliza os processos que criam coletividades e que mobilizam grupos para diversos propósitos, através de diversos meios. As lideranças intervêm nos processos sociais para inibir atividades em nível individual, propondo pacotes negociais, escolhas binárias e formam dicotomias identitárias, como quem é quilombola e quem não é. Essas lideranças coordenam pleitos por políticas públicas, processos de tomadas de decisões coletivas e procuram homogeneizar a mobilização quilombola em nível nacional na Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas).

No nível das políticas estatais, que é onde ocorrem as criações legais de reconhecimento de direitos e proibições, historicamente com uso arbitrário da força contra os quilombolas, as ideologias identitárias são impostas, transpondo as identidades do nível micro e local. Contudo, em escala global, existem organizações internacionais que desempenham um papel variável, articulando-se, às vezes, com inte-

resses das organizações coordenadas por lideranças quilombolas, como é o caso das relações entre a Co-naq e a Fundação Ford.

Adoto a perspectiva relacional e contextual de Barth (idem) para o estudo das ações políticas e identidades das lideranças, pois os dados etnográficos do projeto já mencionado apontam que os herdeiros dos antigos chefes de família, ao mesmo tempo em que reivindicam uma liderança baseada nesses laços e saberes tradicionais relacionados ao parentesco, defendem que as novas lideranças, baseadas em suas histórias e projetos próprios, devem estar em sintonia com os saberes proporcionados pelo acesso ao processo de escolarização. Por entender que as lideranças jovens nos quilombos vêm sendo formadas em uma perspectiva política que combina os saberes de sua cultura tradicional e aqueles obtidos no acesso à escolarização, procuro demonstrar tal perspectiva analisando fragmentos da narrativa de vida da professora Marina. Como ela se considera e é considerada pelos demais da comunidade uma herdeira de bens materiais (terras) e imateriais de seus antepassados, antes de entrar em sua trajetória, apresentarei alguns fragmentos das trajetórias de pessoas/personagens que ela e outras lideranças da comunidade consideram seus antepassados.

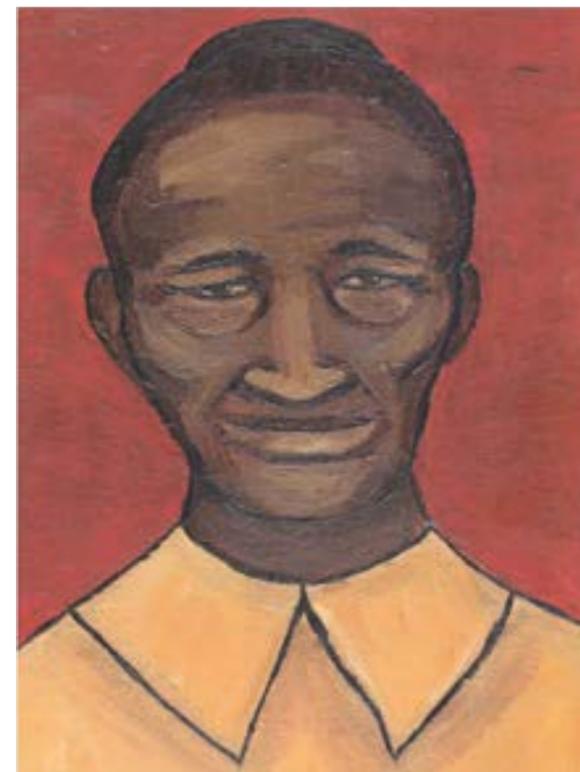
### Os saberes tradicionais em Retiro: dos mestres do passado ao mestre Mário Raimundo Pereira

No tempo da minha adolescência, tinha uma espécie de líder, que era Jorge Benvindo. Não era líder ditador, que tem hoje em dia, como uma pessoa que quer mandar só. Se ele dissesse que ia fazer uma coisa, todo mundo acompanhava. Era sobrinho, genro e cunhado. Hoje em dia já não acontece mais isso. Um só quer mandar e termina não dando nada certo. Ele era uma pessoa de grande respeito pra comunidade. Não só pra comunidade de Retiro, como

até para outras comunidades vizinhas. Era uma pessoa de respeito e todo mundo gostava dele. Ele era o chefe da família dos Benvindos (Mário Raimundo. Mestre da Banda de Congo do Quilombo de Retiro. In: OLIVEIRA, 2005, p. 207).

Mestres e mestras de saberes tradicionais em comunidades dos quilombos e em outras comunidades e agrupamentos de matrizes africanas que estudo exercem um tipo de liderança que se legitima a partir da transmissão de tradições culturais dentro das famílias e de comunidades religiosas. Esses são os casos de lideranças mais velhas, que herdaram seus saberes de pais, avós e/ou tios/as e que são reconhecidas localmente e por algumas agências estatais como mestres/as de saberes tradicionais. No Espírito Santo, tais mestres/as, com mais de 20 anos de atuação, têm sido premiados por editais da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) por sua atuação na transmissão de culturas populares e tradicionais. Um desses editais seleciona projetos culturais e concede, todos os anos, o prêmio denominado “Mestre Armojo do Folclore Capixaba” aos mestres e às mestras das manifestações das culturas populares e tradicionais que têm seus projetos selecionados. O prêmio tem por objetivo “fortalecer e divulgar os saberes e fazeres, reconhecer e valorizar os mestres e mestras e conceder aos contemplados o título e certificado de ‘Mestre da Cultura Popular do Estado do Espírito Santo’” (Edital 010/2018). As regras de inscrição para concorrer ao prêmio podem ser verificadas no próprio edital. O mestre Mário Raimundo Pereira (ver pintura no anexo 3), da Banda de Congos de Retiro, que primeiramente foi Capitão da Banda, após o falecimento da mestra Etelvina, foi reconhecido como mestre pela Comissão Espírito-Santense de Folclore e pelo prêmio concedido pela SECULT, por mais de uma vez, por meio de seus editais.

No quilombo de Retiro, as lideranças mais velhas, assim como as mais jovens, sobretudo as mulheres, iniciam as narrativas de suas vidas apresentando Vitória Pereira dos Anjos, que, conforme se verifica



Anexo 1 - Vitória Pereira dos Anjos (1876-1960). Foto: Acervo da família de Joventina Pereira e Wladimiro Raimundo. Pintura: Helena Mongim Lima.

em Oliveira (2005; 2019), nasceu em 1876 e faleceu na década de 1960, como uma referência de liderança do passado. (Ver pintura no anexo 1). Dizem que ela liderou os herdeiros de seu pai Benvindo Pereira dos Anjos, mantendo-os nos princípios deixados por ele acerca da apropriação comunal da terra, que denominam localmente como “terra em comum”. Vitória nunca casou e nem teve filhos, mas desempenhava o papel de “segunda mãe” para diversos de seus sobrinhos, dos quais era madrinha, configurando-se, assim, no afilhado como um substituto do herdeiro e do filho inexistente, para os quais deixou herança não apenas material, mas também os ensinamentos sobre “estar doado e doar a terra” para as novas gerações do quilombo.

Na liderança dos herdeiros de Benvindo, Vitória foi sucedida por Jorge Benvindo, seu irmão *caçula*. Jorge nasceu em 1905 e faleceu em 1993. (Ver pintura



Anexo 2 - Jorge Benvindo (1905-1992). Foto: Acervo de Osvaldo M. Oliveira. Pintura: Helena Mongim Lima.

no anexo 2). Ele é considerado pelos herdeiros mais velhos como aquele que no passado “manobrava a família de Os Benvindos”. A expressão coletiva “Os Benvindos” é empregada localmente para se referir aos herdeiros de Benvindo. A expressão “manobrar” é usada pelos mais velhos para se referirem à chefia e/ou liderança da comunidade no passado. Como argumentou o mestre Mário Raimundo<sup>5</sup>, “manobrar” não significava ser um líder autoritário, mas ter o consentimento, o respeito e a admiração dos demais chefes de famílias locais para liderar a família de Os Benvindos. Afinal, Jorge Benvindo, por ter recebido

<sup>5</sup> Mário Raimundo Pereira era reconhecido Secult como mestre de saberes e cantos de Congo, da Banda de Congo Unidos do Retiro, que celebrava a para São Benedito. Ele foi entrevistado várias vezes por Osvaldo Martins de Oliveira. Faleceu em 08 de dezembro de 2019, com 70 anos.



Anexo 3 - Mário Raimundo Pereira (1948-2018). Foto: Ananda Bermudes Coutinho. Pintura: Raízes Santana de Paula. Acervo do projeto Africanidades Transatlânticas.

o nome do pai como seu segundo nome, como disse sua filha mais velha, era a continuidade do próprio Benvindo na comunidade dos herdeiros em Retiro (OLIVEIRA, 2005; 2019).

A intenção de Jorge Benvindo, segundo sua filha mais velha, era imortalizar o Benvindo velho nas lembranças e nos nomes dos seus herdeiros. Por isso, ao ficar viúvo e casar-se pela segunda vez, em 1949 ele e a esposa Edith tiveram um filho, que recebeu o nome de Benvindo, que conforme disse a referida filha: “Era pra ficar no lugar do Benvindo velho”. (cf. OLIVEIRA, 2005; 2019). No entanto, segundo a narradora, parece que o menino teria recebido uma carga vital muito antiga e “um espírito envelhecido” e faleceu aos 3 (três) anos de idade. Por isso, todos os demais filhos do segundo casamento, sendo sexo

masculino ou feminino, receberam Benvindo como o segundo nome e o referido ancestral, até o momento, está imortalizado nas lembranças e nos nomes de filhos, netos e bisnetos de Jorge. Além disso, como já mencionado, Benvindos virou um nome coletivo no plural auto atribuído a todos os herdeiros do antigo Benvindo.

Segundo as lideranças dos herdeiros, ser chefe da família de Os Benvindos consiste em zelar pelas regras e valores referentes ao uso e apropriação comunal da terra e aos trabalhos coletivos realizados sobre ela. Jorge era um líder que “manobrava” também a memória sobre a origem africana do grupo em Angola, pois, os mais velhos entrevistados por Oliveira (2005), todos sobrinhos de Jorge, afirmavam que o Benvindo e sua esposa Maria das Neves eram angolanos e para legitimarem a antiguidade e a veracidade de suas lembranças, afirmavam: “Tio Jorge dizia”.

No que diz respeito às mulheres praticantes das referências culturais do passado, segundo duas líderes da atualidade, os herdeiros de Benvindo que recebiam assistência espiritual de Etelvina da Conceição, também estabeleceram alianças matrimoniais (e políticas) com a família dela e de seu marido Aristeu João do Sacramento, bem como com a família de Carolina Pereira do Rosário e João de Deus Ferreira (irmão de Etelvina). Etelvina e João de Deus, como verificou Oliveira (2005; 2019) nos livros de registros de nascimento e de batismo, eram filhos da escravizada Ângela Maria da Conceição<sup>6</sup>. Ao que relatou em 1997, a neta de Etelvina, que também se chamava Etelvina, sua avó Etelvina nasceu no tempo do cativo e foi escravizada nas fazendas ao redor de Retiro.

<sup>6</sup> Oliveira (2005) escreve que verificou em pesquisa cartorial e em livros de batismo, que a bisavó de Etelvina era Ângela, escravizada na fazenda de Luiz Pereira Pinto de Siqueira. Posteriormente, quando não era mais escravizada, passou a se chamar Ângela Maria da Conceição (Livro de Registro de Nascimento nº 01, dos anos 1877 a 1880, nas páginas 11, 34 e 60. In: Oliveira, 2005, p. 77). Conforme relatou em sua genealogia, a professora Marina disse que um de seus avós maternos se chamava Carolino Ferreira, nome que vinha da avó dele que, por sua vez, se chamava Carolina Pereira da Conceição e que era casada com João de Deus Ferreira, filho de Ângela.

Etelvina da Conceição, casada com Aristeu, por ser parteira, benzedora e rezadeira, era chamada de “Mãe Velha”, e dizem que tinha reconhecidos poderes e saberes espirituais sobre os elementos e as forças da natureza, inclusive o de apagar incêndios nas florestas. “Mãe Velha” teria sido sucedida por seu filho Afonso Aristeu do Sacramento, que segundo suas netas e seu sobrinho Mário Raimundo, até a década de 1970, era um poderoso benzedor, curandeiro e rezador de rezas fortes, inclusive de ladainhas para as divindades dos altares católicos e para aquelas de origens africanas que regem as forças da natureza, como fazia sua mãe. Conforme escreve Oliveira (idem), Etelvina (filha de Afonso, mestra de congo falecida em 2006) e Claudiva (sobrinha de Etelvina e neta de Afonso), o referido curandeiro teria herdado de seus pais uma celebração realizada na noite de quinta-feira da Semana Santa, que consistia, resumidamente, em quatro etapas, no decorrer de um ano, como segue: 1ª) ele ia às matas e pântanos e coletava ervas, raízes, cipós (entre os quais um cipó conhecido como *mil homens* ou *milome*) e arrumava de algum caçador um casco de jacaré que era colocado ao sol, além da cabeça de uma cobra venenosa que era torrada e transformada em pó no pilão; 2ª) esses ingredientes, inclusive os pós do casco do jacaré e da cabeça da cobra venenosa triturados no pilão, eram colocados para curtir em um litro de aguardente por um tempo que variava de dez a onze meses, tornando-se uma bebida denominada “Cura”; 3ª) depois de suas rezas individuais, Afonso reunia os familiares e amigos e rezavam uma ladainha; 4ª) após a reza, a “Cura” era distribuída em doses muito pequenas, e devido ao fato de alguns quererem tomar doses maiores, ele proferia algumas palavras alertando que era para fechar os corpos contra todo tipo de mal, inclusive contra o veneno de serpentes, pelo período de um ano, mas para aqueles que tomavam apenas pelo gosto da aguardente, poderia não surtir efeito. Segundo o mestre Mario Raimundo, seu tio Afonso se tornou conhecido em Retiro e nos seus arredores devido ao

fato de curar as pessoas atingidas por cobras venenosas<sup>7</sup>.

Afonso foi sucedido nos saberes e práticas culturais por sua filha Etelvina, que recebeu o mesmo nome da avó e tornou-se herdeira das rezas e ladainhas para São Benedito. Etelvina tornou-se também presidente dos ritos celebrativos do Congo de Retiro, que consiste em rezas de ladainhas, cortejos com São Benedito e seu mastro, fincada do mastro para o santo e danças. Cabe observar que o mastro de São Benedito em Retiro é um tronco de madeira com cerca de seis metros de comprimento onde, depois de fincado, hasteiam uma bandeira para o santo negro, constituindo-se assim em um elemento demarcador da identidade e do território quilombola local. No que se refere aos saberes relativos ao benzimento, o mestre Afonso foi sucedido pelo seu neto Manoel Aristeu dos Santos, que continua atuando na comunidade.

Em 2006, quando do falecimento de Etelvina, ela foi sucedida na presidência da Banda de congos por sua afilhada Laura dos Santos, cunhada de Mário Raimundo e tia materna da professora Marina. No que se refere à condução dos saberes celebrativos do congo, a liderança foi assumida pelo raizeiro e benzedor Mario Raimundo Pereira (sobrinho de Afonso), que antes da morte da mestra, já assumia um posto denominado Capitão da Banda de Congo. Com a ausência da mestra, Mário, pai de Marina, ascendeu, mediante ao reconhecimento da comunidade, ao posto de Mestre da Banda de Congos de Retiro e seu filho Élcio Raimundo Pereira assumiu o posto de Capitão.

Mário Raimundo, para mencionar de forma breve a sua genealogia e a relação com o ancestral Benvindo Pereira dos Anjos, é filho de José Pereira

<sup>7</sup> Para contextualizar historicamente o tempo de Afonso, conforme verificou Oliveira (2005; 2019), no Livro de Casamentos nº 3, do Cartório da Barra de Mangará, no município de Santa Leopoldina, Afonso Aristeu foi registrado em 1899 e em 1921 casou com Donina Maria da Conceição (filha de Antônio Pereira dos Anjos e neta de Benvindo). Afonso faleceu em Retiro no ano de 1976.

dos Anjos, neto, pelo lado paterno, de Antônio Pereira dos Anjos (nascido, segundo registro de cartório, em 1875) e bisneto de Benvindo Pereira dos Anjos. Do lado materno, ele é filho de Leopoldina de Brito, benzedeira, de quem herdou os saberes relativos ao benzimento, enquanto os saberes sobre ervas e raízes com propriedades curativas veio de seu pai, de seus tios paternos Alfredo e Antônio Pereira e de Afonso Aristeu do Sacramento, seu tio por afinidade. Vale destacar que Afonso era casado como Donina Maria da Conceição, filha de Antônio, avô paterno de Mário. Pelo lado materno, Mário é neto de João Ferreira de Brito e de Virgínia Maria Barreto (Virgínia é o nome que o mestre atribuiu a uma de suas filhas). João, por sua vez, era filho do casal de cearenses, Raimundo Ferreira de Brito e Rosalina da Conceição, que fixaram moradia em terras do Morro da Pimenta, nas proximidades de Retiro, mas as terras foram expropriadas por um fazendeiro vizinho que usou a força para expulsar João, Virgínia e os demais filhos de Raimundo da terra.

As rezas, os benzimentos e o próprio congo são definidos por Mário como “cultura do quilombo e cultura negra”. Enquanto viveu, ele transitou entre os diferentes saberes tradicionais de matrizes africanas e as práticas religiosas católicas. Em sua trajetória, o primeiro lugar de liderança ocupado por ele foi o de coordenador da Comunidade Eclesial de Base da Igreja Católica em Retiro e, ao mesmo tempo, ele foi professor do MOBRL (Movimento Brasileiro de Alfabetização)<sup>8</sup>, o que, segundo Marina, foi um dos estímulos para que se tornasse professora. Ao mesmo tempo, desde 1991, ele se tornou um dos líderes da Banda de Congo e afirmava ter retomado parte das tradições culturais de seus ancestrais que esta-

vam adormecidas em Retiro por falta de lideranças. Oliveira (2005; 2019) escreve que o conheceu em 1997 como benzedor que detinha os saberes relativos às ervas e raízes, pois andava pelas matas para extrair essas ervas e raízes para os demais herdeiros, bem como para seu concunhado que era Cambono (tradutor de mensagens espirituais) em um terreiro de Umbanda no município vizinho do município da Serra (ES).

De 1986 a 1997, conforme escreveu o autor supracitado, Mário teria liderado um projeto de criação de cabras no território quilombola de Retiro e, na época, ele e sua prima Claudiva Aristeu Alves (neta de Afonso Aristeu e nora de Jorge Benvindo) estavam entre as lideranças jovens que sabiam ler e escrever. Jorge Benvindo, que era também tio de Mário, se encontrava enfermo. Dizem que ele, desde o final da década de 1980 já teria orientado as lideranças mais jovens, entre os quais seu filho Renato Alves, sua nora Claudiva, seus sobrinhos Mário Raimundo e César Sacramento, a criarem uma Associação de Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos para assegurar a propriedade comunal da terra, a memória do ancestral comum e os valores em torno do uso da terra. Nesta época, os Benvindos tinham documentos de posse, mas não o registro da terra em Cartório de Registro de Imóveis. Jorge, assim como outros herdeiros mais velhos, dizia que os jovens que sabiam ler e escrever deveriam liderar a organização da Associação e regularizar a titulação da terra.

Em 1991 foi criada a Associação dos Herdeiros, sendo sua primeira diretoria composta por sobrinhos de Jorge Benvindo. Em 1993 Mario Raimundo foi eleito presidente e Claudiva Aristeu vice-presidente da Associação, tendo ele renunciado em 1994 e ela assumiu a presidência até 1996, quando os irmãos Cesar e Altamir Sacramento assumiram a Diretoria. Mário voltou às tradições culturais relacionadas ao congo, ao ofício do benzimento e extração de ervas e raízes e aos cuidados com o projeto de criação de cabras. Este projeto chegou ao fim no final da década de 1990 devido ao fato de não ter se tornado autossustentável e

ao esgotamento dos recursos obtidos junto às agências internacionais que financiavam este e outros projetos nos municípios de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá.

No final da década de 1990, usando as cantigas de congo como um meio de construção da memória, o mestre Mário compôs a letra abaixo. A música foi cantada pela Banda de Congos de Retiro em um evento ocorrido na localidade em 04 de agosto de 2019, quando o grupo de jongos Tambores de São Mateus, do município de Anchieta, visitou a comunidade para doar uma bandeira de São Benedito para a Banda de Congo de Retiro. A equipe do projeto Africanidades Transatlânticas se fez presente e registrou em áudio, a melodia e a letra, como segue:

Ai, ai, ai! Ôi, ôi, ôi!  
Lembranças dos canoeiros  
Do tempo do nosso avô.

Canoeiro saía cedo  
Pisando na água fria  
Remando suas canoas  
Pelo rio Santa Maria.

Ôi, ôi, ôi! Ai, ai, ai!  
Lembrança do canoeiro  
Que se foi, não vai voltar.

Canoeiro saía cedo  
Lá da casa dos Vieiras  
Levando suas canoas  
Para a Ilha das Caieiras.

Muitos de Os Benvindos, como se denominam os herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos, eram canoeiros no rio Santa Maria da Vitória e em parte do rio Mangaraí. Entre esses canoeiros estavam Antônio Pereira (avô de Mário), Jorge Benvindo, Afonso Aristeu e outros. Na cantiga composta pelo mestre Mário, ele está se referindo não apenas ao seu avô, mas a todos os antepassados de Retiro que eram mestres

dos saberes sobre o ofício de conduzir canoas pelos referidos rios. Verifica-se na composição a retomada de fatos, lugares e personagens do passado e a valorização da própria memória, pois a música é um tributo à memória dos canoeiros. Os avós de muitos dos atuais Benvindos remavam canoas nos referidos rios para escoarem e comercializarem sua produção (de farinha, carvão e café) na Ilha das Caieiras em Vitória e na Vila de São José do Queimado. A vila, como escreve Oliveira (2019), é lembrada como lugar onde seus avós, pais e tios estabeleceram relações de compadrio e lugar onde dançavam congo, pois para lá o velho Benvindo teria liderada “uma batucada” de congos quando da assinatura da Lei Áurea, em 1888, para comemorarem o que acreditavam ser o fim da escravidão.

### O percurso de uma liderança e professora quilombola

Nas últimas décadas, diversos jovens quilombolas passaram a ser indicados pelos mestres mais velhos para assumirem a representação e a liderança de suas comunidades, associações e grupos culturais junto às agências do Estado e às outras instituições da burocracia moderna. Essa indicação tem ocorrido devido ao fato de tais jovens terem maior facilidade no acesso à leitura, à escrita e às novas tecnologias, enquanto muitos dos mestres e líderes mais velhos se constituíram como tal a partir de saberes tradicionais transmitidos oralmente, embora nem todos os saberes tradicionais e seus mestres estejam confinados à oralidade.

Existem diversos casos etnográficos a serem analisados sobre as recomendações dos mestres de que os mais jovens que acessaram a escola e a escrita devem assumir a sucessão na condução dos bens materiais e imateriais nos quilombos. No entanto, por limitações de tempo e número de páginas, o foco final deste artigo é a análise do percurso da professora Marina Pereira, filha do já citado mestre

<sup>8</sup> O Mobral foi um projeto do governo militar brasileiro criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 a 1985, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, que abandonaram a escola, visando conduzir a pessoa a adquirir a leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida na sociedade.

Mário Raimundo, que ocorre a partir da comunidade de Retiro, onde a professora é uma das herdeiras de bens materiais e imateriais do quilombo.

Desde 1997, conforme se verifica em Oliveira (2005; 2019), Marina era uma jovem de 18 anos que participava ativamente das celebrações festivas da Banda de Congo para São Benedito, onde era portadora do estandarte do santo, bem como já era uma das narradoras das memórias da celebração. Em entrevistas concedidas em 2019 ao projeto Africanidades Transatlânticas para a elaboração do presente artigo, a professora relata que as memórias de seu pai, tias, tios e avós referentes à essa celebração remontam ao século XIX, pois afirmam que Benedito Pereira dos Anjos, bisavô de seu pai, em 1888, teria participado de um cortejo de congos saindo de Mangaraí, localidade vizinha, culminando com uma celebração festiva na vila de Queimado. Conforme escreve Maciel (2016), já em 1854 um congo se apresentou nesta vila, e os dados coligidos por Oliveira (2005; 2019) apontam que esses descendentes de africanos celebravam congo na Fazenda Natividade, as margens do Rio Santa Maria da Vitória, no citado século.

Ao mesmo tempo em que se proclama herdeira dessas e de outras narrativas e tradições culturais de sua comunidade, em sua trajetória Marina tem sido catequista e integrante da equipe de liturgia da comunidade católica local, onde exerce o papel de agente de tradução e transmissão da cultura religiosa católica entre os herdeiros.

Sobre os motivos que levaram a estudar, Marina afirma que ao perceber que as meninas de Retiro tinham que sair para as cidades da Grande Vitória para trabalhar nas ditas “casas de família” para obter meios alternativos de sobrevivência, ela planejou sair desse círculo vicioso de dependência e viabilizou estratégias de acesso à educação escolar. Com o apoio e incentivo de seus pais, ela optou, após concluir o Ensino Fundamental, por estudar no Ensino Médio o antigo curso de Magistério na cidade de Santa Leopoldina, o que lhe possibilitaria futuramente lecionar e obter condições de sobrevivência para continuar estudando. Esse

curso de Magistério, que na época tinha quatro anos de duração, foi concluído por ela em 1999, e consistia em preparar professoras e professores para a alfabetização de crianças na Pré-Escola.

Depois de concluir o Ensino Médio, em 2001 Marina ingressou no curso de Pedagogia na Universidade Federal do Espírito Santo, tendo concluído em 2005, onde se habilitou para a alfabetização de crianças ou preparação para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Em seguida fez um curso de pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais, em uma das faculdades da rede privada de ensino, localizada na cidade de Linhares (ES), especializando-se em sua área. Desde que entrou na faculdade de Pedagogia em 2001, afirma que também passou a atuar como professora de Educação Infantil na rede pública estadual de ensino, tendo permanecido nesta especialidade de ensino até 2009.

Apesar de em Retiro existir uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) e a entrevistada já ter atuado ali por oito anos até 2009, ela afirma que por muito tempo a Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina criou dificuldades para que ela pudesse voltar a atuar na sua própria comunidade. Há 17 anos ela vem prestando serviços educacionais ao Governo do Espírito Santo e após 2009 também ao município vizinho de Cariacica, e até o final do ano de 2018 não havia conseguido voltar a atuar como professora em Retiro, barreira que foi rompida no ano de 2019, quando ela conseguiu voltar a atuar como professora na escola de sua comunidade, mas na vaga de uma outra professora que se afastou por licença maternidade. Em sua acepção, essa postura do poder público municipal se devia ao fato de seus agentes intencionalmente ignorarem o que prevê a Lei 10.639/2003, visto que entendem que se ela voltar a atuar na comunidade como professora, mesmo que contratada temporariamente ano a ano, além de servir como referência na educação das crianças quilombolas, inseriria nos conteúdos ensinados elementos da história, memória e cultura das comunidades quilombolas, como fez ali no passado, fez no

município vizinho onde atuou e pretende cumprir as determinações da referida Lei em sua comunidade. Na referida EMEI existem professoras atuando que são concursadas e outras que são contratadas temporariamente e, embora Marina já tivesse por diversas vezes passado no processo seletivo para professor temporário e colocado Retiro como primeira opção, são as filhas dos proprietários de terras brancos da região que têm sido nomeadas para a escola local, e ela tem sido indicada para escolas de localidade distantes e de acesso economicamente mais custoso. Essas professoras, segundo relata Marina, não têm trabalhado os conteúdos referentes à cultura das comunidades negras e quilombolas com as crianças da escola local, mesmo porque não teriam interesse em se preparar para isso.

Tendo em vista essa situação, Marina propõe que os editais de processos seletivos para professores permanentes e temporários, deveriam estabelecer que os professores quilombolas fossem selecionados para atuar em suas próprias comunidades. Isso facilitaria a implementação do que prevê a lei acima citada, pois além de tais professores conhecerem as situações sociais, histórias e culturas de suas comunidades, eles teriam maior motivos e interesses em se preparar para trabalhar com as crianças dessas comunidades.

Em sua atuação enquanto educadora pertencente a uma comunidade quilombola, Marina afirma que procura debater problemas relacionados ao racismo, à identidade, à cultura (principalmente a culinária) e a história dos afro-brasileiros, com ênfase em comunidades dos quilombos, que são situações sociais que ela conhece e vive de perto. Ela entende que esse debate é possível somente à medida que os professores que atuam em comunidades quilombolas tiverem consciência das desigualdades raciais provocadas pelo racismo e aceitarem a cultura afro-brasileira como ela é. O que tem presenciado, afirma ela, são professores atuando na educação que veem a cultura afro-brasileira como inimiga e como prática diabólica, que precisa ser combatida.

Segundo Marina, sua inspiração para os estudos adveio de seu próprio pai, que desde jovem lê e escreve, e, devido ao fato de ter sido professor do MOBREAL para integrantes da comunidade e de localidades vizinhas, sempre teve o hábito de adquirir revistas sobre temas variados para ler em casa, se atualizando sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, e incentivava as filhas e filhos a lerem também. Esse hábito de leitura do pai foi lhe transmitido e a estimulou a planejar o acesso a níveis mais elevados de estudos e se preparar para transmitir a cultura da escrita e da leitura às novas gerações. Além disso, nas décadas de 1980 e 1990, seu pai foi uma referência de liderança para ela e outras crianças e adolescentes locais, pois liderava a formação de uma Comunidade Eclesial de Base da Igreja Católica em Retiro. A outra referência de liderança para Marina foi sua tia, Maria da Penha, que exercia na comunidade católica local a função de catequista, integrantes da equipe de liturgia e compunha a Banda de Congos conduzindo a imagem de São Benedito, durante o cortejo de fincada e de retirada do mastro.

Cabe destacar que nessas décadas, a Igreja Católica no estado do Espírito Santo, sobretudo a Arquidiocese de Vitória, se destacava no incentivo à formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), enquanto uma forma de ser cristão e igreja, demarcando o pertencimento pela relação entre fé e engajamento social e político em movimentos sociais e partidos políticos. Neste contexto, diversas lideranças em comunidades quilombolas se tornaram primeiramente lideranças locais e regionais dessas comunidades ligadas à Igreja Católica, e depois lideranças políticas de tais comunidades dos quilombos. No entanto, a partir das décadas de 1990 e 2000, esse contexto está bastante diversificado, pois vimos avançar novas ideologias e doutrinas religiosas nessas comunidades, não apenas aquelas relacionadas ao espiritualismo da Renovação Carismática Católica, mas também das igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais. O caso mais ilustrativo relacionado às novas lideranças quilombolas surgindo

de igrejas evangélicas está em Monte Alegre, ao sul do estado, onde um pastor da Assembleia de Deus se tornou líder local, estadual e nacional dessas comunidades. Por outro, em Retiro tem o caso do ex-presidente da Associação Quilombola dos Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos que se converteu a Igreja Presbiteriana do Brasil, que construiu um templo na localidade, tornou-se presbítero nesta igreja, e na parede frontal está escrito: “Igreja Presbiteriana Quilombola”. A partir do caso de Retiro e de outras comunidades dos quilombos, observamos que, ao mesmo tempo em que adentram ao quilombo práticas culturais oriundas de matrizes coloniais europeias e norte-americanas, também as perspectivas das práticas e saberes culturais consideradas de matrizes africanas são transmitidas entre integrantes das famílias nos quilombos.

Neste processo, além de se tornar professora, Marina também foi se consolidando como liderança local, tornou-se vice-presidente da Associação de Herdeiros nas gestões de 2003/2005 e 2005/2007. Atualmente ela tem uma filha adolescente, Gabriela, que nasceu em 2004 e desde 2006, acompanhando a atuação da mãe, dos avós e das tias, começou o seu aprendizado na cultura da Capoeira Angola, que é ensinada em Retiro desde 2003. Em uma das reuniões com os técnicos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na comunidade, segundo Marina, sua filha com quatro anos de idade, em 2008, tocava um tamborim da Capoeira Angola e cantava um ponto que dizia ser quilombola, porque “ser quilombola, é ser preta, preta, preta...”. Segundo a contramestra da Capoeira Angola, Ananda Coutinho, ela foi convidada pelas lideranças locais a atuar na comunidade, porque, segundo os argumentos das mesmas lideranças, entre as quais Mario Raimundo, seus ancestrais eram africanos provenientes da antiga nação Angola, e a Capoeira Angola, assim como a cultura do congo, fazia parte de suas tradições culturais, que deveria ser transmitida às novas gerações, como uma forma de “resgatar a cultura do Quilombo”. Por isso, entre as principais alunas da capoeira

em Retiro, assim como na Banda de Congo, estão as filhas, netas/os e sobrinhas/os de Mário Raimundo.

### Nota de finalização

Como se verificou nos resultados da pesquisa descritos ao longo deste artigo, observa-se que os dois casos de trajetórias de lideranças quilombolas descritos e analisados aqui são emblemáticos de processos que demarcam a transmissão de saberes, práticas e tradições culturais dos antepassados. Os processos de autoafirmação identitária e o sentimento de pertencimento à comunidade e ao território quilombola de Retiro fica evidenciado nas visões de mundo dessas duas lideranças, com a particularidade de que o sentimento de pertencimento ao território foi elemento impulsionador para que Maria almejasse ascender a níveis mais elevados da educação escolar.

Após a instauração dos processos de reconhecimento e delimitação territorial dos quilombos com o Decreto 4887/2003, os quilombolas de Retiro e de outras comunidades em diferentes estados brasileiros foram gradativamente se construindo como “sujeitos de direitos”, mantendo interlocução com o Ministério Público, no sentido de agilização dos processos de regularização de seus territórios tradicionalmente ocupados. No entanto, a morosidade dos órgãos responsáveis pelos processos de regularização, despertou os interesses dos quilombolas para os benefícios advindos de projetos de várias agências estatais e ONGs, como projeto na área de segurança alimentar e nutricional, assistência técnica e extensão rural, fomento à produção agroalimentar, fortalecimento institucional e de incentivo às tradições culturais. Embora existam essas conquistas, os Benvindos aguardam desde 1998 a titulação definitiva de seu território, o que denota uma resistência na luta pelo direito ao território.

Em Retiro, o processo social de transmissão das tradições culturais, como dos nomes dos antepassados, do congo, da capoeira Angola e de produtos deri-

vados do cultivo da mandioca e da banana, vem ocorrendo desde a infância os seus antepassados. Nos últimos 20 anos, esse processo social de transmissão cultural usado por algumas lideranças para demarcar a construção de fronteiras sociais e o pertencimento à comunidade tem se acentuado. O avanço de tal processo se deve, principalmente, a três fatores: o primeiro está relacionado às demandas por direitos territoriais e culturais dos quilombos; o segundo se relaciona aos crescentes conflitos com proprietários de terras vizinhos, que além de negarem a dimensão positiva da identidade quilombola, tentam insuflar estigmas a tal identidade, com o objetivo de baixar a autoestima dos quilombolas e comprar sua mão-de-obra a valores muito abaixo dos preços de mercado; o terceiro funciona como uma espécie de frente de resistência ao crescente processo de diabolização às culturas afro-brasileiras impingido pelos discursos das igrejas cristãs pentecostais e neopentecostais.

As lideranças quilombolas, sejam “as mais velhas” ou as mais jovens que tiveram acesso à cultura da escrita, como observamos nos quilombos e nos povos de terreiros, ao fazerem discursos em público, solicitam licença aos seus “mais velhos” e relatam suas genealogias no universo do parentesco religioso e/ou mesmo biológico para demonstrarem o quanto suas tradições culturais e pertencimentos àquelas comunidades são antigos. Neste sentido, a legitimação da liderança não se encontra apenas na tradição e muito menos apenas nos saberes obtidos pelos acessos aos níveis mais elevados da escolarização, mas na combinação das duas fontes de legitimação.

### Referências

- AMORIM, Cleyde. R.; OLIVEIRA, Osvaldo Martins (Orgs.). *Africanidades e seus zeladores: identidades, religiosidades e patrimônio cultural*. 1. ed. Vitória - ES: UFES - Proex, 2017.
- BARTH, Fredrik. “Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade”. In: Hans Vermeulen & Cora Govers (Orgs). *Antropologia da etnicidade: para além de ethnic groups and boundaries*. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BATISTA, Milena Xibile. *Angola, Jeje, Ketu: memória e identidade em casas e nações de candomblé na Região Metropolitana da*

Grande Vitória (ES). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PGCS-UFES, 2014.

BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida - a pesquisa e seus métodos*. Natal, RN: EDUFERN; São Paulo: Paulus, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. RJ: FGV, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Brasília, DF: D.O.U., Seção 1, p.1, 10 Janeiro, 2003.

CUCHE, Denis. *A noção de cultura nas ciências sociais*. SP: EDUSC, 2002.

GUIMARÃES, Aissa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. *Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo*. UFES-Proex: Vitória - ES, 2017.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. *Projeto político de um território negro: memória, cultura e identidade quilombola em Retiro, Santa Leopoldina - ES*. Vitória/ES: Milfontes, 2019.

\_\_\_\_\_. Memórias e culturas afro-brasileiras na educação escolar: análise a partir da trajetória de uma professora quilombola. *Revista de Educação Pública*, v. 27, p. 573-590, 2018.

\_\_\_\_\_. (Org.). Cleber Maciel. *Negros no Espírito Santo*. 2ª. ed. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins; RODRIGUES, Luiz Henrique Rodrigues (2016). “Quilombolas e transmissão cultural do jongo na comunidade de São Cristóvão, São Mateus (ES)”. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org.). *Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. P. 159-169.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. *O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras*. Tese de Doutorado em Antropologia. PPGAS-UFSC. Florianópolis, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. P. 3-15.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber - Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 7a. Ed. São Paulo: Ática, 2000.

### Anexos e Legendas

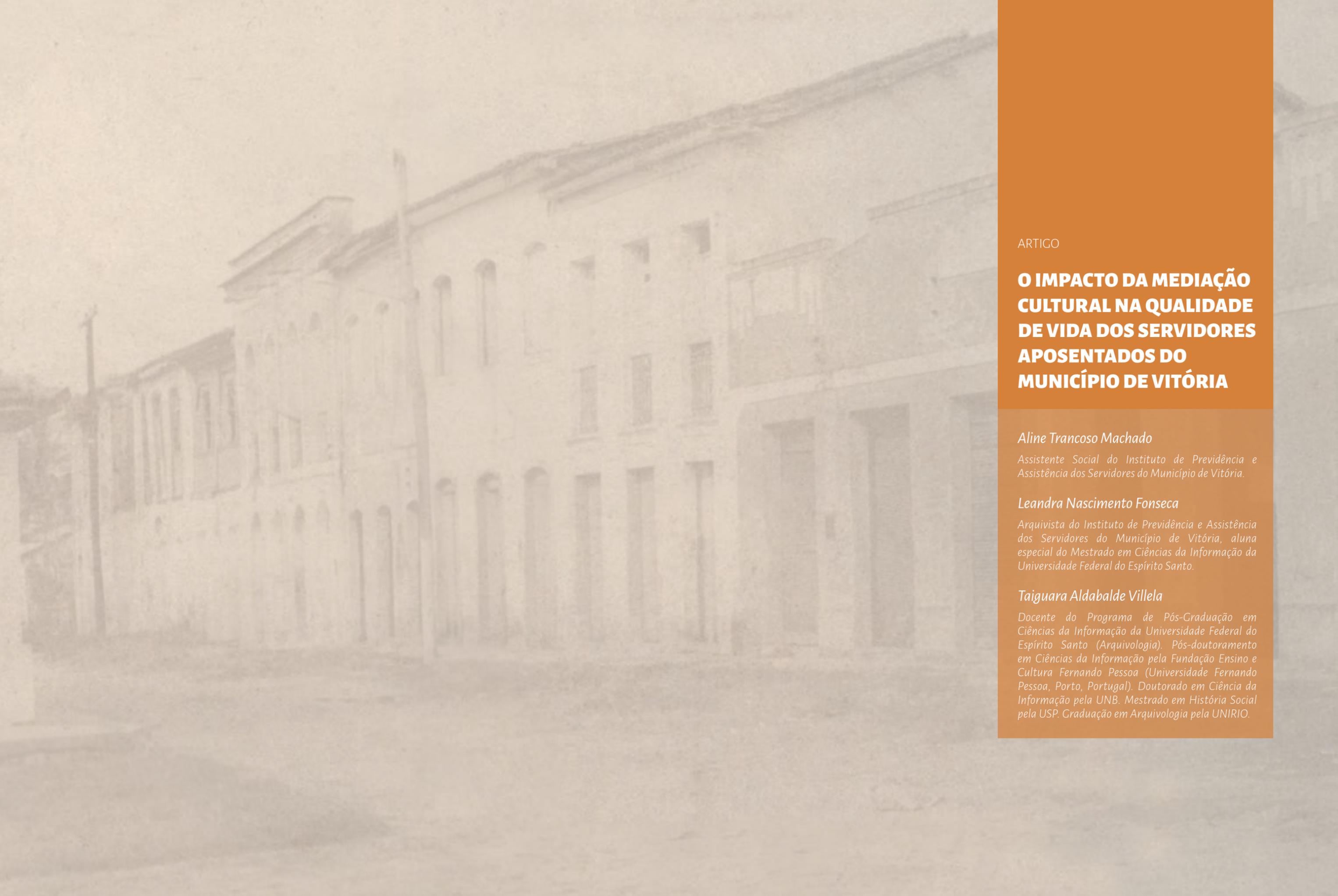
Anexo 1 - Vitória Pereira dos Anjos (1876-1960). Foto: Acervo da família de Joventina Pereira e Wladimiro Raimundo. Pintura: Helena Mongim Lima.

Anexo 2 - Jorge Benvindo (1905-1992). Foto: Acervo de Osvaldo M. Oliveira. Pintura: Helena Mongim Lima.

Anexo 3 - Mário Raimundo Pereira (1948-2018). Foto: Ananda Bermudes Coutinho. Pintura: Raízes Santana de Paula. Acervo do projeto Africanidades Transatlânticas.

Recebido em: 10/01/2020

Aprovado em: 31/01/2020



ARTIGO

## **O IMPACTO DA MEDIAÇÃO CULTURAL NA QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES APOSENTADOS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA**

*Aline Trancoso Machado*

*Assistente Social do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória.*

*Leandra Nascimento Fonseca*

*Arquivista do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória, aluna especial do Mestrado em Ciências da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo.*

*Taiguara Aldabalde Villela*

*Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (Arquivologia). Pós-doutoramento em Ciências da Informação pela Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa (Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal). Doutorado em Ciência da Informação pela UNB. Mestrado em História Social pela USP. Graduação em Arquivologia pela UNIRIO.*



## Resumo

A presente pesquisa busca responder a seguinte questão: qual a importância das práticas de Mediação Cultural para a promoção da qualidade de vida de seus segurados do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Vitória. Para tanto se adotou o método de pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas com abordagem quantitativa, com a amostra de 10 % dos participantes do Projeto “Ocupando a Mente”, que são ao todo 52 participantes. Como principais resultados da pesquisa concluímos que o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Vitória atende a um público especial e apesar da Mediação Cultural não ser sua atividade-fim, ela passou a integrar sua política de valorização dos seus servidores e segurados, promovendo uma melhora na qualidade de vida dos participantes das oficinas oferecidas dentro do Projeto “Ocupando a Mente”. Através do relato das entrevistadas constatou-se que o Projeto se tornou relevante na vida dos segurados do IPAMV trazendo uma melhor qualidade de vida, a partir das trocas de conhecimento, de socialização e interação que são oferecidas através de práticas de Mediação Cultural, esses momentos trouxeram novas perspectivas sobre a vida dentro de uma perspectiva de um envelhecimento saudável e uma mentalidade de aprendizado contínuo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mediação Cultural. Públicos Especiais. Qualidade de Vida.

## Abstract

The present research seeks to answer the following question: what is the importance of the practices of Cultural Mediation for the promotion of the quality of life of its insured people of the Institute of Welfare and Assistance of the Municipality of Vitória. To this end, the method of documentary research and semi-structured interviews was adopted with a quantitative and qualitative approach, with a sample of 10% of the participants in the Occupying the Mind Project who have a total of 52 participants. As the main results of the research we concluded that the Institute of Welfare and Assistance of the Municipality of Vitória serves a special public and although Cultural Mediation is not its end activity, it started to integrate its policy of valorization of its servants and insured by promoting a improvement in the quality of life of the participants of the workshops offered within the Occupying the Mind Project. According to the interviewees' report, it is concluded that the Occupying the Mind Project has become relevant in the lives of IPAMV policyholders, bringing a better quality of life, through the knowledge, socialization and interaction exchanges that are offered through Cultural Mediation practices. These moments brought new perspectives on life from the perspective of healthy aging and a continuous learning mentality.

**KEYWORDS:** Cultural Mediation. Quality of Life. Special Communities.

## Introdução

Diante do momento atual, onde a população mundial está cada vez vivendo mais e a população brasileira, pela primeira vez, tem em sua pirâmide etária um aumento dos indivíduos idosos as instituições públicas passaram a ter que se preocupar com um público cada vez mais presente, os idosos, uma parte da sociedade que conseguiu atingir a terceira idade e como um público específico, possui necessidades específicas e a Mediação da Cultura e da Informação passaram a ter papel imprescindível no exercício da cidadania e de direitos culturais e informacionais, principalmente no que tange a esses públicos especiais.

Entende-se por “públicos especiais” aqueles cujas condições especiais de vida somam-se à vulnerabilidade, seja ela física, social ou cultural. Neste estudo específico trataremos dos servidores aposentados do município de Vitória. Pressupõe-se, que em vias normais, a aposentadoria ocorra na velhice ou, em casos especiais, quando o indivíduo se torna incapaz de exercer suas atividades laborais e não pode ser reintegrado em outra função. A velhice é a fase mais prolongada da vida do ser humano e pode ser entendida como um processo que ocorre desde o nascimento, se estendendo ao longo da vida até a morte, segundo (DIAS, 2012) o processo de envelhecimento comporta três componentes etários relacionados entre si, ou seja três tipos de idade: a biológica; a social e a psicológica.

Segundo o autor, a “idade biológica” refere-se ao funcionamento vital do organismo e o declínio da sua capacidade de autorregulação de suas funções, a “idade social” está relacionada a parâmetros socio-culturais e às expectativas da sociedade a qual o indivíduo está inserido, ser velho, antes de tudo, é uma classificação sociológica própria de cada cultura, o que vem se relacionar com a “idade psicológica” que é referente à natureza comportamental psicológica do indivíduo se ajustar ao meio social. Ou seja, a sociedade é quem estabelece papéis distintos para cada fase da vida de seus indivíduos. Numa sociedade ca-

pitalista, onde o trabalho é um componente crucial para a manutenção de um status social, logo, a velhice está regulada com base na idade laboral, o que faz coincidir o aumento da idade cronológica com o declínio da idade biológica, e por consequência, a perda da capacidade laboral, o que em nossa sociedade é entendido como a aquisição de uma série de deficiências, o velho já não é mais capaz, logo ele é excluído do meio social, ficando geralmente recluso em seus lares, perdendo assim qualidade de vida.

Ainda segundo Dias (2012) viver e envelhecer são, dessa forma, fenômenos imbuídos do estado cultural, social, político, econômico e tecnológico de uma sociedade. As sociedades do conhecimento ou da informação, como as atuais, definiram novas possibilidades e limites para os idosos. Com a introdução das tecnologias da Informação, mudou o modo de acesso e produção de conhecimento.

## Revisão de Literatura

Dado que as instituições públicas têm o dever de promover a inclusão e a igualdade de direitos de todos os cidadãos, mesmo não sendo uma atividade-fim o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Vitória (IPAMV) reconheceu, a partir de 2014, a importância de oferecer acessos aos seus segurados a novos conhecimentos e cultura, passando assim a adotar como responsabilidade social aquilo já era entendido em suas funções como valorização dos servidores e de seus segurados. Essa visão, só foi possível, a partir da chegada do profissional Arquivista concursado na instituição no ano de 2014, e mais tarde com a união entre o setor de Coordenação de Assistência Social.

Neste mesmo período, o arquivista começou a fazer um diagnóstico arquivístico e encontrou uma instituição que sequer conhecia seus arquivos e seus documentos, quando os servidores eram perguntados. eles respondiam que a organização só produzia processos e não possuía sequer registros de seus

eventos, porém a partir de uma visão arquivística o setor de arquivo deixou de ter uma postura passiva de ser apenas um receptor de documentos e passou a produzir e difundir seus próprios documentos arquivísticos. No âmbito dos serviços arquivísticos, “o método proativo pertence à rubrica da programação de extensão [...]” (DUFF, 2017, p. 172), o que implica também a ampliação dos serviços arquivísticos para atender os públicos por meio da adoção de programas de extensão cultural que abrangem exposições, oficinas, publicações e atividades correlatas Aldabalde (2015, p. 257) apud (DUFF, 2017).

A partir de um diagnóstico deste profissional ficou clara a necessidade de mediar o processo de comunicação entre os setores da instituição, a fim de criar adesão a um programa de preservação de documentos arquivísticos. Antes desse período, não havia qualquer diálogo entre o arquivo, mais conhecido como CEDOC e o Instituto, o arquivo era visto como mero depósito de documentos e não como um potencial aparelho cultural transformador. Criou-se assim, o projeto “Dicas de Arquivo”, que nasceu com o objetivo de atender seu público interno, os servidores. Esse projeto utiliza o e-mail institucional como instrumento aglutinador, nascendo com o objetivo de difundir informações sobre protocolo, arquivamento, legislação arquivística, preservação documental, programações de instituições arquivísticas e seus acervos. Já no seu primeiro ano o projeto atingiu sua meta, que foi aferida por meio de pesquisa de satisfação de usuários aplicada na primeira semana do mês de outubro de 2015, onde 72 % dos entrevistados responderam que o Projeto “Dicas de Arquivos” forneceu informações úteis para seu dia-a-dia e para seu trabalho, 14% informaram que os dados foram muito úteis e apenas 7% dos entrevistados informaram a pouca relevância do projeto para eles.

Os resultados da pesquisa foram entregues no dia 12 de dezembro daquele mesmo ano e no ano de 2017 a equipe CEDOC, que na época era composta por um arquivista e dois estagiários, solicitou à direção da instituição a autorização para fazer uma exposi-

ção das Dicas de Arquivo que mais se destacaram em seus dois anos de projeto, a participação foi autorizada e ao alcançar seu sucesso foi estendida ao segurados do IPAMV e apresentada no dia do Servidor Público aposentado, onde foi exibido um vídeo de Vitória Antiga, o que gerou nos segurados um sentimento de rememoração de seus tempos de juventude, inclusive com trocas de suas memórias pessoais tais como histórias de como era a vida social no Centro da Cidade de Vitória, a importância do bondinhos e os namoros em suas juventudes, e até uma história afetiva que chegou aos dias de hoje. Além dessas histórias, criou-se a demanda de uma maior participação do instituto na vida cultural dos seus segurados, nascendo assim o Projeto “Ocupando a Mente”, o projeto nasceu com o nome de “Oficinas Culturais” e originalmente visava a oferecer atividades culturais aos segurados, colaborando assim para sua interação social e saúde física e mental, através de novos aprendizados e experiências.

### Procedimentos Metodológicos

Na primeira fase da pesquisa, procedeu-se a revisão de literatura, guiada pelas seguintes temáticas “Envelhecimento” e “Mediação Cultural em Arquivos”. Buscamos, assim, compreender o processo de envelhecimento do ser humano e como se dá a mediação cultural a partir da visão das instituições arquivísticas. Foram selecionados os seguintes autores: Aldabalde (2014) e Aldabalde (2018), Dias (2012) e Vela (2001). Já no plano conceitual consideraram-se as noções e os autores que permitiram o entendimento do objeto: a cultura, em Geertz (2008); a mediação cultural, segundo Coelho (1997); e a mediação cultural em arquivos, por Jammet (2007). Foram pesquisadas as bases de dados com histórico de produção na área arquivística. Em seguida, fez-se uma pesquisa histórico-documental, adotando como marco inicial o mês de abril de 2014, momento em que o IPAMV deu posse a um profissional arquivista efetivo, en-

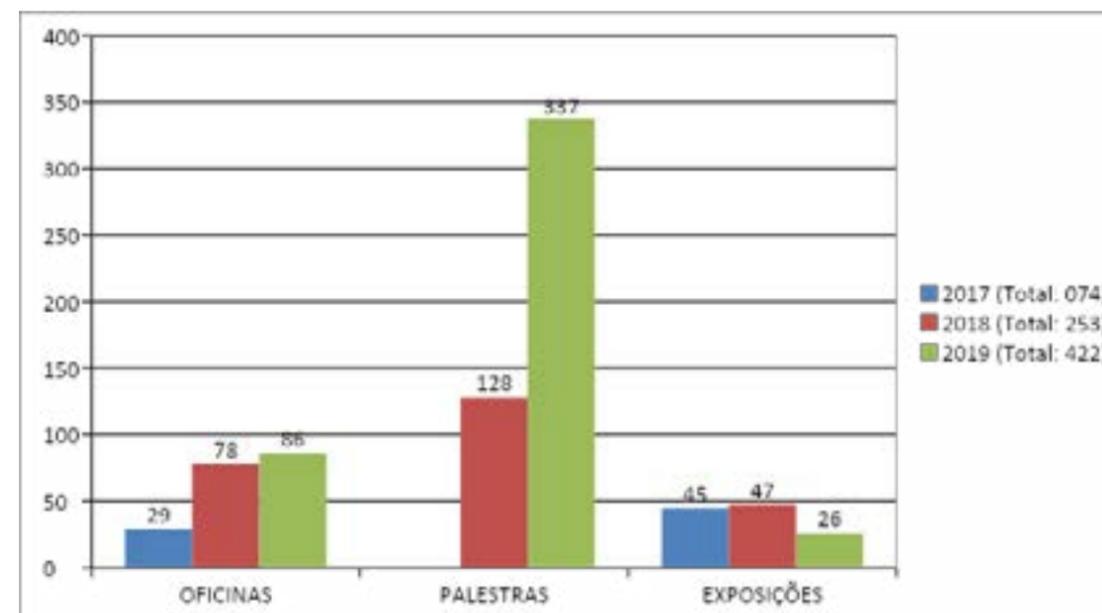


Tabela 1 – Quantitativo de Práticas de Mediação Cultural de 2017-2019. Fonte: Relatório de Atividades DBP-CAS

cerrando no ano de 2019, com a análise de relatório de atividades. Na terceira etapa, foram elaboradas definições sobre difusão e mediação cultural, distinguindo suas especificidades, para, então, localizar as práticas no IPAMV em perspectiva diacrônica.

Por fim, foram analisados os resultados que propiciam a discussão específica sobre as práticas de mediação no instituto e o impacto do Projeto Ocupando a Mente na qualidade de vida dos segurados, para isso foi feita uma entrevista com os participantes ativos do projeto através do grupo de transmissão pelo aplicativo do WhatsApp, cerca de 10 % das participantes ofereceram seus relatos de forma voluntária para a pesquisa. O caso do IPAMV ocorre no contexto de uma instituição pública pensada para além das suas prerrogativas administrativas e jurídicas, isto é, no território de influência sobre os comportamentos de fruição cultural de seu público, tendo o seu arquivo como lugar de cultura, pensa-se na sua função de aproximar a sociedade do patrimônio arquivístico, o qual, por sua vez, compreende os bens materiais artísticos, históricos, linguísticos, estéticos e científicos. Ainda segundo Aldabalde (2014), a diversidade do material sob custódia do arquivo implica a exten-

são de sua atuação sobre as comunidades relacionadas a esses patrimônios culturais, que devem ser compartilhados pública e coletivamente, isto é, por todos os interessados, indo além, afirmamos que o processo de mediação cultural leva à obtenção de novos documentos arquivísticos, o reconhecimento da importância do Arquivo e de seu patrimônio.

### Análise

Seguimos Aldabalde (2014) apud Vela (2001) que apresenta como tipologias de atividades culturais, as visitas, as publicações, os jogos recreativos, as exposições de audiovisuais, as participações em efemérides históricas, as oficinas e os itinerários. Complementando essas referências, encontra-se a coletânea “Médiation culturelle”, publicada na França (2008). Encontramos, através relatório de atividades gerado pelo DBP\CAS de 2017 a 2019, as seguintes práticas de Mediação Cultural no IPAMV:

A partir dos dados gerados por esse relatório ficou claro como pode-se constatar a existência de práticas de Mediação Cultural e da Informação e que

estas são parte integrante da instituição, que possui um calendário anual de atividades e que para essas atividades alcancem seus objetivos utiliza-se a busca ativa de segurados, que são convidados a fazer parte do projeto no dia de seu acolhimento enquanto segurado do IPAMV. Vale ressaltar que o acolhimento não foi elencado na pesquisa por se tratar de uma parte da atividade-fim do Instituto. Além da busca ativa de participantes, foram criados um grupo no aplicativo de WhatsApp e uma lista de transmissão como forma de agilizar a divulgação das oficinas e a inscrição dos participantes, um dos pilares do Projeto “Ocupando a Mente” para buscar ser o mais acessível possível, respeitando a cultura e as limitações de seus participantes.

Quanto à questão central desta pesquisa, ela nos foi respondida a partir do depoimento das seguradas que participam ativamente do Ocupando a Mente, e que ao serem consultadas no grupo de transmissão do projeto pelo aplicativo de WhatsApp se dispuseram voluntariamente a participar da pesquisa, o grupo é composto por 50 participantes, as mesmas foram informadas da finalidade da pesquisa, destas 50 participantes apenas 25 têm participação ativa e dessas 25 seguradas, 09 se dispuseram a serem entrevistadas e apenas 07 responderam a entrevista.

A partir da pesquisa podemos afirmar que as participantes têm entre 50 e 70 anos, são servidoras aposentadas, principalmente da área de educação, tendo nível superior completo, constatou-se ainda que as oficinas culturais têm seu público majoritariamente feminino e que os homens aparecem esporadicamente apenas nas palestras e eventos ligados à promoção da saúde, o que acaba impactando nos conteúdos oferecidos nas oficinas.

Segundo as mesmas, as oficinas impactam diretamente em suas qualidades de vida como podemos conferir nos trechos das entrevistas abaixo, o critério usado para selecionar as entrevistas foi a demonstração de maior conhecimento sobre as oficinas, a assiduidade nas Práticas de Mediação Cultural.

[10:41, 02/12/2019] Leandra: Esse questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica desenvolvida na disciplina de Mediação Cultural e da Informação do Programa de Pós graduação em Ciências da Informação da UFES.

[10:41, 02/12/2019] Leandra: Qual a sua idade?

[10:41, 02/12/2019] Leandra: Segurada ou Pensionista?

[10:42, 02/12/2019] E.M.C: 57 anos

[10:42, 02/12/2019] E.M.C: Aposentada, funcionária pública.da Sedu

[10:43, 02/12/2019] Leandra: Você conhece o Projeto Ocupando a Mente?

[10:43, 02/12/2019] Leandra: Gosta das Oficinas oferecidas por ele?

[10:43, 02/12/2019] E.M.C: Sim

[10:44, 02/12/2019] E.M.C: Já participei com a Luzia Alves

[10:44, 02/12/2019] E.M.C: Sim, gosto muito, mas por questões de saúde, não estou podendo participar.

[10:45, 02/12/2019] Leandra: Compreendo

[10:45, 02/12/2019] Leandra: Você acha que esses momentos ajudam você a ter uma melhor qualidade de vida?

[10:45, 02/12/2019] Leandra: Os momentos da oficina

[10:45, 02/12/2019] Leandra: E das palestras

[10:47, 02/12/2019] E.M.C: Com certeza,,estamos obtendo conhecimentos e conhecendo novas pessoas,e novas maneiras de pensar e colocar em prática aquilo que aprendemos.

[10:47, 02/12/2019] Leandra: Qual a sua opinião sobre esses momentos, eles enriquecem sua cultura?

[10:47, 02/12/2019] Leandra: De alguma forma?

[10:50, 02/12/2019] E.M.C: Sim,com certe-

za,aprendemos muito,toda forma de conhecimentos nos ensina algo.

[10:50, 02/12/2019] Leandra: Tem alguma coisa que vc acha legal dizer sobre o Ocupando a Mente?

[10:52, 02/12/2019] E.M.C: São oficinas e palestras para nos tornamos melhores e aprendermos para podermos usar na vida!

Entrevista 4

[13:43, 02/12/2019] Leandra: Boa tarde Creuza

[13:44, 02/12/2019] Leandra: Esse questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica desenvolvida na disciplina de Mediação Cultural e da Informação do Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação da UFES.

[13:44, 02/12/2019] Leandra: Qual a sua idade?

[13:44, 02/12/2019] Leandra: Segurada ou Pensionista?

[13:44, 02/12/2019] Leandra: Você conhece o Projeto Ocupando a Mente?

[13:44, 02/12/2019] Leandra: Gosta das Oficinas oferecidas por ele?

[13:44, 02/12/2019] Leandra: Você acha que esses momentos ajudam você a ter uma melhor qualidade de vida?

[13:44, 02/12/2019] Leandra: E das palestras

[13:44, 02/12/2019] Leandra: Os momentos da oficina

[17:46, 02/12/2019] C.C.M: Nome: C.C.M

[17:46, 02/12/2019]C.C.M: Idade: 60 anos..

[17:47, 02/12/2019] C.C.M Segurada

[17:51, 02/12/2019] C.C.M: Sobre o Projeto: Conheço em parte. logo quando me aposentei fiquei ciente de algumas informações...se eu não me engano o projeto é baseado na lei do estatuto do idoso, buscando uma melhor qualidade de vida pra esses com estratégias e pla-

nejamentos de ações que viabilizam a interação social do idoso.. O ideal seria atividades mais sequenciais com período de curta duração. Ou uma maior proposta de atividades.

[17:59, 02/12/2019] C.C.M: Vejo que essa informação agregada ajuda a formar novas conexões mentais ou neurais...isto contribui pra que o cérebro mantenha se mais ativo com uma melhor performance..

Sem contar que só o fato de estar com o outro num momento dos encontros pelo IPAMV, já é um incentivo, um estímulo pra auto estima e valorização do aposentado.

[18:13, 02/12/2019] C.C.M: Pra mim cada palestra traz uma conteúdo enriquecedor..me traz motivações pra fazer um diferencial no meu dia a dia a colocar o novo em prática.. ..a exemplo disto foi a última palestra sobre Organizar....

Além de perceber que há muitas coisas que não uso, que inclusive me atrapalham ...percebi que posso contribuir de modo mais efetivo com um ambiente sustentável, quando eu consumo exatamente o que eu preciso, aí vou pensando em novas coisas e passo a ser até produtiva.

Isto gera comunicação e aprendizado, porque gosto de compartilhar com os outros, Me faz pensar, e cada pensamento novo... cada informação, é o meu cérebro em exercício, por isso acho ótimo cada palestra.

Além de reconhecer que as pessoas que trazem essas informações são pessoas que realmente dominam o assunto.

[18:34, 02/12/2019] C.C.M: As oficinas, também são um excelente momento de interação social, de estar perto da amiga..ou da amiga da nossa amiga..ou apenas de nos aproximarmos das pessoas que estão ali naquele momento,

aceitar uma ajuda...ouvir uma opinião...perceber um olhar de admiração.. ter descontração e diversão...

A oficina é um momento criativo de redescoberta da nossa capacidade ou talvez, apenas pra alguns um momento de lazer, de pôr a mão na massa e não se preocupar se fez perfeito, mas se propor a realizar algo novo, este é um auto desafio, quando vemos que conseguimos ainda que de modo desajeitado, tentando fazer de novo..várias vezes se for preciso...

Considero as oficinas essenciais, imprescindíveis como instrumento de estímulo de aprendizado a toda capacidade de movimentação e percepções do corpo, ela por si já é uma terapia emocional e intelectual.

Entrevista 5

[13:45, 02/12/2019] Leandra: Ei Bethy!!!

[13:45, 02/12/2019] Leandra: Boa tarde

[13:45, 02/12/2019] Leandra: Esse questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica desenvolvida na disciplina de Mediação Cultural e da Informação do Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação da UFES.

[13:45, 02/12/2019] Leandra: Qual a sua idade?

[13:45, 02/12/2019] Leandra: E das palestras

[13:45, 02/12/2019] Leandra: Você acha que esses momentos ajudam você a ter uma melhor qualidade de vida?

[13:45, 02/12/2019] Leandra: Segurada ou Pensionista?

[13:45, 02/12/2019] Leandra: Você conhece o Projeto Ocupando a Mente?

[13:45, 02/12/2019] Leandra: Gosta das Oficinas oferecidas por ele?

[13:45, 02/12/2019] Leandra: Os momentos da oficina

[14:41, 02/12/2019] Bethy: 61

[14:44, 02/12/2019] Bethy: Com certeza são momentos únicos. Esses momentos são enriquecedores, além de ampliarmos nossas amizades.

[14:44, 02/12/2019] Bethy: Segurada

[14:46, 02/12/2019] Bethy: Conheço e pretendo participar sempre.

[14:46, 02/12/2019] Bethy: Gosto muito.

[14:47, 02/12/2019] Bethy: Os momentos das oficinas são maravilhosos.

## Conclusão

O Projeto “Ocupando a Mente” iniciou-se no segundo semestre de 2017 e foi destinado a ser um momento de acompanhamento mensal dos servidores aposentados do município de Vitória, através de oficinas nas modalidades intelectuais (Inclusão Digital, e Língua Inglesa), atividades de artes e convivência (Pintura em tela, Bijuterias, Enfeites de Natal) e na modalidade de saúde e bem-estar (Alimentação saudável e Arte de se desapegar), dentre outros. Entre os anos de 2017-2019 esse acompanhamento teve um aumento de 110% em suas atividades e segundo o relato dos próprios participantes, houve uma consolidação de um grupo, gerando vínculos de amizades entre os participantes com trocas de experiências e vivências, tais momentos as levam a novas perspectivas com relação a esse novo momento da vida, incluindo novos aprendizados e novas competências. Desta forma o projeto teve um impacto positivos não só na saúde emocional e física dos participantes, mas impactou como um todo na qualidade de vida dos segurados, já que esses passaram a ter acesso a novas informações sobre saúde, e sobre outros campos, porém o sucesso do projeto só ocorre por sua capacidade de mediar esses conhecimentos através de ações onde o CEDOC e o setor de Serviço Social do IPAMV fazem essa ponte entre instituição e servidores, através do

uso da Mediação Cultural e da Informação, só assim conseguimos identificar as necessidades do público e satisfazer suas necessidades informacionais e de fruição, devolvendo a essas pessoas a sua capacidade de se sentirem inseridas no meio social.

## Referências

ALDABALDE, Taiguara. Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

DIAS, Isabel. O uso das tecnologias digitais entre os seniores: motivações e interesses. *Sociologia, Problemas e Práticas*[online]. 2012, n.68

DUFF, Wendy. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Tradução de Anderson Martins. Revisão técnica de Heloísa Bellotto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.

JAMMET, Yves. La médiation au service des publics: les enjeux, les moies, les expériences: réfléchir le projet culturel et la médiation? Quelles stratégies pour l'action culturelle? In: *Actes du colloque "Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des Archives?"*, 1 et 3 juin 2005, Hôtel de Ville de Lyon. Paris: La documentation Française, 2007.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

VELA, Susanna. Tipología de actividades. In: ALBERCH, Ramon; BOIX, Lurdes; NAVARRO, Natália; VELA, Susanna. *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón: Ediciones Trea, 2001, p. 159-163.

Recebido em: 31/12/2019

Aprovado em: 11/02/2020





## Capela da Invoação da Virgem Senhora da Penha

Situada no município de Aracaju, no sul do Estado de Sergipe, a Capela de Nossa Senhora da Penha é o segundo monumento histórico, artístico, religioso e turístico do município herdado da povoação da antiga Vila de Aracaju.



Esta capela foi construída entre 1784 e 1804 e inaugurada em 1804, em estilo neoclássico, com o nome de Nossa Senhora da Penha, em homenagem ao local onde se encontra a capela. A obra foi iniciada por João de Deus, então governador de Sergipe, e concluída por seu filho, o visconde de Albuquerque Maranhão.

Devido à sua importância histórica e artística, a capela foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico do Brasil (CONDEPHAAT) em 1937, sob o nº 100, tornando-se o primeiro monumento histórico, artístico, religioso e turístico do município de Aracaju.

A capela foi restaurada em 1984, sob a direção do arquiteto Sérgio de Aguiar, e recebeu o nome de Capela da Invoação da Virgem Senhora da Penha, em homenagem ao local onde se encontra a capela. A obra foi iniciada por João de Deus, então governador de Sergipe, e concluída por seu filho, o visconde de Albuquerque Maranhão.

Atualmente, a capela é utilizada para a realização de missas e outras atividades religiosas. A capela é um dos pontos turísticos de Aracaju e recebe muitos visitantes de todo o Brasil.

A Capela da Invoação da Virgem Senhora da Penha é um dos pontos turísticos de Aracaju e recebe muitos visitantes de todo o Brasil.



A fachada da capela é caracterizada por sua simplicidade e elegância, com uma única porta de entrada e uma janela centralizada.



O interior da capela é caracterizado por sua simplicidade e elegância, com um altar centralizado e bancos de madeira.



A fachada da capela é caracterizada por sua simplicidade e elegância, com uma única porta de entrada e uma janela centralizada.



A fachada da capela é caracterizada por sua simplicidade e elegância, com uma única porta de entrada e uma janela centralizada.



A fachada da capela é caracterizada por sua simplicidade e elegância, com uma única porta de entrada e uma janela centralizada.

**HISTÓRIA POPULAR**  
A história popular da capela é caracterizada por sua simplicidade e elegância, com uma única porta de entrada e uma janela centralizada.

A história popular da capela é caracterizada por sua simplicidade e elegância, com uma única porta de entrada e uma janela centralizada.

ARTIGO

## A CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PENHA: CONTRIBUTO PARA UM PROJETO DE REVITALIZAÇÃO

Ivan Petri Florentino

Graduado em História pelo Centro Universitário São Camilo-ES, Licenciado em Pedagogia pela Universidade de Uberaba, especializado em História do Brasil, Gestão Integradora pela Universidade Candido Mendes e Museologia.



## Resumo

A Capela de Nossa Senhora da Penha, na cidade de Anchieta – Espírito Santo, foi construída durante a segunda metade do século XIX, fruto da devoção popular mariana à Virgem da Penha, venerada no Estado desde o século XVI. O objetivo principal deste trabalho é a apresentação do projeto que foi elaborado e executado para a salvaguarda do imóvel e respectivo acervo, restaurando-o e preservando sua característica artística, arquitetônica e dos materiais. Esta iniciativa permitiu a reabertura da Capela com o mesmo propósito para a qual foi edificada. A implementação do projeto foi realizada em duas fases: a análise na qual fizemos o reconhecimento físico e histórico a que se seguiu a identificação e avaliação dos bens móveis e imóveis com vista a uma intervenção e que permitiu melhorar importantes aspectos. Colocar o patrimônio a serviço de moradores e visitantes foi o propósito do caso apresentado neste estudo.

**Palavras-chave:** Conservação; Patrimônio; Religião.

## Abstract

The Chapel of Our Lady of Penha, in the city of Anchieta - ES, was built during the second half of the nineteenth century fruit of the popular Marian devotion to the Virgin of Penha, venerated in the state since the sixteenth century. The main objective of this work is the presentation of the project that was elaborated and executed to safeguard the property and its collection, restoring it and preserving its artistic, architectural and materials characteristics. This initiative allowed the reopening of the Chapel with the same purpose for which it was built. The implementation of the project was carried out in two phases: the analysis in which we made the physical and historical recognition, followed by the identification and evaluation of movable and immovable property with a view to an intervention, which allowed us to improve important aspects. Putting assets at the service of residents and visitors was the purpose of the case presented in this study.

**Keywords:** Conservation. Patrimony. Religion.

## Introdução

Os seres humanos produzem em seu cotidiano vestígios ou patrimônios que os distinguem e caracterizam; são suas heranças que vão além dos bens transmitidos aos herdeiros, por exemplo, terras, dinheiro e outros bens de natureza material. Seu conjunto patrimonial, ainda que formado por este tipo de haveres, possui uma dimensão de cultura material (SCHLERETH, 1985) como representação de suas formas de vida, valores éticos, estéticos e morais, que acabam permanecendo como memória histórica e etnográfica. O caso da Capela de Nossa Senhora da Penha faz parte da memória histórica e cultural da cidade de Anchieta-ES. Como propriedade da Mitra da Arquidiocese de Vitória-ES, quem administra este patrimônio é a Paróquia de Nossa Senhora da Assunção. Por ser um edifício representativo da identidade

local, a Secretaria de Turismo da cidade de Anchieta-ES integrou-o na rede de edifícios históricos de interesse municipal.

Nos últimos anos, raras vezes era utilizada para o culto e oração, esteios da natureza do “fenômeno religioso” (CEP, 1990, p.3), passando a ser utilizada, sobretudo como capela mortuária, subordinada à administração do Santuário Nacional de São José de Anchieta, que lhe fica próximo. Por iniciativa e até certa persistência da zeladora, Maria Paula Matos, já falecida, permaneceu diariamente aberta, porém, pouco procurada. A reapropriação deste espaço se deu pela iniciativa do Padre Felipe de Assunção Soriano, que alocou os meios necessários para devolver este espaço histórico e cultural aos fiéis.

A sinergia conseguida com a paróquia e a comunidade católica da Penha proporcionou os meios humanos e materiais para a montagem e realização do projeto. O objetivo de (re)converter a antiga capela num local de promoção das atividades religiosas e turísticas, por extensão, começou a tomar corpo no final de 2016. A Companhia de Jesus, responsável pela administração da Capela desde 1928, tinha o interesse de pensar este patrimônio em sua relação com a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, fundada por São José de Anchieta em 1579 e convertida em monumento nacional em 1943.

O Santuário Nacional São José de Anchieta é um patrimônio carregado de simbolismo e necessário ao exercício da missão da ordem religiosa. A proximidade entre as duas igrejas e a localização no centro histórico da cidade de Anchieta-ES justificavam a iniciativa. Contudo, embora o fato da finalidade apostólica desenvolvida na paróquia de Nossa Senhora da Assunção pela Companhia de Jesus se sobrepor no contexto paroquial de 2016-17 às funções culturais e turísticas da capela de Nossa Senhora da Penha, a revitalização e preservação da capela atendia às funções religiosas e históricas da comunidade. Aliás, estes propósitos se encontram configurados na criação da Comissão Episcopal Especial para os bens culturais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), segundo a qual a dimensão e ação evangelizadora da Igreja Católica não diminui, mas pelo contrário, potencializa ainda mais a importância e vocação histórica e cultural dos seus espaços. A nível nacional a adoção de medidas no quadro do movimento da nova museologia segue na mesma linha. Segundo Paiva:

O museu deve buscar estar em contato com a comunidade desde o momento em que formata a concepção do programa do museu até a aquisição dos objetos a serem musealizados (...) [sendo necessário] estabelecer uma relação com a comunidade através da escola. Têm-se visto iniciativas como oficinas de educação patrimonial e atividades no interior (PAIVA, 2013, p.7).

Para conceber o projeto partimos das três seguintes premissas:

1. Como reverter o estado de semi-abandono?
2. De que recursos materiais e imateriais dispomos?
3. Como entender a intervenção com base nas teorias museológicas, tendo-se em conta o estudo da forma como este mesmo patrimônio poderá contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais e contribuir para a valorização da autoestima delas em relação à sua identidade e memória coletiva?

## Capela Nossa Senhora da Penha

A Capela foi erguida em meados do século XIX, na antiga Vila de Benevente, e é, cronologicamente, o segundo edifício de natureza religiosa com expressão artística e cultural da cidade. Sua construção está ligada às mudanças decorrentes da “Lei dada para a proscricção, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios”, de 03 de setembro de 1759, em consequência da qual deixaram os jesuítas a vila de Benevente no dia 21 janeiro do ano imediato. Localizada na colina mais alta da cidade, em local com ocupação humana desde os períodos pré-históricos, isto é, terra dos índios Tupinikim da aldeia de Reritiba, público alvo da missão jesuítica fundada em 1579 por São José de Anchieta (CUNHA, 2015).

Com a expulsão dos jesuítas, as dependências da residência histórica que fora da Companhia de Jesus anexas à igreja abrigaram novos serviços e instituições da Vila de Bebevente: a Câmara Municipal, o tribunal da Comarca, a Casa do juiz, a cadeia municipal, a residência paroquial, o quartel da guarda, cavalaria e o cemitério ou “Campo Santo” no espaço do pátio da residência.

Com o passar do tempo, a antiga residência e a igreja matriz ficaram sem padre e recursos para



1: Fachada principal da Capela de Nossa Senhora da Penha. Foto do autor, 10 de janeiro de 2017.

sua manutenção. O telhado da igreja de Nossa Senhora da Assunção com muitas goteiras e o madeiramento fragilizado pelas águas e pelo cupim (CARVALHO, 1982, p. 102), fizeram com que o uso do espaço religioso se tornasse perigoso para o culto no interior da igreja.

A população, preocupada com a situação de abandono e sem espaço adequado para suas ações litúrgicas, decidiu criar a Irmandade de Nossa Senhora da Penha (Padroeira do Estado do Espírito Santo, com culto desde o século XVI). Para este intento, estabelece em ata e seu respectivo síndico que, entre outras funções, tinha a responsabilidade de arrecadar fundos e/ou patrocínios para iniciar a construção de uma nova Igreja dedicada à Virgem.

Com efeito, a devoção à Maria faz parte do imaginário do povo da região. Considerada intercessora e libertadora, não é de se estranhar que Santa Maria tenha sido a escolhida para o novo templo. A ideia de construir uma nova capela ou igreja começou com o antigo vigário Padre Felipe Gonçalves, em 1818. A ideia foi depois sustentada

e promovida pelo pároco André Bertolo J. Miguez que, junto aos moradores, fortalecidos pela Irmandade de Nossa Senhora da Penha, tomaram a iniciativa.

Assim, em 1870, por vontade e a pedido dos fiéis, foi assinado pelo síndico um projeto de lei para apreciação, discussão e aprovação pela Câmara Municipal a favor da construção de uma capela. Na altura, para resolver definitivamente o impasse, utilizaram o argumento da importância de haver mais uma igreja para a população da Vila, visto que se tornara inviável insistir nas antigas instalações da matriz, por exigirem mais dinheiro do que a construção de um templo menor e mais barato. Este argumento convenceu o poder público e a diocese. Com a provação da lei, a Irmandade deu início à campanha para recolha de fundos destinados à construção no cimo do morro mais alto, como convém à Senhora da Penha, tendo sua construção se prolongado por dez anos, entre 1873 e 1883.

Sobre esta capela, circula na cidade uma lenda que afirma: “A Capela de Nossa Senhora da

Penha foi erguida no ano de 1873, mandada construir pelo Sr. Manuel Passos Martins, proprietário abastado, em pagamento de uma promessa feita à Nossa Senhora da Penha, pela intercessão em favor do restabelecimento da saúde de sua filha que se encontrava gravemente enferma com febre malária” (Recolha oral de D. Paula Matos, Anchieta, dezembro, 2016).

De fato, a construção avançou ao ritmo das disponibilidades monetárias da população, sem interferência dos órgãos eclesiásticos que intervieram apenas na inauguração e bênção da capela, conforme ofício da Câmara Municipal dirigido ao Presidente da Província a relatar o ato religioso no sábado, dia primeiro de setembro de 1883, e que identifica os padres participantes da cerimônia:

A Câmara Municipal desta vila (...) pertencente à história do nosso município, o benzimento solene e inauguração da capela da invocação da Virgem Senhora da Penha que teve lugar em data 1º do corrente cuja construção teve começo no ano de 1873 e fica no cimo da colina da mesma Vila, exclusivamente feita a expensas do povo do município no qual ato funcionaram os Revmos. Arceprestes e Vigário da vara da Comarca, Manoel Pires Martins, pároco de Itapemirim, Cônego José Gomes de Azambuja Meireles, Padre André Bertolo J. Miguez, vigário desta freguesia (GONÇALVES, 1996, p. 35).

Fica, portanto, comprovada sua finalização em 1883, em resposta a um pedido da população à Câmara Municipal de Benevente, à qual competia aprovar a construção da capela, em devoção à padroeira do Estado e sob sua invocação.

Na construção foram utilizados os próprios recursos naturais da região, no caso a água, a areia de rio, a argila, as madeiras e pedras retiradas das imediações, onde existiam em abundância. Inicialmente, o piso era de tábuas corridas, porém, foi substituído na primeira metade do século XX, em data que não conseguimos apurar, pelo ladrilho



2: Pormenor do ladrinho hidráulico da Capela de Nossa Senhora da Penha. Foto do autor, 2017.

hidráulico, ainda existente, por ser um material de larga durabilidade e imune às traças e cupins. O novo piso e respectiva colocação foram ofertados pelo Arcebispo de Mariana-MG, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, nascido na cidade de Anchieta-ES.

## A intervenção

No propósito de conseguir a salvaguarda da capela e do seu acervo, depois de uma prévia avaliação das condições dos mesmos, foi elaborado um plano de restauro e preservação das características artísticas e arquitetônicas. Seus principais objetivos foram:

1. Reabrir a Capela com o mesmo propósito para a qual foi edificada;
2. Dar a conhecer a história da sua construção aos atuais moradores e visitantes;
3. Contribuir para o desenvolvimento do turismo religioso e cultural sustentável da cidade de Anchieta.

Assim, no dia 28 de dezembro de 2016, pelas 19h30, o pároco<sup>1</sup> deu início a uma reunião com os membros da comunidade do Morro da Penha, à qual compareceram o Superior da Plataforma Apostólica Leste, o padre Mieczyslaw Smyda, S. J., e Ivan Petri Florentino, responsável pela pesquisa e organização do trabalho histórico-cultural<sup>2</sup>. Foi anunciada a intenção de reabrir a Capela de Nossa Senhora da Penha, transformando-a em capela paroquial, e a necessidade da realização de algumas adequações, nomeadamente em objetos litúrgicos que haviam desaparecido, bem como intervenções no retábulo do altar-mor, no púlpito e na mesa do altar, por alojarem colônias de cupins e formigas. Apresentada a importância “de preservar a memória da história da cidade e do bairro”<sup>3</sup> os membros comunitários solicitaram nova reunião, a fim de procederem à criação do Conselho Comunitário da Capela da Penha tendo-se no dia 04 de janeiro de 2017 realizado a eleição dos membros do Conselho



3 Imagem da mesa e retábulo do altar-mor do século XIX. Foto do autor, 15 de janeiro 2017.

da Capela da Penha, a fim de acompanharem os trabalhos em todas as fases da intervenção.

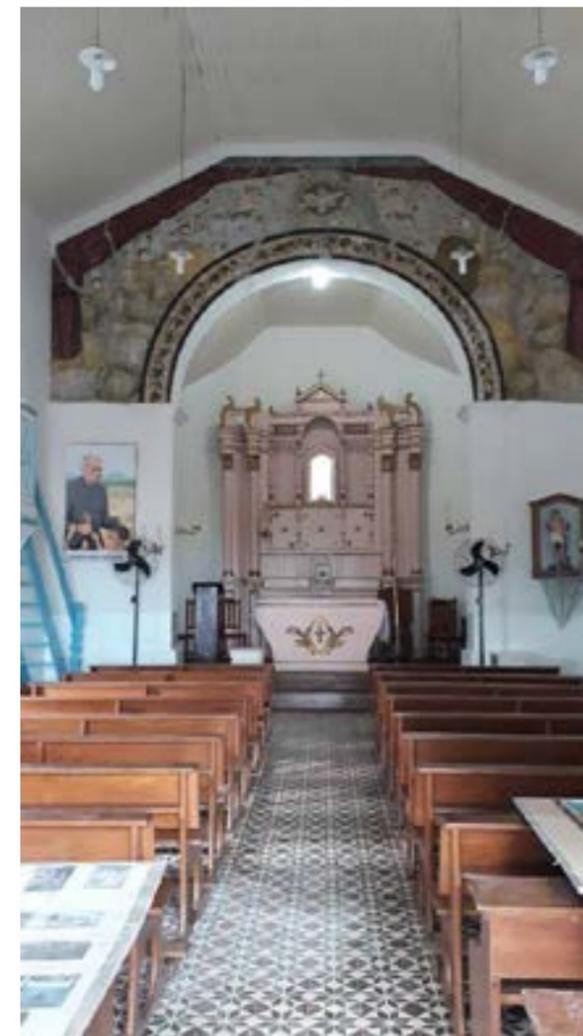
Paiva e Pimon (2013, p.2) usando o conceito da nova museologia e da palavra-chave “ecomuseu” teorizado por Georges-Henri Rivière (1985) sublinham que: “o museu é uma instituição que tem por finalidade conservar, comunicar e expor o patrimônio, no intuito de desenvolver a educação e a cultura”. Tendo estes princípios em mente, procurou-se orientar os trabalhos da Pastoral de Arte

e Cultura de modo a que se cumprissem os termos discutidos, isto é, o funcionamento da capela para fins litúrgicos, tornando-se, simultaneamente, um centro aberto a todos os públicos, sobretudo as escolas do município e da região, como apoio ao estudo da história local. Tratava-se, enfim, da primeira capela construída pela Paróquia numa fase difícil da história do município.

No processo da recuperação e restauro, a capela teve seu conjunto “Retábulo e Altar-Mor” preservados. No primeiro, a intervenção se limitou a limpeza das madeiras, enquanto na mesa do altar-mor se procedeu a substituição das partes danificadas pelos cupins seguida de pintura. O assoalho do altar-mor, comprometido por cupins e formigas, foi recuperado com madeiras resistentes a estes insetos. O mesmo sucedeu com o piso e a escada do púlpito. O coro alto, com o madeiramento de tábuas corridas de jacarandá e balaustrada em pau-brasil, em bom estado de conservação, recebeu um piso alteado novo, a fim de preservar o original. Procedeu-se à remoção do tablado da frente do presbitério, acrescentado durante o século XX, permitindo dar mais espaço e amplitude à nave única do templo, como era originalmente. Entre o mobiliário usado para a prática litúrgica, foram limpas e renovadas as credências em madeira do século XIX. Todos os trabalhos foram realizados entre os dias 04 a 13 do mês de janeiro, com a ajuda da Paróquia, da comunidade, de comerciantes e outros doadores.

No corpo da capela, o arco que marca a passagem da nave para o altar-mor apresenta uma pintura feita sobre o gesso. O afresco, com estilo da transição do barroco para o neoclássico, foi realizado pelo pintor popular Manuel dos Santos Mattos. Os motivos decorativos contemplam tronco e folhas de parreira, anjos e a pomba representativa do Divino Espírito Santo. Este conjunto pictórico foi oferecido pelo mo-

4 Da Mata Atlântica do município foram, no século XIX, extraídas muitas madeiras nobres para a construção naval e de casas, inclusive com destino ao Rio de Janeiro (GONÇALVES, 1996, p. 31).



4: Área ocupada pelo afresco. Foto do autor, 10 de janeiro de 2017.

rador da vila, o Sr. Manuel Passos Martins (GONÇALVES, 1996, p. 31), que desempenhara o cargo de presidente do paço municipal da vila de Benevente e ao qual a tradição oral atribui a construção integral do templo.

Apesar do caráter popular e simples da pintura, típica dos meios rurais das periferias que não querem passar ao lado das correntes estéticas em moda, contém os elementos vegetativos próprios da mensagem do Evangelho que a Igreja deseja passar aos fiéis. Com efeito, os motivos representam a força criadora e sua posição na transição do espaço

1 Padre Felipe de Assunção Soriano, S.J.

2 Autor deste trabalho e dinamizador da Pastoral de Arte e Cultura D. Helvecio Gomes de Oliveira, da Paróquia de Nª Sª da Assunção.

3 Ata nº 1 da reunião do Conselho da Capela da Penha. Arquivo Paroquial de Nª Sª da Assunção, Anchieta - ES.



5 Nossa Senhora da Penha. Madeira policromada. Foto do autor, janeiro 2017.

profano para o sagrado não deixam de exprimir valores morais e espirituais. O problema da preservação coloca-se aqui, porque o pintor marcou o desenho a fresco, porém a aplicação das tintas foi realizada a seco, motivo pelo qual a pomba da parte direita dos fiéis ou lado dos apóstolos desapareceu e, em seu lugar, em data incerta, alguém fez uso de calda de cimento para cobrir a área.

Foi dada atenção à imagem da padroeira da Capela, uma imagem do século XIX, em madeira policromada. A particularidade desta peça reside no fato



6: Área de maior intervenção. Visível o ponto do lado direito onde foi aplicada a calda de cimento. Foto do autor, 15 de janeiro 2017.

de na pintura do manto se manter a cor vermelha, cor que se manteve desde o século XVI até o ano de 1947, data da oficialização da bandeira do Estado do Espírito Santo, inspirada desde 19085 nas cores representativas de Maria: o rosa para sua humanidade e o azul para sua divindade. Esta escolha levou a que a estátua da Senhora da Penha existente no convento de Vila Velha abandonasse o manto de cor vermelha e passasse ao de cor azul, mudança que não aconteceu em Anchieta. Do ponto de vista da cultura e da simbologia católica, as cores tornam-se objeto de mensagem e o vermelho foi associado ao sangue de Jesus e ao Espírito Santo, expressas nas línguas de fogo do Pentecostes, símbolo do amor divino e do poder e vigilância, presente, por exemplo, nas vestes dos bispos.

A manutenção da cor original do manto da imagem de Nossa Senhora da Penha acabou por ser um desafio didático, porquanto a comunidade católica não entendia o porquê desta imagem não ser semelhante à de Vila Velha. Uma vez explicado e compreendido o motivo ficou evidente à comunidade que a preservação de sua identidade e historicidade eram fatores mais importantes que a cópia da cor do manto da Senhora do Convento da Penha.

Na intervenção foi contemplada a limpeza in-

5 Informação disponível na página oficial do Convento da Penha, em Vila Velha – Es Disponível em <http://conventodapenha.org.br/n-senhora-da-penha/>. Acesso em 02/10/2017.



Figura 7, 8 e 9: Capela de Nossa Senhora da Penha, década de 80 do século XX. Fonte: Acervo do arquivo paroquial.

terna e externa das paredes, com caiação a branco e foi discutida a manutenção ou não dos óculos laterais das paredes cuja função arquitetônica é a de facilitar a circulação de ar, a entrada de luz, sendo simultaneamente elementos decorativos.

No dia 15 de janeiro de 2017, às 08h30, a secular capela teve sua reabertura com missa solene, devolvendo-se ao culto público este patrimônio cultural e religioso do povo anchietaense.

Tendo o conceito de conservação associado ao de museologia, a intervenção neste espaço abarcou a “ciência da organização” dos museus e da exposição das peças e obras representativas da cultura, preservando-as e apresentando-as ao público, a quem a conservação interessa. Ganhou a paisagem e o patrimônio da cidade e do município, tendo-se tornado um espaço de visitação e de estudo para os alunos das escolas da região.

Para atender ao serviço pedagógico e turístico foi elaborado um painel explicativo afixado na proximidade da porta da entrada, do lado dos apóstolos, e um folder. A marcação de visitas das escolas é realizada diretamente na secretaria paroquial e fica a cargo dos membros que compõem a pastoral de Arte e Cultura.

Os resultados da intervenção, dada a proximidade física de um monumento nacional, o Santuário Nacional de São José de Anchieta, permitem alargar a oferta cultural, informativa e turística. O impacto da afluência e circulação de pessoas aumentou naquela parte da cidade, em especial em horários de celebrações litúrgicas, que era um dos pontos preocupantes da comunidade jesuítica, que se ocupa do santuá-



10: Colocação de painel alusivo à história da Capela, lado da Epístola. Foto do autor, 15 janeiro 2017.

rio e da capela. Para a cidade de Anchieta e toda a sub-região sul do Estado, o polo representativo da antiga aldeia da missão de Reritiba foi um ponto fulcral para a evangelização e de aglutinação de tribos

vindas de diferentes regiões do Espírito Santo e de outros estados e foi importante centro de construção da civilização brasileira. Ao preservar e devolver o espaço à cidade foi dada a merecida importância ao patrimônio e ao papel que os moradores do século XIX desempenharam na evolução do município.

### Referências Bibliográficas

CABALLERO, Zoreda Luis. "La documentación museológica". Boletín Anabad. XXX VIII. N 4, Madrid: Anabad, 1988. pp. 455 - 493.

CARVALHO, José Antônio. *O Colégio e as residências jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CIRLOT, Juan Eduardo. *Dicionário de símbolos*. Tradução Carlos Aboim de Brito. Porto: Publicações D. Quixote, 2000.

Conferência Episcopal Portuguesa. *Património histórico-cultural da Igreja*. Lisboa. 1990.

CUNHA, Maria José dos Santos. *Jesuítas no Espírito Santo: contatos, confrontos e encontros, 1549-1759*. Tese de Doutorado. Universidade de Évora, 2015.

GONÇALVES, Emília. *Anchieta cidade dos sonhos*. Vitória: Edição da Autora, 1996.

MOURA, Margarida Maria. "Devoções Marianas na roça e na vila". Centro de Estudos da Religião Duglas Teixeira Monteiro. Departamento de Sociologia – USP. 1994. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/74978-101315-1-sm.pdf. Acesso em 26/08/2017.

PAIVA, Kenya Jessyca Martins de; PRIMON, Juliane Conceição Serres. "Museus no Brasil: a nova museologia e os benefícios proporcionados à prática pedagógica na escola". XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH, Natal – RN, julho 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364945900\\_ARQUIVO\\_ANOVAMUSEOLOGIAEOSBENEFICIOSPROPORCIONADOSAPRATICAPEDAGOGICANAESCOLA.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364945900_ARQUIVO_ANOVAMUSEOLOGIAEOSBENEFICIOSPROPORCIONADOSAPRATICAPEDAGOGICANAESCOLA.pdf) (Acesso 29/09/2017).

RIBEIRO, Fernanda. "Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?". Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Série vol. IV Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 83-100.

RIVIÈRE, Georges-Henri. "Définition évolutive de l'écomusée". *Museum, (Images de l'écomusée)*. XXXVII, 148. Paris: UNESCO, XXXVII, 1985, p. 182-183.

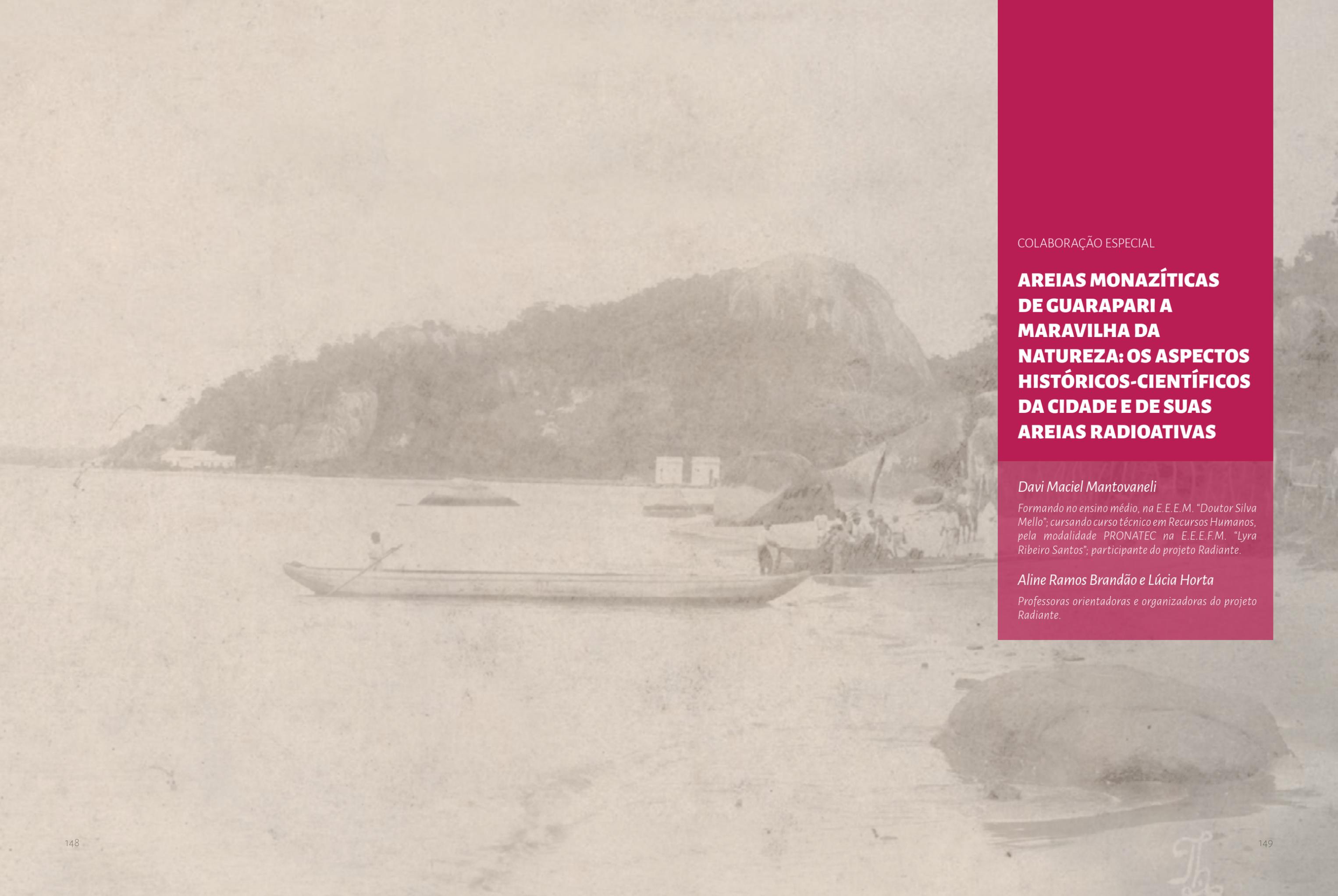
SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. "Museus Brasileiros e política cultural". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19. Nº. 55, 2004.

SCHLERETH, Thomas J. (ed.). *Material Culture: a Research Guide*. Lawrence, Kansas: University of Kansas, 1985.



Recebido em: 14/01/2020

Aprovado em: 04/02/2020



COLABORAÇÃO ESPECIAL

**AREIAS MONAZÍTICAS  
DE GUARAPARI A  
MARAVILHA DA  
NATUREZA: OS ASPECTOS  
HISTÓRICOS-CIENTÍFICOS  
DA CIDADE E DE SUAS  
AREIAS RADIOATIVAS**

*Davi Maciel Mantovaneli*

*Formando no ensino médio, na E.E.E.M. "Doutor Silva Mello"; cursando curso técnico em Recursos Humanos, pela modalidade PRONATEC na E.E.E.F.M. "Lyra Ribeiro Santos"; participante do projeto Radiante.*

*Aline Ramos Brandão e Lúcia Horta*

*Professoras orientadoras e organizadoras do projeto Radiante.*

O “Projeto Radiante”, idealizado por um grupo de professores e alunos, teve como seu primeiro objetivo desvendar os mistérios do nome de nossa instituição de ensino, “Doutor Silva Mello”. Com as primeiras pesquisas, o interesse foi sendo despertado para uma área de pesquisa do Dr. Antônio da Silva Mello: as areias monazíticas e sua história, que atraem milhares de turistas anualmente, e que despertam tanta curiosidade nos pesquisadores e cientistas. Apresentaremos, dessa forma, a história conhecida e os dados colhidos por nosso projeto e também mostraremos os impactos que eles nos trazem atualmente.

## A história

A tão charmosa cidade começa em 1585 quando o padre jesuíta José de Anchieta inicia uma missão para catequizar os índios da região da aldeia de Santa Maria de Guaraparim. A aldeia cresce e se desenvolve, recebendo a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em 1677. Em 1679 se eleva para a condição de vila. Chega 1835 e é criada a Comarca de Guarapari.

Então, a pequena e recente comarca recebe a visita do Imperador Dom Pedro II, que a descreve em seu diário pessoal da seguinte forma: “Antes de chegar à vila deixa-se à direita uma povoação de choupanas chamada Muquiçaba, descobrindo-se a vila quase [que] de repente por detrás duma montanha de granito. A rua maior estende-se ao longo do cimo duma colina, e a vila tem bastante casas de telha e algumas de sobrado. A matriz pequena está na parte superior da vila numa chapada tendo de frente em ruínas a capela.”

Em 1878, a vila de Guarapari é emancipada e se torna município, ganhando o *status* de cidade. Quase um século se passa, e a cidade é noticiada em todo o mundo, começando a receber turistas de todo o Brasil e de outras partes do mundo, inclusive pesquisadores para estudarem e conhecerem suas areias pretas.

## As terras raras

Antônio da Silva Mello, médico, escritor e pesquisador, é o pioneiro nos estudos dessas areias, e é considerado pai da pesquisa científica no município. Ele inicia suas pesquisas sobre radioatividade na região,

inclusive no uso da areia para tratamento de doenças e até elabora métodos tratativos com horários e frequências. Silva Mello chega a escrever um livro com a culminância de suas pesquisas guaraparienses, que se chama: “Guarapari, maravilha da natureza”. Desde então, a cidadela passa a ser palco de pesquisas e olhares científicos, atraindo diversas universidades e entidades pesquisadoras nacionais e internacionais.

No livro “Armadilha para pássaros vermelhos”, de Isabel Serrano, relata-se sobre Dr. Silva Mello: “Ao chegar a Guarapari pela primeira vez, em 1937, o doutor teve uma grande surpresa e admiração pelo lugar [...]”. Doutor Silva Mello, como era conhecido, que em sua juventude fora assistente do Instituto Radium de Berlim, também descreve em seu livro “Guarapari: Maravilha da natureza”, o seguinte trecho: “Eu encontrava na natureza [de Guarapari] o que conhecia de laboratórios e pude prever com absoluta segurança que essa dádiva da natureza, de incomensurável valor e ainda completamente desconhecida, teria um futuro de proporções inacreditáveis”

Com a notícia de Antônio, Guarapari recebe turistas de todo o Brasil e mundo, buscando os efeitos curativos e terapêuticos das areias, e claro, o lindo balneário da cidade. Cada vez mais conhecida, com cada vez mais turistas, Guarapari é primeira capa, aparece em vários guias de viagens e é reportada por grandes jornais do país. A areia monazítica é rica em muitos minerais raros, por isso, é chamada de terras raras. Um dos elementos de cobiça é o radioativo tório que foi alvo de muita procura em dois momentos da história: para a fabricação de lâmpadas a gás, em 1890, que utilizava óxido de tório como combustível e emitia uma luz forte e duradoura. E também na

indústria nuclear que estava em seu auge, pois eles transformavam o tório em urânio  $^{233}\text{U}$ , que era usado nos reatores e bombas atômicas.

A história da extração da areia em Guarapari se inicia em 1898, quando o engenheiro John Gordon a descobre e envia amostras para análise em laboratórios estrangeiros. Com os relatórios em mãos, ele vai à procura de compradores para sua descoberta. Ele encontra o austríaco Carl Auer Von Welsbach, criador de um sistema de lâmpadas a gás a base de óxido de tório, que passara a iluminar toda a Europa com sua criação. Com o potencial comprador, John consegue autorização do governo brasileiro para mapear onde haveria esse material na costa do país. O poder executivo concede várias porções de terras a ele, onde inicia a exploração das areias. A primeira empresa que explorava as terras foi a Minière e iniciou sua atividade no ano de 1906, extraíndo areia do fundo do mar e da costa, separando seus componentes principais e exportando através de navios, no Porto de Guarapari.

A exploração crescia a cada dia e em 1940 Boris Davidovich chega ao Brasil como procurador da Societé Minière, atual empresa de mineração em Guarapari. Essa empresa mantinha uma exploração modesta, porém com a chegada de Boris, em 1941, ele a transforma na MIBRA (Monazita Ilmenita do Brasil), através de golpes, vendendo a Minière e usando os recursos para constituir a MIBRA, agora em seu comando e posse.

A empresa enriquecia cada dia mais, retirando toneladas de areia, separando, e enviando para o exterior. Não era só a Europa a grande compradora da areia, os Estados Unidos precisavam abastecer seu programa nuclear, chegando a fazer diversos acordos com o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, que deu diversas autorizações para o envio das areias e seus compostos, com sua política de boa vizinhança. As areias de Guarapari eram usadas no “Projeto Manhattan”, que constituíam na construção de armamento nuclear, nos Estados Unidos.

Milhares de toneladas de areia foram retiradas de nosso balneário, 70 km de praia e restinga

foram reviradas e destruídas e praias foram danificadas. Então, em 1986, o prefeito Graciano Espíndula conseguiu acabar com a exploração em Guarapari, através de decretos e processos judiciais. O Doutor Silva Mello já previa situações como essa em seu livro sobre a cidade, no seguinte trecho: “... quem quiser pode ir que não se arrependerá. Mas se quiser gozar a natureza... é preciso que se apresse, antes que os vândalos estraguem tudo aquilo, acreditando que estão agindo como civilizados.”

A areia de Guarapari, que beneficiou tantos países e pesquisas, hoje se mantém apenas para os habitantes e visitantes da tão charmosa cidade. Ainda existe restos nos Estados Unidos, em forma de bombas e pastilhas que com os avanços, acabaram se tornando obsoletos e inúteis. Hoje, o turismo é intensivo no município, recebendo anualmente quase 1 milhão de pessoas atraídas por nossas lindas praias, paisagens e cultura. Nossas terras ainda são lembradas como remédio natural para tratamentos de saúde, embora não tenha divulgação atual sobre elas. Porém, temos o dever de explicar e replicar o conhecimento dessa tão preciosa areia para as futuras gerações, e assim manter vivas a memória e esforços de Antônio da Silva Mello.

## A pesquisa

a Escola Estadual de Ensino Médio “Doutor Silva Mello” iniciou o ano letivo de 2019 com uma ideia: Descobrir quem foi Dr. Silva Mello, personagem de seu nome, e sua importância para o município. As professoras Lúcia Horta, da disciplina de física, e Aline Brandão, de história, desempenharam o papel de organizadoras e reuniram os alunos Davi Maciel Mantovaneli, Beatriz Rodrigues Silva, Jade Lira, Isabel Rangel e Maria Luiza Zandomingo, que executaram o projeto durante todo o ano.

Uma pesquisa histórica detalhada, através dos livros sobre o município e estado, e com materiais digitais de acervos públicos, foi feita para entender-

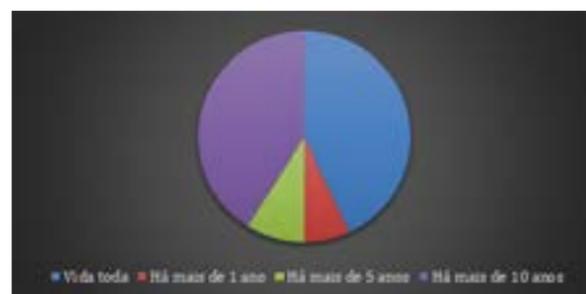
mos a dimensão do objeto de estudo. Também foram ouvidos relatos de populares.

Foi feita a retirada de amostras das areias em diversas praias do município, onde se acreditava ter alguma radiação, e se constatou que a praia com maior incidência foi a da Areia Preta, onde grandes faixas de monazita e seus compostos se estendem até o mar.

Uma pesquisa de entrevista também foi realizada com os habitantes do município, totalizando 1089 participantes. 109 alunos da escola foram recrutados para realizarem as pesquisas, entre os dias 06 e 28 de junho de 2019. Então, os alunos principais do projeto realizaram o tratamento dos dados e os balanços estatísticos. Os resultados foram diversos, mas aspectos importantes foram notados. Abaixo estão alguns deles:

**Tempo de residência:** Em 1089 pessoas entrevistadas, 43% moram em Guarapari a vida toda; 41% há mais de 10 anos; 9% há mais de 5 anos, e 7% há mais de 1 ano. (ver gráfico 1).

Gráfico 1: Elaborado pelo autor, com dados próprios de pesquisa



**Câncer nos entrevistados:** Em 1089 pessoas, 2% tiveram câncer. A taxa está dentro da normalidade regional, pois de acordo com o INCA, 2,2% de pessoas (272.610) da população total da região (80.000.000) foram diagnosticados com câncer, em 2018. (ver gráfico 2)

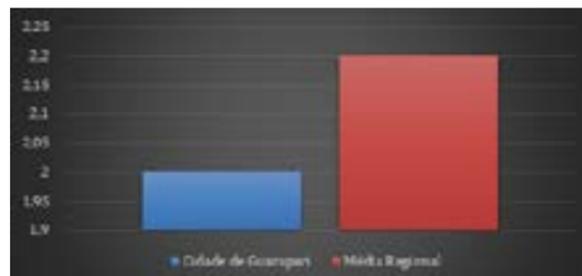


Gráfico 2: Elaborado pelo autor com dados próprios e do INCA (Instituto Nacional de Câncer)

**Reumatismo nos entrevistados:** Em 1089 pessoas, 11% possui algum tipo de doenças reumáticas. A taxa está dentro dos padrões nacionais, de 2011, pelo Ministério da Saúde, onde diz que 12% dos brasileiros foram tratados com reumatismo no ano apurado. Os dados de comparação são antigos e podem não condizer com a atualidade, porém foi o último levantamento feito.

**Conhecimento sobre as areias no município:** 85% dos entrevistados conhecem os poderes curativos da areia, mas somente 79% acreditam que ela influencia na saúde. 93% acreditam que ela influencia positivamente. A maior fonte de transmissão do conhecimento dos poderes e história da areia é feita pela própria população.

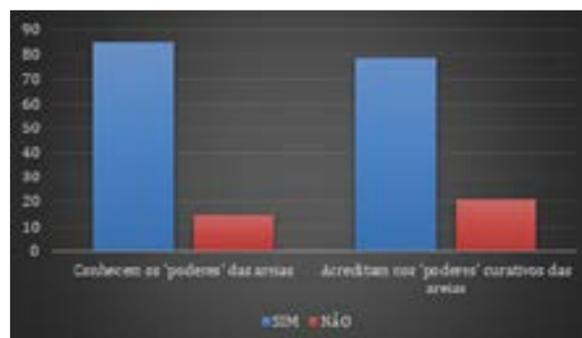


Gráfico 3: Elaborado pelo autor, com dados próprios de pesquisa

Existem relatos interessantes, que foram obtidos através dos entrevistados, que afirmam conhecer casos reais de melhora por meio de tratamentos com as areias monazíticas da cidade, principalmente

na praia da Areia Preta. Seguem dois exemplos: “Trabalhava em farmácia e já presenciei vários relatos de melhoras e até curas de pacientes que se trataram na areia preta. Pacientes com artrite, artrose e outros problemas ósseos. Uma qualidade de vida!” e “O meu relato foi uma situação que aconteceu comigo. Tive umas manchas nas pernas e por essa razão fui em vários médicos, curandeiros e nenhum deles conseguiu remédio para cura; foi só quando um benzedor me disse que eu teria que enterrar minhas pernas na areia da praia, fui então até a praia da areia preta no centro de Guarapari enterrar as pernas na areia; fiquei por 30 minutos e com uma semana vi que não havia mais nenhuma mancha. Por esse motivo resolvi me mudar para Guarapari há 25 anos.”

## Considerações finais

Esse projeto apresentou a história e a importância das areias monazíticas para o turismo e história do município, devendo ser de obrigatoriedade a replicação desse conhecimento para todas as novas e já existentes gerações. Também concluímos que Dr. Antônio da Silva Mello foi o pioneiro da pesquisa científica da região e merece todo o respeito, juntamente com nossas maravilhosas riquezas naturais. Guarapari deve ser tratada com o respeito e a seriedade que merece. O projeto radiante segue para frente, replicando esta informação às seguintes 'sanguês', e eles serão encarregados de levar adiante.

Guarapari: Maravilha da Natureza!

## Referências

- AUTOR DESCONHECIDO. Guarapari. Wikipédia, 2019. Disponível em: 26/07/2019. Acesso em: 21/10/2019.
- AUTOR DESCONHECIDO. Incidência de Câncer no Brasil: Região Sudeste. INCA, 2018. Acesso em: 16/09/2019.
- GIANNINI, Déborah. Doenças reumáticas afetam a vida de mais de 12 milhões de brasileiros. R7 Notícias, 2019. Disponível em: 17/03/2019. Acesso em: 27/10/2019.
- LOPES, Aglisson; BOURGUIGNON, Natália. A Guerra Nuclear de Guarapari: Uma história sobre praias tropicais, bombas atômi-

cas, riqueza e exploração no litoral brasileiro. Gazeta Online, 2015. Disponível em: 29/08/2015. Acesso em: 24/10/2019.

NÚÑEZ, Padre Antônio. Guarapari é seu nome. 3ª Edição. Guarapari: Grafitusa, 1996

ROCHA, Levy. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. 3ª Edição. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2008.

SERRANO, Isabel. Armadilhas para pássaros vermelhos: Contos Folclóricos de Guarapari. 1ª Edição. Guarapari: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1991.



DOCUMENTO

**O FUNDO GOVERNADORIA  
E A ANÁLISE DA  
DEMOGRAFIA ESCRAVA  
NA PROVÍNCIA**

Rafaela Domingos Lago

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal do Espírito Santo.

## DOCUMENTO

As duas transcrições a seguir tratam-se de documentos relativos à escravidão, pertencentes à Série Accioly, localizada no acervo do Fundo de Governadoria do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Esse acervo é composto por correspondências recebidas e expedidas pela governadoria entre 1770 e 1994.

Nas correspondências constam relatórios de secretários de Estado e de chefes de polícia que evidenciam ter a Província do Espírito Santo apresentado resistência ao cumprimento da Lei n. 581, de 04 de setembro de 1850, responsável por estabelecer medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império do Brasil.<sup>1</sup> Em análise das fontes<sup>2</sup> foram localizados ofícios sobre contrabando de africanos pelo menos até 1856, sobretudo na região sul da Província.

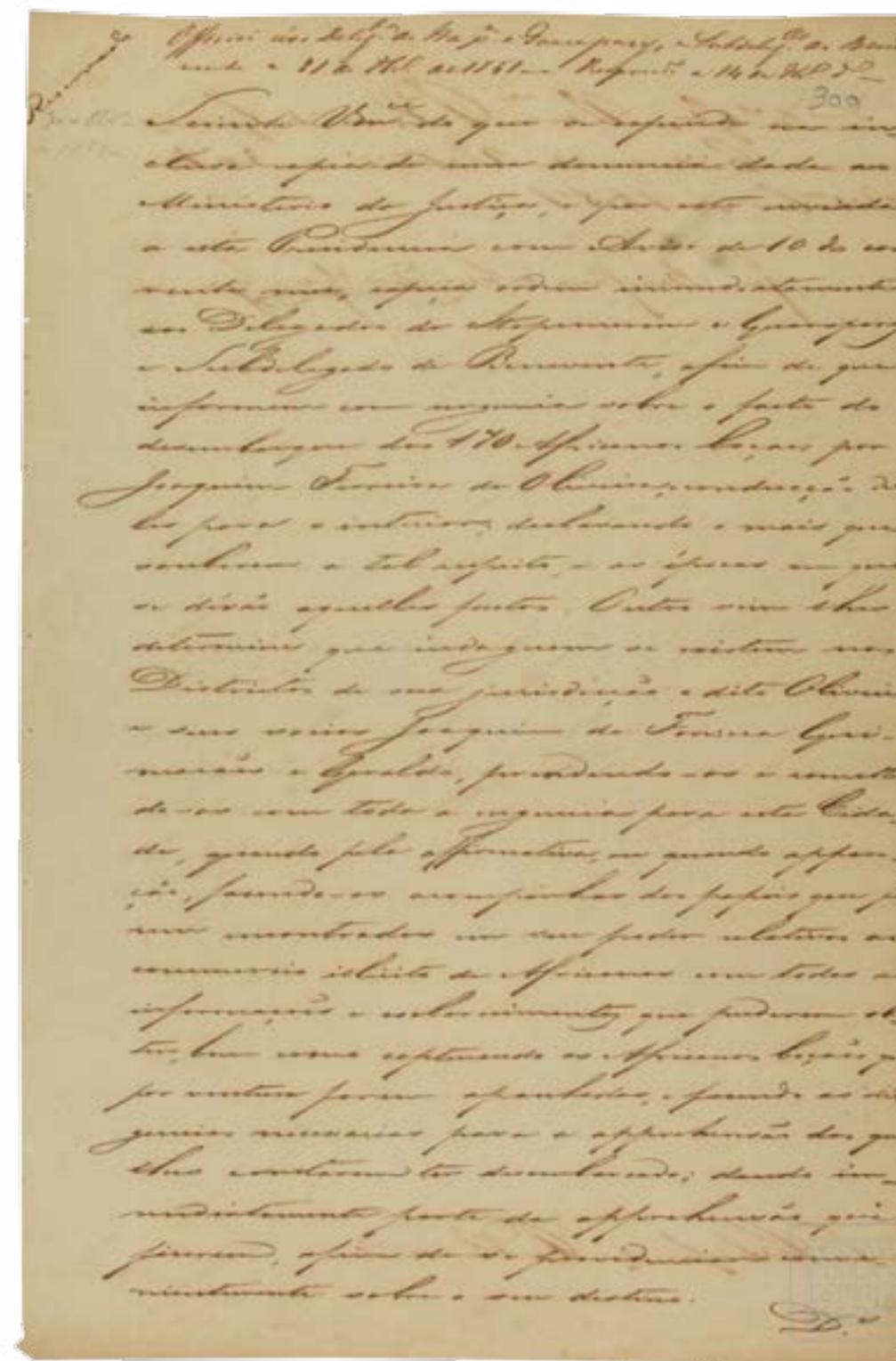
Em 1851, conforme transcrição abaixo, o Ministério de Justiça se comunicou com o poder local da Província do Espírito Santo para relatar denúncias sobre o desembarque de africanos na região. O aviso enviado pela Corte ao Presidente da Província e remetido aos delegados de Itapemirim e Guarapari, além dos subdelegados de Benevente, relatava o desembarque de 170 africanos “boçaes” feito pelo negociante Joaquim Ferreira de Oliveira com a ajuda de seus sócios Joaquim da Fonseca Guimarães e Geraldo, que conduziram os africanos para o interior de Itapemirim. Segundo o secretário do Ministério da Justiça, os delegados deveriam encontrar tais negociantes bem como os papéis relativos ao comércio ilícito para serem enviados à corte juntamente com os africanos capturados.

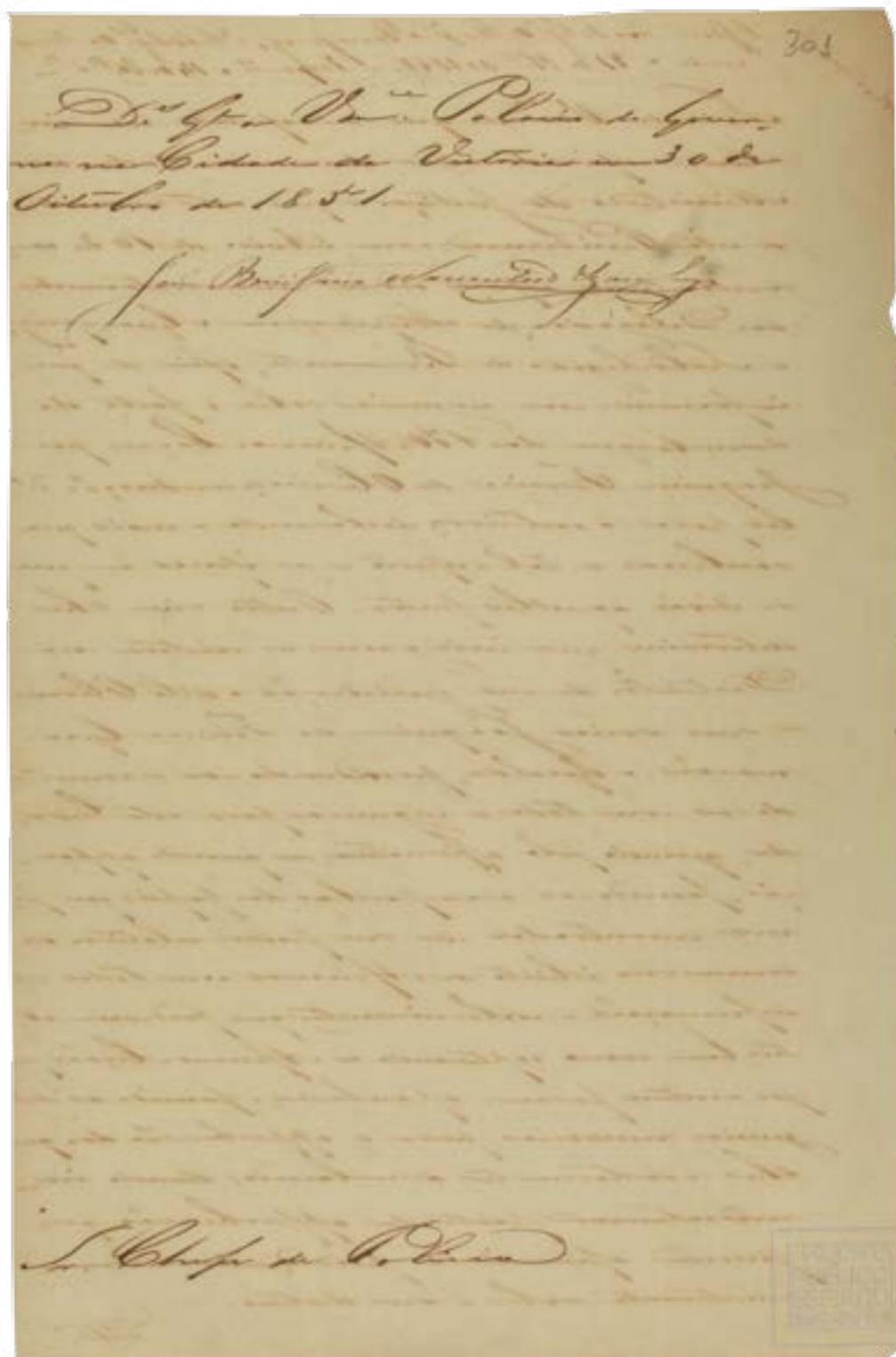
No ofício seguinte fora relatada a carta que o negociante Oliveira escreveu a um de seus sócios, Joaquim da Fonseca Guimarães, que havia auxiliado no desembarque de africanos. Nela chama atenção o fato de o traficante estar disposto a receber os negros vindos de Angola sem temer qualquer impedimento ou ameaça de deportação.

Tais documentos são importantes para a análise da demografia escrava na Província durante o século XIX e evidenciam a participação da Província no recebimento de centenas de africanos em suas praias, seja para que fossem encaminhados para outras províncias, seja para abastecer com mão de obra africana as escravarias dos grandes fazendeiros produtores de café da região sul.

<sup>1</sup> Conferir na íntegra em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm).

<sup>2</sup> Conferir: LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos Homens: escravos e parentesco ritual da Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.



**TRANSCRIÇÃO 1**

Officio aos delegados de Itapimirim e Guarapary e subdelegados de Benevente a 21 de abril de 1851. Respondido a 14 de setembro.

Sciente VEXCE. do que se expondo na inclusa copia de uma denuncia dada ao Ministerio da Justiça, e por este enviada a esta Presidencia com Aviso de 10 do corrente mês, expreça ordem imediatamente aos Delegados de Itapimirim e Guarapary e Subdelegado de Benevente, afim de que informem com urgencia sobre o facto do desembarque dos 170 Africanos boçaes por Joaquim Ferreira de Oliveira, e conducção delles para o interior; declarando o mais que souberem a tal respeito, as épocas em que se derão aquelles factos. Outro sim lhes determine que indaguem se existem nos Districtos de sua jurisdição o dito Oliveira e seus socios Joaquim da Fonseca Guimarães e Geraldo, prendendo-os e remetendo-os com toda a urgencia para esta Cidade, quando pela afirmativa, ou quando apparição, fasendo-os acompanhar dos papeis que forem encontrados em seu poder relativos ao commercio illicito de Africanos com todas as informações e esclarecimentos que puderem obter, bem como capturando os Africanos boçaes que por ventura forem apanhados e fasendo as diligencias necessarias para a apprehensão dos que eles constarem ter desembarcado; dando imediatamente parte da apprehensão que fiserem, afim de se providenciar convenientemente sobre o seu destino.

De Vsa Exce. Palacio do Governo na Cidade da Victoria em 30 de outubro de 1851.

José Bonifacio Nascentes Azambuja.

Sr. Chefe de Policia”

Copia do Exmo. Senhor. Chegou entre Itabapuana e Guapimirim (talvez Guarapary) um barco com cento e setenta negros novos; quem lhes foi dar o desembarque foi um Joaquim Ferreira de Oliveira, que para ali seguiu daqui no Vapor Macahense a duas viagens. d'ahi escreveo aos seos socios Joaquim da Fonseca Guimarães Ca. que tinha dado o desembarque, e que tudo estava salvo, tendo ele seguido em canoas pelo rio acima. Este papeleta Oliveira he um traficante de negros novos que dis a todos que não desiste, e que tomára que de Angola lhe mandem negros que elle está prompto para os receber, e que não tem medo; que já teve ordem para ser deportado, mas que não foi e não vai, e que antes primeiro ha de leval-o o diabo e o Ministerio; assim são as cartas que elle escreve para Angola ao seu socio Francisco Antonio Flores que daqui sahio com passaporte só para mandar negros para cá ao tal papeleta traficante Oliveira Joaquim da Fonseca Guimarães e Geraldo vão sahir para lá para venderem negros. O tal papeleta Oliveira ainda se

para por outro barco remettido pelo tal Flores assignado de quem Oliveira silva. Este conforme ao original real Francisco de Paula e Martins e Silva - Conforme Dionisio da Cunha Ribeiro Feijó. Conforme Bernardo Jose de Castro.

#### TRANSCRIÇÃO 2

Copia do Exmo. Senhor. Chegou entre Itabapuana e Guapimirim (talvez Guarapary) um barco com cento e setenta negros novos; quem lhes foi dar o desembarque foi um Joaquim Ferreira de Oliveira, que para ali seguiu daqui no Vapor Macahense a duas viagens. d'ahi escreveo aos seos socios Joaquim da Fonseca Guimarães Ca. que tinha dado o desembarque, e que tudo estava salvo, tendo ele seguido em canoas pelo rio acima. Este papeleta Oliveira he um traficante de negros novos que dis a todos que não desiste, e que tomára que de Angola lhe mandem negros que elle está prompto para os receber, e que não tem medo; que já teve ordem para ser deportado, mas que não foi e não vai, e que antes primeiro ha de leval-o o diabo e o Ministerio: assim são as cartas que elle escreve para Angola ao seu socio Francisco Antonio Flores que daqui sahio com passaporte só para mandar negros para cá ao tal papeleta traficante Oliveira Joaquim da Fonseca Guimarães e Geraldo vão sahir para lá para venderem negros. O tal papeleta Oliveira ainda espera por outro barco remettido pelo tal Flores (assignado) um Brasileiro. Está conforme ao original – Francisco de Paula Martins e Silva – Conforme Dionisio da Cunha Ribeiro Feijó.

Conforme  
 Bernardo Jose de Castro.

RESENHA

**TERRITORIALIDADE  
NEGRA NO  
ESPÍRITO SANTO**

*Thiara Bernardo Dutra*

*Doutoranda em História pela Universidade Federal  
do Espírito Santo.*

OSVALDO MARTINS DE OLIVEIRA

PROJETO

POLÍTICO DE UM

A historiografia brasileira há algum tempo entende a formação do Brasil e a diáspora africana, entre os séculos XVI e XVII, como um mesmo processo histórico que uniu os dois lados do Atlântico Sul em um único sistema de exploração colonial. A colonização portuguesa na América, alicerçada no escravismo, integrou uma zona de produção escravista no litoral brasileiro a uma zona de reprodução de escravos situada em Angola. A especificidade desse processo de formação ainda impacta profundamente o Brasil.

A despeito da importância do negro na formação nacional, a realidade dos afrodescendentes continua marcada por resistência e luta pelo acesso à cidadania. Foram necessários cem anos após a abolição da escravidão, para que a Constituição Federal de 1988 introduzisse o direito de acesso aos bens materiais e imateriais dos *remanescentes das comunidades de quilombos*, entre os quais, o título definitivo da propriedade de suas terras, fruto da participação ativa das organizações do movimento negro.

É nesse contexto de luta pela regularização da terra que se encontra o livro *Projeto Político de um Território Negro: memória, cultura e identidade quilombola em Retiro, Santa Leopoldina – ES*, de Osvaldo Martins de Oliveira. O antropólogo, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo apresenta em seu livro o resultado de um estudo etnográfico de fôlego, que por meio da observação participante, confere visibilidade aos *Benvindos*, moradores de uma comunidade negra localizada em Retiro, e sua luta em torno da efetivação de um direito constitucional, qual seja, o direito à propriedade de suas terras consideradas uma herança.

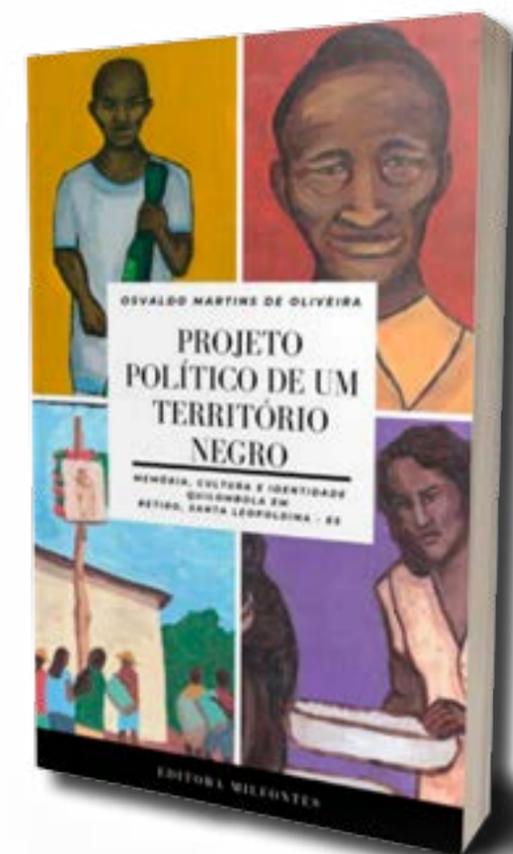
*Os Benvindos* é a denominação pela qual os moradores se autodefinem como herdeiros de um ancestral comum – o antigo Benvindo e sua esposa Maria Pereira das Neves, de modo que todos se consideram parte de *uma mesma família*. Por volta de 1875, o casal ancestral, inserido em uma coletividade de parentes, já se encontrava estabelecido na região do vale do Rio Mangará e do vale do Rio Santa Maria,

em Santa Leopoldina, num lugar que *vinha sendo usado para a retirada de ex-escravizados e de seus descendentes*. Daí o nome Retiro ao território em que hoje vive a comunidade quilombola.

O projeto político do território de Retiro em torno da garantia do direito à terra é o objeto central do livro. Para analisá-lo, o autor partiu das experiências organizacionais, das lutas e dos discursos políticos dos próprios moradores. Ao acessar a memória social da comunidade no contexto de inserção na luta política pela terra foi possível perceber a reconstrução do passado como parte integrante do processo de construção do território negro. *Os Benvindos* apropriam-se do passado tendo em vista seu contexto e suas relações políticas no presente, que os possibilitam pleitear direitos e, assim, assegurar a sobrevivência da comunidade. Os moradores de Retiro parecem compreender o tempo histórico como *espaço de experiência*, na medida em que o tempo é considerado uma construção cultural que, em cada momento, estabelece um modo de se relacionar com o passado e com as possibilidades que se abrem ao futuro como *horizonte de expectativas*.

O que permitiu captar os sentidos que os moradores de Retiro conferiam ao projeto político do seu território negro foi a opção por um estudo nos moldes clássicos da antropologia sobre estudos de comunidade. A longa permanência em campo possibilitou ao pesquisador vivenciar a realidade cotidiana dos *Benvindos* e acessar as sensibilidades dos sujeitos. As informações levantadas a partir da oralidade dos moradores foram contrastadas entre si, a fim de perceber a diversidade e as variações do saber local, e também com a pesquisa documental, em relatórios de presidente de província e de polícia, documentos cartorários, livro de batismo, documentos jurídicos e na historiografia regional. Por meio desse procedimento, observa-se a complementariedade entre oralidade e escrita.

Ao partir de abordagem relacional e situacional embasada nos trabalhos do antropólogo norueguês Fredrik Barth, foi possível perceber que os sentidos



OLIVEIRA, Osvaldo Martins. *Projeto Político de um Território Negro: memória, cultura e identidade quilombola em Retiro, Santa Leopoldina – ES*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, 358 p.

atribuídos pelos moradores de Retiro aos conceitos de cultura, identidade e quilombo eram construídos na diferenciação em relação àqueles que não pertenciam ao grupo. Dessa forma, a cultura é o resultado de uma organização social específica, na qual identidade passa a ser entendida como a autodefinição a partir da diferença em relação ao outro. Assim, os significados construídos pelos moradores é resultado da interação social com o outro, de modo que as diferenças são socialmente construídas. A escolha desse arcabouço teórico relaciona-se ao fato de ser uma comunidade negra inserida em uma região marcada pela imigração europeia, de modo que, para compreender o posicionamento dos *Benvindos* em torno do projeto político do seu território é preciso analisá-lo dentro de um contexto de relações interétnicas. A construção das diferenças se apresenta no emprego dos termos *nós* e *eles*, comum nas falas

dos moradores para se distinguirem de sua vizinhança, a *gente de origem*.

Apesar de se tratar de estudo de comunidade, a noção de coletividade empregada parte da ideia de um grupo social, no qual os seus integrantes possuem consciência da existência e do pertencimento a essa coletividade. Nesse sentido, conforme a perspectiva de Barth, a análise do comportamento social de um grupo passa, necessariamente, pela consideração da posição particular de cada membro da comunidade estudada. O mérito do livro e sua grande contribuição, em especial, para a historiografia é exatamente a aplicação impecável do referencial teórico, que trouxe à tona os sujeitos e suas ações, posicionamentos, discursos e estratégias imprescindíveis para o entendimento dos sentidos que o projeto político do território negro têm para os moradores de Retiro. Em sua análise, o autor parte de perguntas gerais sobre a

organização política das comunidades negras na luta pelo reconhecimento como remanescentes quilombolas, para chegar às respostas locais, ou seja, aos sentidos e aos significados que os *Benvindos* conferem à questão. Um procedimento analítico bastante caro aos historiadores que tem se dedicado ao resgate da dimensão cotidiana da história, em que se destaca a *Microhistória*.

Faz-se necessário ressaltar que, para empreender a análise do projeto político do território negro de Retiro, o autor reconstituiu o contexto histórico tanto do passado escravista da região do cinturão verde capixaba, quanto das políticas públicas de ação afirmativa em âmbito nacional. O diálogo entre as esferas macro e micro da realidade social tornou possível perceber a reelaboração do significado de quilombo pela comunidade em diálogo com o ator estatal, assimilado como instrumento de luta e de mobilização política das comunidades rurais negras para assegurar suas terras e ter acesso às políticas sociais. Quilombo passou então a representar *um direito a ser reconhecido* e não *um passado a ser lembrado*, deixando de simbolizar um estigma para conferir direitos aos seus portadores.

No processo de reivindicação de um direito, a ancestralidade aparece como um conjunto de valores coletivos, que funcionam como forma de manter a unidade e a coesão social. A comunidade vem reconstruindo suas formas de organização, transmitindo e atualizando os significados dos seus bens, como os enlances matrimoniais entre parentes, a apropriação comunal da terra, o plantio da mandioca, a fabricação da farinha, o artesanato, o congo e a relação com a natureza. É nesse contexto de acionamento da memória social em torno do projeto político, que se fundamenta a identidade étnica.

Interessante notar que o processo de reivindicação para tornar-se quilombo ocorreu na relação com o poder público, ou seja, com a participação de agentes externos. É por isso que os moradores se autodefinem como os *Benvindos* ou *herdeiros dos Benvindos*, por tratar de categoria de autodefinição cons-

truída internamente, a partir da diferenciação com o seu entorno. Assim, os moradores da comunidade de Retiro se veem como os *Benvindos* e reivindicam um direito referente aos quilombos por se considerarem descendentes de africanos e herdeiros das terras que foram adquiridas por seus ancestrais. Além do fato de que, a luta em torno da garantia da propriedade de suas terras, que resultou na criação da *Associação dos Herdeiros do Benvindo Pereira dos Anjos*, foi anterior às discussões que culminaram na inclusão dos direitos aos quilombolas na CF/88.

Enquanto o conceito de quilombo tornou-se categoria assimilada pelas lideranças da comunidade de Retiro no seu relacionamento com as esferas do poder estatal, as noções de terra, território e territorialidade se apresentam como categorias de análise elaborada no plano micro das relações e das experiências locais que identificam o grupo. A terra aparece como condição fundamental para a existência da coletividade e sua autonomia. Apropriada como meio de produção e base territorial indivisível e inalienável capaz de proporcionar a sobrevivência e permanência dos herdeiros enquanto comunidade. Assim, a terra funciona também como elo com os seus ancestrais, sendo parte integrante do patrimônio material e imaterial que configura o território negro de Retiro. Diante da importância conferida a terra, apesar da existência de documentos que asseguram sua aquisição pelos ancestrais, seus limites são transmitidos oralmente de geração em geração, devido às expropriações sofridas e aos conflitos fundiários com os proprietários de terras da região.

O território é visto como um lugar com seus limites definidos pelo uso da terra e pelas práticas culturais de seus moradores, marcado pela resistência e pela organização política, em que a reconstrução do passado é parte integrante da construção do território negro. Enquanto a territorialidade abrange os modos de agir sobre um determinado território, associado à identidade de grupos negros que se constituem a partir da resistência informal organizada. A territorialidade negra possui uma dimensão política,

na medida em que contribui para definir a etnicidade do grupo, isto é, a consciência de pertencimento à coletividade e aceitação de seus padrões culturais, ingrediente essencial na luta pela terra.

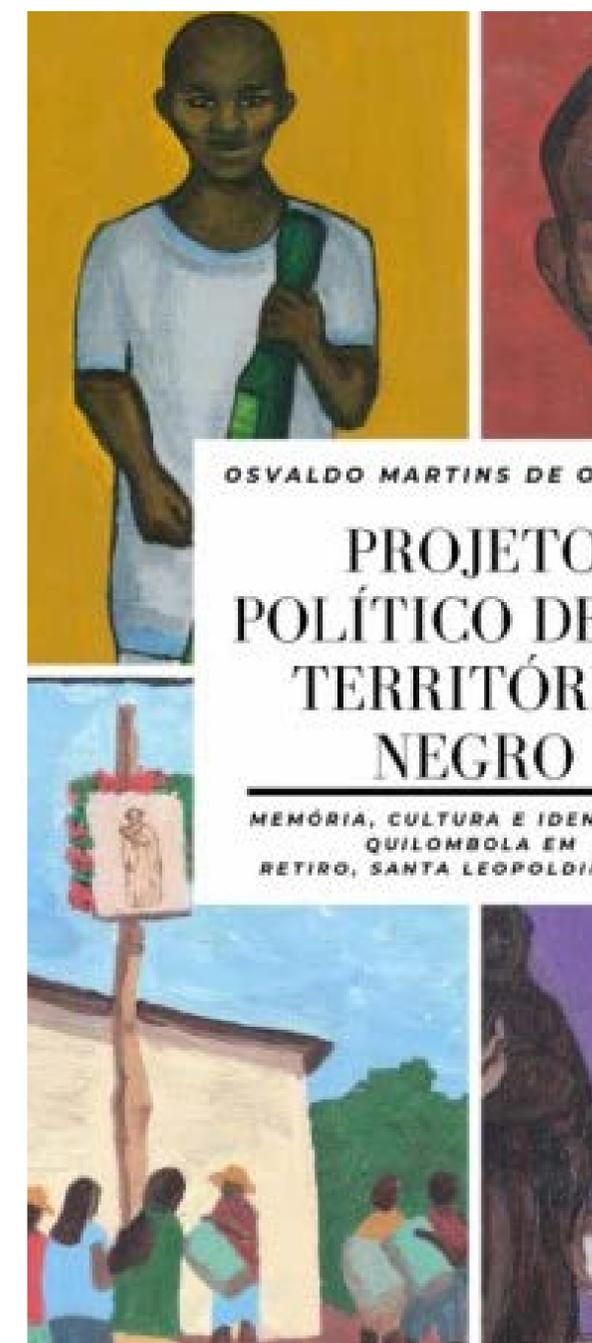
Dessa forma, as relações internas entre as famílias da comunidade de Retiro aparecem como base para o processo de territorialização local. A reconstituição de valores, ideias, hábitos, crenças, regras de residência e do uso da terra são elementos que funcionam como marcos diferenciadores da territorialidade negra diante da sociedade. De modo que território e territorialidade negra resultam das relações de alteridade. Através da reconstituição histórica da origem da comunidade, desde o processo de ocupação das terras por Benvindo e Maria e sua coletividade de parentes até a formação da associação e a inserção na luta pela titulação da terra, o livro apresenta a construção dessa territorialidade negra no contexto de implementação de direitos constitucionais.

A titulação definitiva das terras ocorreu apenas em 2009, período que ultrapassa o recorte temporal analisado. Entretanto, antes mesmo de ela acontecer, a permanência na terra e a garantia da propriedade, diante do esfacelamento de propriedades vizinhas, é bastante significativo para os Benvindos. A manutenção de seu território representa um ato político e uma luta pelo reconhecimento de sua existência, além de possibilitar um deslocamento entre o espaço de experiência e seus horizontes de expectativas.

À guisa de conclusão, a visão humanizada e a capacidade narrativa do autor enriquecem o livro e conduzem o leitor ao cotidiano dos Benvindos, com suas interessantes histórias de vida, resistência e conquista. A presença negra no Espírito Santo é assunto que vem sendo descortinado há algum tempo pela historiografia regional, contudo, a obra aponta caminhos para uma história ainda em construção, sobre o período do pós-abolição. Tornando-se referência obrigatória tanto para pesquisadores da área, quanto para os profissionais que atuam no desenvolvimento de projetos com comunidades rurais negras.

## Referência

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. *Projeto Político de um Território Negro: memória, cultura e identidade quilombola em Retiro, Santa Leopoldina* – ES. Vitória: Editora Milfontes, 2019, 358 p.



An aerial, sepia-toned photograph of a city, likely Cachoeira de Itaipava, showing a dense urban landscape with numerous buildings and a river in the foreground. The image is slightly faded and serves as a background for the text on the right.

REPORTAGEM

**ARQUIVO PÚBLICO  
RECEBE AS COLEÇÕES  
'HUGO BORGES' E 'O  
CONTINENTE'**

**O CACHOEIRANO'  
FESTEJA E ANUNCIA:  
ESTÁ PROCLAMADA A  
REPÚBLICA!**

**O FOLCLORE NO ACERVO  
DO ARQUIVO PÚBLICO  
DO ESTADO DO ESPÍRITO  
SANTO**

*Jória Motta Scolforo*

*Assessora de Comunicação do Arquivo Público do  
Estado do Espírito Santo  
Doutorando em História - UFES.*



### Arquivo Público recebe as coleções ‘Hugo Borges’ e ‘O Continente’

As duas coleções serão entregues, nesta quarta-feira (04), e passarão a fazer parte do acervo documental da instituição.

Duas novas coleções foram entregues ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) e passaram a fazer parte do acervo documental da instituição. A primeira é formada por 405 fotografias e recortes de jornais referentes à trajetória política de Hugo Borges, abrangendo os anos de 1948 a 2010. A segunda é composta por exemplares do periódico “O Continente”, que circulou no município de Vila Velha, no período de 1953 a 1955.

Ex-prefeito de Guarapari e ex-deputado estadual por cinco mandatos, Hugo Borges atuou na vida pública por mais de 50 anos, sendo um dos fundadores e principais representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Estado.

A doação do acervo foi feita pelo neto de Hugo Borges, o jornalista Paulo Sérgio Borges Filho. As ima-

gens mostram, dentre outros temas, atividades políticas, paisagens naturais e urbanas, eventos esportivos e culturais, comícios e viagens.

Uma coleção completa do jornal “O Continente” será entregue pelo Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha, após doação realizada pelos familiares dos fundadores do periódico. O material traz importantes informações para pesquisas sobre a década de 1950, como a atuação e morte de Getúlio Vargas, os principais embates políticos da época, as ocorrências cotidianas do município e textos literários de autores locais. Ao todo são 272 páginas, que já foram digitalizadas e podem ser consultadas para estudos.

### O Cachoeirano’ festeja e anuncia: está proclamada a República!

O periódico, que faz parte do acervo do Arquivo Público, mostra a repercussão política da Proclamação da República.

“Telegramas do Rio noticiam – Proclamação da República Brasileira – bem como já está constituído o Governo Provisório com aclamações populares” anuncia o jornal “O Cachoeirano”, na edição de 18 de novembro de 1889. O periódico, que faz parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees), permite apreender a repercussão da nova configuração política em Cachoeiro de Itapemirim, local no qual se iniciou a campanha pela proclamação no Espírito Santo.

Segundo a historiadora Nara Saletto, no livro “Sobre Política Capixaba na Primeira República”, o movimento republicano começou tardiamente no Espírito Santo. As ideias que o inspiravam circulavam desde a década de 1870, sobretudo entre estudantes e profissionais liberais, mas apenas a partir de 1887 foram organizadas ações pela implantação da República no Brasil, com a criação de clubes específicos sobre o tema. O primeiro e mais importantes deles foi o de Cachoeiro de Itapemirim, que tinha “O Cachoeirano” como espaço de circulação de suas atividades.

O periódico, fundado em 7 de janeiro de 1877, por Luiz de Loyola e Silva, era o principal propagandista da República no território capixaba. Foi com a redação de Bernardo Horta de Araújo, a partir de julho de 1888, que a publicação tornou-se a porta-voz dos republicanos. Era nela que eles divulgavam as atuações para as mudanças do Governo e as convocatórias e resultados das reuniões.

“Caiu afinal a hydra da monarchia: Viva a República Brasileira! Viva o Governo Provisório”, bradava a edição especial do jornal. Nela publicaram-se os boletins recebidos: “A todas as redações do Brasil: A câmara municipal desta cidade, reunida em sessão, aclama unanimemente a República dos



Estados Unidos do Brasil, reconhecendo o Governo Provisório”. Divulga ainda a circular da Proclamação: “O povo, exército, armada nacional, em perfeita comunhão, sentimentos com os concidadãos residentes na Província, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial, conseqüentemente do sistema monárquico representativo”.

No periódico do dia 28 de novembro de 1889 o tema continua a ser discutido. São expostos o decreto do Governo Provisório e a mensagem dirigida a Dom Pedro II pelo marechal Deodoro da Fonseca. Descrevem-se também as festividades ocorridas, mostrando a força das ações republicanas: “No dia 16 do corrente às 6 horas da manhã, depois de afixada na porta da estação telegráfica a circular que distribuimos em boletins e que já foi publicada em nossa edição especial do dia 18, imediatamente a banda de música Euterpe Cachoeirense reunida na casa do cidadão João



Loyola, proprietário de 'O Cachoeirano' e um dos que muito trabalhou em prol da causa republicana (...) saiu a percorrer as ruas entoando a Marselheza ao espocar de inúmeros foguetes e entusiasmados vivas". A imprensa do Espírito Santo no século XIX, na qual "O Cachoeirano" se insere, é marcada pela expansão do público leitor, das tiragens e números de títulos. A política e os meios de comunicação conjugavam-se a

serviço dos partidos e afinidades intelectuais. No site do Apees, no link [www.ape.es.gov.br/imprensa\\_capixaba/index.html](http://www.ape.es.gov.br/imprensa_capixaba/index.html), pode-se ter acesso ao acervo "Imprensa Capixaba". Ao todo são 72 periódicos de 13 municípios, publicados desde o ano de 1849.

## O folclore no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Entre os documentos que podem ser encontrados sobre o tema no Arquivo estão fotografias, filmes, negativos e livros.

O Dia do Folclore, comemorado no dia 22 de agosto, homenageia as tradições e saberes populares. O pesquisador Guilherme Santos Neves, um dos principais estudiosos do folclore do Espírito Santo, afirma no prólogo do livro "Coletânea de Estudos e Registros do Folclore Capixaba", que o Estado tem um variado e opulento acervo de práticas culturais, provenientes do recebimento e adaptação dos costumes do colonizador português, da contribuição negra da África, da presença nativa dos índios e do convívio com os imigrantes.

No acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) há diversos documentos que trazem à cena estas manifestações, promovendo a guarda e a preservação da memória do folclore. Dentre eles, estão fotografias, filmes, negativos e livros.

Dentre as tradições destaca-se o Ticumbi, que é uma referência cultural e celebração festiva afro-brasileira específica do Espírito Santo. Trata-se de uma dança dramática que, segundo Santos Neves, tem o seu enredo e se desenvolve em uma repetição de bailados e cantos, representando uma guerra entre o "Rei do Congo" e o "Rei Bamba" e seus secretários ou embaixadores. Os participantes vestem-se a caráter, com batas brancas e rendadas, fitas coloridas e gorro enfeitado de flores de papel de seda.

A história do auto refere-se a dois negros que querem fazer, cada qual e separadamente, a festa de São Benedito. Por não haver um acordo trava-se uma guerra, na qual os reis batem as espadas cadenciadamente, junto com os seus secretários que também participam do combate. A batalha é vencida pelo Rei do Congo e o Rei Bamba é submetido ao batismo. A celebração finaliza-se com uma festa em honra ao ganhador.



"Como se vê, há danças e cantos no Ticumbi. As danças são volteios dos guerreiros, no combate gingado. Os cantos – alternados com as falas dos reis e dos embaixadores – são entoados, em conjunto, pelos guerreiros das duas hostes, ao som dos pandeiros e chocalhos e da viola que dá o tom", relata o pesquisador.

Segundo o folclorista, um aspecto interessante a se notar nessa tradição popular é que ela se configura em verdadeiros registros, falados ou cantados, de acontecimentos ocorridos no local, no Brasil ou no mundo. Sendo assim, aquilo que tenha surpreendido o mestre do Baile é por ele destacado nos cânticos e nas falas proferidas na dança guerreira. "Sob este aspecto o Ticumbi é como um 'jornal cantado' de fatos e ocorrências que impressionaram o poeta popular e seu agrupamento social", ressalta Santos Neves.

## Referências das Imagens

**Capa:** Vista de barco de pesca na Praia do Suá, Vitória. 1977. Referência: BR ESAPEES.IJSN.060.

**Página 3:** Construção em ruínas na Ilha do Frade, Vitória. 1977. Referência: BR ESAPEES.IJSN.067.

**Páginas 8-9:** Vista de um navio na Baía de Vitória. 1977. Referência: BR ESAPEES.IJSN.174.

**Páginas 10-11:** Gustavo Henrique Araújo Forde. Foto de Zélia Siqueira.

**Páginas 12-13:** Gustavo Henrique Araújo Forde. Foto de Zélia Siqueira.

**Página 17:** Capa do livro “Vozes negras na história da Educação”. Foto de Zélia Siqueira.

**Páginas 18-19:** Guarda formada em frente ao palácio do governo, Vitória. 1909-1912. Referência: BR ESAPEES.JM.412.

**Página 33:** Arco no cais do imperador, quando a chegada do Dr. Nilo. Sem data. Referência: BR ESAPEES.JM.068.

**Páginas 34-35:** Sala do arquivo permanente na antiga instalação do APEES, Centro de Vitória. Sem data. Fundo APEES.

**Página 47:** Senhora manuseando documentos. Coleção Élcio Alvares, 1975-1979. Referência: BR ESAPEES.EA.171.

**Páginas 48-49:** Chegada da Embaixada Ryole a 8. 18/7/1932. Referência: BR ESAPEES CRSG REM.017.

**Páginas 66-67:** Foto de espigas de milho dentro de uma peneira. Sem data. Referência: BR ESAPEES.IJSN.3098.

**Página 77:** Rua do Torrão (Atual Luiza Grimalda) em Vila Velha. 1911. Referência: BR ESAPEES.JM.181.

**Páginas 78-79:** Baía de Vitória. Sem data. Referência: BR ESAPEES.IJSN.2076.

**Página 93:** Baía de Vitória. Sem data. Referência: BR ESAPEES.IJSN.2076.

**Páginas 94-95:** Rua do Torrão (Atual Luiza Grimalda) em Vila Velha. 1911. Referência: BR ESAPEES.JM.181.

**Página 96:** Um trecho do Suá, arrabalde de Vitória. Sem data. Referência: BR ESAPEES.JM.365.

**Página 107:** Destaque da Sala do arquivo permanente na antiga instalação do APEES, Centro de Vitória. Sem data. Fundo APEES.

**Páginas 108-109:** Mário Raimundo Pereira (1948-2018). Foto: Ananda Bermudes Coutinho. Pintura: Raízes Santana de Paula. Acervo do projeto Africanidades Transatlânticas.

**Página 115:** Vitória Pereira dos Anjos (1876-1960). Foto: Acervo da família de Joventina Pereira e Wladimiro Raimundo. Pintura: Helena Mongim Lima.

**Página 115:** Jorge Benvindo (1905-1992). Foto: Acervo de Osvaldo M. Oliveira. Pintura: Helena Mongim Lima.

**Página 116:** Mário Raimundo Pereira (1948-2018). Foto: Ananda Bermudes Coutinho. Pintura: Raízes Santana de Paula. Acervo do projeto Africanidades Transatlânticas.

**Página 125-126:** Vista parcial da Praça Graciano Neves no Porto de São Mateus. Sem data. Referência: BR ESAPEES.IJSN.260.

**Página 126:** Grupo de mascarados no Eden Parque, durante o carnaval. 1912. Referência: BR ESAPEES.JM.306.

**Página 133:** Grupo de mascarados no Eden Parque, durante o carnaval. 1912. Referência: BR ESAPEES.JM.306.

**Páginas 134-135:** O Pousão. 1932. Referência: BR ESAPEES CRSG REM.047.

**Páginas 136-137:** Colocação de painel alusivo à história da Capela, lado da Epístola. Foto do autor, 15 janeiro 2017.

**Página 140:** Fachada principal da Capela de Nossa Senhora da Penha. Foto do autor, 10 de janeiro de 2017.

**Página 141:** Pormenor do ladrinho hidráulico da Capela de Nossa Senhora da Penha. Foto do autor, 2017.

**Página 142:** Imagem da mesa e retábulo do altar-mor do século XIX. Foto do autor, 15 de janeiro 2017.

**Página 143:** Área ocupada pelo afresco. Foto do autor, 10 de janeiro de 2017.

**Página 144:** Nossa Senhora da Penha. Madeira policromada. Foto do autor, janeiro 2017.

**Página 144:** Área de maior intervenção. Visível o ponto do lado direito onde foi aplicada a calda de cimento. Foto do autor, 15 de janeiro 2017

**Página 145:** Capela de Nossa Senhora da Penha, década de 80 do século XX. Fonte: Acervo do arquivo paroquia.

**Página 145:** Colocação de painel alusivo à história da Capela, lado da Epístola. Foto do autor, 15 janeiro 2017

**Página 146-147:** Destaque da Imagem da mesa e retábulo do altar-mor do século XIX. Foto do autor, 15 de janeiro 2017.

**Páginas 148-149:** Um trecho do Suá, arrabalde de Vitória. Sem data. Referência: BR ESAPEES.JM.365.

**Páginas 153:** Destaque “Um trecho do Suá, arrabalde de Vitória”. Sem data. Referência: BR ESAPEES.JM.365.

**Páginas 154-155:** Destaque “Offício aos delegados de Itapimirim e Guarapary e subdelegados de Benevente a 21 de abril de 1851.”

**Páginas 157-158:** Destaque “Offício aos delegados de Itapimirim e Guarapary e subdelegados de Benevente a 21 de abril de 1851.”

**Páginas 160-161:** Destaque “Offício aos delegados de Itapimirim e Guarapary e subdelegados de Benevente a 21 de abril de 1851.”

**Páginas 162-163:** Capa do livro “Projeto Político de um território negro”. Imagem disponível em: [https://editoramilfontes.com.br/Projeto\\_Politico\\_de\\_um\\_Territorio\\_Negro](https://editoramilfontes.com.br/Projeto_Politico_de_um_Territorio_Negro) . (Acesso em 30/03/2020).

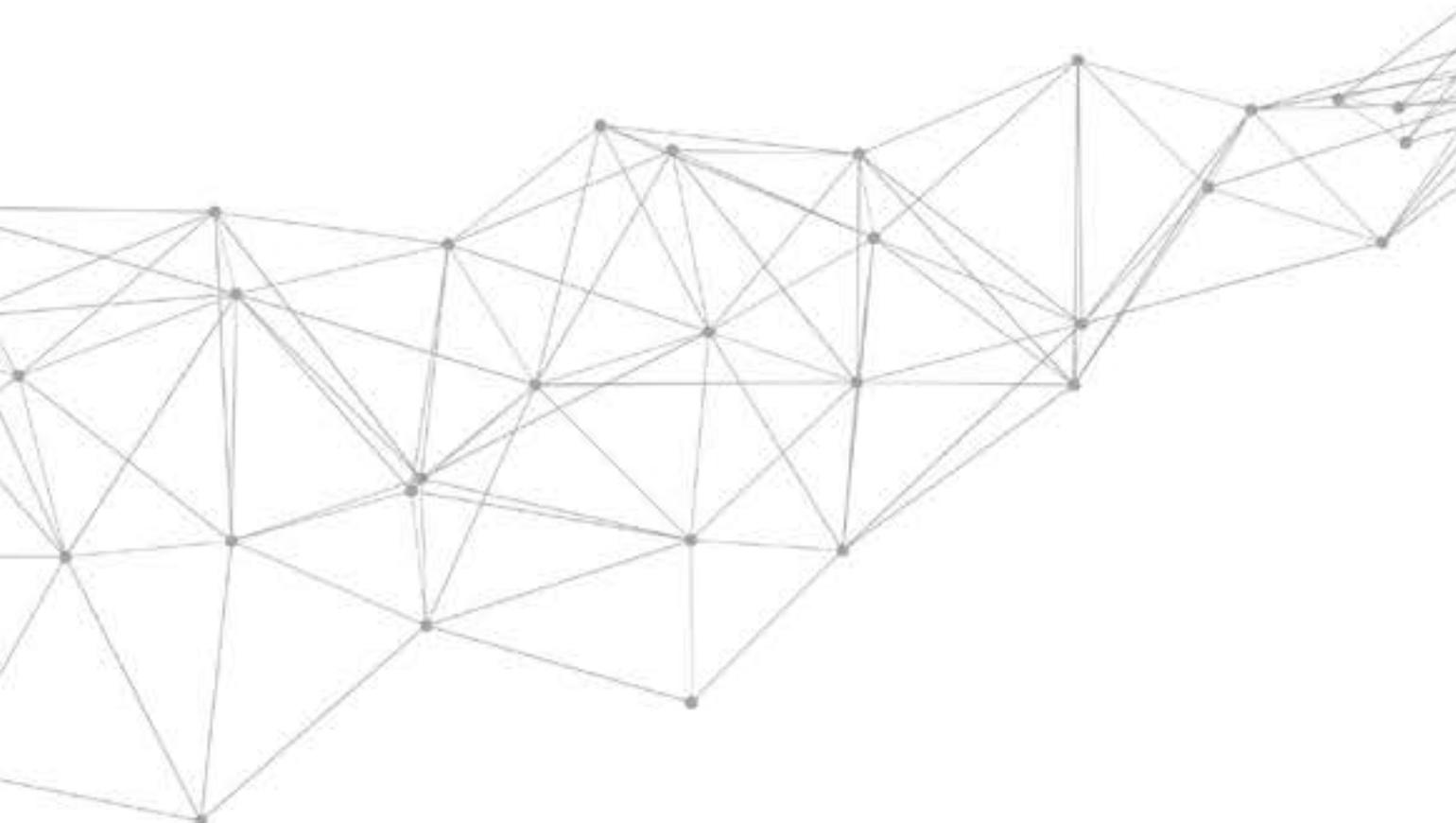
**Página 165:** Capa do livro “Projeto Político de um território negro”. Imagem disponível em: [https://editoramilfontes.com.br/Projeto\\_Politico\\_de\\_um\\_Territorio\\_Negro](https://editoramilfontes.com.br/Projeto_Politico_de_um_Territorio_Negro) . (Acesso em 30/03/2020).

**Página 167:** Capa do livro “Projeto Político de um território negro”. Imagem disponível em: [https://editoramilfontes.com.br/Projeto\\_Politico\\_de\\_um\\_Territorio\\_Negro](https://editoramilfontes.com.br/Projeto_Politico_de_um_Territorio_Negro) . (Acesso em 30/03/2020).

**Páginas 168-169:** Vista aérea do canal e do Centro de Guarapari. 1973-1977. Coleção Hugo Borges. HUB 008.

**Páginas 171-172:** Reprodução do jornal O Cachoeirano. 18/11/1889. Coleção Imprensa Capixaba.

**Página 173:** Apresentação do Ticumbi em Conceição da Barra. 1950. Coleção Ticumbi.



PARCERIA



REALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO  
*Secretaria da Cultura*

